FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA LEMOS
FABIOLA COLOMBANI
ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizadores)

HUMANIDADES

Agendas Multidisciplinares

EDITORA

HUMANIDADES

Agendas Multidisciplinares

HUMANIDADES

Agendas Multidisciplinares

FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA LEMOS
FABIOLA COLOMBANI
ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizadores)

BOA VISTA/RR
2023

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Maria Sharlyany Marques Ramos

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Le4 LEMOS, Flávia Cristina Silveira; COLOMBANI, Fabiola; SENHORAS, Elói Martins (organizadores).

Humanidades: Agendas Multidisciplinares. Boa Vista: Editora IOLE, 2023, 361 p.

Série: Ciências Sociais. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-85212-64-9
https://doi.org/10.5281/zenodo.10005607

1 - Brasil. 2 - Humanidades. 3 - Mentalidade. . 4 - Multidisciplinaridade.
I - Título. II - Lemos, Flávia Cristina Silveira. III - Ciências Sociais. IV - Série

CDD–300

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capitalização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2023

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 9

CAPÍTULO 1 |
A Construção Dialógica na Pesquisa Inscrita no Cotidiano 13

CAPÍTULO 2 |
A Cartografia enquanto Caminho de um Processo
Libertário de Pesquisa-Intervenção e Escrita em Terapia Ocupacional 43

CAPÍTULO 3 |
De Acadêmico a Acadêmico:
Cartas sobre Saúde Mental na Escola, Universidade e na Vida 79

CAPÍTULO 4 |
Sofrimento Mental e Acolhimento Psicológico e Estudantes de
Graduação durante a Pandemia da Covid-19 – Relato de Experiência 113

CAPÍTULO 5 |
Relato de Experiência de Estágio em
Psicologia em um Programa Socioassistencial às Mulheres Vítimas
de Violência Doméstica e de Atenção Psicoeducativa aos Agressores 129

CAPÍTULO 6 |
Psicologia e Assistência Social:
A Necessidade de uma Prática Orientada para a Emancipação Humana 153

SUMÁRIO

CAPÍTULO 7 |
Patologização da Alienação Parental e Síndrome de Alienação Parental 181

CAPÍTULO 8 |
Inteligências Multiplas e Vida Profissional segundo Gardner:
Relato de Experiência 201

CAPÍTULO 9 |
Visita Domiciliar e o Judiciário:
Uma Perspectiva sobre Cuidado e Controle Social 225

CAPÍTULO 10 |
Patrimonialismo na Administração: Nepotismo Revigorado
em Atos de Nomeação de Secretários Municipais e Estaduais 253

CAPÍTULO 11 |
Crer e Existir: Uma Etnografia sobre Ocupacões
Religiosas de Ribeirinhos às Margens do Rio Tocantins 283

CAPÍTULO 12 |
O Contributo de Ritos de Iniciação Feminino da Emancipação da
Mulher nas Sociedades Macua no Distrito de Nampula- Mocambique 323

SOBRE OS AUTORES | 347

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O presente livro, "Humanidades: Agendas Multidisciplinares", tem o objetivo de reunir um conjunto pesquisas e seus respectivos pesquisadores para impulsionar a análise e reflexão sobre distintas agendas de estudos que versam desde os indivíduos até as coletividades, dos sujeitos às instituições, propiciando um momento de imersão no debate multidisciplinar a partir de diferentes recortes teórico-metodológicos.

Organizada em doze capítulos, esta obra explora a fronteira do conhecimento humanístico com base na abstração de estudos histórico-teórico-normativos e na análise da realidade empírica das sociedade brasileira e moçambicana, demonstrando assim uma oportunidade ímpar para apresentar não apenas o estado da arte na periodização contemporânea, mas também descrever uma série de agendas temáticas e de estudos de casos relevantes.

O livro que ora é apresentado para leitura trata-se de um trabalho coletivo desenvolvido a várias mãos por uma rede institucional-colaborativa de pesquisadoras e pesquisadores, com distintas formações acadêmicas e expertises profissionais, em favor do compromisso maior com a construção científica do pensamento humanístico plural e permeado pela absorção de distintas contribuições analíticas.

À luz da conjugação de diferentes recortes teórico-metodológicos, as discussões apresentadas neste livro proporcionam ao leitor a absorção de novas informações e a transdução em novos conhecimentos sobre a realidade e as mentalidades, por meio da oferta de uma ótica multidisciplinar e multitemática enraizada no plural campo epistemológico das Ciências Humanas *lato sensu*, aqui identificado como "Humanidades".

Construído para estimular o espírito de reflexão e criticidade, o presente livro manifesta o rigor científico de uma triangulação teórica e metodológica, permeada pela diversidade de dados e pelo pluralismo analítico conceitual, propiciando a transmissão de uma série de informações e a geração de novos conhecimentos segundo princípios multidisciplinares e a partir de uma linguagem amplamente acessível e não afeita a jargões e tecnicismos.

As naturezas exploratória, descritiva e explicativa dos capítulos do presente livro alicerçam o seu fundamento finalístico, assim como a abordagem qualitativa torna-se meio ideal para apresentar distintos paradigmas teóricos e recortes metodológicos de levantamento e análise de dados primários e secundários, proporcionando, assim, uma imersão aprofundada em uma agenda eclética de estudos humanísticos.

Conclui-se com base nas discussões apresentadas nesta obra que há um rico espaço aberto pela elasticidade ótica dos estudos que vai do micro ao macro, mas que converge dentro de uma proposta multidisciplinar de análise e reflexão, a qual é aberta para o mapeamento do estado da arte e para a construção de novas mentalidades com base em um paradigma eclético de valorização da pluralidade teórica e metodológica.

Ótima leitura!

Profa. Dra. Flávia Cristina Silveira

Profa. Dra. Fabiola Colombani

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(organizadores)

CAPÍTULO 1

A Construção Dialógica na Pesquisa Inscrita no Cotidiano

A CONSTRUÇÃO DIALÓGICA NA PESQUISA INSCRITA NO COTIDIANO

Kássya Christinna Oliveira Rodrigues

Jeovani de Jesus Couto

Teresa Christina da Cruz Bezerra

Neste texto colocamos-nos ao desafio de conversar com pesquisadores iniciantes que atuam nos campos das ciências humanas, sociais e da saúde que lidam no cotidiano de suas atividades laborais e/ou de estudo com o recurso mais complexo existente debaixo do sol, o ser humano.

Dessa maneira, o primeiro significado adotado neste texto para o termo pesquisador dedica-se à compreensão de ser uma pessoa curiosa, que pergunta, que se inquieta com questões aparentemente óbvias que atravessam o cotidiano de suas práticas; outro significado deste termo espraia-se para a compreensão de ser uma pessoa interessada em saber mais, em conhecer mais, em criar estratégias/mecanismos de busca que a permita "riscar" caminhos possíveis para conhecer o mundo que a circunscreve. Assim, este termo agrega pessoas de diferentes espaços, etnias, sexualidades, capacidades e gerações.

Nossa experiência na educação básica, na saúde e no ensino superior têm revelado que o termo pesquisador tem sido eminentemente associado a uma figura um tanto quanto abstrata, distante, que vive em um plano hierárquico dissonante dos "simples mortais", aquele que está acima do bem e do mal, que tem "todo" o saber/poder entre outras adjetivações…

No entanto, este texto se coloca ao desafio de dialogar sobre o tema da pesquisa científica a partir de um lugar que rompe com a racionalidade moderna; de um lugar em que pessoas comuns, que vivem em diferentes contextos, como: comunidades rurais ribeirinhas, comunidades quilombolas, organização de mulheres, associações de pessoas com deficiências, escolas, ambientes hospitalares, espaços de saúde, universidades, entre outros, podem realizar pesquisa científica.

Levantamos neste estudo a seguinte questão de investigação: como a pesquisa qualitativa dialógica pode ser elaborada no cotidiano das práticas de estudos nos campos das ciências sociais, humanas e da saúde?

Entre os objetivos, dedica-se a investigar como se dá, no cotidiano, o processo da elaboração da pesquisa científica qualitativa nas ciências humanas, sociais e da saúde em estudos que envolvem seres humanos, tendo como método científico o dialógico. Como objetivos específicos, busca reconhecer que a pesquisa científica se presentifica em vivências e experiências individuais e/ou coletivas de diferentes grupos humanos em distintos territórios; assentir que a realização de pesquisa científica não é uma ação de "iluminados", mas de pesquisadores, com práticas humanizadas comprometidos ética e esteticamente com os participantes de seu estudo; reconhecer que a pesquisa tem um poder transformador na relação pesquisador-participante em estudos humanamente dialógicos.

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa do tipo bibliográfica. A abordagem qualitativa justifica-se por se considerar que o conteúdo desta pesquisa está mobilizado para a compreensão e reflexões inerentes ao campo da metodologia científica orientada pela abordagem qualitativa em pesquisas científicas comprometidas com seres humanos nos campos das ciências humanas, sociais e da saúde.

Flick (2009, p. 20) comunica que "a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida". Compreende o autor que a vida humana é dinâmica e diversa, dessa maneira, a busca por estratégias de aproximações, conhecimento, diálogos com múltiplos aspectos que envolvem distintas esferas da vida representa um desafio positivo ao campo do estudo científico.

Minayo (2001, p. 22-23) pontua que a pesquisa qualitativa

> responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um universo mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

As "questões muito particulares" referidas pela autora quando se coloca a refletir sobre a pesquisa qualitativa destaca que esta abordagem permite compreender nuances que quantificações, controle laboratorial e o uso de suposta neutralidade, apropriadas pelo pesquisador, não são capazes de capturar, especialmente em estudos que envolvem seres humanos com toda a complexidade que o compõem - suas crenças, des/afetos, emoções, dores, condições socioeconômicas, espiritualidade.

Neste contexto, a palavra pronunciada através do silêncio de uma expressão facial; a negação exposta a partir de uma afirmação que retrata o seu contrário; a expressão corporal in/voluntária, entre outros conteúdos de pesquisa não podem ser medidas, quantificadas e sistematizadas em dados estatísticos, mas observadas, sentidas, e

vividas em um constante exercício de horizontalidade materializado na relação que se estabelece entre o pesquisador e o participante do estudo. Exercício exigente que requer do pesquisador uma postura corporal sensível e disponível para o encontro, para o diálogo, sobretudo para a escuta daquilo que está sendo comunicado.

A abordagem qualitativa permite que a condução da pesquisa científica se encaminhe ao encontro de seres humanos, na valorização do diálogo, na priorização de temáticas que tenham correlação com a vida, com problemáticas existenciais. Neste sentido, os significados sobre a pesquisa qualitativa, desenvolvidos por Flick e Minayo, dão pistas de como se movimenta a escrita do presente texto, visto que está ancorado na abordagem qualitativa.

No que se refere ao estudo bibliográfico, nos colocamos à disposição de dialogar e de tecer a reflexibilidade deste texto com autores/as que forjam suas escritas sobre a pesquisa científica de abordagem qualitativa que lida com seres humanos nos campos das ciências humanas, sociais e da saúde.

Entre os/as autores/as, que dialogam com Freire (2013; 2022), compõem a tessitura deste texto Brandão (2003); Minayo (2001); Minayo e Gomes (2010); Marcondes, Teixeira e Oliveira (2010); Dickmann e Dickmann (2019), Streck e Adams (2014), bem como desenvolvemos discussão com documentos oficiais que regulamentam e tratam sobre ética em pesquisa que envolve seres humanos no território nacional brasileiro (BRASIL, 2012), (BRASIL, 2016).

Os autores acima mencionados colaboram com a escrita deste texto a partir de sistemáticas que não dicotomizam as dimensões teórico, metodológicas e práticas em estudos orientados pela abordagem qualitativa que envolvem seres humanos; permitem ainda compreensões sobre a dialogicidade e a ética como prática teórico-metodológica na condução de pesquisas qualitativas, e;

assumem uma postura política, ética e estética com grupos humanos vinculados às classes populares.

Este texto está organizado a partir de três seções, a saber: 1. Sobre o pesquisador, o participante, a pesquisa qualitativa dialógica e o cotidiano; 2. A pesquisa dialógica e a relação pesquisador-participante, e; 3. Vivendo a pesquisa científica, por um compromisso ético e estético. Segue-se à última seção *costuras* de algumas considerações.

SOBRE O PESQUISADOR, O PARTICIPANTE, A PESQUISA QUALITATIVA DIALÓGICA E O COTIDIANO

Temos no Brasil grandes expoentes dos campos das ciências humanas, sociais e da saúde que tratam sobre a pesquisa qualitativa como um fazer que se realiza no cotidiano a partir de relações interpessoais horizontalizadas.

Entre estes expoentes, pode-se destacar Freire (2013; 2022), Brandão (2003), Marcondes, Teixeira e Oliveira (2010), Dickmann e Dickmann (2019), mais especificamente nas ciências humanas e sociais, e Minayo e Gomes (2010) e Marcondes, Teixeira e Oliveira (2010), no campo da saúde. Esses intelectuais apresentam fortes pontos de convergência: a) o de ratificar, como fundamentais, estudos qualitativos em pesquisa que envolve seres humanos, tendo-se como premissa o encontro dialógico entre pesquisador-participante no lugar nomeado cotidiano; b) pontuam sobre o compromisso do pesquisador implicado com grupos humanos em condições de vulnerabilidade, nomeados por Freire oprimidos; c) destacam a postura ética e política do pesquisador ao desenvolver sua pesquisa, visto que esta interfere em uma determinada realidade, por isso o pesquisador precisa se solidarizar com ela trazendo

colaborações do estudo para esta realidade; d) os autores consideram ainda a necessidade de, na relação pesquisador-participante, pesquisador-realidade investigada haver o reconhecimento e a validação dos saberes subjacentes aos participantes do estudo, bem com realidade investigada, saberes que dialogam com os produzidos pelo pesquisador.

Neste estudo, lemos cotidiano, mais precisamente a vida cotidiana, a partir de Heller (2004, p. 17) que a significa como

> a vida do homem inteiro [ser humano]; ou seja, o homem participa da vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade nela colocam-se "em funcionamento" todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias.

Cotidiano em que a vida entra em funcionamento. Cotidiano em que as pessoas criam, nomeiam gentes e fatos e os tornam realidade. Cotidiano em que pessoas são representadas socialmente como capazes, mas também podem ser colocadas em condições de profunda marginalidade (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2016).

Brandão sugere uma estratégia sistematizada de levantamento de dados possível em estudos que se movimentam no campo da vida cotidiana. Propõe a pesquisa socioantropológica como um procedimento que se destina ao conhecimento do outro humano, participante/colaborador do estudo, como ser que tem saberes. Assim destaca o autor:

> A pesquisa socioantropológica destina-se ao conhecimento de um outro concebido como detentor

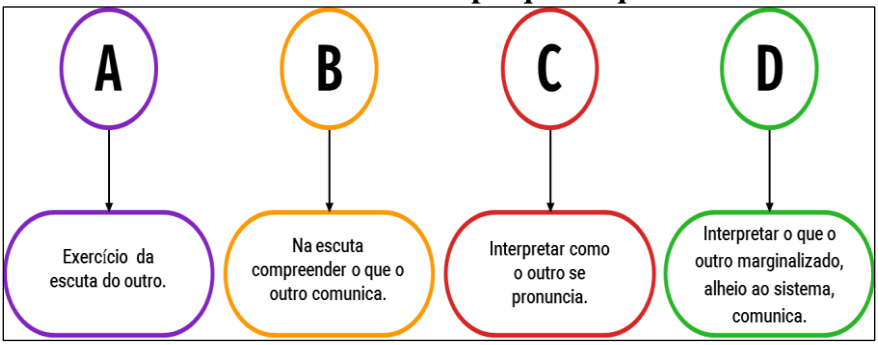
> de um saber próprio, detentor de um "saber-fazer", um verdadeiro sobrevivente. Diante desse outro [...] importa saber ouvir o que é dito, "como expressão e como revelação socioantropológica"; saber compreender, isto é, saber interpretar o que o outro diz dentro do contexto de vida e de cultura em que sua fala é dita. Interpretar a voz do "outro" externo ao sistema (BRANDÃO, 2003, p. 141).

Percebemos na proposição acima, que Brandão anuncia pistas importantes e necessárias de serem assimiladas pelo pesquisador, dentre as quais pensamos ser válido ratificar:

a) o exercício da escuta do outro;
b) nesta escuta, compreender o que o outro comunica;
c) interpretar como o outro se pronuncia, e;
d) interpretar o que o outro marginalizado, alheio ao sistema, comunica.

A figura esquemática 1 sistematiza pistas para o levantamento de dados em pesquisas qualitativas que envolvem seres humanos. Apresenta uma sequência de quatro círculos dispostos horizontalmente com as respectivas inscrições A, B, C e D. Cada círculo exibe uma seta para baixo ao encontro de uma figura ovóide que dispõem respectivamente os seguintes textos: Exercício da escuta; Na escuta compreender o que o outro comunica; Interpretar como o outro se pronuncia, e; Interpretar o que o outro marginalizado, alheio ao sistema, comunica.

Figura 1 - Pistas para o levantamento de dados em pesquisas qualitativas



Fonte: Elaboração própria.

Interessante perceber que o exercício de escuta proposto por Brandão tem ímpar significação de validar o outro, humano participante da pesquisa, como ser substantivo que se relaciona com o pesquisador em uma relação *Eu-Tu* Buberiana (2004). Brandão refere-se a um *Outro* incomum. *Outro* que, em muitas circunstâncias, são invisibilizados em estudos científicos, por não se considerar que tem saberes. *Outro* que o autor nomeia *sobrevivente*.

Importante compreender que os participantes do estudo têm saberes, os quais são advindos de suas experiências, de suas vivências, das lutas que cruzam o campo de suas existências, das quais, em muitas circunstâncias, são *sobreviventes*.

Essas questões sobre o participante do estudo, pontuadas por Brandão, gostaríamos de destacar de maneira que pesquisadores iniciantes, mas não só, que atuam nos campos das ciências humanas, sociais e da saúde dediquem atenção e tenham sensíveis cuidados éticos quando da realização de suas pesquisas científicas.

Santos (2019, p. 17) provoca inquietações ao campo da pesquisa qualitativa quando reflete sobre as Epistemologias do Sul.

Nestas urge "permitir que grupos sociais oprimidos representem o mundo como seu e nos seus próprios termos, pois apenas desse modo serão capazes de o transformar de acordo com as suas próprias aspirações".

A provocação de Santos permite reflexões sobre perspectivas outras no ato de pesquisar e traz para a centralidade vozes, pronunciamento do mundo, múltiplas expressões até então negadas. Neste contexto, o pesquisador é convidado a ter um corpo sensível, um corpo que se movimenta com o coletivo com o qual se comprometeu e pelo qual foi acolhido. Corpo sensível que colabora com a expressão daquela coletividade, de modo que o mundo possa ser representado a partir de outros termos que ecoem expressões e aspirações dessas coletividades a partir de sistemáticas dialogadas, problematizadas e corporificadas em bases relacionais cada vez mais solidárias.

Nas suas reflexões, Brandão, levanta uma série de questionamentos acerca do que seja pesquisar, sobre quem está "autorizado" a realizar este ofício, em que lugares e com quem se executa esta atividade, nas palavras do autor:

> Afinal, quem pesquisa? Quem pode fazer pesquisa? Quem deve fazer pesquisa? Quem diz que pesquisa? Quem pode/deve ser pesquisado? O que é está fazendo uma pesquisa? Quando se deve pesquisar? Para que? Em nome de quem? A mando de quem? Para quem? A serviço de quem? Por quê? Com quem? Como? (BRANDÃO, 2003, p. 67-68).

Todos esses questionamentos, levantados por Brandão, são provocativos e nos levam a refletir sobre a pessoa do pesquisador, sua postura, sua relação com o outro, seus objetivos e finalidades e a relevância social do ato de pesquisar, no processo e nos resultados.

Nesses pressupostos a pesquisa é trans, inter e intrapessoal, uma vez que,

> Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 2022, p. 31).

A esse respeito ainda, Hycner (1995) reafirma a dialogicidade que se encorpa, ganha forma, materializa-se na reciprocidade do humano (pesquisador-participante) em conferir humanidade a *si* e ao *outro* e, neste processo, tece uma rede de cuidados sobre as fronteiras que os conectam, de que partilham do gênero humano, ao mesmo tempo que valorizam e respeitam as marcas trazidas por cada um. Neste contexto,

> o dialógico não deve ser igualado à interação verbal, embora seja frequentemente um aspecto importante dela. O dialógico se refere ao fato de que nos tornamos, e somos, seres humanos porque estamos em relação com outros seres humanos e temos a capacidade e o desejo de estabelecer relacionamentos significativos com os outros, ao mesmo tempo respeitando a singularidade do outro e a nossa. O relacionamento entre pessoas é o ponto central da existência e não um aspecto secundário (1995, p. 67-68).

Dessa maneira, a pesquisa não se concebe dissociada dos sujeitos e das relações, a intervenção está no processo de construção e, neste, há transformações, ações e reflexões, um percurso humano,

por isso, em construção e desconstrução, um inacabamento contínuo, porque os sujeitos do processo se fazem aprendizes.

> A pesquisa qualitativa articula-se com o referencial metodológico de Freire, especialmente porque reflete o contexto social em que os participantes vivem, por meio da dialogicidade promovida pelo Círculo de Cultura. O diálogo em Freire possibilita revelar as contradições e situações-limite dos participantes no contexto pesquisado, refletindo e desvelando o que está oculto e impulsionando a criatividade dos mesmos com novas propostas de ação sobre a realidade. Este referencial em conjunto com a pesquisa qualitativa permite uma integração entre a pessoa e o objeto, com envolvimento e estímulo para que novas ações sobre a realidade possam ser concretizadas (HEIDEMANN *et al*., 2017, p. 03).

Freire (1981, p. 35), ao discorrer sobre a pesquisa nomeada por ele alternativa, pontua a necessidade de o pesquisador, ao realizar os seus estudos, considerar que

> simplesmente, não posso conhecer a realidade de que participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento que, sendo para eles, um conhecimento do conhecimento anterior (o que se dá ao nível da experiência cotidiana) se torna um novo conhecimento.

Dessa maneira, vivências, experiências, reciprocidade, diálogos em comunhão suscitam relações mergulhadas na realidade *com os sujeitos* da pesquisa e não *para eles*, um exercício constante que requer uma diminuição do *eu pesquisador* no intuito de enxergar

o *outro em alteridade*. A técnica é importante, mas não é o principal fundamento, é preciso olhar, escutar, sentir, viver.

A PESQUISA DIALÓGICA E A RELAÇÃO PESQUISADOR-PARTICIPANTE

Ao acordar pela manhã, a vida pode se apresentar ensolarada, nublada, chuvosa, silenciosa ou barulhenta, a depender do lugar de onde se a contempla. Logo, caberia perguntar "por que o dia nasceu assim?". De um contemplar cotidiano, surgem perguntas livremente concebidas que incitam a criatividade humana na busca por respostas. Dito isto, é da natureza humana a inquietude da busca, da reflexão, da ação, da criação e da recriação para elucidar, nomear, sistematizar o conhecimento. "Assim, do ponto de vista antropológico, podemos dizer que sempre existiu preocupação do *homo sapiens* com o conhecimento da realidade" (MINAYO; GOMES, 2010, p. 09). Todavia, o que é preciso para conhecer a realidade? Que tipo de relação deve-se empreender nessa realidade para, de fato, conhecê-la? Que relações se fazem necessárias entre os humanos para apreender e aprender a realidade?

Por ser humano, o ato de pesquisar, de investigar, necessariamente, implica expandir o viver em comunhão de forma a honrar os ecossistemas que mantêm a vida. Pesquisar, neste sentido, não se constitui como um ato passivo, no qual o pesquisador reduz e aprisiona vidas em conceitos, fórmulas e esquemas rígidos, revelando o caráter necrófilo da ciência. Contrapondo-se à necrofilia científica, "o ato de investigar já é uma ação cultural humana, plena e real para que se tenha uma libertação promovida pela busca e pelo ideário da dúvida primeira que está enraizado no homem curioso" (DICKMANN; DICKMANN, 2019, p. 118). Destarte, a pesquisa é um ato humano para a libertação, que requer seres humanos

comprometidos coletivamente que assumam uma postura incessantemente ética, amorosa, humilde, dialógica e de compreensão em favor de si mesmo e dos outros que o cercam. Onde há pesquisa, há humanidade e, portanto, humanização é regra ou deveria ser.

De fato, se o desejo é uma ciência para a vida, para a libertação, Freire (2013) adverte que não é possível para o pesquisador pensar pelos outros, nem para os outros, nem sem os outros. Para o autor, a investigação, o ato de pesquisar pressupõem uma operação simpática, da qual pesquisadores e o povo (participantes da pesquisa) são sujeitos no processo que se estabelece mediante uma relação dialógica (comunicação), ou seja, trata-se de um "pensar que não se dá fora dos humanos, nem num humano só, nem no vazio, mas nos humanos e entre os humanos, e sempre referido à realidade" (FREIRE, 2013, p. 101).

A Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos. Esta define que a pesquisa feita individual ou coletivamente e tenha como participante o ser humano, em sua totalidade ou partes dele, o envolva de forma direta ou indireta, incluindo o manejo de seus dados, informações ou materiais biológicos (BRASIL, 2012). Assim, o ser humano, que não é membro da equipe de pesquisa, mas dela participa de forma esclarecida e voluntária, mediante a concessão de consentimento, passa a ser denominado como *participante da pesquisa*.

Entretanto, somente na Resolução nº 510/2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, o Conselho Nacional de Saúde prevê que a relação pesquisador-participante se constrói continuamente no processo da pesquisa, podendo ser redefinida a qualquer momento no diálogo entre subjetividades, implicando reflexividade e construção de relações não hierárquicas (BRASIL, 2016). Isto posto, reitera-se a

urgência em se repensar as relações estabelecidas na tessitura das pesquisas científicas nos campos das ciências sociais, humanas e da saúde.

Ser pesquisador, independentemente da área, pressupõe, acima de tudo, produzir ideias coletivamente e transformá-las em ação e comunicação. É aventurar-se em um movimento reflexivo contínuo sobre um saber historicamente enraizado em condições de tempo-espaço:

> Sendo os humanos seres em "situação", se encontram enraizados em condições tempo-espaciais que o marcam e a que eles igualmente marcam. Sua tendência é refletir sobre sua própria situacionalidade, na medida em que, desafiados por ela, agem sobre ela. Esta reflexão implica, por isto mesmo, algo mais que estar em situacionalidade, que é a sua posição fundamental. Os humanos são porque estão em situação. E serão tanto mais quanto não só pensem criticamente sobre sua forma de estar, mas criticamente atuem sobre a situação em que estão (FREIRE, 2013, p. 102).

Segundo Scocuglia (2021), Freire foi um educador e, por isso, pesquisador (cientista da educação), que admitia seu inacabamento e sua necessidade permanente de repensar os seus achados, ao conceber a possibilidade de mudança nas práticas concretas e nas teorias advindas delas. Para Freire, na incerteza intrínseca à ciência, é preciso fugir da imagem da pesquisa tradicional, que se alimenta supostamente da oposição pesquisador/pesquisado que imobiliza e obstrui a criação da humanidade. Na qual, a cidadania é sufocada e os cidadãos deixam de respirar – não apenas em sentido figurado –, inviabilizando a

capacidade do humano de *ser mais* e a realização do novo, do inédito viável (BRANDÃO, 2017; CHACON, 2021).

> Tanto quanto a educação, a investigação que a ela serve tem de ser uma operação simpática, no sentido etimológico da expressão. Isto é, tem de constituir-se na comunicação, no sentir comum uma realidade que não pode ser vista mecanicistamente compartimentada, simplistamente "bem-comportada", mas, na complexidade de seu permanente vir a ser (FREIRE, 2013, p. 101).

A pesquisa na concepção freireana é sempre participativa e dialógica, e as descobertas dizem respeito aos pensamentos e linguagens dos seres humanos, falas que ao seu modo, desvelam o mundo, caracterizando a pesquisa como um ato criativo e não de consumo, que cria um momento comum de descoberta (BRANDÃO, 2017).

Freire concebe o diálogo como o "encontro amoroso dos homens [seres humanos] que, mediatizados pelo mundo, o pronunciam, isto é, o transformam, e transformando-o, o humanizam para a humanização de todos" (FREIRE, 2017, p. 51). O diálogo freireano advém de uma necessidade existencial, que não pode existir numa relação de dominação, pois pressupõe humildade, esperança e amor. Cabe enfatizar que o diálogo proposto por Freire nada tem de ingênuo, pelo contrário é crítico e problematizador, construído em relações horizontais, enraizadas na alteridade, na humanização e na libertação coletiva (OLIVEIRA; OLIVEIRA; MATOS, 2020).

Na dialogicidade, na problematização, o pesquisador e o participante da pesquisa desenvolvem uma "postura crítica da qual resulta a percepção de que este conjunto de saber se encontra em

interação. Saber que reflete o mundo e os homens, no mundo e com ele, explicando o mundo, mas sobretudo, tendo de justificar-se na sua transformação" (FREIRE, 2017, p. 70).

Neste contexto, observamos que tanto o pesquisador quanto os participantes da pesquisa são sujeitos da investigação; é a ciência à serviço dos seres humanos e alimentadora da esperança e do futuro enquanto possibilidade:

> Assim como não posso usar minha liberdade de fazer coisas, de indagar, de caminhar, de agir, de criticar para esmagar a liberdade dos outros de fazer e de ser, assim também não poderia ser livre para usar os avanços científicos e tecnológicos que levem milhares de pessoas à desesperança. Não se trata, acrescentemos, de inibir a pesquisa e frear os avanços, mas de pô-los a serviço dos seres humanos. A aplicação de avanços tecnológicos com o sacrifício de milhares de pessoas é um exemplo a mais de quanto podemos ser transgressores da ética universal do ser humano e o fazemos em favor de uma ética pequena, a do mercado, a do lucro (FREIRE, 2015, p. 148).

De acordo com Heidemann *et al*. (2017), Freire difunde um itinerário de pesquisa qualitativa participativa e com cunho libertador/emancipador que rompe com o paradigma positivista e com as barreiras hierárquicas, democratizando o saber, valorizando o cotidiano, as culturas e as formas de pensar e viver do ser humano, grupo social e coletividades além de viabilizar a participação ativa dos participantes da pesquisa no estudo "que, por vezes, dizem se sentir aviltados quando são tratados apenas como objetos de pesquisa" (HEIDEMANN *et al*., 2017, p. 07). Nessa perspectiva, o participante da pesquisa advém como sujeito autônomo, livre e

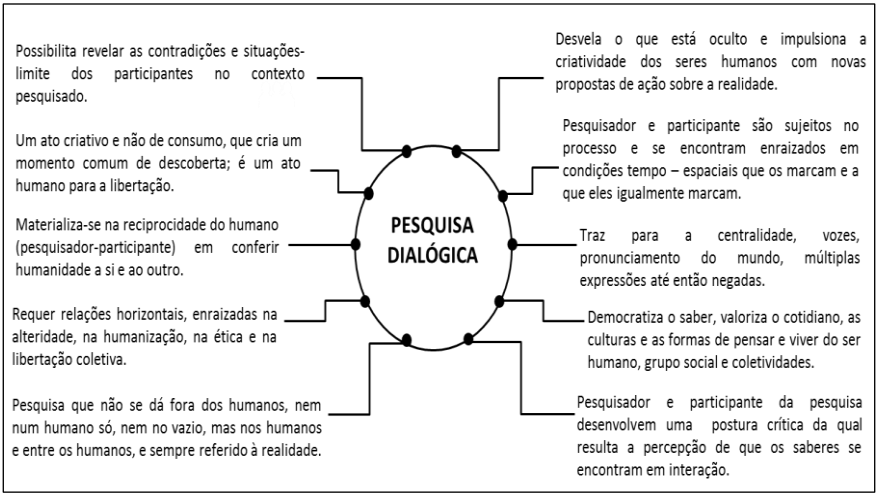
distinto, com possibilidade de "intervir na argumentação não só como igual, com direitos vigentes, mas como livre, como outro, como sujeito de novos direitos" (DUSSEL, 2000 *apud* TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2010, p. 13).

Abaixo segue a figura esquemática 2 com um círculo ao centro, especificando a Pesquisa Dialógica. Cinco fios emergem à esquerda, situação que se repete à direita do círculo, neles estão traduzidos, em palavras, características fundamentais da Pesquisa Dialógica.

Os cinco fios à esquerda exibem as seguintes informações: a) Possibilita revelar as contradições e situações-limite dos participantes no contexto pesquisado; b) Um ato criativo e não de consumo que cria um momento comum de descoberta; é um ato humano para a libertação c) Materializa-se na reciprocidade do humano (pesquisador-participante) em conferir humanidade a si e ao outro; d) Requer relações horizontais enraizadas na alteridade, na humanização, na ética e na libertação coletiva; e) Pesquisa não se dá fora dos humanos, nem no humano só, nem no vazio, mas nos humanos e entre os humanos, e sempre referido à realidade.

Já os cinco fios à direita comunicam: a) Desvela o que está oculto e impulsiona a criatividade dos seres humanos com novas propostas de ação sobre a realidade; b) Pesquisador e participante são sujeitos no processo e se encontram enraizados em condições tempo-espaciais que os marcam e a que eles igualmente mancam; c) Traz para a centralidade, vozes, pronunciamento do mundo, múltiplas expressões até então negadas; d) Democratiza o saber, valoriza o cotidiano, as culturas e as formas de pensar e viver do ser humano, grupo social e coletividade, e; e) Pesquisador e participante da pesquisa desenvolvem uma postura crítica da qual resulta a percepção de que os saberes se encontram em interação.

Figura 2 - Características da pesquisa dialógica com base no referencial teórico referido no estudo



Fonte: Elaboração própria.

É importante ratificar que a figura esquemática 2 pretende trazer breve síntese do que sistematizamos ao longo deste estudo.

VIVENDO A PESQUISA CIENTÍFICA, POR UM COMPROMISSO ÉTICO E ESTÉTICO

A pesquisa científica está no dia a dia, e pode ser sentida, vista e ouvida em diferentes contextos e cenários. Quando pensamos em pesquisa, geralmente vêm, em nossa mente, as etapas da pesquisa, como organizá-las, os caminhos, o método e se não conseguimos visualizar tudo isso, não somos "autorizados" a prosseguir, isso porque fomos ensinados que para fazer pesquisa é preciso primeiro arrumar tudo, colocar na regra/fôrma/forma. É

preciso seguir e perseguir, e então não olhamos para o lado, não escutamos, não nos permitimos errar e divagar em nossas reflexões. Fomos ensinados a ser exatos e precisos, como se a vida fosse assim.

Todavia, a vida não é reta, é curva, é a própria existência humana imperfeita, e a pesquisa é feita na vida cotidiana que corre e desacelera, que ama e desapega, que escreve e apaga, que acerta e erra. Isto não quer dizer que o método é não ter método, precisamos de autores de referências e, por vezes, de um roteiro para inspirar, mas não precisa ser uma "camisa de forças", fechado, desalmado e quadrado.

A pesquisa pode [e deve] ser prazerosa, pode ser escrita e sentida (e, por que não sentida e ouvida e depois escrita?), dialogando com os autores de referência. Podemos fazer grandes descobertas e nos alimentar de muitas informações, conceitos e experiências. Em campo, a partir de conversas com as pessoas, com a natureza, com a arte, com os sons, cheiros e tantos outros sentidos que podem ser acionados quando nos disponibilizamos a viver a pesquisa.

É importante considerar que conjugar o verbo *viver* a pesquisa, não significa negar a integralidade do pesquisador, suas vivências, suas escolhas acadêmicas, pessoais, profissionais. É preciso considerar que ele tem família, é estudante e, quem sabe, militante. Chora, ri, sofre, adoece, festeja, é profissional e amigo. Para além da capacidade intelectual, o pesquisador é constituído pelos aspectos: físico, social, espiritual, emocional, político e cultural. Não precisamos nos apartar do que somos para ser pesquisador, ter humanidade na pesquisa também significa fazer ciência.

No fazer pesquisa nos comprometemos eticamente com o que acreditamos, pois cada tema escolhido revela problemáticas que se deseja responder com responsabilidade social, compromisso

também firmado com as pessoas do lugar, do território e da territorialidade, das pessoas que falam de si e dos seus e que, nem de longe, podem ser chamados de objetos.

No engajamento com uma escrita representativa da realidade sem deixar de externar a estética que remete à boniteza de encontros no ato de pesquisar e das belezas que a pesquisa pode despertar dentro de cada sujeito.

Teixeira e Oliveira (2010), ao tratarem sobre os cuidados éticos na pesquisa, afirmam que a ética é parte da existência humana e assume um caráter reflexivo que envolve criticidade, opção e decisão dos indivíduos. Sobremaneira, a ética enquanto o esforço de humanização e convivência respeitosa com todos os seres, deve ser a grande orientadora de toda a convivência humana.

Freire, na obra Pedagogia da autonomia, defende que pensar criticamente pode ser feito em conjunto com a ética e a estética, "decência e boniteza de mãos dadas em que mulheres e homens, seres históricos e sociais nos tornamos capazes de valorar, de intervir de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso, nos fizemos seres éticos" (FREIRE, 2022, p. 18).

A defesa da ética do ser humano, segundo Freire, requer, em primeiro lugar, a defesa de uma vida digna para todos. Nessa perspectiva, não é possível viver de forma ética sem lutar por mais justiça e igualdade social, ou seja, sem ter um compromisso social para o bem viver de todos. Para Freire:

> Foi exatamente porque nos tornamos capazes de dizer o mundo, na medida em que o transformávamos, em que o reinventávamos, que terminamos por nos tornar ensinantes e aprendizes. Sujeitos de uma prática que veio se tornando política, gnosiológica, estética e ética (FREIRE, 2020, p. 24-25).

Ainda segundo o autor, isto não deve significar, porém, que as diferenças de opções que marcam os distintos discursos devam afastar do diálogo os sujeitos que pensam e sonham diversamente. E acrescenta:

> Não há crescimento democrático fora da tolerância que, significando, substantivamente, a convivência entre dessemelhantes, não lhes nega, contudo, o direito de brigar por seus sonhos. O importante é que a pura diferença não seja razão de ser decisiva para que se rompa ou nem sequer se inicie um diálogo através do qual pensares diversos, sonhos opostos não possam concorrer para o crescimento dos diferentes, para o acrescentamento de saberes. Saberes do corpo inteiro dos dessemelhantes, saberes resultantes da aproximação metódica, rigorosa, ao objeto da curiosidade epistemológica dos sujeitos (FREIRE, 2020, p. 22).

A ética freireana pressupõe respeito às diferenças e humildade para reconhecer que ninguém é superior a ninguém. Nas palavras do autor:

> Vemos como o respeito às diferenças e obviamente aos diferentes exige de nós, a humildade que nos adverte dos riscos de ultrapassagem dos limites além dos quais a nossa autovalia necessária, vira arrogância e desrespeito aos demais. É preciso afirmar que ninguém pode ser humilde por puro formalismo como se cumprisse mera obrigação burocrática. A humildade exprime, pelo contrário, uma das raras certezas de que estou certo: a de que ninguém é superior a ninguém. A falta de humildade expressa na arrogância e na falsa superioridade de uma pessoa sobre a outra, de uma raça sobre a outra,

> de um gênero sobre o outro, de uma classe ou de uma cultura sobre a outra é uma transgressão da vocação humana de Ser Mais. O que a humildade não pode exigir de mim é a minha submissão à arrogância e ao destempero de quem me desrespeita. O que a humildade exige de mim quando não posso reagir a altura da afronta, é enfrentá-la com dignidade. A dignidade do meu silêncio e do meu olhar que transmitem o meu protesto possível (FREIRE, 2022, p. 118-119).

Observa-se que a ética freireana assenta-se na vida e tem como princípio o diálogo. Esse movimento parte dos oprimidos, de forma a conduzir o ser negado até a sua afirmação como sujeito histórico do seu processo de transformação. Deve-se atentar que a ética em Freire está ancorada, sobretudo, na concepção de sujeitos livres e autônomos, sujeitos da própria história, ou seja, associada à dialógica problematizadora freireana, base de uma sociedade livre, autônoma e democrática (BORGES, 2014).

É por isso que transformar a pesquisa essencialmente em técnica é desrespeitar a natureza humana de mudar, de revisar, de se encantar, de viver. Para o autor, a pesquisa dialógica pressupõe um movimento de busca que emerge da curiosidade humana. Esta corporifica-se em questionamentos, que "respondidos" permitem a constatação de situações e reflexões para possíveis intervenções que desencadeiem novas pesquisas.

Neste movimento em que a pesquisa vai sendo desenvolvida, a intervenção tem um lugar fundamental, visto que permite ao pesquisador educar e se educar "conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade" (FREIRE, 2022, p. 31).

A investigação na perspectiva freireana parte do princípio de que o conhecimento está em construção, ou seja, a consciência do

inacabamento; e de que a pesquisa é um processo dialógico que se aprende e se ensina com as experiências e as histórias de vida.

Neste sentido, a pesquisa dialógica substantiva-se na interação entre pesquisador e participantes, respeitando as experiências e a cultura de cada um e considerando a complexidade das relações sociais. Esse respeito pela palavra do outro, ensina e aprende porque se constrói e se refaz cotidianamente, com humanidade em diferentes contextos da pesquisa. Para tanto, é necessário mutuamente humildade, alteridade, esperança, amorosidade, humanização e boniteza, aspectos que são construídos cotidianamente com ética e estética.

> Esse esforço de desocultar a verdade e sublinhar bonitezas une, em lugar de afastar, como antagônicas, a formação científica com a artística. O estético, o ético, o político não podem estar ausentes nem da formação e nem da prática científica (FREIRE, 2007, p. 120 *apud* CASALI, 2021, p. 149).

O desenvolvimento da pesquisa dialógica pressupõe um ato epistemológico, pedagógico, político, amoroso, ético, espiritual e solidário, respeitando as diferenças e lutando pela liberdade e solidariedade.

Aprende-se no processo que não se está fazendo pesquisa "para". A pesquisa não vai levar, estender-se, não é um prolongamento das necessidades do pesquisador, pelo contrário, é comunicação, trocas, partilhas, desconstruções e achados. Indagações que podem ser respondidas e descortinadas.

Pesquisar é refletir, é sentir, é estar e ser, é sofrer também, porque na trajetória pode ser doloroso acertar qual o caminho trilhar,

o que objetivar e problematizar, o que os resultados da pesquisa podem ensinar e que realidades podem acrescentar.

Quando se sabe da importância do inacabamento na pesquisa, sabe-se também que das respostas podem surgir novas perguntas e esse é um ciclo indispensável para que novos saberes possam ser reconhecidos e (res)significados. Ter consciência da importância da inconclusão é pronunciar novos objetivos, novas pesquisas, no intuito de conhecer mais a diversidade histórica, cultural, natural e territorial do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que pesquisar? A serviço de quem? Qual a postura do pesquisador em estudos qualitativos dialógicos? Como estabelecer relações? Como desenvolver uma postura ética? Estas, entre outras questões, são algumas das indagações que nos propusemos a problematizar neste texto, sem, contudo, ter a pretensão de esgotá-las.

Pistas sobre a pesquisa qualitativa dialógica são compartilhadas com os possíveis leitores deste texto, tendo nos teóricos adotados neste estudo âncoras que aportam outros significados à pesquisa científica. Significados que valorizam todo processo da pesquisa, desde o desenho mental que dela se faz às pessoas e os lugares que a constitui objetivamente, ao mesmo tempo em que é *encharcada* da complexidade subjetiva que atravessa o ser humano no gozo de suas vivências, espiritualidade, crenças, traços culturais, condições sociais e econômicas.

Neste contexto, compreende-se que a pesquisa qualitativa dialógica tem a responsabilidade de representar muitas vidas. Vidas que se movem em contextos de exclusões. Vidas que se deslocam

fora do circuito dos “grandes centros”. Vidas que se expressam de variadas formas, mas que ainda não foram pautadas por não renderem divisas ao capital. Vidas de pessoas comuns que vivem inteiramente o cotidiano. Vidas confinadas à morte por um sistema social, econômico e político excludente. Vidas que para o estudo dialógico importam!

Essas vidas, na pesquisa qualitativa dialógica, são narradas e significadas a partir do exercício do diálogo, ao mesmo tempo, com o compromisso da ética humana, já descrito neste texto. Diálogo e ética que se engajam com os marginalizados da terra.

Este estudo refletiu sobre a importância da pesquisa qualitativa dialógica que necessita, cada vez mais, se presentificar nas vivências e experiências práticas da vida cotidiana. Esperamos que os prenúncios de trocas, respeito ao outro em alteridade sejam fundamentais para o ato de pesquisar e possam ajudar os pesquisadores interessados na temática a produzir outras subjetividades a partir da relação entre ética e estética que a ação dialógica possibilita evidenciar.

REFERÊNCIAS

BORGES, V. “O princípio ético-crítico freireano”. **Revista Diálogo Educacional**, vol. 14, n. 41, 2014.

BRANDÃO, C. R. **A pergunta a várias mãos**: e experiência da partilha através da pesquisa na educação. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

BRANDÃO, C. R. **O que é o método Paulo Freire**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017.

BUBER, M. **Eu e Tu**. São Paulo: Editora Centauro, 2004.

CASALI, A. "Boniteza: a beleza ética de Paulo Freire". *In*: FREIRE. A. M. A. (org.). **A palavra boniteza na leitura de mundo de Paulo Freire**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2021.

CHACON, D. R. A. (org.). **Pedagogia da Resistência**: escritos a partir da vida e obra de Paulo Freire. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

DICKMANN, I.; DICKMANN, I. (orgs.). **365 dias com Paulo Freire**. São Paulo: Editora Diálogo Freireano, 2019.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2009.

FREIRE, P. "Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação". *In*: BRANDÃO, C. R. (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015.

FREIRE, P. F. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2013.

FREIRE, P. **Política e Educação**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2020.

HEIDEMANN, I. T. S. B. *et al*. "Reflexões sobre o itinerário de pesquisa de Paulo Freire: contribuições para a saúde". **Texto e Contexto - Enfermagem**, vol. 26, n. 4, 2017.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

HYCNER, R. **De pessoa a pessoa**: psicoterapia dialógica. São Paulo: Editora Summus, 1995.

MINAYO, M. C. S. "Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social". *In*: MINAYO, M. C. S. (org.). **Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

OLIVEIRA, W. M. M.; OLIVEIRA, I. A.; MATOS, L. L. S. "A teoria da dialogicidade em Martin Buber e Paulo Freire: aproximações e divergências conceituais". **Revista Periferia**, vol. 12, 2020.

RODRIGUES, K. C. O.; OLIVEIRA, I. A. "Representações sobre Eu-Outro na inclusão de PNEEs em Programas de Educação e Saúde de Belém do Pará". *In*: OLIVEIRA, I. A.; OLIVEIRA, W. M. M. **Representações Sociais, Identidades e Educação Inclusiva na Amazônia Paraense**. Belém: Editora UEPA, 2016.

SCOCUGLIA, A. C. **Paulo Freire, 100 anos**: um educador do presente e do futuro. Campina Grande: Editora da UEPB, 2021.

STRECK, D. R.; ADAMS, T. **Pesquisa participativa, emancipação e (des)colonialidade**. Curitiba: Editora CRV, 2014.

TEIXEIRA, E.; OLIVEIRA, I. A. "Cuidados éticos na pesquisa". *In*: MARCONDES, M. I. *et al*. (orgs.). **Metodologias e técnicas de pesquisa em educação**. Belém: Editora da UEPA, 2010.

CAPÍTULO 2

A Cartografia enquanto
Caminho de um Processo Libertário de
Pesquisa-Intervenção e Escrita em Terapia Ocupacional

A CARTOGRAFIA ENQUANTO CAMINHO DE UM PROCESSO LIBERTÁRIO DE PESQUISA-INTERVENÇÃO E ESCRITA EM TERAPIA OCUPACIONAL

Ingrid Bergma da Silva Oliveira

Lucivaldo da Silva Araújo

Escolher a cartografia dentre tantos caminhos possíveis para uma pesquisa, por si só dá pistas de uma pesquisa-intervenção e produção de subjetividades libertárias. Trata-se do desenquadre do texto, do mergulho em uma sinopse que tece poesia e prosa indissociavelmente, de um lugar onde as histórias se poetizam e as poéticas se historicizam, um caminho pelo qual muitos receiam se aventurar. Alguns por medo de não encontrar interlocutores, outros por evitarem o compromisso da partilha de experiências próprias por meio de uma escrita em que não há regras ou caminho roteirizado, mas um impulso que dá vida a uma realidade onde a construção do caminho se dá com o caminhar.

O critério de avaliação do cartógrafo é o do valor que se dá para cada um dos movimentos do desejo, o grau de abertura para a vida que cada um se permite a cada momento. O que define seu perfil é um tipo de sensibilidade que ele propõe fazer prevalecer em seu trabalho. Para o cartógrafo teoria é sempre cartografia. Ele absorve matérias de qualquer procedência e não tem o menor preconceito quanto à frequência, linguagem ou estilo das referências (ROLNIK, 1993).

A vida é portadora de forças não representáveis. A diferença entre a cartografia e a etnografia, por exemplo, é a maneira com que cada uma delas lida com essas forças. Enquanto a cartografia - aqui pensada à maneira proposta por Deleuze e Guattari, procura

mergulhar no não representável sem tentar impor-lhe uma imagem, a etnografia procura torná-lo significante. A primeira, aborda as forças da vida, exercício desvinculado da história do sujeito e da linguagem em que o outro é uma presença que se integra à nossa textura sensível, tornando-se parte de nós. A etnografia, por sua vez, trabalha o outro, a diferença, buscando fixá-la no campo das representações.

O "tornar-se nativo" dos antropólogos e a observação participante são ritos de passagem para produzir representações acerca da vida nativa, para construir uma visão a respeito do outro. A voz que existe é a voz do antropólogo, ele fala do outro, pelo outro. É uma espécie de "monólogo" sobre um fora. A prática etnográfica permite interpretar o mundo social aproximando o pesquisador do Outro "estranho", tornando-o "familiar" ou no procedimento inverso, estranhando o familiar (ROCHA; ECKERT, 2008).

Na cartografia conta-se o percurso no qual o cartógrafo se afetou. São os deslocamentos, as aberturas e clausuras que dizem desse percurso que é repleto de vozes, multivozes que dialogam. O cartógrafo é um antropófago, em uma alusão aos índios tupis que devoravam seus inimigos. Mas não qualquer um, apenas os bravos guerreiros, cuja proximidade de suas potências vitais se intensificaria nos devoradores que se deixavam afetar por estes a ponto de absorvê-los no corpo, para que partículas de suas virtudes se integrassem às suas químicas da alma e promovessem seu refinamento (ROLNIK, 1998).

A cartografia não deseja o monólogo, ela deseja a antropofagia das multi linguagens. Cartografias são construídas da emergência de intensidades nem sempre nominadas, como uma incubação de novas sensibilidades e de novas línguas que vão se compondo ao longo do tempo (OLIVEIRA; PARAÍSO, 2012).

A cartografia compõe um desafio de realizar uma reversão do sentido tradicional de método, saindo de objetivos prefixados e de uma meta a ser aplicada, para um processo a ser experimentado e assumido como atitude. O fato de não ser fixo, não quer dizer que não tenha rigor. Todavia, este é ressignificado. O rigor do processo, sula precisão, está mais próximo dos movimentos da vida. A precisão não é tomada como exatidão, mas como compromisso e interesse, como implicação com a realidade, como uma intervenção (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2012).

A cartografia surge como um princípio do rizoma Deleuziano que atesta, no pensamento, sua força performática, compondo-se como um método de investigação que se move em sintonia com o caráter processual da investigação.

> Diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer, e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza, ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos. O rizoma não se deixa reduzir nem ao Uno nem ao múltiplo[...] Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes, de direções movediças. Não tem começo nem fim, mas sempre um meio, pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 31).

Cartografar é então, sair do enquadre, fugir da regra que aprisiona e lançar o pesquisador em um campo de ousadia. Entretanto, acompanhar e se fazer, no mesmo tempo dos movimentos de transformação de nossa paisagem de pesquisa, parece um caminho imperdível para alguns, mas outros perguntarão se isso é ciência (ROLNIK, 2011).

O método cartográfico é um movimento concentrado na experiência. O cartógrafo não objetiva entender em um sentido vinculado à explicação ou revelação, "o que ele quer é mergulhar na geografia dos afetos e, ao mesmo tempo, inventar pontes para fazer sua travessia: pontes de linguagem [...]" (ROLNIK, 2011, p.67).

A atitude cartográfica nos permite dar língua a afetos que pedem passagem na vivência de um grupo, de um atendimento, da docência, de movimentos sociais ou de quadros clínicos, instituições etc. Os registros em caderno de campo, em vídeo, em fotografias e outras formas variadas de captura, nos ajudam a localizar destaques nas intensidades dos encontros cujas experimentações que escolhemos nos aprofundar são aquelas que colocamos em relevo. O cartógrafo serve-se das mais variadas fontes, não só escritas e nem só teóricas. Seus operadores conceituais podem surgir tanto de um filme quanto de uma conversa, assim como de um tratado de filosofia ou de uma grafitagem e uma exposição de arte (OLIVEIRA, 2016).

Ao anunciarmos no título deste capítulo a ideia de processo libertário de escrita e pesquisa-intervenção, reportamo-nos à Lygia Clark (CLARK, 1965) que por sua vez se reporta à Mario Pedrosa, ao destacar o acontecimento do "exercício *experimental* da liberdade", que aqui associamos ao escritor-pesquisador, como sendo a própria "realização da arte", ou ainda, aquilo através do que "se engendra a poesia" e que lhe permite atingir "o singular estado de arte sem arte".

Ao retratar a cartografia enquanto processo ético e poético, consideramos a ética da escolha cartográfica em sua relação com o quanto a vida, que se expõe a nossa escuta, se permite passagem, cabendo aos terapeutas sustentar a vida em seu movimento de expansão, o que implica em um compromisso com os movimentos que a própria vida faz na busca por vias de afirmação criativa (ROLNIK, 2011; FREI, 2012).

A poética se insere na forma de conduzir proposições, na leitura poética que se tem dos sujeitos e grupos, para além de uma aproximação do campo literário ou plástico. É o ato poético imbricado na clínica, no fazer, nos gestos da cotidianidade. Em tempos desprovidos de poesia, que pelo menos a escrita, a pesquisa-intervenção, sejam dispositivos de fuga (OLIVEIRA, 2016).

Maroni (2008) nos ajuda a entender que poesia no grego é algo do campo da multiplicidade, já que toda causa de qualquer coisa que passa do "não-ser" ao "ser", é poesia, de modo que produção é poesia e artesão é poeta. Uma escuta e uma produção poética seriam pertencentes ao campo da não exclusão, aquele que valoriza a ambiguidade e ambivalência, revelação paradoxal capaz de abrir-nos para o caótico, o desorganizado, o obscuro, o incerto, o imprevisível, o indefinido(OLIVEIRA, 2016).

Suely Rolnik construiu um texto quando tornou-se professora titular da PUC/SP e que posteriormente foi publicado nos Cadernos de Subjetividade (ROLNIK, 1993) cujo título é "Pensamento, corpo e devir: uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico". Nele, a autora nos brinda, referindo-se sobre onde se situa o rigor de sua produção que pensa o ético, o estético e o político de um pensamento que abarca seu trabalho.

Rolnik refere que produz de forma ética porque esta trata do rigor com que escutamos as diferenças que se fazem em nós e afirmamos o devir a partir dessas diferenças. As verdades que se criam com este tipo de rigor, assim como as regras que adotamos para criá-las, só têm valor enquanto conduzidas e exigidas pelas "marcas", que para a autora são memórias do invisível feitas não de fatos, mas de algo que ela optou chamou apenas de "marcas". Seu trabalho mergulha no campo estético porque este não é o rigor do domínio de um campo já dado (campo de saber), mas sim o da criação de um campo, criação que encarna as marcas no corpo do pensamento, como em uma obra de arte. E, sobre o campo político,

aponta que este rigor é o de uma luta contra as forças que em nós obstruem as nascentes do devir.

Nem sempre conseguimos manter este rigor. Muitas vezes ele passa a ser de ordem exclusivamente lógica e, quando isso ocorre, os textos perdem o brilho da vitalidade. Se nos deixarmos envolver pela conformidade estéril de um texto aprisionado na "inteligência e erudição", ele deixará de seguir um caminho cartográfico e nos impedirá de dedicarmos esforços de criação.

Suely diz que escrever é traçar um devir. E devir não é mudar, já que não há um lugar do qual se parta, nem um ao qual se chegue ou ao qual se deva chegar; nem imitar, nem fazer como, nem se conformar a um modelo, seja de justiça ou de verdade, pois, à medida que alguém se transforma, aquilo em que ele se transforma muda tanto quanto ele próprio. Os devires não são fenômenos de imitação, nem de assimilação, mas de dupla captura, de evolução não paralela, de núpcias entre dois reinos. Devir é o conteúdo próprio do desejo (máquinas desejantes ou agenciamentos): desejar é passar por devires (DELEUZE; GUATTARI, 1997; ROLNIK, 1993).

Rolnik (1993) considera que a escrita "trata". Além do trivial desassossego que a move e a faz criar um mundo onde encontramos um novo equilíbrio, a escrita tem um poder de tratamento em relação àquilo que a autora chama de "marcas-ferida", que enfraquecem e intoxicam. E que:

> Nos momentos em que somos escravos do espaço, do eu, do narcisismo e não suportamos o tempo. Quando é assim, a escrita seca e nada pode fazer por nós. Outras vezes, ao contrário, tem tempo demais sobrando em relação ao espaço de que dispomos e é preciso passar por um longo período onde a escrita opera em silêncio e onde parece que nada acontece, antes de podermos constituir um novo espaço de

> existência e de escrita que dê conta daquele tempo. Outras vezes ainda, quando ficamos sem escrever por um bom tempo, a escrita sai como água enferrujada numa torneira em desuso, que embaça o invisível, e o acesso a ele fica dificultado. Nestes casos, é preciso abrir a torneira e deixar escorrer bastante água, até que ela vá recuperando sua potência cristalina (ROLNIK, 1993, p. 04).

Trilhar uma escrita no campo cartográfico é um eterno fazer-se ao caminhar sobre o qual podemos falar muito, escrever bastante, mas que vivenciar é excepcionalmente único, sensível. É um habitar paisagens acolhedoras, em um tempo sutil.

UMA PESQUISA CARTOGRÁFICA EM TERAPIA OCUPACIONAL: A EXPERIÊNCIA COM UM GRUPO DE PRÁTICAS CORPORAIS EM SAÚDE MENTAL

Ao cartografar a experiência aqui relatada, referente à tese de doutoramento da primeira autora (OLIVEIRA, 2016), houve uma submersão no funcionamento do universo pesquisado, o que exigiu que o cartógrafo participasse da realidade vivenciada, de forma que foram cartografadas falas, gestos, olhares e outras afecções e afectos, a fim de traçar rotas irregulares, provocando uma ocupação do traçado das forças atuantes, implicando em um modo de caminhar e de fazer funcionar toda aquela realidade.

Rolnik (2011, p. 66) acentua essa submersão quando refere que o cartógrafo "deixa seu corpo vibrar em todas as frequências possíveis e fica inventando posições a partir das quais essas vibrações encontram sons, canais de passagem, carona para a existencialização". Cartografar, portanto, seria a composição de uma

paisagem aberta em conexão com toda a sua extensão, flexível e suscetível a constantes modificações.

Ao longo da pesquisa que apresentamos neste tópico, foi possível observar que a cartografia que a conduziu foi permeada de práticas que funcionaram como plataformas de lançamento de discussões e que passaram por concepções como a não fixação diagnóstica, a importância de um tempo sutil e espaço formativo na atenção psicossocial, a inclusão de elementos culturais nas práticas de cuidado, a garantia de uma escuta atenciosa das histórias pessoais dos usuários, com a ênfase na aproximação de corpos, e a intensidade das ações entre os sujeitos como combustível vincular, bem como o aumento da potência de agir como o norte principal de todo o processo de cuidado e tudo que isso imprime de mudança de atitude diante do tratamento, elementos que compõem o que foi nomeado de cuidado artesanal.

Os registros fotográficos e excertos contidos na pesquisa e indiretamente discutidos neste capítulo, abrangem 14 participantes de uma ação denominada "grupo de trabalho corporal" que compôs a dinâmica de um CAPS do tipo III na cidade de Belém-PA. A produção dos dados se deu por meio de registros nos cadernos de andarilha (um tipo de caderno de campo), registros fotográficos e de áudio. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da PUC/SP, campus Monte Alegre.

Os registros de áudio, fotográficos e nos cadernos foram realizados à época do funcionamento do grupo sem a intenção de produção acadêmica, mas como parte de pesquisa de prática e de sistematização do acompanhamento do grupo terapêutico. As cenas narradas na tese foram selecionadas dos cadernos de andarilha, seguindo como critério de escolha aquelas com maior volume de registro e as que apontavam conexões com os temas levantados por autores que "emprestaram candeeiros" (OLIVEIRA, 2016).

As cenas apresentadas ao longo da tese foram escritas em forma de narrativas destacadas em *itálico*, embora extraídas dos cadernos de andarilha, e em alguns momentos foram acrescidas de excertos de falas de sujeitos registradas em áudio. Outros relatos que contam as experiências existenciais da cartógrafa também foram aglutinados ao longo da produção.

O relato cartográfico é fluido e pode adquirir diferentes formatações. Em muitas escritas cartográficas ao introduzir o trabalho, os pesquisadores costuram parte de suas trajetórias pessoais bem como os seus percursos clínicos e acadêmicos que, muitas vezes, acabam por delinear o interesse desses pesquisadores pelo objeto de estudo.

COMPONDO UM DISPOSITIVO DE CUIDADO: CENAS DE UM ITINERÁRIO TERAPÊUTICO OCUPACIONAL

A ideia de cuidado aqui apresentada é atravessada por histórias de vida, verdades e memórias de sujeitos, cujo sofrimento mental tem imprimido marcas em suas existências tanto concretas quanto simbólicas, pela teia de significados que lhe são atribuídos.

Guattari defende a ideia de que os sintomas são como pássaros que vêm bater seus bicos no vidro da janela, e que não cabe interpretá-los, mas situar suas trajetórias para saber se eles servem de indicadores de referência, adquirindo consistência suficiente para modificar situações (GUATTARI; ROLNIK, 2005).

Deste modo, a experiência do cuidado artesanal surgiu na tentativa de inscrever lembranças afetivas, impulsionar, "autorizar" os sujeitos a utilizarem ferramentas de seus próprios modos existenciais na busca por romper com o enquadre nosológico que reforça a experiência disruptiva da loucura. Apenas um caminho

cartográfico seria capaz de absorver tal vivência e transformá-la em narrativas e pesquisa.

Kuniichi Uno (2012, p. 66) nos lembra que o corpo "é esse lugar único existencial (e até mesmo político) sobre o qual se sobrecarregam, se recolhem e se curvam todas as determinações da vida".

E como se sustentam os corpos em sobrecarga, recolhidos e curvados? Como impulsionar corpos que vivenciam algo que violentamente obstrui o escoamento dos fluxos? Como compor dispositivos para o convívio e fortalecimento vincular desses corpos sem perder de vista as experiências existenciais do terapeuta? Sustentar tais sobrecargas requer certa potência que determinados dispositivos podem ajudar a mover?

> Os loucos na sua fragilidade e inconsistência, com sua origem turva e nebulosa, num processo constante de reconstrução a partir dos destroços anteriores, também precisam, para sustentar-se, de muita engenhosidade, acaso e amiúde uma boa torcida desejante [...] aquela que nós podemos oferecer a partir dos dispositivos os mais diversos que conseguimos colocar à sua disposição para favorecer-lhes essa consistência e sobrevivência, ainda que incertas (PELBART, 1993, p. 31-32).

Os dispositivos aos quais Pelbart se refere encontram-se desde o plano institucional, jurídico, de acolhimento, de escuta, de vínculo, que entram em ação partindo de um encontro e que se concretizam em tempos diferentes para quem oferece e para quem recebe a oferta de cuidado. Não se trata do tempo do relógio, mas de um tempo sem medida que se situa na generosidade de ambos,

doador e receptor. Um tempo que é devir e não *khronos* (PELBART, 1993).

Para Foucault, nas palavras de Deleuze (1990), os dispositivos são como máquinas que concebem ver e falar, designando a rede de relações que pode ser estabelecida entre elementos heterogêneos de forma estratégica, assim como entre o discursivo e o não discursivo. O termo nomeia aquilo *em que e por meio do qual* se realiza pura atividade governamental, sem nenhum fundamento no ser, implicando, portanto, em um processo de subjetivação, isto é, produzindo sujeitos, produzindo territórios existenciais em uma formação histórica.

Nesse sentido, Foucault aproxima a tese de dispositivo de um conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições, elementos ditos e não ditos, cujos objetivos são gerir, governar, controlar e orientar os gestos e pensamentos dos homens em um sentido que se supõem úteis, e , desta forma, funcionam como dispositivos de poder (CASTRO, 2009; FOUCAULT, 1979).

A tese de dispositivo de Giorgio Agamben define dispositivo de poder como "qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes" (AGAMBEN, 2009, p. 40). Não somente as prisões, os manicômios, as escolas, a Igreja, as medidas jurídicas, cuja conexão com o poder é em certo sentido evidente, mas também a caneta, a literatura, o cigarro, os telefones celulares, a própria linguagem, que cada um captura a seu modo, e do qual o homem se torna resultado.

Interessa-nos mais a ideia de Deleuze acerca de dispositivos, uma vez que retrata os dispositivos de potência, os quais se apresentam mais adequados ao que no propomos discutir. Deleuze indica que, de início, dispositivo é um novelo, certo conjunto

multilinear, composto por linhas de natureza diversa, como as linhas de força e de subjetivação (DELEUZE, 1990).

Kastrup e Barros (2012) destacam do pensamento Deleuziano de dispositivo, duas consequências: a primeira é o repúdio de um universalismo, e a segunda, é uma orientação que se desloca do eterno para a apreensão do novo. Neste sentido, trabalhar com dispositivos implica em acompanhar seus processos e não apenas pô-los para funcionar.

Esta cartografia, que evidenciamos neste capítulo, resultou na tese "Artesania do cuidado: reverberações do corpo, do tempo e da experiencia estética na Terapia Ocupacional" e acompanhou os processos do dispositivo cuidado artesanal ao mesmo tempo em que o pôs a funcionar.

O cuidado artesanal trata de dispositivos dentro de dispositivos, uma ideia de cuidado enquanto prática de subjetivação que inventa modos de existir, que extrai a função de dispositivo de certos agenciamentos que revelam certa potência relacional, de dizibilidade e de visibilidade (OLIVEIRA, 2016).

Barros (2015) reforça a ideia de dispositivo em seu caráter Vivo, que contém disposição, que comporta linhas de força que nos levam a estar no meio, na intermediação e que, ao mesmo tempo, desbloqueia processos de criação ao se afastar de códigos que procuram explicação para tudo.

A terapeuta ocupacional Maria Cecília Galletti (2001) discutiu a diferença entre técnica e dispositivo em sua dissertação de mestrado, pontuando que técnica é um instrumento material aplicado em dada situação e dispositivo nasce da situação como dobra estratégica, uma tática advinda da própria experiência do terapeuta intercambiada com a do cliente. O dispositivo cuidado artesanal é, então, uma série de táticas que produzem efeitos entrelaçados e que

não devem ser tomadas como uma receita, um modelo, nem prescrição (OLIVEIRA, 2016).

Neste caso, cabe diferenciar tática, nomenclatura que utilizamos, de estratégia, esta última frequentemente referida nos ambientes de cuidado. Michel de Certeau (2014), importante pensador francês, no primeiro volume de sua obra "A invenção do cotidiano" estabelece a diferença entre estratégia e tática. Para esse autor, a estratégia define uma intervenção localizada, formal, operação de natureza impositiva definindo um campo regido pelo poder do saber. As estratégias contam com análise de forças e construção de articulações para atingir um objetivo, subordinadas a determinado núcleo de poder.

As táticas, por sua vez, tomam forma no interior do terreno das estratégias, utilizando os elementos destas últimas, seja alterando, transformando, manipulando e/ou modificando-os a seu favor, muitas vezes, por meio de uma inventividade que sabe aproveitar as circunstâncias. Certeau (2014) enfatiza que a tática é a arte do fraco, que tem astúcia, tem movimento e tem surpresa, já que quanto maior o poder, menor a possibilidade de permitir-se correr riscos.

A tática representa uma maneira de fazer que concebe transformação, o que supõe, portanto, outros modos de lidar com o que surge como imposto ou estabelecido, é como um consumo subversivo do produto estratégico (CERTEAU, 2014).

Como as táticas surgem no modo de fazer, de pôr em cena o cuidado artesanal? Que dificuldades surgem na tentativa de criar essa dobra estratégica que é o dispositivo?

Uma dificuldade é que a medicação talvez esteja no imaginário de muitos como a suprema solução na saúde mental – e não apenas neste campo. Nesse sentido, construir linhas de fuga que apontem para outras possibilidades se faz urgente e essa construção

perpassa por mostrar que nem só de remédio vive-se em um tratamento e, ainda que a doença se instaure na vida dos sujeitos de maneira imperativa, a luta pela vida e saúde prevalece quando as abordagens nos surpreendem em seu poder de afetação e proliferação do novo (OLIVEIRA, 2016).

A noção de cuidado supera a lógica pontual e casuística da intervenção medicamentosa, mas em meio à urgência que muitos se impõem na busca por resolutividade diante de determinados processos de adoecimento, mostra-se mais confortável ingerir um comprimido do que disponibilizar-se a um processo de investigação de si.

Em meio a um processo de adoecimento, por mais grave que este se apresente, é possível que o sujeito se reinvente, redescubra-se ou pelo menos perceba de forma mais atenta aspectos da sua realidade e de sua história, quase nunca antes observados.

Merhy (1998) afirma que a produção de táticas de cuidado requer valorização do acolher, do responsabilizar, do resolver e do autonomizar, ou seja, um agir cumpliciado do profissional com a vida individual e coletiva do cliente. Afirma também que cuidar significa um encontro entre um trabalhador de saúde e um usuário, no qual há um jogo de necessidades e direitos em que o usuário se coloca como alguém que busca uma intervenção que lhe permita recuperar ou produzir graus de autonomia.

Sair da horizontalidade involuntária, geralmente imposta ao sujeito em uma internação psiquiátrica, marcada pelo predomínio da restrição ao leito, pela medicação, pela contenção, e passar para uma relação horizontalizada, é situar-se onde não se legitimam líderes ou atitudes doutorais, mas parcerias, compartilhamentos, “proposições” aos modos do pensamento de Lygia Clark, ou seja, enquanto espacialidade móvel e ao mesmo tempo indefinível, fazendo da

"obra/intervenção", algo situado entre o catalisar e o restaurar (CLARK *apud* ROLNIK, 1996; OLIVEIRA, 2016).

O próprio conceito de vida presente nos escritos de Lygia Clark mantém essa perspectiva de compartilhamento, desfazendo a possibilidade de relação mecanizada entre o eu, o corpo e o mundo exterior, o que de fato pode inspirar o pensar de uma clínica.

A incorporação de metáforas da realidade, a exemplo da fita de Moebius proposta por Clark, impulsiona movimentos transformadores que encorajam o sujeito a participar da construção de novas realidades sem que dependa exclusivamente de outro, seja ele mestre, líder ou terapeuta, fazendo surgir uma intervenção enquanto tática (SOUZA; SANTOS, 2008).

Uma das formas que encontramos para trilhar esse caminho de relação horizontalizada e circular foi pela proposição de práticas atravessadas por narrativas corporais ligadas à busca de uma verdade contida no corpo e na relação com o outro, com outros e seus corpos. Essas táticas perpassaram por danças, relaxamentos, construção de máscaras, massagens, jogos teatrais, experimentações sensoriais e cênicas, dentre outras que privilegiavam a experiência de si (OLIVEIRA, 2016).

> A experiência de si, historicamente constituída, é aquilo a respeito do qual o sujeito oferece a seu próprio ser quando se observa, se decifra, se interpreta, se descreve, se julga, se narra, se domina, quando faz determinadas coisas consigo mesmo [...]. E esse próprio sempre se produz com relação a certas problematizações e no interior de certas práticas (LARROSA, 2008, p. 84).

As estratégias constituídas no interior dos serviços de saúde mental poderiam privilegiar uma oferta de espaço para essa

experimentação de si, tão pertinente aos usuários que vivenciam um sofrimento mental, mas essa realidade, geralmente, encontra-se aprisionada em rotinas intensas e burocráticas, relações hierárquicas, em que novas formas de se relacionar com a experiência da loucura não se presentificam, restando, por vezes, armadilhas no cotidiano para que se reproduza a prática asilar.

Tal prática asilar independe do espaço físico, podendo se estender por qualquer modalidade assistencial, basta que haja formas radicalizadas nas relações que abranjam gestos, olhares ou atitudes que imponham limites excessivos, intolerâncias e diferenças.

Na privacidade entre trabalhadores e usuários é possível observar que o que acontece é a lógica da burocracia, a lógica manicomial e não a das relações. Nem sempre as ideias operantes são públicas. Muitas vezes, apenas o discurso privado deixa escapar o pensamento retrógrado. Se o profissional é chamado a proferir uma palestra, o discurso é muito atualizado, supostamente terapêutico, pretensamente inclusivo, mas no dia a dia, na relação "íntima" com os usuários dos serviços, na condução das ações "domésticas", o que fala alto é uma postura verticalizada, pouco investida de afeto e de interesse por produção de diferença (OLIVEIRA, 2016).

Embora os serviços de atenção ao sujeito em sofrimento mental façam parte do SUS, localizando-se no campo da saúde, pensados como espaços de prevenção, promoção e reabilitação, mais do que tratar doenças, nestes lugares o importante seria pensar as ações como forma de produzir autonomia, viver em sociedade, produzir vida em sujeitos autônomos, favorecendo uma leitura/releitura de seus modos de estar no mundo.

Entretanto, ocorre, em muitos casos, a reificação dos usuários, com serviços centrados em procedimentos (preencher uma ficha, ser um número de prontuário, inserir-se no fluxograma), onde o questionamento se aniquila, opta-se por não se tomar

conhecimento se as ações estão facilitando a vida dos usuários e fazendo sentido para eles. Independente, se muitas vezes, o serviço representa a única rede de pertencimento da qual os usuários fazem parte.

Sant'Anna (2001) afirma que é frequente profissionais de saúde atuarem sob rígida divisão de tarefas, em uma clara imagem de fragmentação do cuidado, o que pode gerar ou piorar a sensação de angústia nos usuários.

A rigidez e, também, o excesso de tarefas burocráticas engessam a vida das pessoas – equipe e usuários –, havendo sempre tempo e lugar previamente estabelecidos e inflexíveis para que tudo aconteça, docilizando os corpos, mas considerado por muitos, apenas como atributos de uma "organização essencial" dos serviços, para quem, ser flexível, torna-se atitude resultante ou passível de manipulação.

Como interferir nesta realidade? Como ampliar as fronteiras por vezes rígidas? É possível pensar em espaços de negociação para que se produza sentido de vida e se fuja do imperativo do "poder branco", que é uma mola que afasta terapeuta e usuário? Sim, mas talvez não seja o suficiente.

Inúmeros episódios ocorridos quando da chegada de grupos de estagiários em um dos CAPS em que trabalhamos em Belém/PA ajudam a caracterizar a ideia de "poder branco" à qual nos referimos.

Nos primeiros dias de cada grupo de estagiários era muito natural que a equipe e os usuários abordassem os alunos, que se apresentavam sem jaleco, fazendo-lhes perguntas como se fossem novos usuários. Eles eram questionados sobre quem era o técnico de referência deles, para qual grupo iriam, desde quando estavam no serviço, se precisavam de ajuda etc. Muitos alunos se questionavam "se tinham cara de loucos", se pareciam precisar do serviço, se pareciam eufóricos ou deprimidos, dentre outras coisas.

Esse era, geralmente, o pontapé inicial para discutirmos acerca das expectativas em relação aos usuários. Nesse momento, medos, discriminação e dúvidas se apresentavam. E a vestimenta era colocada em questão. O quanto uma armadura branca seria capaz de dizer: "Calma, eu não sou louco, eu sou Doutor!".

Essa forma de pensar e estar nos serviços substitutivos em que fugimos do jaleco pode operar mudanças, essa "falta de diferença" no vestuário para quem chega aos CAPS pela primeira vez esvazia qualquer possibilidade precipitada de enquadre, fazendo com que os próprios usuários sintam-se mais à vontade. Um novato ou visitante, por exemplo, não sabe quem é quem e se vê compelido a tratar todos sem rótulos prévios, o que ajuda a diminuir as diferenças e aumenta a sensação de acolhimento e respeito a quem transita nesses espaços. Sobre este aspecto, Amarante (1995, p.48) afirma que:

> [...] é preciso desmontar as relações de racionalidade/irracionalidade que restringem o louco a um lugar de desvalorização e desautorização para falar sobre si, da mesma forma que é preciso desmontar o discurso/prática competente que fundamenta a diferenciação entre aquele que trata e o que é tratado.

Embora essa desmontagem de um discurso/ação asilar não se restrinja à questão da não diferenciação da vestimenta pela equipe, esta é uma dobra da experiência importante a ser considerada. O que mais interessa, entretanto, é observar o que contamina a composição de um dispositivo, perceber como os poderes operam a fim de desmobilizar, destituir de valor, desagregar. A lógica asilar que é esse tipo de força reativa que triunfou durante certo tempo na História, pode retornar não necessariamente trazendo de volta seu

dispositivo manicômio, mas neutralizando forças ativas, seja decompondo-as ou separando-as, esvaziando de valor e mobilização.

Nesse sentido, Pelbart (2010, p. 25) chama a atenção para a imanência com que os poderes operam, "não mais de fora, nem de cima, mas como que por dentro, incorporando, integralizando, monitorando, investindo de maneira antecipatória até mesmo os possíveis que se vão engendrando, colonizando o futuro".

Como manter a força ativa dos dispositivos de cuidado sem sucumbir à desmontagem?

Essa é uma questão que deve nos acompanhar, porque, enquanto nos atentarmos a ela, corremos menos risco de sermos capturados. De qualquer forma, resistir a sucumbir depende de sermos ativos, criarmos um modo de respirar, desalinhar as significações estabelecidas, negando a imposição da normalização, da dominação, mantendo a condição de transformação do pensamento e das ações.

Essas afirmações acerca da composição de um dispositivo de cuidado, da força das relações horizontalizadas, da fuga da contaminação pela lógica asilar e do poder branco engendraram-se no percurso terapêutico ocupacional dos cartógrafos. Dito isto, como afirmar que a Terapia Ocupacional influenciou a composição desse dispositivo cuidado artesanal?

As cenas do itinerário terapêutico ocupacional que possibilitaram forjar o que chamamos de cuidado artesanal foram sendo destacadas enquanto plataformas de discussão e desenham elementos que se articulam à ação de uma terapeuta ocupacional e contam um modo de cuidar que lhe é próprio (OLIVEIRA, 2016).

Deste modo, a potência inventiva da Terapia Ocupacional compõe um território em que o enfoque é dado a alguns elementos que caracterizam um modo diferenciado de cuidar. Dentre estes

podemos destacar a importância dada pelos terapeutas aos usuários se envolverem e se apropriarem das proposições, no investimento que fazem em certa estruturação complacente do cotidiano, na oportunização dos sujeitos produzirem algo para si e para os outros, na ênfase da transformação de estados enrijecidos na dependência, bem como em não influenciarem a produção dos clientes com suas opiniões, interferindo na escolha de temáticas, cores etc., mas sim, na escolha das propostas a partir do sentido das mesmas na vida dos sujeitos que culminam, por vezes, na potencialização de desdobramentos extramuros das ações (OLIVEIRA, 2016).

O que o cuidado artesanal tem a dizer para a Terapia Ocupacional? Que os modos de cuidar, os modos de viver instauram zonas de vizinhança. O cuidado é vivo e a pesquisa viva do cuidado nos lança para um estado de tensão entre conhecido e desconhecido, entre fendas, sombras e moinhos de vento, entre o saber e o não saber, logo, um encontro pode acontecer onde tudo é clínica e nada é clínica.

Um encontro também pode acontecer em uma clínica de experimentação que age por minoração, acionando a potência daquele que está à margem, como um exercício da vida, liberando a passagem que permite a invenção de formas de experimentar a potência da vida em um exercício crítico e de criação, como nos faz ver a terapeuta ocupacional Erika Inforsato (2005) em sua “Clínica Barroca: exercícios de simpatia e feitiçaria”.

Buscar a si mesmo e por isso viver em eterno desterro, talvez nos ajude na tarefa hercúlea de nos despirmos de nossas certezas, aceitarmos a perene e imanente condição de impermanência de tudo.

A artesania do cuidar, nesse sentido, revela uma realidade flutuante, impermanente, que se faz e refaz, representando uma escolha que resulta de uma dilatação, nutrida do tempo, expressando nosso ato criativo, nossa capacidade singular de inventar futuros,

nossos e do mundo, um saber de uma confiança na vida e na possibilidade de criarmos saídas, outros possíveis aos modos hegemônicos de existir e cuidar (OLIVEIRA, 2016). Nosso ato criativo é "este impulso que responde à necessidade de inventar uma forma de expressão para aquilo que o corpo escuta da realidade enquanto campo de forças" (ROLNIK, 2005, p. 05).

ARTESANIA DO CUIDADO: CARTOGRAFIA DE UM PROCESSO METAMORFÓSICO

O modo de cuidar que é discutido ao longo deste capítulo exemplificando a cartografia de modo prático, com seu olhar sobre a intervenção, a pesquisa e a escrita, não é um modo confortável, tampouco revolucionário, mas ele precisou ultrapassar as filigranas da assistência. De algum modo, foi necessário desertar, ver-se sozinho na experimentação de si, porque foi preciso, antes de tudo, trazer uma intimidade à tona para criar um dialeto que comunicasse a experiência.

O dialeto foi criado inspirado nos relatos retirados dos cadernos de andarilha, os quais eram escritos ancorados na experiência, performando acontecimentos que montaram pistas.

As pistas da artesania do cuidado foram apresentadas ao longo da segunda parte da tese já mencionada, mostrando que este cuidado é guiado pela não fixação diagnóstica, pela valorização da construção de um tempo sutil e paisagem acolhedora na atenção psicossocial, pela inclusão de elementos culturais nas práticas de cuidado, pela escuta atenciosa das histórias pessoais dos usuários, pela ênfase na aproximação de corpos, pela intensidade das ações entre os sujeitos como combustível vincular e por práticas que

impulsionam o aumento da potência de agir, culminando em mudança de atitude diante do tratamento.

Outras ideias importantes configuram a artesania do cuidado, tais como: a defesa de uma atitude ético-poética de acolhimento; a consideração de elementos no campo do inusitado no ambiente psicossocial; as experimentações sensoriais e a varredura de sensações proporcionadas aos sujeitos a partir de um olhar estrangeiro sobre objetos do cotidiano; a busca de experiências que alimentam a ideia de saúde enquanto intensidade de vida, dispositivos dentro de dispositivos (OLIVEIRA, 2016).

Os registros das práticas e suas intensidades já metabolizadas deixaram marcas mnemônicas que, ao misturarem-se e diluírem-se, resultaram em vestígios da presença do grupo em cada participante e na cartógrafa. Isto imprimiu marcas que nutriram o pensamento na configuração deste modo de cuidar que apresentamos em parte neste texto. Nesse sentido, "o outro é uma presença que se integra a nossa textura sensível, tornando-se, assim, parte de nós mesmos" (ROLNIK, 2011, p. 12).

Como compreender se este modo de cuidar é válido? Como identificar possíveis marcas que estes dispositivos imprimiram naqueles que os experimentaram?

Validar um modo "novo" de cuidar nos coloca em choque com modos tradicionais, já aceitos e incorporados por muitos de nossos pares. Seguir certo "modelo psicossocial de atenção" não significa que temos que atuar em uma espécie de doutrinação, quando um questionamento toma ares de um insulto. Contudo, validar, no sentido que discutimos, é como um reconhecimento de outros possíveis, não como uma prova de que funciona, de que é efetivo, de que se precisa comprovar, caso contrário, se abre a possibilidade de novos adestramentos (OLIVEIRA, 2016).

Pelbart (1993, p. 24-25) faz uma interessante provocação: "como fazer uma clínica sem um modelo de clínica, quando no fundo está todo mundo atrás do melhor modelo? Quando já custa um esforço tão hercúleo achar um modelo, porque tornar-se iconoclasta?".

As disciplinas que tradicionalmente se ocuparam de pensar e problematizar o cuidado foram a Filosofia e a Enfermagem, voltadas ora ao cuidado de si, ora ao cuidado do outro. Essa dimensão do cuidar do outro pode equivaler tanto a um saber o que fazer com o outro, em um cuidado meramente protocolar, quanto a um querer saber feito de disponibilidade, que caracteriza certo cuidar-tratar (MONTENEGRO, 2001; DUMONT; SILVA, 2012; ESTELLITA-LINS; OLIVEIRA; COUTINHO, 2009).

Antônio Pinto (2008), em sua dissertação de mestrado intitulada "Produção do cuidado em saúde mental: significados e sentidos da prática clínica em centro de atenção psicossocial" sinaliza alguns pressupostos operados nos CAPS, dentre os quais destaca a circunscrição da produção de cuidado pelo modelo médico-centrado, dirigido pela necessidade de cura e de redução do risco à saúde, com pouca ênfase ou nenhuma, para sua discussão ampliada e para a horizontalização da atenção, tampouco para uma clínica inserida em uma dimensão de cuidado integrador.

A necessidade de ampliação da capacidade de escuta, disponibilizando um sentido humanizado ao atendimento, acolhendo os sofrimentos individuais, traduzindo-os em dimensões físicas, psíquicas e sociais é o que tornaria possível as ações/intervenções integradoras na dimensão do cuidado que propomos (CAMPOS, 1992).

Pinto (2008) ressalta também que, no modo dominante de cuidado nos CAPS, observa-se um processo de trabalho pautado na fragmentação, em que os elementos que consolidariam sua

integralidade encontram-se subtraídos da lógica do atendimento. Além disso, constata que a conjuntura vivenciada nesses espaços psicossociais difere da forma idealizada nos pressupostos teóricos vinculados ao campo da saúde mental após o advento da Reforma Psiquiátrica.

Muitos pesquisadores vêm afirmando que nos últimos quinze anos o que é colocado em prática com o nome de cuidado vem assumindo, na verdade, ares de pensamento asilar, cujo discurso é dissonante da realidade.

Galvanese (2010) aponta como um dos achados de sua dissertação de mestrado, intitulada "A produção de cuidado através de atividades de arte e cultura nos Centros de Atenção Psicossocial CAPS/adultos do município de São Paulo", que o ideal de produção de cuidado na área psicossocial mostra-se enquanto um conjunto de ações permeado por sensibilidade aos anseios e interesses dos usuários, marcado pela contribuição para a produção de relações vinculares e que oportunizam a reinvenção de sentidos para eventos da vida, mesmo em situações de crises e, consequente, necessidade da intensificação de cuidados.

A concepção de artesania apresentada aqui tem relação com o sentido ao qual investimos o cuidado, pensado como uma construção artesanal, feita pelas mãos, produto do trabalho interativo dos terapeutas-artesãos e seus clientes. Esta concepção encontra ressonância junto à ideia do filósofo Platão (1991), o qual alega que qualquer coisa que passa do "não ser" ao "ser" é poesia, e desta forma considera como poesias as confecções artísticas, e os artesãos como poetas. Compartilhamos desse entendimento platônico e a ele agregamos outras metáforas (OLIVEIRA, 2016).

A artesania do cuidado que defendemos marca processos que implicam na experimentação, investigação, construção, inventividade, compromisso, investimento pessoal, relação com o

processo e não mero interesse em um produto final, em um objeto, paisagens pelas quais o terapeuta-artesão transita para compor um processo-metamorfose, termo forjado pelo terapeuta ocupacional Fernando Kinker (2012), inspirado em Spinoza (2009), como metáfora para processos de transformação das condições de saúde, nos quais se aumenta a potência de agir dos sujeitos e se adentra na produção de vida.

A composição de um cuidado artesanal ou de uma artesania do cuidar é posta em ação de forma cooperativa, fazendo junto, valorizando a diversidade ao invés da ideia de uma forma padrão. Ela entra em cena escavando saídas e possibilitando diálogos intersubjetivos, vislumbrando a loucura para além dos estereótipos que a cercam, o que inclui a convocação em todos os envolvidos de qualidade de presença, compreendendo e compondo itinerários maleáveis, flexíveis, atravessados por diferentes saberes (OLIVEIRA, 2016).

Algumas inquietações se apresentaram nessa trajetória de discutir e pôr em ação o cuidado artesanal, dentre elas, a dúvida acerca de como podemos convocar o terapeuta-artesão em nós ou nos discentes que acompanhamos em práticas supervisionadas.

Ao longo da produção desta pesquisa alguns caminhos foram sinalizados diante de tais inquietações. Um deles aponta que as práticas nos CAPS podem convocar o terapeuta-artesão desde que ele seja estimulado a produzir um cuidado que supere o paradigma problema-solução e objetive transformar os modos de viver/sentir o sofrimento (OLIVEIRA, 2016).

Mas como produzir um cuidado que supere o paradigma problema-solução e objetive transformar os modos de viver/sentir o sofrimento nos CAPS?

A saúde mental se configura como um campo onde a intervenção exige qualidade de presença, para além da atenção

centrada em procedimentos e na aplicação de saberes técnicos, visto que compreende serviços, em que as táticas interventivas precisam contemplar acolhimento, processos vinculares, diálogo, construção de projetos de vida, itinerários que exigem mudanças no fluxo das relações de poder. Neste âmbito, ações de natureza maleável, que colocam em suspensão os conhecimentos e repertórios técnicos, representam um encontro transformador com os usuários dos serviços.

É preciso, então, associar liberdade de experimentação, engajamento e desejo para produzir situações que sejam metamorfósicas nos espaços, muitas vezes, cristalizados da rede de saúde mental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio maior no campo da saúde é descentralizar da doença, colocar a vida em relevo e assim construir práticas investidas de ousadia, ética, poética, em um modo de conduzir-se e conduzir o outro que supere paradigmas e transforme modos de viver.

A experiência apresentada neste capítulo traz muitas marcas, as quais nos apresentam o olhar cartográfico como o único possível a dar conta desta realidade e do modo como toda a intervenção foi conduzida. A cartografia empoderou os pesquisadores a acompanharem seus gestos de interrupção no olhar para os dados e na condução de sua obtenção.

> A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos

> tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (BONDÍA, 2002, p. 24).

Optamos por tratar também a experiência do cuidado artesanal na possibilidade de um gesto de interrupção como é pensado por Bondía (2002), e que foi possível pela via do olhar cartográfico, já que este é flexível e centrado na experiência, não objetivando explicar, mas sim mergulhar na intensidade do vivido.

Esse modo de mergulhar possibilitou compreender o cuidado como algo que compõe uma presença diante do outro, a qual "[...] não representa a cura, mas uma atitude de conforto e de bem-estar dirigida àquele que precisa [...]", algo que requer compor canais para fluir certa escuta e atitude sensível (SILVA *et al*., 2008, p. 45). Tudo isso ocorreu a partir de uma perspectiva de que o louco "[...] é um homem [...] como qualquer outro. Veste-se, come, dorme, trabalha, discute suas ideias e produz, quando inspirado [...]" (CÉSAR, 1929, p. 159).

A criação e a manutenção das práticas desenvolvidas nos encontros grupais realizados no CAPS seguiram essa lógica da artesania do cuidar ou, de certa forma, foram compondo-a, a partir da discussão de ideias e da provocação de inspiração.

Neste contexto, é importante evocar que, a partir da Reforma Psiquiátrica, mudanças importantes ocorreram na saúde mental, e não apenas as formas de atuação profissional sofreram – e ainda vem

sofrendo – transformações, mas toda uma conjuntura política e paradigmática, mesmo enfrentando resistências e em alguns momentos retrocessos. Desta forma, cartografar esses processos mostrou que olhares plurais precisam ser contruídos para que operem a favor dos direitos e das necessidades daqueles que se encontram na experiência do sofrimento psíquico.

O fato de se tentar construir práticas embasadas em um entendimento de que o sofrimento mental não é incapacidade, nem inferioridade, mas um modo diferente de relação com o mundo, e cujo cuidar não deve enfoca cura, mas autonomia, legitimação de desejos, produção de subjetividades, fazendo fundamental manter uma relação que não se pauta no discurso técnico, mas no diálogo e na riqueza inerente à própria relação, permite experimentar ações para trilhar um caminho de cuidar que compõe um trajeto que instaura mudança de atitude em usuários, acadêmicos, docentes e equipes dos CAPS, pois, onde a processualidade se faz de modo singular, a paisagem ao redor pede mudanças para acompanhá-la (OLIVEIRA, 2016).

Compreendemos que não há um modo de cuidar absoluto, e este cartografado tem suas limitações, obviamente, entretanto, a ideia desta artesania do cuidado comporta um interesse máximo no outro, em que a comunicação se dá em uma dança de atenção, tratando-se, então, de uma questão de fôlego, de ritmo, de sincronicidade, de fazer junto e de ocupar um território onde se pensa-cria na desacomodação.

Assim, o terapeuta ocupacional vai se inventando e reinventando à medida que ele pode seguir suas próprias verdades. É mais que seguir um instinto, é uma invenção, uma forma de dar visibilidade a algo que contamina no invisível, de colocar-se diante do outro com leveza e paradoxalmente com densidade. É menos avaliar, intervir, e mais permitir surgir, deixar ser (OLIVEIRA, 2016).

Por fim, é importante assumir que o cuidado artesanal representou, na experiência que compõe esta cartografia, ações que figuraram como forças ativas junto aos que delas participaram, já que consideramos que escutar a vida é muito mais do que pensar a própria saúde (DELEUZE; PARNET, 1989).

O que aconteceria se o cuidado artesanal fosse definido como força operante e não como atitude clínica?

Não é uma conclusão, mas talvez uma constatação, uma revelação, uma vez que sua possibilidade de deslocamento e de desestabilização de lugares pode dizer que: apesar de não se ter repertório para atuar nesse lugar, desde que não se imite, nem tente ser igual a outro terapeuta, mas que se sinta e crie chão para estar neste território, uma força operante há de se convocar, sobretudo se o terapeuta se permite experimentar a condição de aprendiz.

O aprendiz, nesse sentido, é pensado como aquele que se mostra aberto às aderências, disposto a colocar-se enquanto terra a ser germinada. E como aprendiz, a cartografia é uma excelente companheira de travessia.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo**? e outros ensaios. Chapecó: Editora Argos, 2009.

AMARANTE, P. (cood.). **Loucos pela vida**: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995.

BARBIERI, C. P. "Da vida à arte e de volta à vida: o sujeito em Lygia Clark". **Revista Cogito**, vol. 9, 2008.

BARROS, R. D. B. “Dispositivos em ação: o grupo”. **Cadernos de subjetividade**, vol. 1, n. 1, 2015.

BONDÍA, J. L. “Notas sobre a experiência e o saber de experiência”. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, 2002.

CAMPOS, G. W. S. **Reforma da reforma**: repensando a saúde**.** São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

CÉSAR, O. **A expressão artística dos alienados**: contribuições para o estudo dos símbolos na arte. São Paulo: Officinas Graphicas do Hospital do Juquery, 1929.

CLARK, L. **A magia do objeto**. São Paulo: Editora Original, 1965.

DELEUZE, G. “Introdução”. In: DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELEUZE, G. O que é um dispositivo? *In*: DELEUZE, G. **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Editora Gedisa, 1990.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **O abcedário de Gilles Deleuze**. Paris: Editions Montparnasse, 1989.

DUMONT, E.; SILVA, I. O. "Relações de cuidado: da compaixão ao ódio. Relatos de uma trabalhadora técnica de enfermagem". **Anais do 36º Encontro Anual da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. Águas de Lindóia: ANPOCS, 2012.

ESTELLITA-LINS, C.; OLIVEIRA, V. M.; COUTINHO, M. F. "Clínica ampliada em saúde mental: cuidar e suposição de saber no acompanhamento terapêutico". **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 14, n. 1, 2009.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

FREI, A. E. "As oficinas de expressão sonora: relatos da busca por metodologias e terapêuticas entre a percepção das paisagens sonoras e clínicas da psicose". *In*: AMARANTE, P.; NOCAM, F. (orgs.). **Saúde mental e arte**: práticas, saberes e debates. São Paulo: Editora Zagodoni, 2012.

GALLETTI, M. C. **Oficinas em saúde mental**: instrumento terapêutico ou intercessor clínico? (Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica). São Paulo: PUC-SP, 2001.

GALVANESE, A. T. C. **A produção de cuidado através de atividades de arte e cultura nos Centros de Atenção Psicossocial CAPS/adultos do município de São Paulo** (Dissertação de Mestre em Ciências). São Paulo: USP, 2010.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. B. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

INFORSATO, E. **Clínica barroca**: exercício de simpatia e feitiçaria (Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica). São Paulo: PUC-SP, 2005.

KASTRUP, V; BARROS, R. B. "Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia". *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (orgs.). **Pistas do método cartográfico**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Editora Sulina, 2012.

KINKER, F. S. "Encontro terapêutico ou processo-metamorfose: desafio dos serviços territoriais e comunitários". **Saúde em Debate**, vol. 36, n. 95, 2012.

LARROSA, J. "Tecnologias do Eu e Educação". *In*: SILVA, T. T. **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

MARONI, A. A. **E porque não?** Tecendo outras possibilidades interpretativas. Aparecida: Editora Idéias e Letras, 2008.

MERHY, E. E. "A perda da dimensão cuidadora na produção da saúde: uma discussão do modelo assistencial e da intervenção no seu modo de trabalhar a assistência". *In*: CAMPOS, C. *et al*. **Sistema Único de Saúde em Belo Horizonte**: reescrevendo o público. Belo Horizonte: Editora Xamã, 1998.

MONTENEGRO, T. **O cuidado e a formação moral na Educação Infantil**. São Paulo: Editora EDUC, 2001.

OLIVEIRA, I. B. S. **Artesania do cuidado**: reverberações do corpo, do tempo e da experiência estética na Terapia Ocupacional (Tese de Doutorado em Psicologia). São Paulo: PUC-SP, 2016.

OLIVEIRA, T. R. M.; PARAÍSO, M. A. "Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação". **Pro-Posições**, vol. 23, 2012.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (orgs.). **Pistas do método cartográfico**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Editora Sulina, 2012.

PELBART, P. P. "Do niilismo à biopolítica". *In*: LIMA, E. A.; FERREIRA NETO, J. L.; ARAGON, L. E. **Subjetividade Contemporânea**. São Paulo: Editora CRV, 2010.

PELBART, P. P. **A nau do tempo rei**: 7 ensaios sobre o tempo da loucura. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1993.

PINTO, A. G. A. **Produção do cuidado em saúde mental**: significados e sentidos da prática clínica em centro de atenção psicossocial (Dissertação de Mestrado em Cuidados Clínicos em Saúde). Fortaleza: UECE, 2008.

PLATÃO, G. **Diálogos**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1991.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. "Etnografia: saberes e práticas". *In*: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. **Ciências Humanas**: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

ROLNIK, S. B. (org.). "Lygia Clark e o híbrido arte/clínica". **CAOSMOSE [1996].** Disponível em: <www.caosmose.net>. Acesso em: 29/06/2023.

ROLNIK, S. B. "Pensamento, corpo e devir: Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. **Cadernos de Subjetividade**, vol. 1 n. 2, 1993.

ROLNIK, S. B. "Subjetividade Antropófaga". **Portal da PUC-SP** [1998]. Disponível em: <www.pucsp.br>. Acesso em: 30/06/2023.

ROLNIK, S. B. “Uma terapêutica para tempos desprovidos de poesia”. **Portal da PUC-SP** [2005]. Disponível em: <www.pucsp.br>. Acesso em: 30/06/2023.

ROLNIK, S. B. **Cartografia sentimental**: Transformações Contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SANT'ANNA, D. B. **Corpos de passagem**: ensaios sobre a subjetividade contemporânea. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2001**.**

SILVA, M. G. *et al*. “Cuidado de enfermagem no ambiente de terapia intensiva: uma reflexão”. **Revista Baiana de Saúde Pública**, vol. 32, n. 1, 2008.

SOUZA, R. C; SANTOS, J. E. “Diálogo entre saberes na construção do cuidado em saúde mental”. **Revista Baiana de Saúde Pública**, vol. 32, n. 1, 2008.

SPINOZA, B. **Ética**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

UNO, K. **A gênese de um corpo desconhecido**. São Pulo: Editora N-1 Edições, 2012.

CAPÍTULO 3

De Acadêmico a Acadêmico: Cartas sobre Saúde Mental na Escola, Universidade e na Vida

DE ACADÊMICO A ACADÊMICO: CARTAS SOBRE SAÚDE MENTAL NA ESCOLA, UNIVERSIDADE E NA VIDA

Winthney Paula Souza Oliveira

Mônica dos Santos de Oliveira

CARTA 01 - A MINHA CRISE NA PÓS-GRADUAÇÃO

Já ouviu a expressão as palavras têm poder? Sim, elas têm um forte poder, que pode ser terapêutico ou destrutivo. Escrever esse texto representa um verdadeiro desafio. Adentrando na pós-graduação, deparei-me com grandes referências, profissionais acolhedores, cordiais e gentis que usavam suas palavras como dispositivo de transformação. Mas uma única pessoa, profissional de Educação, foi capaz de ferir a minha alma, de me confundir e fazer que eu questionasse minha capacidade e minhas relações com o saber. Essa pessoa me fez pensar várias vezes que a pós-graduação não era meu lugar: "Como alguém feito eu poderia fazer ciência?". Talvez fosse demais querer um mestrado [...]. Acreditei diversas vezes que, para fazer ciência, é necessário romper com os sentimentos [...]. Logo eu, que respiro emoção, sonhos e esperança.

Para Foucault (2005; 2007; 2009), o saber é poder, é um instrumento de transformação, de reivindicação, que propaga ordem ou desordem. Por meio do poder pode-se construir ou fragmentar práticas opressoras, produzir lutas e fugas, reconstruções e desnaturalização ou naturalização da opressão de corpos. O poder é uma relação, um exercício que produz a docilidade ou a revolta.

Aquele olhar impiedoso, cruel e rígido me ofuscou, fez-me rejeitar a vontade de experienciar um mundo novo por meio daquilo que dava sentido às minhas pesquisas-vida. Confesso que ficaram resquícios. As lembranças de suas espinhosas palavras ainda hoje, hora ou outra, ecoam e fazem que meus passos sejam receosos. Afinal eu estava, e ainda estou, em um território novo. Sentia-me uma estranha, sozinha, e acima de mim estava um ser prepotente, déspota, que neblinou na minha existência ervas daninhas, inundou estresse na minha vida e trouxe uma experiência exaustiva de dor e sofrimento. Uma situação difícil para mim, uma adulta.

Isso nos remete à busca conceitual da experiência estressora como fator de risco para a saúde a curto, médio e a longo prazo para que sejam debatidas práticas de proteção a todas as faixas de desenvolvimento e dentro dos contextos diversos, inclusive escolares. Shonkoff e Garner (2012) discorrem acerca disso e conceituam o estresse em três categorias, quais sejam: o positivo, que expõe o organismo a experiências geralmente de curta duração, e o sujeito vitimado conta com uma rede de apoio e proteção; o estresse tolerável, marcado por experiências abruptas, inesperadas e alheias ao processo natural de desenvolvimento, mas são experiências de vida, que, diante de um suporte afetivo, tem suas marcas minimizadas; e, por fim, o estresse tóxico, que se trata de uma experiência prolongada com negligência, violência e violação de direitos, sem suporte protetivo, e que altera drástica e negativamente o desenvolvimento e interfere na saúde física e emocional. Essas situações vividas caminham conosco e adentram os espaços que frequentamos, o que clama por atenção e cuidados para reduzir as interferências na saúde e qualidade de vida.

O conhecimento que essas pessoas têm e a profissão que exercem constituem um tipo de biopoder, que, nesse caso, foi utilizado de um modo totalmente desequilibrado e opressivo, como uma tentativa fútil de legitimação do seu saber, e a minha resistência

possibilitou o movimento, o embate e a anulação, afinal poder é exercício.

Não demorou para perceber que estávamos de lados opostos: aquela pessoa em busca de uma estudante "pronta"; e eu, de alguém que pudesse me ouvir e compartilhar um pouco dos seus conhecimentos para aprimorar o que eu estava trazendo na minha bagagem. Eu estava com dúvidas, com sede de saber e queria orientações para vida. Não me bastava aquela pessoa replicar os seus discursos sem que eu pudesse construir os meus discursos, sem imprimir a minha marca e colocar em prática as ideias que fervilhavam na minha cabeça.

Minhas palavras foram silenciadas. Eram bobas, fúteis, infantis. Essas que deveriam ser as ofensas desferidas contra mim foram justamente as molas propulsoras do rompimento. Eu escolhi continuar acreditando em mim e precisei decidir. Fiz as malas para partir e reencontrar a minha criatividade, que fora trancafiada, e eu não sabia por onde começar. Diante de tudo isso, com o coração sereno, confirmei que não poderia permanecer ao lado de alguém impiedoso. Era sendo criança que eu gostaria de seguir, e, se o título de mestre fosse retirar isso de mim, confirmar-se-ia que, de fato, aquele não era meu lugar.... E jamais poderia esquecer a lição aprendida na minha adolescência, com Saint-Exupéry (2006), em seu livro "O pequeno Príncipe".

> As pessoas grandes não compreendem nada sozinhas e é cansativo, para as crianças, estar a toda hora explicando. [...] Desta forma, ao longo da vida, tive vários contatos com muita gente séria. Convivi com as pessoas grandes. Vi-as bem de perto. Isso não melhorou muito a minha antiga opinião (p. 04).

Os campos minados que pisei me machucaram profundamente e interferiram em tudo que eu vivia. Por um tempo, deixei de transformar as dores das minhas crianças em histórias terapêuticas, em jogos únicos, feitos sob medida para cada uma delas e que permitiam que elas pudessem continuar, iniciar e finalizar capítulos dos livros imaginários e reais de suas existências. Precisei de um tempo...

Meu compromisso sempre foi com a vida, com o ensino, com o saber. Eu não subi no tablado, preferi sentar-me no chão, formar círculos, construir laços e saberes com aqueles que, no conceito de alguns, não tinham nada a agregar. Meus alunos são companheiros de luta, de vida, em especial aqueles que veem a vida pela lente da possibilidade, do amor, do respeito, e seguimos juntos construindo novas histórias. E era isso que eu esperava encontrar na pós-graduação.

Meus preceitos se unem às ideias e concepções de Freire (2021), cuja atuação tem como um de seus ingredientes mágicos a sensibilidade, uma incessante busca por transformações de histórias, de vidas e relações, afinal sempre se pode aprender mais, compartilhar o que se sabe, ouvir o outro, compreender, produzir muito mais e "transformar dificuldades em possibilidades" (136), perceber que os diferentes de mim, os "não eus", também fazem parte de mim, me compõem e se diferenciam.

> É preciso, por outro lado, reinsistir em que não pense que a prática educativa vivida com afetividade e alegria prescinda da formação da formação científica séria e da clareza política dos educadores ou educadoras. A prática educativa é tudo isso: afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança ou, lamentavelmente, da permanência do hoje (p. 137).

Somos facilitadores e não podemos nos tornar gente insensível. Não é possível, no bom humor, nomear o outro de gente, e no mau humor, gentalha. O que nos convém é adentrar os mundos alheios e despertar o amor, o orgulho, o pertencimento por onde se vive e por aquilo que se tem e despertar nas multidões a necessidade de comunhão; é buscar a unidade na diversidade. Mesmo lutando e partilhando, deve-se manter e cultivar as próprias perspectivas individuais para construção do coletivo (FREIRE, 2015).

A subjetividade é movimento que acontece nas trocas, nas partilhas. Os sentidos se constroem e se destroem nas relações (GONZÁLEZ-REY, 2003). Foi nessa relação que um professor-vilão foi capaz de apagar da minha memória tantos outros professores-heróis, que foram significativos, que usaram a produção de conhecimento como atividade humana dotada de respeito, apreço pelo outro, autenticidade, consideração incondicional e que desejaram um mundo verdadeiramente melhor.

Fiquei tão envolvida na dor, na tristeza, que, ao retornar ao meu endereço, ele não era o mesmo, mas que bom, afinal os encontros nos marcam. Não poderemos ser quem um dia fomos e, mesmo na repetição de um encontro, há que se fazer e ser diferente.

Mesmo assim, eu ainda quis seguir aquela jornada [...]. Percebi que os campos minados também têm lindas flores. Ao ser acolhida como única, pude continuar e cheguei aqui, ao doutorado, ainda com dores emocionais do passado, mas trilhando, acreditando em mim e compartilhando o caminho com aqueles que não esqueceram que um dia também precisaram iniciar e que não foram sufocados pela pseudo-sabedoria, tão prejudicial ou patológica, que pertence àqueles que usam o conhecimento como o Rei e o Vaidoso dos planetas visitados pelo Pequeno Príncipe, orgulhosos de poder ser rei para alguém e sedento por aplausos. Tolo! Ele queria contar suas publicações internacionais, sem se preocupar com as necessidades de seus semelhantes e sem fazer pesquisas que

pudessem apresentar possibilidades para resoluções de problemas sociais. Era apenas ordenar, apenas ouvir os elogios a ele direcionados. Não dei esse prazer, fui embora sem me tornar sua admiradora... Em Pedagogia da Autonomia, Paulo Freire (2021) apresenta lições sobre posicionamentos respeitosos e capazes de transformar realidades:

> Estou convencido, porém, de que a rigorosidade, a séria disciplina intelectual, o exercício da curiosidade epistemológica não me fazem necessariamente um ser mal-amado, arrogante, cheio de mim mesmo. Ou, em outras palavras, não é a minha arrogância intelectual a que fala de minha rigorosidade científica. Nem a arrogância é sinal de competência nem a competência é causa da arrogância. Não nego a competência, por outro lado, de certos arrogantes, mas lamento neles a ausência de simplicidade, que não diminuindo em nada seu saber, os faria gente melhor. Gente mais gente (p. 140).

Fazer uma graduação e a pós-graduação é o sonho de muitos jovens e adultos, que veem, por meio dos estudos, a possibilidade de enveredarem por novos caminhos, de fazerem escolhas e conquistas para a vida, atreladas também a ganhos financeiros que se traduzem como novas formas e subsídios para se manterem, comerem, vestirem, investirem em cultura e lazer e, assim, evidenciarem mudanças em si, nos outros e onde vivem.

Cícero Pereira Batista, morador da cidade satélite Gama, a cerca de 34 km de Brasília, virou notícia nacional ao ser aprovado no vestibular para Medicina. Cícero possuía uma vida marcada de avanços e pausas no mundo acadêmico em decorrência das dificuldades econômicas. Muitas vezes os alimentos e materiais para estudos eram oriundos do lixo, e seu sustento se dava com a venda

de latinhas e como flanelinha, vigiando carros nas ruas. Dadas todas essas dificuldades, por diversas vezes, precisou adiar o tão desejado acesso à academia, até que em 2014 o sonho de poder ser médico realizou-se (CRUZ, 2014).

Em 2021, Joel Silva, de 22 anos, um jovem que se sustentava como coletor de materiais recicláveis encontrados no lixo, foi aprovado em 2º lugar para Medicina na Universidade Federal do Pará (UPFA) (MADEIRO, 2021). Dois exemplos que ilustram o anseio pela mudança de vida. Para muitos, a única alternativa é mesmo estudar. Vidas severinas, regadas de dificuldades, mas alimentadas pela força de vencer e prosperar, esses fragmentos ilustram a realidade de muitos brasileiros.

Assim como as estações trazem dias floridos, cheios de luz, trocas de folhagens, nublados ou tempestuosos, a universidade também possibilita uma passagem do estudante por todas essas estações. Em alguns dias, o sonho estará radiante, cintilante; em outros dias, úmido ou encharcado; um ir e vir de experiências e emoções ao longo dessa jornada [...]. Como acontece em tudo na vida, na academia não seria diferente. São dificuldades relacionadas à compreensão de conteúdos; algumas disciplinas com um nível de exigência mais aprofundado; mas, com esforço, dedicação, leitura, grupos de discussão, partilha entre pares, professores e materiais de apoio, logo se obtém mais uma gavetinha de saber. O que não se espera são profissionais-professores amargurados e que oprimem quem tanto viveu e vive oprimido, que tiram, muitas vezes, a única esperança da mudança e prosperidade.

Seja na adolescência ou na idade adulta, ingressar na universidade é um caminho cheio de surpresas... O que não contam é que alguns desses pacotes de surpresas trazem conteúdo desagradável, e pouco se discute sobre saúde mental na universidade.

Em 08 de abril de 2023, em uma busca rápida na internet, propositalmente sem seleção e refinamento de critérios de inclusão ou exclusão para se chegar aos dados, apenas optando por busca de conteúdos e informações que qualquer pessoa conseguiria obter, utilizei os termos "suicídio" e "tentativa de suicídio nas universidades" e foram gerados aproximadamente 1.700.000 resultados. Na mesma oportunidade, ao buscar por "adoecimento entre estudantes", os resultados obtidos foram de 212.000 resultados, distribuídos em notícias de empresas de conteúdos, informações do Centro de Valorização da Vida (CVV), artigos científicos, repositórios e páginas especializadas em Psicologia e/ou Saúde Mental.

O que chama a atenção é que são muitas pessoas debatendo, discutindo e explorando o tema na rede, mas os muros institucionais não são permeáveis a ponto de permitir que o conteúdo atravesse esses muros, seja explorado e seja desnaturalizada a necessidade do sofrimento, do abuso de poder, da exaustão, da abdicação da vida social, do lazer, do namoro, da família, dos amigos, em nome da educação curricular formal e da permanência ao lado de profissionais que utilizam dos seus títulos como objeto de tortura. Essa realidade faz muitos acreditarem que não devem entrar, permanecer e ocupar os bancos da academia.

Seja livre; não lute pela sobrevivência em meio ao caos, ao sofrimento; rompa os grilhões e verdadeiramente viva. Os desafios existirão, e você não precisa de pessoas que compliquem ainda mais o seu caminho acadêmico com discurso de ódio, opressão, tortura emocional e psicológica.

Por um tempo, eu tive medo de falar, eu me senti doente e incapaz, tive prejuízos, recusei convites, acreditei que meus posicionamentos fossem infundados, caí na normose, a patologia da normalidade, proposta por Weil, Leloup e Crema (2014). E pensei que é assim mesmo, faz parte a doença emocional, a ansiedade e o

menosprezo nessa nova realidade, mas logo despertei e me dei conta de que esse caminho pode ser, sim, de felicidade, de equilíbrio, da contínua busca por encantos, por sentido e por descobertas.

Escrever tudo isso tem o intuito de cumprir com meu compromisso com os cuidados com a vida, a partir da escolha da profissão. Como cidadã ética e política, compartilho essa mensagem de não ser conivente com qualquer prática de opressão, violência e com atitudes preconceituosas e discriminatórias em qualquer instância da vida e faço valer e multiplicar aquilo que se diz nos direitos humanos e no código de ética da minha profissão.

O exposto nos leva a pensar sobre políticas públicas e cuidados em saúde para a população estudantil. O que tem sido feito? Quais assistências estão sendo prestadas? Há acolhimento às demandas emocionais dentro das universidades? Ou esse é um compromisso que está além de suas responsabilidades, e as instituições devem apenas se ocupar das competências acadêmicas? Mesmo que isso signifique deixar morrer quem diz que já não quer viver e que se sente oprimido dentro e fora das instituições?

As portas da escola e das universidades não serão abertas para que esses espaços sejam transformados em ambulatórios ou clínicas. Longe disso o que aqui se expõe. Deve-se, porém, acolher as demandas, cuidar do sofrimento humano em todo e em qualquer lugar e não apenas oferecer serviços mascarados de apoio ao discente, com enfoque nas demandas de aprendizagem, quando se sabe que tudo está relacionado. Para isso, faz-se necessário consolidar práticas de atenção e cuidado humanizado em todo e qualquer espaço.

A Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, preconiza sobre a atenção psicológica e de assistência social na Educação Básica, com a ação de equipes multiprofissionais, de modo a garantir o atendimento às necessidades e prioridades definidas pelas políticas

de educação (BRASIL, 2019). É necessário estender o arcabouço legal para a Educação Superior, afinal não é apenas a Educação Básica que necessita dos serviços da Psicologia e do Serviço Social. E mesmo na Educação Básica, existem arestas que precisam ser sanadas. Como pode um único profissional, lotado em uma Secretaria de Educação, zelar, propor e articular políticas e programas que possam potencializar as relações intra e extraescolares? Como ele conseguirá abarcar as demandas? Será que esse profissional conseguirá estabelecer vínculos e relações se não passa de um visitante em cada instituição que percorre? Essa é a prática adotada em muitos municípios para se cumprir a lei supracitada e, dessa forma, as políticas públicas direcionadas aos estudantes se esfacela nos entraves dos administradores públicos. Despertar é preciso!

Ao receber o honrado convite para escrever o capítulo, deime conta de que poderia partilhar essa redação com uma grande amiga, que também vivenciou em sua trajetória escolar esse tema tão silenciado. Perceba, caro leitor, que essa história não se deu só comigo. Existem tantas outras pessoas por aí que se tornaram e que se tornam cotidianamente reféns de profissionais da educação abusivos. Espero, porém, que essa situação não se naturalize, não seja aceita e que não se permita que professores/as ou orientadores/as mãos de ferro façam tantos desistirem de cruzar a linha de chegada, assim chamada não por ser o fim, mas por representar um novo ponto de partida, de mudanças, de buscas, de enfrentamentos de problemas e de esperanças... Optamos por registrar separadamente cada experiência, para que seja você, leitor, quem identifique os cruzamentos das linhas das nossas histórias. Fique agora com a carta da Mônica e suas experiências na Educação Básica e na Educação Superior.

CARTA 02 – A METAMORFOSE DO "BICHINHO DO MATO": DORES, EXPERIÊNCIAS E SUPERAÇÃO

Desde muito cedo aprendi a valorizar a busca por conhecimento. Filha de professora, sempre tive um olhar atento e aguçado para o processo de ensinar e aprender. Ainda no Ensino Fundamental, comecei a perceber como as interações no ambiente escolar podiam impactar na minha vida, e como o conhecimento podia ser um instrumento de transformação e crescimento pessoal, social e econômico.

Hoje, ao ler sobre a função da escola sob uma perspectiva crítica e histórico-cultural, percebo que, naquela época, eu já seguia por essa mesma compreensão. Eu via a escola como um potente instrumento para superação das desigualdades sociais, preconceitos e discriminações, como defendem Dazzani (2010), Fleith (2011), Marinho-Araujo (2014), Aquino *et al*. (2018) e Guzzo *et al*. (2010) em seus estudos.

Foi então, movida por sonhos, que decidi partir daquela comunidade da zona rural do interior do Maranhão para cursar o Ensino Médio em uma cidade vizinha, na busca por condições mais estruturadas de ensino. Ao sair da minha casa, eu seguia rumo a uma nova escola, com novas pessoas, novas situações que demandavam habilidades que eu ainda não possuía. Embora com medo, mas com muita persistência, fui me adaptando ao novo.

E foi ali, no Ensino Médio, que tive minha primeira experiência de sofrimento e sentimento de desvalor instaurada. Em um episódio que me marcou bastante, um professor de química me constrangeu em uma turma com mais de 30 alunos, pelo fato de, na época, eu não fazer uso das redes sociais. Ao saber do fato, perguntou em que mundo eu vivia, de onde eu era, como se aquilo fosse um absurdo. Depois seguiu com tom irônico, disparando outras

indagações sobre, por exemplo, na minha casa ter acesso à energia ou usar geladeira. Em outro episódio, em uma tentativa infeliz de elogiar minha apresentação de trabalho, usou as seguintes palavras: "Nossa! Parabéns pela apresentação, você avançou muito. Quando você chegou aqui parecia um bichinho do mato".

Esse fato é contrário ao que tenho aprendido com o grande Freire (2021). A sua sensibilidade sobre a atuação do docente me deixa inquieta com tantas atitudes que ferem pessoas e anulam sonhos e vidas no ambiente acadêmico. A seguir um recorte de seus escritos que muito tem a nos ensinar sobre ser docente e lidar com gente, não com coisas ou bichos.

> Se não posso, de um lado estimular os sonhos impossíveis, não devo, de outro, negar a quem sonha o direito de sonhar. Lido com gente e não com coisas. E porque lido com gente, não posso, por mais que inclusive me dê prazer entregar-me à reflexão teórica e crítica em torno da própria prática docente e discente, recusar a minha atenção, dedicada e amora à problemática mais pessoal deste ou daquele aluno ou aluna. Desde que não prejudique o tempo normal da docência, não posso fechar-me a seu sofrimento ou a sua inquietação porque não sou terapeuta ou assistente social. Mas sou gente. O que não posso, por uma questão de ética e de respeito profissional, é pretender passar por terapeuta. Não posso negar a minha condição de gente de que se alonga, pela minha abertura humana, uma certa dimensão terápica (p. 139).

Ainda sobre o triste episódio com o professor, naquele momento eu me senti encolher. Ouvir esses comentários de uma pessoa que você respeita é um golpe. Por muito tempo, essas palavras ecoaram em mim, e me fizeram duvidar de ser digna ou

capaz de alcançar conquistas. Morar no interior me fazia inferior? Ser da zona rural me deixava em desvantagem para ampliar meus conhecimentos? Eu seria capaz de algum dia passar em um vestibular? Eu ia conseguir fazer uma graduação? Será se acordar todos os dias 4:30 da manhã, enfrentar a estrada de terra e, às vezes de muita lama, para chegar à escola e só conseguir retornar para casa às 15h, teria algum retorno?

Essas inseguranças foram, por muitas vezes, alimentadas em todo o meu percurso no Ensino Médio. Mas eu segui firme, porque eu nunca estive só. Havia pessoas que me apoiavam e que me encorajaram. Acredito que, por muito tempo, segui minha caminhada movida pela força dos que acreditaram em mim, amigos, família e outros/as professores/as queridos/as.

Foi movida por essa força que cheguei ao momento de me despedir da zona rural para conquistar tudo que eu podia. Saí do interior, mas o interior não saiu de mim, e nem sairá. Aprendi a ter orgulho, a valorizar a simplicidade do meu povo. Por eles e para eles eu dou passos firmes em direção ao desconhecido. Mudei-me para a região leste do Maranhão, entrei na graduação, e me apaixonei mais uma vez pelo conhecimento. Eu me encantei pela produção de saberes, meus olhos brilhavam ao pesquisar sobre aquilo que me causava inquietações e dúvidas. A magia voltou. O encantamento pelos meus mestres também.

Mas nem tudo são flores. Na graduação, também pude experimentar muitas angústias e desconfortos emocionais, que, de tão intensos, também se tornaram físicos. Cobranças extremas, saudades de casa, sentimento de solidão, desamparo, desânimo com a graduação, conflitos com professores, entre tantas outras situações que acabavam se amontoando. Mas não havia espaço para falar sobre isso, e o sofrimento era ocultado.

Foi então que em 2018, tive a oportunidade de ir ao V Congresso Brasileiro de Psicologia: ciência e profissão, que aconteceu em São Paulo e em uma das inúmeras palestras pude participar de uma que falava sobre sofrimento e saúde mental do universitário. Ali eu vi a materialização de todas as inquietações que me atravessavam e vi a importância da disseminação desse assunto que até hoje ainda é tão negligenciado, embora cause tantos danos e até morte. Desde então, tenho acompanhado os estudos que apresentam dados alarmantes sobre a saúde de universitários, indicando alta prevalência de transtornos mentais entre esses estudantes, em comparação à população geral (PANDOVANI *et al*., 2014).

Atenta e muito sensível a essa realidade, segui meu percurso acadêmico, contando bastante com minha rede de apoio e de relações saudáveis. Tão logo concluí a graduação, ingressei no sonhado, mas ao mesmo tempo inimaginável, mestrado acadêmico. Ser aprovada em primeiro lugar no processo de seleção da Pós-graduação de uma universidade federal foi muito significativo. Olha aonde eu pude chegar? Nem eu acreditava.

Muito segura da minha escolha, entrei com muitas expectativas e sonhos, que é me qualificar para ser a melhor docente que eu puder. Aprender com os doutores as competências e habilidades para exercer uma profícua docência. Mas aquilo que parecia um sonho tão logo se tornou um grande desprazer. A experiência com a pós veio como um banho de água fria e levou por um momento o meu encantamento pela docência. As primeiras disciplinas e contatos com os professores foram maravilhosos, o que logo começou a mudar. Como podia um professor focar tanto nos erros do seu aluno e não promover nada em favor de trazer mudanças ou apontar formas de melhoria? Para que ou para quem servia humilhar em público com uma fala tão agressiva a tentativa de acerto? As experiências começaram a me assustar.

Muitas vezes o percurso do mestrado começou a ser um verdadeiro apagamento de identidade e expressividade, tornou-se uma experiência de anulação da vida. Quando me dei conta de tudo isso, eu já estava chegando ao meu limite. Anulei minha vida para dar conta de assuntos que nem eram diretamente relacionados à minha pesquisa, mas eu tinha que estar sempre disponível, afinal eu deveria ter "dedicação exclusiva ao mestrado". Isso também é ideia que precisa ser pauta de muita discussão. É impossível, nas condições sociais e econômicas de um país que desvaloriza a ciência e a produção científica, alguém viver exclusivamente em função de pesquisa e ainda ter qualidade de vida.

Além das grandes exigências impostas nesse percurso, passei a ter seguidas crises de ansiedade, sofrimento e vontade de largar tudo. Eu me sentia incapaz de algum dia escrever algo que fosse aceito, nada do que eu produzia estava bom, e passei a me sentir incapaz. As inseguranças do Ensino Médio afloraram, não dava para continuar assim.

E foi aí que decidi, com muito medo de ser prejudicada, não aguentar mais e buscar mudanças. Ao procurar ajuda, entretanto, fui informada de que o sofrimento faz parte, e que aquilo não era motivo para desistir. Aqui exponho mais um ponto que merece atenção e reflexão, não dá mais para normalizar o adoecimento, sob a justificativa de que faz parte do processo. Uma coisa é ter dificuldades, e elas serem indicadoras de melhoria e superação. Outra coisa bem diferente é ser submetida a abusos psicológicos, emocionais, assédios, abuso de poder, ameaças de ser prejudicado se não fizer o que o ser superior manda. É urgente o investimento em medidas de enfrentamento para essas situações. As universidades não podem tolerar esse tipo de violência e perpetuação de adoecimento. Quantos discentes silenciam por medo e aguentam calados até desistirem do curso ou da vida?

Tive a sorte de encontrar seres humanos engajados com a chamada missão de ensinar, que incentivavam, corrigiam com respeito, cuidado e assertividade. É com a ajuda deles que eu permaneço, buscando forças para terminar essa jornada. E por conviver com essas pessoas, eu me nego a admitir que o ensino é um espaço para autoritarismo e que o professor pode diminuir, desdenhar ou invalidar o processo de seu aluno, uma vez que os erros são caminhos e formas diferentes de se chegar ao aperfeiçoamento. Acredito no poder revolucionário do afeto, não como um sonho, mas como uma realidade que eu já experimentei e que fez muito sentido. Seguirei acreditando.

Por isso, deixo aqui meu incentivo a todas as pessoas que se sentem pequenas na trajetória acadêmica, que foram ou que são humilhadas, desvalorizadas e violentadas em quaisquer que sejam as dimensões. Não se calem. Busquem por mudanças, não se conformem com o desrespeito. Aproximem-se de profissionais valorosos. Essas pessoas existem e fazem a diferença no mundo. Priorize a sua saúde e vá em busca de ajuda.

UM RECORTE SOBRE A SAÚDE MENTAL DE ACADÊMICOS

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde mental é “um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a sua comunidade” (OMS, 2013, p. 04). Entende-se, portanto, que a saúde mental, termo tão empregado, mas, ao mesmo tempo, mal compreendido, implica muito mais que a ausência de doenças mentais. Morrison-Valfre (2009) enfatiza que o termo corresponde à habilidade de responder e ajustar-se, de forma aceitável, a recorrentes tensões da vida.

Partindo dessa compreensão, ao verificar estudos sobre universitários, foi possível identificar que as habilidades relacionadas à saúde mental se encontram amplamente fragilizadas. Essas pessoas apresentam grandes dificuldades na realização de atividades diárias, dificuldade de adaptar-se a mudanças e de solucionar problemas, chegando ao ponto de perder o próprio sentido da vida. Esse fato, que indica um alerta sobre a necessidade de atenção, intervenção e prevenção, ocasionou um aumento significativo de estudos desde o ano de 2010 (PENHA; OLIVEIRA; MENDES, 2020).

No estudo de Bolsoni- Silva e Loureiro (2016), as autoras apresentam que a saúde mental do universitário tem sido associada a uma diversidade de fatores, tais como morar sozinho ou com os familiares; natureza da atividade prevista no curso; momento do curso; o gênero; repertório de habilidades sociais. Destacam também que a adaptação à vida universitária pode ser associada à história prévia de vida e às condições contextuais da vida universitária, tais como estudar diferentemente da forma como se preparou para o vestibular; lidar com autoridade, no caso representada pelo/a professor/a; falar em público, por exemplo, nas apresentações de seminários; fazer novas amizades; morar em repúblicas com outras pessoas, por vezes, desconhecidas e com elas negociar divisão de tarefas; cuidar de si mesmo e dos próprios pertences; ficar longe da família, amigos/as e namorado/a; administrar renda; e trabalhar para se sustentar.

A pesquisa de Graner e Cerqueira (2019) também destaca a associação de sofrimento universitário a características como sexo feminino, idade, baixa renda, baixo apoio social, dificuldade para fazer amigos, avaliação de seu desempenho acadêmico como ruim e ideações de abandonar o curso. O estudo de revisão sistemática de Peixoto, Souza e Soares (2022) sobre estresse na pós-graduação e suas repercussões para saúde física e mental revela a influência

negativa da pós-graduação para saúde dos discentes, com destaque para a manifestação de ansiedade, depressão e estresse. os autores indicam ainda a grande prevalência de estresse, que acomete com mais expressividade o sexo feminino, em comparação ao sexo masculino. No tocante as complicações que podem ocorrer em decorrência das respostas às situações estressoras, Lipp e Tanganelli (2002) destacam:

> [...] arteriosclerose, distúrbios no ritmo cardíaco, enfarte e derrame cerebral. Outras doenças que podem ocorrer em função do stress são diabetes, câncer (em face de diminuição da imunidade), úlceras, gastrites, doenças inflamatórias, colites, problemas dermatológicos (micoses, psoríase, queda de cabelo), problemas relacionados à obesidade e problemas sexuais como impotência e frigidez entre outros. Além das patologias físicas e mentais que podem ocorrer, há também uma queda na habilidade de se concentrar e de pensar de modo lógico com consequente queda de produtividade (p. 02).

Pesquisas sobre o adoecimento físico e emocional no contexto universitário que destacam o impacto sobre o sexo feminino ressaltam a necessidade de atenção às questões de gênero, uma vez que a realidade das exigências acadêmicas vai de encontro à realidade da vida da maioria das mulheres (PEIXOTO; SOUZA; SOARES, 2022; FONAPRACE, 2019; GRANER; CERQUEIRA, 2019). Acerca disso, seguem alguns questionamentos: O contexto universitário tem sido preparado para receber mulheres e atender a sua realidade? Entende que uma mulher nunca será só uma estudante universitária e que se divide em mil e uma funções historicamente delegadas a ela? Entende que ela tem filhos e que precisa de um lugar seguro para deixar seu filho, ou, às vezes, precisa levar seu filho

junto para universidade e que o faz não por vontade, mas, sim, por necessidade? Será que algum dia as universidades estarão preparadas para liderar frentes de transformação para o acesso, permanência e atenção ao público feminino?

Recentemente uma estudante-mãe que vive longe de sua cidade natal, em busca de novas condições de vida por meio do estudo, teve a entrada barrada na instituição onde faz a graduação, pois estava acompanhada do filho, e não era permitido criança naquele local. Talvez você, caro leitor, esteja se perguntando "E então? Como ficou a situação dessa estudante-mãe? A instituição tentou contactá-la, fornecer algum suporte?" A resposta é NÃO! Sua situação foi negligenciada, mas voluntários se uniram para acolher o filho durante o momento das aulas para que ela não visse o seu sonho profissional retido e barrado, assim como seu filho nas catracas da instituição. Que educação e mudança estamos construindo quando não respiramos o princípio da equidade na sociedade?

Outra situação que pouco se vê como pauta de pesquisas é a relação entre professor e aluno, e como essa relação afeta fortemente a vida do universitário e pode trazer grandes sofrimentos e estresse, muitas vezes enraizada em comportamentos de assédio moral. Essa compreensão do assédio moral apresenta-se pela primeira vez como pauta na V Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais, publicado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE, 2019).

Silva (2022) reitera que são poucos os estudos voltados para as experiências dos discentes, pois as pesquisas realizadas sobre assédio moral nas instituições de ensino, em sua maioria, voltam-se para os docentes e servidores técnico-administrativos em educação, com o intuito de lançar luz sobre a precarização do trabalho e os efeitos do assédio moral na saúde desses servidores.

O relatório da V pesquisa, na abordagem sobre o assédio no âmbito escolar, apresenta-o sob a denominação *docenting* para descrever o fenômeno, que é recente e ainda não se consolidou em um volume bibliográfico. No relatório, cita-se a pesquisa de Coleta e Miranda (2003), que apresentaram as conclusões de estudos feitos em Instituições de Ensino Superior de Minas Gerais, públicas e privadas, com 1.132 estudantes. O resultado da aplicação dos questionários possibilitou a constatação de, pelo menos, doze formas de assédio moral, cujas categorias foram organizadas no Quadro 1.

Outra situação que a ressaltar é o que se vivencia em dias de prova. Muitos professores em dias de provas se tornam verdadeiros opressores, instauram um clima de ansiedade, insegurança, tensão e medo. Alguns professores recolhem todos os pertences, retiram os estudantes de sala para, a bel prazer e, de modo rude e agressivo, redistribuir os discentes. Essa forma de conduzir acaba desconcertando o aluno e atrapalhando o desempenho na prova.

Algumas de nossas memórias são compartilhadas, pois cursamos juntas a graduação em Psicologia. Remexendo a gaveta das lembranças, havia professores que se vangloriavam dos altos índices de recuperação e reprovação em sua disciplina e que, literalmente, gargalhavam em sala de aula, quando os estudantes se deparavam com questões que em nada se assemelhavam ao conteúdo trabalhado durante as aulas. Tudo isso causava muito estresse, angústias e adoecimentos nos dias de prova e fazia muitos alunos duvidarem de suas capacidades.

Quadro 1 - Categorias de assédio moral realizados por docentes do Ensino Superior

N	Assédio Moral	Exemplos
1	Agressão física	Ameaçar ou agredir fisicamente o aluno; atirar objetos no aluno para despertar sua atenção; recolher, com qualquer forma de agressão, cola do aluno.
2	Agressão verbal aos alunos	Tratar os alunos com termos pejorativos ou palavras de baixo calão.
3	Ameaça aos alunos	Ameaçar e aumentar o nível de dificuldade das provas, dar faltas aos alunos, reprovar a turma, retirar da sala de aula certos alunos, expulsar aluno da instituição.
4	Acusação agressiva e sem provas	Alegar, de forma agressiva e sem provas, que houve cópia ou cola de trabalhos; revistar, de forma agressiva, os materiais dos alunos por suspeitar que estejam colando.
5	Assédio sexual	Assediar sexualmente o aluno, convidá-lo para manter relações sexuais, fazer-lhe sinais e carícias, propor-lhe permuta de notas por favores sexuais, tentar intimidades nas dependências da instituição.
6	Comentários depreciativos, preconceituosos ou indecorosos	Fazer comentários pejorativos e preconceituosos sobre a orientação sexual dos alunos, sobre a escolha de sua profissão, sobre credo religioso, sobre habilidades ou dificuldades dos alunos, sobre seu nome ou cidade.
7	Tratamento discriminatório e excludente	Dar tratamento diferenciado a alunos devido a sua aparência física, condição financeira, origem, idade mais, ou menos, avançada, facilidade, ou dificuldade, de aprendizagem; receber trabalhos de alguns alunos fora da data marcada; classificar os alunos de acordo com a posição ocupada em sala de aula.
8	Rebaixamento da capacidade cognitiva dos alunos	Comparar os alunos, de forma irônica, com alunos de outras instituições ou outros grupos de ensino; enaltecer seus próprios conhecimentos e ridicularizar os erros dos alunos em provas, perguntas e trabalhos; divulgar publicamente as notas e fazer comentários depreciativos acerca dos alunos que obtiveram baixo rendimento; impedir que os alunos opinem por considerar que eles não possuem capacidade para tal; insultar aluno que não conseguiu realizar atividades ou que faz perguntas sobre a proposta; fazer comentários em público sobre as dificuldades, desempenho ou erros dos alunos.
9	Desinteresse e omissão	Ser omisso, demonstrar desinteresse, não repassar aos alunos as devidas orientações para a realização de trabalhos práticos ou para a apresentação de trabalhos.
10	Uso inadequado de instrumentos pedagógicos, prejudicando os alunos	Administrar exercícios, valendo nota, sem explicar a conteúdo ali cobrado; aplicar prova que demanda mais tempo para ser resolvida do que o disponível; aumentar o nível de dificuldade das provas, como forma de punir os alunos; punir, por meio de prova com maior nível de dificuldade, aluno que não se sujeitou ao assédio sexual do professor; realizar atividades valendo nota em dias que o aluno, por motivo justo, não pôde estar presente; avaliar trabalho somente pela aparência física do aluno ou sua estética.
11	Recusa em realizar seu trabalho	Negar-se a esclarecer as dúvidas ou ouvir os comentários dos alunos, demonstrar desinteresse, negligenciar a dúvida do aluno, alegar ser desnecessária a consulta ao material.
12	Abandono do trabalho em sala de aula	Reclamar da conversa em sala de aula, retirar-se e negar-se a ministrar as aulas no restante do período pela ausência da maioria dos alunos

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: Miranda (2003).

Ainda sobre as doze classes de assédio mencionadas no quadro, a que se destaca por maior ocorrência é justamente o rebaixamento da capacidade cognitiva dos alunos. Tais categorias são, em sua maioria, invisibilizadas, ou até mesmos naturalizadas, como sendo algo corriqueiro. Além de ser uma realidade experienciada em salas de aula na Educação Básica e na graduação, essa forma de assédio também ocorre nas relações entre orientador e orientando no mestrado e doutorado.

No que se refere ao relatório da Fonaprace (2019), a pesquisa revela ainda que o público de universitários indígenas não aldeados e pretos (as) são os maiores alvos da violência docente. Em seu estudo, Peixoto, Souza e Soares (2022) também enfatizam a relação com orientadores como causa de estresse, potencializador de problemas físicos e mentais em mestrandos e doutorandos.

Nesse sentido, ao verificar que inúmeras situações atravessam a vida universitária e podem impactá-la severamente, com altos índices de depressão, ansiedade, estresse, baixo desempenho acadêmico e até desistência da jornada acadêmica ou da vida, torna-se imperativo buscar por ações que auxiliem os discentes nessa árdua luta dentro do ambiente universitário.

Atentas a essa realidade de muitos universitários, Bolsoni-Silva (2020) desenvolveu o Promove Universitário, um programa de intervenção que contribui para promover a saúde mental, desempenho acadêmico e as habilidades sociais do estudante. O programa é estruturado em 13 sessões, que se fazem organizadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Sessões do Promove Universitário

SESSÃO 1	Apresentação, verificação de expectativas. Comunicação: Iniciar, manter e encerrar conversações
SESSÃO 2	Comunicação: Fazer e responder perguntas. Falar em público
SESSÃO 3	Apresentar Seminário. Lidar com autoridade. Organizar rotina de estudos e de atividades sociais
SESSÃO 4	Empatia. Conhecer direitos humanos básicos, cidadania. Negociar
SESSÃO 5	Conhecer diferenças entre comportamento habilidoso, passivo, e agressivo
SESSÃO 6	Expressar sentimentos positivos, elogiar e receber elogios, dar e receber feedback positivo, e agradecer
SESSÃO 7	Expressar opiniões (de concordância, de discordância) e ouvir opiniões (de concordância, de discordância)
SESSÃO 8	Expressar sentimentos negativos, dar e receber feedback negativo, e solicitar mudança de comportamento
SESSÃO 9	Lidar com críticas (fazer e receber críticas), admitir próprios erros, pedir desculpas
SESSÃO 10	Relacionamento amoroso
SESSÃO 11	Relacionamento familiar
SESSÃO 12	Tema livre
SESSÃO 13	Tema livre

Fonte: Elaboração própria. Base de dados:Pesquisa de campo.

O procedimento de intervenção Promove-Universitário atestou eficácia nas comparações entre grupo experimental e grupo controle, diminuindo indicadores de fobia social, ansiedade e depressão nos universitários, além de confirmar que o treino em habilidades sociais reduz os problemas de relacionamentos interpessoais, e que, de outro lado, o baixo repertório de habilidades sociais dificulta o enfrentamento de situações estressantes que podem ser gatilhos para transtornos psicológicos (MORETTO; BOLSONI-SILVA, 2019).

Esse levantamento direciona para necessidade de consolidação de políticas públicas junto às universidades, de forma a inserir, de maneira preventiva, estratégias de atenção e cuidado

junto aos universitários e favorecer a permanência e bom desempenho no seu percurso acadêmico, contribuindo para sua saúde e bem-estar.

No levantamento realizado por Lambert e Castro (2020), em que realizam uma análise da produção científica brasileira sobre o sofrimento acadêmico, nota-se a carência de estudos na região Norte. É importante destacar a necessidade de maiores investimentos em pesquisas relativas ao sofrimento acadêmico, que possam revelar a realidade de cada região do país, para que, assim, sejam direcionadas medidas de enfrentamento às suas respectivas realidades, que demonstram ser múltiplas e graves.

O acesso ao Ensino Superior representa mudanças nas formas de viver e acarreta novas responsabilidades sociais e acadêmicas, o que muitas vezes impacta negativamente na saúde mental e no rendimento do estudante universitário. A ideação e tentativa de suicídio está presente em 22% dos universitários pesquisados no Piauí e recebeu destaque no estudo de Veloso *et al*. (2019), que ainda identificaram um somatório de agentes estressores que potencializam os sintomas depressivos, tais como a ideação e o comportamento suicida, o sentimento de desumanização, a falta de tempo para outras atividades, que incidem no desempenho e nos relacionamentos sociais dos estudantes.

Em um estudo realizado na Bahia por Santana, Pimentel e Véras (2020), a partir das narrativas das participantes, foi possível identificar os fatores desencadeadores do adoecimento entre as estudantes, principalmente a dificuldade de conciliar as atividades acadêmicas com os hábitos de lazer e atividades físicas, fatores financeiros que incidem em problemas alimentares, a sobrecarga e as cobranças excessiva de desempenho nas disciplinas. Assim, a depressão, a angústia, os altos padrões acadêmicos, o estresse são alguns fatores que podem contribuir para as dificuldades psicológicas e sociais entre estudantes, conforme proposto por Dutra

(2012). Para atenuar essas implicações, faz-se necessário compreender e apresentar as contribuições da universidade para prevenção e, para isso, é preciso conhecer, orientar e acolher os universitários.

Corroborando com esse pensamento, Fernandes *et al*. (2020) evidenciam as ações de um projeto de valorização da vida entre estudantes, para prevenção do suicídio, por meio de rodas de conversas e reflexões. As ações foram realizadas após casos de suicídio entre estudantes de uma instituição do Nordeste. Diante disso, confirma-se a necessidade de apoio à comunidade universitária, não apenas no tocante aos conteúdos curriculares, mas também por meio de ações de prevenção e promoção de saúde que despertem os cuidados entre os estudantes. Ainda se observa a escassez dessas medidas permanentes, por isso, conclui-se que não se pode esperar que mais casos acometam e devastem a saúde ou a vida dos estudantes.

AQUI NÃO SE FINDA

É preciso desconstruir a ideia arraigada de que os professores sabem coisas que nós já deveríamos saber. Na verdade, adentrar na graduação ou na pós-graduação é exatamente aprender junto com eles. A proficiência vem do compartilhar. É necessário romper o estigma de que não se pode expressar o desconhecimento acerca de algo, o erro ou a dúvida. A fala e a escrita precisam refletir quem somos, em que acreditamos e pelo que lutamos. Quando o tempo inteiro sua voz é silenciada, quando seus gostos e esforços são vistos como insuficientes, o desprezo vivenciado gera sofrimento e perde-se o sentido de vida. Não significa dizer que o nível de exigência deve ser reduzido, mas que cabe ao educador direcionar e ser

verdadeiramente um facilitador, mediador entre o estudante e o processo de ensino-aprendizagem.

O desejo predominante não deve ser o de construir réplicas de pensamentos e padrões, há que se indicar as rotas e permitir a criatividade, devaneios e distinções. Ciência é para todos, é inclusiva, pautada no respeito, nas necessidades biopsicossociais e espirituais existentes. São perguntas, são respostas e são ações para a coletividade.

O patrono da educação brasileira, Paulo Freire, e mais uma vez citando a obra Pedagogia da Autonomia, apresenta uma valiosa reflexão para estabelecimento da relação professor-aluno, preceitos basilares das nossas práticas docentes e que sejam as suas:

> E que dizer, mas sobretudo que esperar de mim, se, como professor, não me acho tomado por este outro saber, às vezes, à coragem de querer bem aos educandos e à própria prática educativa de que participo. Esta abertura ao querer bem não significa, na verdade, que, porque professor, me obrigo a querer bem a todos os alunos de maneira igual. Significa, de fato, que a afetividade não me assusta, que não tenho medo de expressá-la. Significa esta abertura ao querer bem a maneira que tenho de autenticamente selar o meu compromisso com os educandos, numa prática específica do ser humano. Na verdade, preciso descartar como falsa a separação radical entre seriedade docente e afetividade. Não é certo, sobretudo do ponto de vista democrático, que serei tão melhor professor quanto mais severo, mais frio, mais distante e "cinzento" me ponha nas minhas relações com os alunos no trato dos objetos cognoscíveis que devo ensinar. A afetividade não se acha excluída da cognoscibilidade. O que não posso obviamente permitir é que minha afetividade interfira no cumprimento ético de meu dever de professor, no

> exercício de minha autoridade. Não posso condicionar a avaliação do trabalho escolar de um aluno ao maior ou menor bem-querer que tenha por ele.
>
> A minha abertura ao querer bem significa a minha disponibilidade à alegria de viver. Justa alegria de viver, que assumida plenamente, não permite que me transforme num "ser adocicado" nem tampouco num ser arestoso e amargo.
>
> A atividade docente de que a discente não se separa é uma experiência alegre por natureza. É falso também tomar como inconciliáveis seriedade docente e alegria, como se a alegria fosse inimiga da rigorosidade (p. 136).

O relacionamento entre professores e estudantes, orientadores e orientandos precisa se tornar objeto da ciência. É necessário ampliar pesquisas e estudos sobre a temática, por isso aqui ficam questionamentos: Quanto e como o relacionamento entre professor e estudante pode tensionar a saúde e o processo de aprendizagem do universitário? Quais prejuízos e afetações na vida do estudante podem ser observados a curto, médio e a longo prazo? Busca-se a expansão de práticas educativas-afetivas, formação científica que se inebria do afeto, do cuidado para relações docentes-discentes potentes.

REFERÊNCIAS

AQUINO, F. S. B. *et al*. (orgs.). **Psicologia Escolar crítica**: atuações emancipatórias nas escolas públicas. Campinas: Editora Alínea, 2018.

BOLSONI-SILVA, A. T. **Promove – Universitários**: Treinamento de habilidades sociais: guia teórico e prático. São Paulo: Editora Hogrefe, 2020.

BOLSONI-SILVA, A. T.; LOUREIRO, S. R. "O Impacto das Habilidades Sociais para a Depressão em Estudantes Universitários". **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol. 32, n. 4, 2016.

BRASIL. **Lei n. 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Brasília: Planalto, 2019. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/09/2023.

COLETA, J. A. D.; MIRANDA, H. C. N. "O rebaixamento cognitivo, a agressão verbal e outros constrangimentos e humilhações: o Assédio Moral na educação superior". **Anais do 26ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**. Caxambu: UNIVASF, 2003.

CRUZ. C. S. "Pegava livros no lixo: ex-catador de Brasília conta como virou médico". **UOL** [2014]. Disponível em: <www.uol.com.br>. Acesso em: 09/09/2023.

DAZZANI, M. V. M. "A Psicologia Escolar e a educação inclusiva: Uma leitura crítica". **Psicologia Ciência e Profissão**, vol. 30, n. 2, 2010.

DUTRA, E. "Suicídio de universitários: o vazio existencial de jovens na contemporaneidade". **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, vol. 12, n. 3, 2012.

FERNANDES, M. A. *et al*. "Prevenção ao suicídio: vivências de estudantes universitários". **Revista Cuidarte**, vol. 11, n. 2, 2020.

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018**. Brasília: FONAPRACE, 2019.

FOUCAULT, M. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Editora NAU, 2009.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2007.

FREIRE, P. **À sombra desta mangueira**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2021.

GONZÁLEZ-REY, F. **Sujeito e subjetividade**: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Editora Pioneira Thomson Learning, 2003.

GRANER, K. M.; CERQUEIRA, A. T. A. R. "Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados". **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 24, n. 4, 2019.

GUZZO, R. S. L. *et al*. "Psicologia e Educação no Brasil: uma visão da história e possibilidades nessa relação". **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol. 26, 2010.

LAMBERT, A. S.; CASTRO, R. C. A. M. "Fatores que podem influenciar no adoecimento físico e psíquico do estudante

universitário: uma análise da produção científica brasileira". **Revista Cocar**, vol. 14, n. 28, 2020.

LIPP, Marilda E. N.; TANGANELLI, M. S. "Stress e qualidade de vida em Magistrados da Justiça do Trabalho: diferenças entre homens e mulheres". **Psicologia: Reflexão e Crítica**, vol. 15, n. 3, 2002.

MADEIRO. C. "Coletor de lixo estuda com doações e passa em 2° lugar para cursar medicina". **UOL** [2021]. Disponível em: <www.uol.com.br>. Acesso em: 09/09/2023.

MARINHO-ARAUJO, C. M. "Intervenção institucional: Ampliação crítica e política da atuação em Psicologia Escolar". *In*: GUZZO, R. S. L. (org.). **Psicologia Escolar**: Desafios e bastidores na Educação Pública. Campinas: Editora Alínea, 2014.

MORETTO, L. A.; BOLSONI- SILVA, A. T. "Promove-Universitários: efeitos na promoção de interações sociais e saúde mental". **Interação em Psicologia**, vol. 23, n. 3, 2019.

MORRISON-VALFRE, M. **Foundations of mental health care**. Oregon: Mosby Elsevier, 2009.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Plan de acción integral sobre salud mental 2013-2030**. Genebra: OMS, 2013.

PADOVANI, R. C. *et al*. "Vulnerabilidade e bem-estar psicológicos do estudante universitário". **Revista Brasileira de Terapia Cognitiva**, vol. 10, n. 1, 2014.

PEIXOTO, M. T.; SOUZA, B.; SOARES, T. C. "Interface entre estresse e produção do conhecimento: o adoecimento de pós-

graduandos brasileiros". **Enciclopédia Biosfera**, vol. 19, n. 40, 2022.

PENHA, J.; OLIVEIRA, C.; MENDES, A. "Saúde mental do estudante universitário: revisão integrativa". **Journal Health NPEPS**, n. 1, 2020.

SAINT-EXUPÉRY. A. **O pequeno príncipe**: com aquarelas do autor. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2006.

SANTANA, E. R.; PIMENTEL, A. M.; VÉRAS, R. M. "A experiência do adoecimento na universidade: narrativas de estudantes do campo da saúde". **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, vol. 24, 2020.

SHONKOFF, J. P.; GARNER, A. S. "The lifelong effects of early childhood adversity and toxic stress". **Pediatrics**, vol. 129, n. 1, 2012.

SILVA, N. M. **O assédio moral no meio acadêmico sob a ótica dos discentes**: a percepção dos estudantes da Univasf (Dissertação de Mestrado em Administração Pública). Juazeiro da Bahia: Univasf, 2022.

VELOSO, L. U. P. *et al*. "Ideação suicida em universitários da área da saúde: prevalência e fatores associados". **Revista Gaúcha de Enfermagem**, vol. 40, 2019.

WEIL, P.; LELOUP, J. Y.; CREMA, R. **Normose**: a patologia da normalidade. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

CAPÍTULO 4

Sofrimento Mental e Acolhimento Psicológico a Estudantes de Graduação Durante a Pandemia da Covid-19 – Relato de Experiência

SOFRIMENTO MENTAL E ACOLHIMENTO PSICOLÓGICO A ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Natália Serafim da Silva

Mizhane Mendes Dantas de Oliveira

A pandemia da Covid-19 trouxe diversos impactos à saúde mental da população mundial desde o seu início, em março de 2020. As necessidades de mudanças bruscas nos hábitos e na rotina das pessoas, devido ao isolamento social para redução do risco de contágio e avanço da pandemia não foram fáceis. As tecnologias computacionais possibilitaram adaptações e os serviços tiveram que se reinventar e priorizar atividades e atendimentos on-line, visando a não interrupção da oferta destes serviços. No entanto, nada disso ocorreu sem percalços e dificuldades.

No âmbito da educação, os impactos dessas adaptações ainda são (e continuarão sendo) objeto de estudos. As universidades também tiveram que se adequar às necessidades da nova realidade, passando inicialmente todas as atividades para a forma remota, em 2020, e posteriormente mantendo a maior parte das atividades remotas e algumas presenciais, principalmente o trabalho administrativo, até que fosse possível um retorno totalmente presencial e seguro.

No Brasil, cada universidade se organizou de acordo com as diretrizes do Ministério da Educação (MEC) para proporcionar o retorno seguro às aulas e o menor impacto possível à formação dos estudantes. A Universidade Federal Fluminense (UFF), lócus do

trabalho apresentado neste capítulo, aprovou, em agosto de 2020, o Regulamento do Ensino Remoto Emergencial, em caráter excepcional e temporário, para os cursos de graduação presencial da UFF. (UFF, 2020)

A UFF possui sede na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro, e foi fundada em 1960, inicialmente chamando-se Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e passando a chamar-se Universidade Federal Fluminense em 1965. Atualmente a UFF possui 3 *campi* em Niterói e várias unidades na mesma cidade. No interior do estado do RJ, tem unidades acadêmicas em oito municípios, entre eles Volta Redonda, cidade localizada na região sul fluminense e com população estimada de 274.925 habitantes em 2021, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021). A UFF possui, no total, 50.965 discentes de graduação ativos no primeiro semestre de 2023 (UFF, 2023).

Em Volta Redonda (VR) a UFF possui três unidades acadêmicas: a Escola de Engenharia Industrial e Metalúrgica (EEIMVR - Campus Vila), o Instituto de Ciências Exatas (ICEx) e o Instituto de Ciências Humanas Sociais (ICHS), estes últimos localizados no Campus Aterrado.

Este capítulo apresenta um relato de experiência das atividades realizadas pelo Serviço de Psicologia Aplicada da UFF-VR, entre junho de 2020 e abril de 2021. O objetivo é apresentar dados sobre o acolhimento psicológico prestado à comunidade discente dos *campi* Aterrado e Vila e os impactos desta ação para os discentes durante este período da pandemia.

IMPACTOS DA PANDEMIA PARA SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Apesar da pandemia ter agravado o adoecimento mental dos estudantes universitários, este adoecimento não é novidade. No Brasil, a mais recente pesquisa da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior (ANDIFES, 2019) sobre questões culturais e socioeconômicas dos graduandos das instituições federais de ensino superior apontou que diversas dificuldades emocionais foram identificadas pelos estudantes na pesquisa, interferindo negativamente na vida acadêmica.

Segundo o estudo, 63,6% dos participantes relataram ansiedade; 45,6% desânimo / desmotivação; 32,7% insônia ou alterações do sono; 28,2% desamparo/desespero; 23,5% solidão; 22,9% tristeza persistente; 22,1% desatenção / desorientação / confusão mental; 16,2% timidez excessiva; 13,5% medo/pânico; 12,3% problemas alimentares; 10,8% ideia de morte e 8,5% pensamento suicida. Mais de 85% dos estudantes da região sudeste relataram tais dificuldades (87,2%), o maior índice entre as cinco regiões do país (ANDIFES, 2019).

Nos últimos anos, alguns estudos têm se debruçado a estudar especificamente os impactos da pandemia para a saúde mental dos discentes. A necessidade de adaptação das atividades para o formato *on-line*, o isolamento social, a maior convivência com familiares (que muitas vezes podem ser conflituosas), dificuldades financeiras, luto e aumento de sintomas ansiosos e depressivos são alguns dos fatores associados a este sofrimento na pandemia. No início, as atividades foram completamente interrompidas, até que fossem encontradas formas de realização on-line, o que trouxe incertezas e angústias.

A pesquisa de Sunde selecionou 11 artigos publicados em 2020 e 2021, relacionados aos impactos da pandemia à saúde mental de estudantes universitários, encontrado somente um artigo publicado no Brasil. Os estudos encontrados pela autora identificaram que a Covid-19 e as medidas sanitárias foram consideradas estressores que impactaram negativamente a saúde mental dos estudantes universitários. Há também alguns fatores de risco, como transtornos psiquiátricos preexistentes associados a sintomas depressivos e ansiosos e transtorno de estresse pós-traumático desenvolvidos na pandemia. Dois estudos demonstraram a prevalência maior de sintomas depressivos em mulheres do que em homens, e outro artigo indicou níveis de 41% de ansiedade em estudantes universitários no Paquistão (SUNDE, 2021).

Gundim et al. encontraram três estudos de pesquisadores do Brasil (não exclusivamente com estudantes brasileiros como sujeitos da pesquisa), de um total de sete artigos (GUNDIM *et al*., 2021). Estes estudos demonstraram: que "o impacto psicológico causado pela pandemia da Covid-19 tem sido um disruptor crítico, criando ansiedade e depressão, exacerbadas por incertezas e intensificação do fluxo de informações" (ARAÚJO *et al*., 2020); um "aumento significativo de perturbação psicológica (ansiedade, depressão e estresse) entre os estudantes universitários no período pandêmico, comparativamente a períodos normais" (MAIA; DIAS, 2020); e que "Ser mulher, estudante e apresentar sintomas físicos ligados à covid-19, ou problemas de saúde prévios, foram fatores significativamente associados a maiores níveis de ansiedade, depressão e estresse" (SCHMIDT *et al*., 2020).

O estudo de Pereira *et al*., realizado com 492 estudantes universitários brasileiros de todas as regiões do Brasil buscou "investigar os efeitos positivos e negativos, da ansiedade e dos pensamentos e comportamentos obsessivos e compulsivos nos estudantes universitários brasileiros durante a pandemia de Covid-

19". (PEREIRA *et al*., 2021, p. 02) Os dados foram coletados entre abril e maio de 2020, bem no início da pandemia, e os resultados mostraram níveis de ansiedade entre mediano e alto (superiores aos achados em pesquisas prévias), bem como aumento de sintomas de transtorno obsessivo-compulsivo (TOC). Este estudo também demonstrou que mulheres apresentaram maior índice de afetos negativos do que os homens (PEREIRA *et al*., 2021).

Menegaldi-Silva et al. identificaram, em um estudo com 242 universitários brasileiros, realizado em julho e agosto de 2020, que os respondentes dos questionários apresentaram "escores sugestivos para presença de sintomas depressivos" e correlação negativa entre este construto e o senso de coerência, caracterizado como preditor de saúde mental. Ou seja, quanto maior o escore de sintomas depressivos, menor o de senso de coerência (MENEGALDI-SILVA *et al*., 2022).

O acompanhamento psicológico é uma importante estratégia de enfrentamento para as questões de saúde mental, pois o suporte especializado do profissional da psicologia pode proporcionar à pessoa atendida melhor conhecimento sobre seus processos subjetivos ou psicológicos e processos de mudanças, promovendo o bem-estar. Este processo pode, ainda, auxiliar as pessoas em situação de sofrimento psíquico por alguma situação que tenham vivenciado ou estejam vivenciando (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2018, p. 105). Considerando isso, abaixo será apresentado o trabalho de acolhimento psicológico realizado na UFF-VR e algumas considerações sobre este processo.

ACOLHIMENTO PSICOLÓGICO A DISCENTES DE GRADUAÇÃO DA UFF NA PANDEMIA DA COVID-19: RELATO DE EXPERIÊNCIA

As ações do acolhimento psicológico aos estudantes de graduação da UFF apresentadas nesse capítulo tiveram lugar no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) do *Campus* Aterrado, em Volta Redonda. O SPA foi criado em junho de 2014 e tem como funções básicas organizar, coordenar, supervisionar e complementar a formação do estudante de psicologia nos campos de inserção da prática psicológica a partir de diversas perspectivas teóricas que abrangem o saber psicológico.

O SPA tem como objetivos proporcionar aos estudantes de psicologia uma oportunidade de articulação entre a teoria e a prática; propiciar ao aluno condições para vivenciar a passagem de estudante para profissional; prestar serviços de psicologia aplicada à comunidade externa e interna da UFF; levar o aluno a refletir sobre sua responsabilidade e seu empenho na conduta técnica durante exercício profissional; possibilitar o desenvolvimento e a condução de estudos e pesquisas no campo da psicologia aplicada e áreas afins em conformidade com o princípio da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Pública (UFF, 2014, p. 24).

O estágio supervisionado específico desenvolvido no SPA prevê as seguintes modalidades: i) o estágio curricular interno, em que as atividades de estágio e supervisão são realizadas na clínica-escola; e ii) o estágio curricular interno/externo em que as atividades de estágio são supervisionadas por professores-supervisores do SPA, estando os alunos alocados em instituições externas ou em trabalhos na comunidade. As atividades de estágio interno/externo só podem ser desenvolvidas em instituições conveniadas com a UFF.

Atualmente a equipe do serviço é composta somente por uma psicóloga técnica administrativa em educação. A coordenação é composta por uma coordenadora e uma vice coordenadora (ambas docentes de psicologia), e o serviço também dispõe de 20 supervisores de estágio e 130 estagiários.

Devido à pandemia, a necessidade de adaptação das atividades presenciais para o formato on-line levou a uma reorganização do serviço prestado pelo SPA da UFF. Naquele momento, as atividades, que anteriormente eram desenvolvidas de forma estritamente presencial, foram suspensas. Tal situação faz com que o setor tivesse que repensar formas adaptadas de atendimento em saúde mental para comunidade interna e externa.

Um primeiro problema foi a impossibilidade inicial dos estagiários fazerem atendimentos on-line, devido à não regulamentação desta modalidade de atendimento para eles pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). Entende-se que a formação presencial é fundamental para a formação em psicologia por conta do desenvolvimento de habilidades práticas. A psicologia é uma profissão que envolve a aplicação prática de conhecimentos teóricos em situações reais. Ao longo da formação presencial, os estudantes têm a oportunidade de desenvolver habilidades práticas, como a capacidade de realizar avaliações psicológicas, fazer intervenções terapêuticas e trabalhar em equipe. Essas habilidades são essenciais para que os futuros psicólogos possam atuar de forma competente e segura em suas áreas de atuação. Além disso, a interação com outros profissionais da área, como professores e supervisores, bem como com pacientes e clientes reais são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades interpessoais, como a empatia, a escuta atenta e a capacidade de se comunicar de forma clara e objetiva.

Posteriormente, após a autorização da realização de estágio on-line pelo CFP, o serviço passou a realizar o acolhimento à

comunidade de forma on-line. Além da adaptação dos profissionais e estagiários, pensar em uma adequação da população em geral atendida ao novo cenário foi um desafio, pois os atendimentos psicoterapêuticos que estavam em curso presencialmente trouxeram consequências aos atendidos com sua interrupção abrupta.

No entanto, no decorrer deste processo, identificou-se que os próprios estudantes do campus também estavam em sofrimento. Devido a isso, a psicóloga responsável técnica do SPA iniciou um projeto de acolhimento aos estudantes da UFF de Volta Redonda, abrindo vagas para atendimento àqueles que desejassem.

Foram abertas 13 vagas para acolhimento, em um primeiro momento, e os discentes puderam se inscrever através de um formulário feito na plataforma Google Forms. As inscrições poderiam ser feitas toda terça e quarta-feira, e o paciente escolhia dentre os horários disponíveis qual se adequava melhor à sua rotina.

No total, entre junho de 2020 e abril de 2021 foram acolhidos 24 discentes, dentre eles 11 alunos do ICEx; 7 alunos do ICHS e 6 alunos da EEIMVR. Os discentes foram atendidos individualmente, através da plataforma Google Meet, pela psicóloga do SPA da UFF. Todos os participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido para participar do projeto.

Em média, aconteciam 8 sessões de atendimentos individuais, a depender da necessidade de cada pessoa, e isto era acordado com os discentes sempre no começo dos atendimentos. Ao longo das sessões, foram abordados os motivos que estavam causando sofrimento nos estudantes, questões relativas à depressão, ansiedade, problemas de relacionamento, dificuldade de lidar com o isolamento social, entre outros.

Próximo ao final dos atendimentos, houve uma conversa para saber sobre o que o estudante pensava sobre a efetividade do acolhimento na sua vida. A partir dos relatos, foi possível perceber

uma melhora significativa na saúde mental deles após os atendimentos. Muitos relatavam que puderam entender melhor o que vinha causando sofrimento e que o espaço possibilitou que encontrassem recursos para lidar com suas questões. Alguns participantes ressaltaram que o fato do acolhimento psicológico oferecer um espaço seguro e confidencial para compartilharem suas preocupações, medos e angústias foi fundamental para minimizar o mal-estar.

Por fim, o acolhimento psicológico foi uma medida importante para apoiar a saúde mental e o bem-estar dos estudantes universitários durante o período de isolamento social, auxiliando-os a identificar os motivos e atravessamentos que estavam agravando seu sofrimento, bem como instrumentalizando os estudantes sobre formas que poderiam ser utilizadas para lidar com problemas psicológicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a covid-19 como pandemia em 11 de março de 2020. Em 5 de maio de 2023, pouco mais de 3 anos depois, a OMS declarou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. No Brasil, mais de 700.000 pessoas perderam a vida devido à Covid-19.

Este capítulo teve por objetivo apresentar questões relacionadas ao sofrimento mental de estudantes universitários durante a pandemia de Covid-19 e uma proposta de intervenção, realizada no Serviço de Psicologia Aplicada na Universidade Federal Fluminense de Volta Redonda, visando dar suporte aos discentes dos *campi* Aterrado e Vila.

O levantamento bibliográfico sobre a saúde mental dos estudantes universitários durante a pandemia identificou que os estudos sobre esta temática apresentam em sua maioria revisões de literatura, e poucos estudos já foram realizados com estudantes brasileiros.

Para que os atendimentos no SPA pudessem ser realizados, algumas adaptações foram necessárias, como a passagem dos atendimentos presenciais para o modelo remoto. Com isso, fez-se necessária a revisão das resoluções e orientações para atendimentos psicológicos remotos e a escolha da plataforma de digital a ser utilizada, para que garantissem a privacidade e segurança de todos. Uma dificuldade adicional foi a necessidade de que as pessoas atendidas dispusessem de um local seguro, sigiloso, com acesso à internet, webcam e com redução dos ruídos externos.

Após o período de atividades estritamente remotas, o retorno aos atendimentos psicológicos presenciais aconteceu de forma gradativa, pois havia a necessidade de realizar a adaptação do espaço físico para que as normas de segurança sanitária fossem cumpridas. A UFF realizou o trabalho de mapeamento dos setores a fim de que a estrutura física das salas de atendimento estivesse ajustada às normas para distanciamento físico entre pacientes e psicoterapeutas. Somando a isso, outro desafio para o SPA foi a adaptação do número de atendimentos por hora, por dia e por semana para garantir a segurança de todos, bem como estratégias de comunicação para informar aos pacientes sobre as medidas de segurança que estavam sendo tomadas.

O retorno presencial também impulsionou a reformulação da porta de entrada do SPA, pois antes o serviço possuía uma porta de entrada única, que consistia em uma inscrição na lista de espera para a única modalidade de atendimento prestada no serviço, a psicoterapia. Essa porta de entrada apresentava alguns problemas, como longas filas de espera para agendamento de atendimento, falta

de informações prévias sobre os serviços oferecidos e grandes dificuldades em identificar as demandas específicas de cada paciente.

Entende-se que o acolhimento psicológico apresentando neste trabalho, aliado ao desenvolvimento de outras atividades pontuais de atendimento psicológico feitas durante o período de isolamento social por equipes de estágio do SPA, foram importantes na reformulação da porta de entrada, pois permitiram constatar que a oferta pontual de acolhimento para aqueles que estavam em sofrimento psíquico foi fator muito importante, uma vez que atendia rapidamente a demanda, ao trabalhar questões específicas.

A partir dessa experiência, o SPA decidiu implantar um novo modelo de porta de entrada, tendo o Acolhimento Psicológico como primeira forma de atendimento do serviço. Como de costume, além dos discentes da UFF, a comunidade externa a universidade também continuou tendo acesso aos atendimentos prestados, e agora de forma mais célere.

A forma de inscrição permanece sendo on-line através do Google Forms, com vagas disponibilizadas semanalmente. No entanto, para aqueles que não têm condições de realizar as inscrições de forma on-line, há a possibilidade de se inscrever presencialmente também. Busca-se com isso ampliar o acesso a toda população a partir desta nova porta de entrada, que trouxe diversos benefícios para o serviço de psicologia, como a redução do tempo de espera para agendamento de atendimento, a melhora na identificação das demandas específicas de cada paciente e a melhora na qualidade do atendimento prestado.

REFERÊNCIAS

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES - 2018. 2019**. Vitória: ANDIFES, 2019.

ARAÚJO, F. J. O. *et al*. "Impact Of Sars-Cov-2 And Its Reverberation In Global Higher Education And Mental Health". **Psychiatry Research**, vol. 288, 2020.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

GUNDIM, V. A. *et al*. "Saúde mental de estudantes universitários durante a pandemia de COVID-19". **Revista Baiana de Enfermagem**, vol. 35, 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Cidades". **IBGE** [2021]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 04/09/2023.

MAIA, B. R.; DIAS, P. C. "Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19". **Estudos de Psicologia**, vol. 37, 2020.

MENEGALDI-SILVA, C. *et al*. "Saúde mental e recursos de enfrentamento em estudantes universitários brasileiros em tempos de pandemia". **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, vol. 27, n. 3, 2022.

PEREIRA, M. M. *et al*. "Saúde mental dos estudantes universitários brasileiros durante a pandemia de Covid-19". **Psicologia: Teoria e Prática**, vol. 23, n. 3, 2021.

SCHMIDT, B. *et al*. "Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19)". **Estudos de Psicologia**, v. 37, 2020.

SUNDE, R. M. "Impactos da pandemia da COVID-19 na saúde mental dos estudantes universitários". **PSI UNISC**, vol. 5, n. 2, 2021.

UFF – Universidade Federal Fluminense. **Boletim de Serviço n. 101, de 10 de julho de 2014**. Niterói: UFF, 2020. Disponível em: <www.uff.br>. Acesso em: 04/09/2023.

UFF – Universidade Federal Fluminense. **Resolução n. 160, de 14 de agosto de 2020**. Niterói: UFF, 2020. Disponível em: <www.uff.br>. Acesso em: 04/09/2023.

UFF – Universidade Federal Fluminense. **Sistema de Transparência da UFF**. Niterói: UFF, 2023. Disponível em: <www.uff.br>. Acesso em: 04/09/2023.

CAPÍTULO 5

Relato de Experiência de Estágio em Psicologia em um Programa Socioassistencial às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e de Atenção Psicoeducativa aos Agressores

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA EM UM PROGRAMA SOCIOASSISTENCIAL ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE ATENÇÃO PSICOEDUCATIVA AOS AGRESSORES

Francielle da Silva Brito

Lucas Perlotti Baptista

Ana Maria Ricci Molina

O presente trata de um relato de experiência referente ao estágio em psicologia em determinada instituição socioassistencial dirigida às mulheres vítimas de violência doméstica e aos seus agressores, na cidade de Ribeirão Preto/SP. O relato tem por objetivo apresentar o observado e refletido pelos estagiários durante os meses de agosto a novembro de 2021, que implicou na breve descrição do programa de atendimento da instituição, que dizem respeito ao serviço de defesa e garantia de direitos e ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. No que se refere à importância deste relato como um exercício para a formação profissional, evoca-se a compreensão de que:

> Ao ser sensibilizado por elementos perceptivos, o sujeito/pesquisador aciona compreensões que representam e desenvolvem novas significações inscritas na realidade de seu corpo, deslocando-o para uma posição de autor e simultaneamente sujeito da experiência" (DALTRO; FARIA, 2019, p. 03).

Assim, entre as ações de observar e relatar, de modo ancorado à ação reflexiva sobre o vivido naquele cotidiano, foi compreendida a importância da prática profissional interdisciplinar e do estabelecimento da rede de proteção e linhas de cuidados às mulheres vítimas da violência doméstica e da psicoeducação de agressores, de modo intersetorial, dada a complexidade do fenômeno e seus desdobramentos psicossociais.

Então, partimos em busca de uma leitura possível sobre o fenômeno da violência doméstica, que se desenha como objeto de investigação pelas ciências humanas e sociais, com referência inicial dada para Azevedo e Guerra (1989). O fenômeno também foi qualificado como violência de gênero e sub-categorizado ou tipificado em violência física, verbal, psicológica, patrimonial, moral, sexual e social. É uma questão séria, um problema muito grave, pois aproximadamente um terço (30%) de todas as mulheres do mundo já foram vítimas de violência física ou sexual cometida por um parceiro com quem mantinham ou mantiveram um relacionamento (BIGLIARDI; ANTUNES; WANDERBROOCKE, 2016).

Consonantes estudos de epistemologia feminista e da necessária indissociabilidade entre as categorias de raça, classe e gênero nas análises acerca das violências de gêneros (LUGONES, 2018; SAFFIOTI, 2001), considera-se que o fenômeno está engendrado aos valores patriarcais (SAFFIOTI, 2004) e de codificações simbólicas referentes à dominação/exploração/opressão masculina (SAFFIOTI, 2001), de acordo com rastros da colonialidade de modos de vida sobre as relações de gêneros ou da heteronormatividade (LUGONES; 2018), os quais instituem mapas existenciais que violam a dignidade humana e a possibilidade de relações de gêneros equitativas, em especial às mulheres.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (BUENO *et al*., 2021) aponta que houve aumento de casos de violência doméstica quando comparado com o período de 2019 a 2021. Isso sugere que com o isolamento social, em decorrência da pandemia por SARS-Cov-19, vítimas e agressores ficaram mais tempo próximos dentro de casa, de modo a potencializar os episódios de violência já existentes ou como disparador de novos casos.

Em Ribeirão Preto/SP, segundo dados publicados pelo Núcleo de Atendimento Especializado à Mulher (NAEM), em um artigo veiculado pela plataforma G1 de notícias, os casos de violência doméstica no município tiveram um aumento de 31,18% no primeiro semestre do ano de 2021 (CAROLLI, 2021). NAEM é uma instituição local e responsável pelo acolhimento das vítimas, a qual registrou 387 atendimentos entre janeiro e junho deste mesmo ano. O dado evidencia aumento dos casos se comparado aos 295 atendimentos realizados durante o mesmo período no ano de 2020.

Seja em cenário nacional seja local, evidencia-se que a maioria das mulheres permanece em silêncio após episódio violento. Segundo a pesquisa "Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil", de Bueno *et al*. (2021), embora ocorra a busca pela rede de apoio, principalmente por via de órgãos de segurança e seguida pelo encaminhamento às instituições que participam da rede de proteção e de cuidados às mulheres vítimas de violências.

A abertura de delegacias especializadas e instituições socioassistenciais voltadas para acolher e intervir nesses casos são frutos da política de enfrentamento e combate ao fenômeno instaurada no Brasil. Houve um movimento fomentado pela Organização das Nações Unidas (ONU), na década de 1980 e, que, embasou a constituição brasileira da Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985, para a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Desde então políticas públicas surgiram, como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2005/2006; 2008; 2011b) e a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres (BRASIL, 2011a), como demais políticas públicas para a igualdade de gênero e combate à violência. Contou-se também com o crescente surgimento de secretarias estaduais e delegacias especializadas de atendimento às mulheres, a partir do sugerido pela I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004, pela Presidência da República através da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher, entre outros exemplos (BRASIL, 2011b).

Nesse sentido, percebe-se que a produção de políticas públicas e outros documentos referenciais para atenção, proteção e cuidado às minorias com direitos violados (inclusive às mulheres) refletem o engajamento de pessoas na luta pela superação das opressões e desigualdades, bem como estimular mudanças nas relações de gênero e o combate ao fenômeno da violência de gênero-raça-classe, de forma implicada na cidadania ativa. A construção de leis, decretos, enfim, de políticas públicas são efeitos dessa luta de segmentos conscientes e atuantes na defesa e garantia de direitos; que, quando instituídas, impactam o funcionamento das instituições, pois devem se adequar as suas resoluções e normativas.

Neste ciclo - em alusão ao apresentado por Keller (2006), quando problematiza o impacto do movimento feminista para as ciências, em específico, biológicas -, a categoria de profissionais da psicologia, representada por seus Conselhos de Classe, participa ativamente no desenvolvimento de referenciais técnicos balizados pela dimensão ética do respeito às diferenças e no compromisso com a promoção e defesa da dignidade humana. Assim, pode-se entender que as políticas públicas atravessam a vida institucional, tanto quanto a prática profissional interligada às ciências humanas e

sociais produzem determinadas práxis e contribuem diretamente nas formulações das políticas públicas.

Destarte, torna-se inevitável a citação do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), criado em 2006, pelo Conselho Federal de Psicologia, com a finalidade de produzir documentos de referência para o trabalho em diferentes instituições junto aos distintos segmentos populacionais em temáticas emergentes. CREPOP tem promovido suporte à construção da identidade profissional entre estudantes e estagiários de psicologia, e, no caso da "Referência para Atuação de Psicólogas(os) em Serviços de Atenção às Mulheres em Situação de Violência" (CFP, 2012) reafirma a importância da escuta qualificada e do acolhimento, da superação da situação de violência e promoção de autonomia, superação da vitimização e empoderamento das mulheres e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Afinal, como essas políticas públicas e referências técnicas se dobram e emergem na vida institucional é a tentativa de descrição que se segue. De imediato, notou-se o modo de acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica e, também, de seus agressores - que impactou diretamente a compreensão de que a psicologia é para todos! Tudo isso sendo possível com o trabalho em equipe interdisciplinar (normalmente assistente social, psicologia e direito; terapeuta ocupacional e pedagoga; apoio do voluntariado e de estágios) e em rede (que se faz mediante parcerias com órgãos públicos e outras instituições).

A INSTITUIÇÃO

As informações sobre a história da instituição foram obtidas através das conversas que os autores tiveram com as profissionais,

em especial a psicóloga da equipe. Segundo ela, a instituição teve início com projetos sociais em periferias de Ribeirão Preto, no ano de 2007, oferecendo serviços de prevenção de violência e fortalecimento de vínculos familiares através de grupos comunitários. Em 2015 esse trabalho se expandiu para outra comunidade.

Dos grupos comunitários surgiam os encaminhamentos de vítimas para órgãos públicos e privados, além de casos que demandavam acolhimento material e suporte financeiro. Com isso, a instituição passou a estruturar um programa de atenção às mulheres vítimas de violência doméstica, quando no final do ano de 2018. Depois, conforme previsto na Lei Maria da Penha (BRASIL; 2006), em seu artigo 35, cláusula V, passou também a promover a proposta de educação e reabilitação dos agressores, iniciou o atendimento também aos agressores.

Atualmente, a instituição está organizada em dois programas:

a) Serviço de Garantia e Defesa de Direitos; programa permanente e executado de forma contínua e planejada. Refere-se aos projetos voltados para defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, arrecadações e doações favorecendo usuários, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos e deliberações relacionadas ao âmbito da assistência social no Brasil;

b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; programa contínuo, trabalhado e planejado com projetos e atividades que visam proporcionar reflexões sobre o convívio, modos de regulação das emoções e resolução de conflitos nos lares de usuários atendidos, visitas técnicas aos domicílios e

> comunidades para realização de atividades e divulgação do trabalho da instituição.

Esses dois programas visam garantir não só o acolhimento de quem já passou por alguma situação de agressão, como também a conscientização para prevenção e combate ao fenômeno, compartilhando informações congruentes à essas situações. Com isso, até o momento da escrita deste artigo, considerando somente o ano de 2021, estes dois tipos de programas somavam 300 atendimentos realizados, contando ainda com quase 200 grupos formados ao longo do ano.

Para a realização dos serviços ofertados, a instituição conta (à época do estágio) com uma equipe formada por uma psicóloga, uma assistente social, uma advogada, uma terapeuta ocupacional e uma pedagoga, além, claro, dos voluntários e estagiários que participavam de maneira rotativa dos serviços. É importante ser destacado o modo de organização da equipe, quando foi notada a permanente parceria entre terapeuta ocupacional e pedagoga para atender aos grupos e oficinas e a assistente social, psicóloga e advogada integrarem-se para os atendimentos individualizados às mulheres e homens.

Nota-se que a terapeuta ocupacional consulta a psicóloga sobre os grupos e a assistente social consulta a advogada sobre demandas jurídicas. Isso tudo apenas como exemplo das pontes que as profissionais necessitam realizar entre sabres e práticas para a construção e validação de um serviço adequado. Também foi refletido que o lugar de fala da psicóloga engendra-se ao exercício da sua profissão, de modo a reconhecer suas atividades, que, em suas próprias palavras foram:

> Sou psicóloga [...] e as funções englobam todas as possibilidades de atendimento e intervenção da Psicologia, dependendo do contexto, da demanda, da especificidade e do nosso alcance de intervenção dentro do contexto de Instituição Social, uma vez que a atuação dos profissionais como um todo gira em torno também da função da Organização Social no terceiro setor [...] me ocupo dos atendimentos psicossociais e intervenção psicossocial (equipe do serviço social mais psicologia), atendimentos individuais e intervenções pontuais a fim de orientação e acolhimento, atendimento da família e articulação com a rede socioassistencial" (*sic*).

Mas, entende-se que a proximidade e articulação da psicóloga com a assistente social ou com a terapeuta ocupacional implicam em fronteiras técnica e teóricas coextensivas entre elas; porém, a dimensão ética deve estar guiada por todas pelo mesmo paradigma: justiça social; cidadania ativa; emancipação social; a construção de relações de gênero horizontalizadas e o respeito às diferenças e, obviamente, o combate e enfretamento da violência de gênero.

Portanto, parece que os atendimentos realizados interdisciplinarmente dão visibilidade à contribuição da psicologia na interface com outros saberes e práticas. Parece ocorrer certa transversalização conceitual, bem como viabilizam uma bricolagem procedimental, feito arranjos necessários para o devido enfrentamento e combate ao fenômeno. Embora, constata-se a presença da metodologia da comunicação não violenta a instrumentalizar mulheres e homens no enfrentamento à violência de gênero, especificamente, a doméstica, pelas profissionais da instituição.

A chegada das mulheres e homens envolvidos em situação de violência doméstica

A chegada das vítimas à instituição pode ser de forma espontânea ou através de encaminhamentos dados por equipamentos públicos que lidam com a violência doméstica, como exemplo as unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), a instituição NAEM, o Anexo de Violência Doméstica e outros órgãos de defesa e responsabilização. Estes encaminhamentos ocorrem de diferentes maneiras e por origens distintas, que podem acontecer após um registro de Boletim de Ocorrência demandado de uma agressão ou até mesmo de uma necessidade percebida pelos responsáveis aos atendimentos iniciais em alguns destes equipamentos citados.

A chegada dos agressores para acolhimento e atenção psicossocial pela instituição se apresenta de três maneiras: a) por demanda espontânea, ou seja, quando um agressor procura a instituição por vontade própria, no intuito, normalmente, de melhorar sua conduta e evitar eventos mais graves em suas relações; b) agressores encaminhados pelo equipamento judiciário, por imposição de cumprimento de pena referente ao delito que cada um cometeu; c) atendimento presencial aos agressores aprisionados, que não está acontecendo desde o começo da pandemia.

O acolhimento

A instituição acolhe as mulheres e os homens com uma escuta empática, a fim de entender como prosseguir com o melhor atendimento cabível dentro da situação descrita. Esse acolhimento,

que pode ser considerado uma triagem, ocorre através de uma entrevista inicial entre a vítima e a psicóloga responsável pela instituição ou pela assistente social, isso de acordo com a disponibilidade delas, ocorrendo ocasionalmente de ambas fazerem a triagem juntas.

Durante a conversa, tenta-se conhecer o caso ou a história narrada com a intenção de identificar dentre os serviços da instituição que atendem de maneira mais efetiva a necessidade de cada mulher, abrindo um leque de possibilidades de participação delas na instituição, com algumas propostas do que será mais efetivo, porém deixando à livre escolha de cada uma como pretende prosseguir.

A vivência dos estagiários sobre esses acolhimentos através das triagens possibilitou a percepção da importância desse contato inicial ser feito com uma visão interdisciplinar. Normalmente, a psicóloga é a responsável por esse momento. Sua postura parecia preparada para ver e ouvir de forma interdisciplinar, com intervenções que tratavam daquela fronteira coextensivas entre as profissões, seus saberes e práticas. E as proposições junto as pessoas em triagem pareciam pertinentes para alcance das demandas multivariadas que elas traziam.

Mas, quando a entrevista inicial era realizada em parceria, cada profissional contribuía com diferentes saberes teóricos e práticas profissionais em busca da orientação que melhor abarcasse as demandas das vítimas, ao ponto desses acolhimentos serem percebidos pelos autores como mais coerentes e coesos, a facilitarem, enfim, a tangência de uma orientação proposta ou elaboração dos próximos passos com participação da própria usuária. Essa sinergia pareceu ser imprescindível para melhores resultados dentro do serviço que a instituição se propõe a realizar, garantindo um melhor acolhimento à população que busca esse tipo de atendimento.

Em relação aos homens, notou-se ser escassa a demanda espontânea, em geral, são agressores que chegam para cumprimento do determinado pelo judiciário, mesmo que em menor quantidade em relação às vítimas. Quando chegam à instituição, os agressores passam pelo acolhimento ou triagem inicial. A partir daí, qualquer atendimento realizado apoia-se na premissa da reflexividade, ou seja, agressores são estimulados a repensarem suas posições e modos atitudinais e emocionais para se perceberem violadores / violentos, no sentido de reeducação sobre a situação vivida, que ele pode ter provocado ou há de provocar futuramente se manter a mesma conduta.

Plano de Atenção Individualizado

Feito o relatório da triagem pela psicóloga, o novo caso é apresentado por ela e discutido pela equipe. Apesar das percepções similares entre as profissionais durante as discussões dos casos, naturalmente cada uma delas focava em detalhes distintos de um mesmo relato, o que agregava ainda mais quando os apontamentos individuais eram expostos a fim de chegar em um consenso sobre os próximos passos a serem dados dentro da instituição com uma determinada mulher em questão ou o encaminhamento e orientação que seria realizado em atendimento seguinte.

Ao final, a construção do plano de atendimento individualizado ocorre de forma coletiva e colaborativamente entre participantes. Cada profissional agrega com seus conhecimentos (saberes e práticas) um modo para acolher e acompanhar as pessoas e suas demandas em diferentes perspectivas.

Outra característica conferida ao plano de atenção individualizado é a sua provisoriedade. Isso foi percebido quando

houve o acompanhamento de um caso, em que uma mulher já havia sido acolhida e um plano de ação estabelecido para ela. No decorrer dos atendimentos surgiram outras questões a resultar na alteração da proposta inicial de trabalho. À época, as profissionais, de modo interdisciplinar, consideraram utilizar outras ferramentas para cooperar com seu empoderamento e enfrentamento dos efeitos da violência doméstica em sua vida: a assistente social colaborou solicitando uma visita domiciliar com o intuito de entender melhor as demandas dentro da casa dela; a psicóloga se prontificou a prestar atendimento individualizado com a finalidade de esclarecer a situação e demostrar apoio psicológico, e; por fim, a advogada iniciou uma busca de um novo profissional de Direito para representar a vítima dentro do âmbito judiciário. Isso ressalta a importância da comunicação na equipe e o monitoramento das ações junto ao público atendido.

Sobre as **ações interventivas**, destacam-se a ocorrência de:

- Tanto as mulheres quanto os homens recebem acompanhamento através dos **atendimentos psicossociais especializados**, que servem para orientações de cada especialidade; monitoramento do plano individualizado; avaliação do impacto das intervenções sobre as demandas trazidas pelas pessoas em seu acolhimento inicial. Esse acompanhamento pode ser feito pela própria psicóloga em dupla com a assistente social ou não, bem como contarem com as orientações jurídicas da advogada;
- Para os homens, existem os **atendimentos psicoterapêuticos**, cujo oferta está condicionada ao cumprimento da sua pena. Essa modalidade de atendimento, específico do campo da psicologia, segundo informações da psicóloga da equipe, serve para que o agressor investigue seus possíveis gatilhos

e/ou origem do comportamento agressivo dele, a tomada de consciência sobre os modos como se posiciona na relação com outros e em especial às mulheres vítimas das suas agressões, bem como a sua reeducação, ao se buscar estratégias para a eliminação ou controle sobre suas condutas agressivas;

- A psicoterapia pode ocorrer dentro da própria instituição ou em outras instituições públicas ou privadas indicadas pelas profissionais. Nesse caso, a demanda é informada às psicoterapeutas voluntárias que optam por dar sequência, caso se sintam à vontade de trabalhar com um agressor em sua posição, ou encaminhar para outro profissional competente que possa cumprir com a demanda psicológica sem ter sua intimidade afetada ao ponto de prejudicar o desenvolvimento da psicoterapia;
- Há outro trabalho que não foi acompanhado pelos autores-estagiários. Trata-se da ação preventiva que a instituição realizava nos presídios da região, como o Centro de Detenção Penitenciária (CDP) de Pontal/SP e CDP de Jardinópolis/SP, onde profissionais voluntários da instituição iam até o local prestar atendimento psicossocial aos agressores, durante os anos de 2018 e 2019, com objetivo de reeducá-los e torná-los aptos a se relacionarem novamente após o cumprimento de sua pena.

Outra modalidade de atendimento psicossocial ocorre através da oferta do **trabalho com grupos**:

- **GAIA**, grupo aberto e na modalidade psicoeducativa, destino às mulheres. O encontro se dá semanalmente, com duração de 2 horas. Tem como objetivo estimular a busca independência financeira e emocional, favorecer o autocuidado, descobrirem ou desenvolverem novas habilidades e talentos,

estabelecerem projetos de vida, bem como trabalhar a conscientização, tanto de homens quanto mulheres, sobre os assuntos pertinentes à violência doméstica e crimes de gênero assim como a prevenção e reeducação dentro destes, e ainda instigam a busca constante por conhecimentos gerais;

- É balizado pela garantia e defesa dos direitos da mulher e aborda temáticas emergentes para a conscientização da violência doméstica, suas consequências e reflexo no desenvolvimento dos filhos que presenciam tais acontecimentos; esclarece o ciclo da violência e a legislação pertinente;

- Visa também a capacitação em assuntos pertinentes ao fortalecimento e empoderamento das mulheres, incentivo ao empreendedorismo e elaboração de atividades no contexto de terapia ocupacional. Salvo ainda a organização de passeios realizados pela instituição a fim de incitá-las a conhecerem novos lugares dentro do município para que elas possam fazer o mesmo com suas respectivas famílias;

- **GERAR**, grupo fechado de modalidade psicoeducativa e de caráter preventivo. Os encontros acontecem nas escolas públicas e privadas, intercalando as turmas em cada semana. Tem duração de 4 meses, com encontros semanais. Consiste em trazer a consciência sobre a história da mulher, suas conquistas e batalhas, sobre a construção cultural do machismo e da violência contra a mulher, conhecimentos sobre desigualdade social de gênero, legislação, configuração familiar, comunicação não violenta, transgeracionalidade, inclusive implicações no mercado de trabalho. Isso se dá através de palestras e atividades variadas como organização de grupos com objetivos distintos almejando um mesmo propósito;

- **PH**, grupo psicoeducativo fechado para os homens acima de 18 anos; encontros uma vez por semana,

> com duração de 2 horas, por 4 meses. Ele tem por objetivo a responsabilização e educação com base em uma perspectiva feminista de gênero, utilizando métodos pedagógicos que corroboram com a conscientização dos agressores, favorecendo a prevenção e combate à violência doméstica contra as mulheres. Dessa forma é possível que estes se tornem multiplicadores da cultura da paz, com autoanálise crítica de seus comportamentos e padrões sociais machistas. Esse grupo, todavia, é desenvolvido por profissional voluntária que coaduna com os mesmos princípios da equipe.

> Por fim, os **encaminhamentos** pertinentes para cada pessoa implicam na criação e fortalecimento do trabalho em rede intersetorial. Na cidade de Ribeirão Preto, foi identificado que a instituição mantém contato permanente com o NAEM, Delegacia da Mulher, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades Básicas Distrital de Saúde (UBDS), Unidades de Pronto Atendimento (UPA), o Anexo de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher entre outras instituições não citadas.

Compreendeu-se que ocorre a busca da instituição por suporte à segurança das vítimas em referência às medidas protetivas e ao apoio financeiro, que engloba necessidades básicas como alimento, abrigo e afins. Contudo, notou-se a dificuldade de continuidade do trabalho em relação à rede; questões relativas ao engajamento de trabalhadores sociais por preconceito e estereótipos costumam paralisar as intervenções, algo que corresponde ao encontrado por Vieira e Hasse (2017) sobre a visão de profissionais

da rede intersetorial para atendimento de mulheres vítimas de violência.

O desligamento institucional

Referente à saída das mulheres pode-se identificar duas maneiras principais para sua ocorrência: a falta nos atendimentos individualizados ou nos grupos geram contatos das profissionais (ou a busca ativa por elas) para entender o motivo da ausência e, assim, a revisão do plano, se necessário, ou; considerar como desistência. Também é possível se dar uma entrevista devolutiva, por objetivo alcançado conforme plano, porém, as profissionais oferecem às mulheres a possibilidade de continuarem no programa. Em relação aos homens, a permanência deles está condicionada ao cumprimento da pena de reeducação, por meio do grupo psicoeducativo e/ou atendimento psicológico individualizado, embora, da mesma forma que para com as mulheres, coloca-se a possibilidade de continuidade na instituição

O encerramento de cada caso, portanto, fica definido no prontuário próprio, em nome das mulheres ou homens. Os prontuários serviam para o registro de cada intervenção realizada, de modo a proporcionar um panorama da evolução e implicação das pessoas sobre seu próprio plano de atendimento. Por conteúdos pode-se encontrar as descrições de acolhimento inicial, ficha de anamnese, anotações pontuais de cada ação intervenção, como informações relativas à data de consulta com a psicoterapeuta e resumos de sessões; participação em um grupo; orientações jurídicas quando necessárias, bem como qualquer outra intercorrência ou fato no decorrer da permanência das pessoas no trabalho institucional.

Finalmente, cada pessoa atendida pela instituição denota estar resguardada pela confidencialidade e guarda de documentos pelos profissionais de cada área; que, embora interdisciplinar, a escrita de cada profissional mantinha o respeito às normas de sigilo dos atendimentos, que é quebrado a depender da demanda e sob a avaliação do menor prejuízo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato de experiência de estágio em psicologia implica em um exercício de observar o vivido na tentativa de descrevê-lo ancorado às produções de sentidos entre os autores das ações. Sem dúvida, um convite para a reflexão sobre aspectos institucionais e sua relação com a política de enfrentamento e combate da violência contra as mulheres, bem como o impacto disso na formação pessoal e profissional dos autores.

Todo o processo reporta à humanização das vítimas, agressores e do papel que profissionais desempenham na ação de conscientizá-los das relações de gêneros que vivenciam. Essa humanização denota permitir a criação do vínculo entre as profissionais com as mulheres e homens em acolhimento institucional, de modo a impactar toda e qualquer intervenção realizada. Isso contribui, provavelmente, para um maior engajamento e mobilização das pessoas em atendimento com os planos de atendimentos individualizados que são estabelecidos conjuntamente. Afinal, a equipe não se constitui apenas das profissionais da instituição, mas, também dos usuários participantes dela; uma intencionalidade ativa ou de protagonismo que o enfrentamento da violência requer, a fim de melhorar a qualidade de vida e saúde mental de todas e todos.

A compreensão da estrutura e organização da instituição, com seus mecanismos ou rituais de entrada, permanência e saída, foi tão importante quanto o entendimento de suas diretrizes determinadas por políticas públicas específicas. Leva-se em consideração, ainda, que seu funcionamento no contexto da rede intersetorial se torna, de certa maneira, precarizada por resultante de estereótipos e preconceitos que trabalhadores sociais possuem sobre mulheres e homens envolvidos no fenômeno da violência doméstica e, por efeito, engessam ou descuidam do seu papel de mediar e conscientizar.

Considerando o papel da equipe e em especial da psicóloga, torna-se relevante considerar a dinâmica deste grupo, a partir da similaridade de pensamentos e a confluência de vertentes conceituais e procedimentais para a resolução das demandas emergentes. Destaca-se, ainda, a efetividade dos serviços para os coletivos aos quais se destinam, que demandam por múltiplas formas de acolhimento, atendimento, orientação e suporte.

Entende-se que há muito o que melhorar para o fortalecimento da rede intersetorial para enfrentamento e combate às violências contra mulheres, porém condecora-se os resultados já alcançados e a continuidade da evolução a cada dia; pois, os desafios se atualizam continuamente e solicitam pela elaboração de critérios que permitam o monitoramento do programa da instituição quanto a sua efetividade.

Por fim, ficou claro para os autores a importância do diálogo interdisciplinar; uma competência aprendida a partir da articulação entre o conteúdo curricular e a vivência dela no estágio em psicologia. Vale ressaltar que o desenvolvimento de competências específicas no exercício de cada identidade profissional está imbricado à dimensão da ética e do paradigma de garantia e defesa dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. (orgs.). **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Editora Iglu, 1989.

BIGLIARDI, A. M.; ANTUNES, M. C.; WANDERBROOCKE, A. C. N. S. "O impacto das políticas públicas no enfrentamento à violência contra a mulher: implicações para a Psicologia Social Comunitária". **Boletim - Academia Paulista de Psicologia**, vol. 36, n. 91, 2016.

BRASIL. **II Plano Nacional de Política para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2008. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 23/09/2023.

BRASIL. **III Plano Nacional de Política para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2013. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 23/09/2023.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Brasília: Planalto, 2006. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/09/2023.

BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2011a. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 23/09/2023.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres** – Relatório de Implementação – 2005, 2006. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2007. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 23/09/2023.

BRASIL. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2011b. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 23/09/2023.

BUENO, S. *et al*. **Visível e Invisível**: A Vitimização de Mulheres no Brasil. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

CAROLLI, H. "Violência contra a mulher cresce 31% em Ribeirão Preto, aponta Naem; vítimas também citam humilhação e perseguição". **G1** [2021]. Disponível em: <www.g1.globo.com>. Acesso em: 10/02/2023.

CFP - Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de**. Brasília: CFP, 2012. Disponível em: <www.cfp.org.br>. Acesso em: 23/09/2023.

DALTRO, M. R.; FARIA, A. A. "Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade". **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, vol. 19, n. 1, 2019.

KELLER, E. F. "Qual foi o impacto do feminismo na ciência?" **Cadernos Pagu**, n. 27, 2016.

LUGONES, M. "Heterossexualismo e o sistema de género colonial/moderno". *In*: BAPTISTA, M. M. (org.). **Género e performance**: textos essenciais. Coimbra: Grácio Editor, 2018.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. "Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero". **Cadernos Pagu**, vol. 16, 2001.

SOUZA, C. “Políticas Públicas: uma revisão da literatura”. **Sociologias**, n. 16, 2006.

VIEIRA, E. M.; HASSE, M. “Percepções dos profissionais de uma rede intersetorial sobre o atendimento a mulheres em situação de violência”. **Interface**, vol. 21, n. 60, 2017.

CAPÍTULO 6

Psicologia e Assistência Social: A Necessidade de uma Prática Orientada para a Emancipação Humana

PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL: A NECESSIDADE DE UMA PRÁTICA ORIENTADA PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA

Nayra Borges de Almeida

Marilda Gonçalves Dias Facci

O caráter elitista e individualizante dos modelos hegemônicos da Psicologia é foco de discussões desde as primeiras décadas de profissão, como demonstram Antunes (2012), Bock (1999; 2015) e Yamamoto (2007), dentre outros autores, deixando claro que a Psicologia, em seu desenvolvimento inicial, foi orientada para a atuação na clínica individual e para o interesse da classe dominante. Essa característica foi mantida ao longo dos anos, expressando-se por modelos influenciados pela Medicina, que resultaram no fortalecimento de concepções patologizantes, de um padrão de normalidade sobre o comportamento humano e da "psicologização dos sujeitos e dos fenômenos sociais, coadunando, assim, com o projeto desenvolvimentista do período" (OLIVEIRA; PAIVA, 2016, p. 226).

Entretanto, a conjuntura socioeconômica resultante da crise de 1970, que dificultou a atuação do profissional liberal, somada às conquistas dos anos de 1980, como o processo de redemocratização do país, a promulgação da Constituição de 1988 e da Seguridade Social, com o tripé "Saúde, Assistência Social e Previdência Social", conforme N. Oliveira e I. F. Oliveira (2016), propiciou elementos concretos que permitiram o fenômeno do assalariamento da Psicologia (YAMAMOTO, 2012), ou seja, a migração dos profissionais da clínica individual para o campo das políticas sociais.

Com o ingresso no setor público, o psicólogo passou a ser acessível à população mais pobre, contudo as práticas realizadas nesse campo não se alteraram expressivamente, sendo a aplicação de testes psicológicos uma das principais, seguida de psicodiagnóstico, conforme relata Yamamoto (2012). A transposição de práticas tradicionais para áreas que requerem diferentes habilidades e competências demonstra que o desafio da construção de uma Psicologia crítica e comprometida com a transformação da realidade permanece atual, e pesquisas envolvendo elementos que compõem o processo de inserção desse profissional nessas áreas tornam-se essenciais (SILVA; YAMAMOTO, 2013).

No Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a inserção do psicólogo ocorreu oficialmente a partir de 2004, entretanto, embora não haja na literatura a sistematização de dados, há registros que indicam que sua presença nesse campo tenha ocorrido em períodos anteriores, em instituições direcionadas a crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social e pessoas com deficiência, conforme asseveram N. Oliveira e I. F. Oliveira (2016).

Com o intuito de contribuir para a reflexão sobre os caminhos que a Psicologia vem traçando em sua inserção na Assistência Social, o objetivo do presente capítulo é apresentar elementos predominantes em produções acadêmicas que discorrem sobre o tema em questão, além de identificar as linhas e abordagens teóricas que embasam tais produções, posto que são significativas para ilustrar a visão de homem e de mundo dos autores que estudam o tema.

Pelo de fato de entendermos que a apropriação de um objeto significa compreendê-lo em sua dinâmica, visando tornar consciente seus condicionamentos, fundamentos e limites a partir do processo histórico, a análise das produções buscou relacionar os elementos recorrentes e as perspectivas teóricas adotadas.

Iniciamos o estudo apresentando uma discussão que permite esclarecer a concepção de Estado na qual o trabalho se baseia, sob a fundamentação teórica do Materialismo Histórico-Dialético, o que, em essência, significa deixar claro que não defendemos aqui uma concepção neutra de Estado, mas uma instituição que se desenvolve dentro do modo de produção capitalista, com especificidades que a tornam essencial a essa forma de relação de trabalho.

Na sequência, demonstramos os principais aspectos identificados na pesquisa, referentes a linhas e abordagens teóricas e aspectos da formação. Destacamos, como principais constatações trazidas pelas pesquisas, a inadequação da formação do psicólogo para atuar junto às demandas da política de Assistência Social, além da frequente precariedade das condições de trabalho, que, somadas a outros fatores, resultam na reprodução de práticas centradas na perspectiva médica e à patologização da pobreza.

Abordamos, ainda, no texto, algumas dificuldades a serem superadas na atuação da psicologia na área da Assistência Social. Dificuldades essas que são históricas e fruto de uma sociedade contraditória que pouca possibilidade traz para emancipação de todos os indivíduos.

ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Conforme apresentado na introdução, compreendemos que o processo de inserção do psicólogo na Assistência Social foi iniciado por fatores específicos da realidade do país a partir da década de 1970, consolidando-se formalmente com a implementação do Sistema Único de Assistência Social. Pretendemos discutir, a partir dos estudos de I. F. Oliveira e Costa (2018), que esse fenômeno não resultou apenas de uma tomada de consciência da classe profissional,

mas da necessidade concreta decorrente de uma crise econômica – o que significa que esse campo, que nas últimas décadas abrange cada vez mais psicólogos, é permeado por desafios que exigem a reflexão constante sobre o papel desse profissional nessa política social. Para tanto, é preciso deixar claro o que entendemos por políticas sociais.

A compreensão de políticas sociais aqui defendida opõe-se à ideia delas como instrumento de um Estado neutro, conforme entendem concepções liberais. Ao contrário, parte-se da perspectiva marxiana de Estado, cuja raiz é o antagonismo das classes sociais que compõem a sociedade civil, em uma relação ontológica, conforme destaca Tonet (2007), na qual o Estado desenvolve-se a partir da necessidade de legitimar a exploração do trabalho de uma classe pela outra, sendo essa relação produto de condições históricas e econômicas que possibilitaram a acumulação de bens e a necessidade de mantê-los.

Compreende-se, conforme analisa Mascaro (2013), que o Estado se constitui por meio das transformações que tornaram necessária a exploração de uma classe sobre outra, havendo no Estado burguês uma especificidade: a separação entre o poder econômico e o poder político. Essa separação é fundamental para a manutenção da dinâmica do modo de produção capitalista, pois possibilita uma dissociação do Estado em relação à classe trabalhadora e à dominante.

Assim, se objetivamos reflexões sobre o significado da inserção da Psicologia no campo de intervenções nessa forma de Estado, ou seja, por meio das políticas sociais, é imprescindível clarificar sua especificidade expressa na democracia capitalista, que é, essencialmente, a manutenção da propriedade privada, da exploração de classes e demais bases sociais de caráter opressivo resultantes dessa essência, como o racismo, a xenofobia e o patriarcalismo (MASCARO, 2013).

Conforme asseveram I. F. Oliveira e Costa (2018), nessa compreensão de Estado as políticas sociais não podem ser entendidas de maneira desvinculada de contextos teórico-políticos e ideológicos, posto que são parte do processo da luta de classes expressa na chamada "questão social", que se associa não somente à desigualdade de distribuição da riqueza produzida pelo gênero humano e sua resultante pauperização do trabalhador, cuja expressão é a pobreza, a violência e a fome, dentre outros, mas também pela pressão e reação da classe explorada.

Assim, se pensarmos na Assistência Social como política pública, cujo objeto primordial de intervenção são as consequências da sociedade de classes fundadas pela exploração de trabalho, necessitaremos ter consciência de que os atores dessa política, ao defenderem exclusivamente a garantia de direitos e a promoção da cidadania e da democracia, ignorando a necessidade da mudança na organização social do trabalho, estão apenas almejando a emancipação política que, embora seja fundamental, assim como defendeu Marx (1989), diferencia-se radicalmente da emancipação humana.

Nesse sentido, concordamos com Tonet (2016), ao asseverar a necessidade de reflexão sobre as limitações das políticas sociais no que se refere à transformação social e ao enfrentamento da pobreza, sob a ótica da diferenciação entre emancipação política e emancipação humana, compreendendo que a emancipação humana não é possível na organização social capitalista, uma vez que a base desta é a exploração do trabalho. Para atingir a verdadeira emancipação proposta por Marx, portanto, como defende Tonet (2016), é fundamental a substituição da exploração do trabalho pelo trabalho associado.

No campo específico da Assistência Social, tais limitações tornam-se ainda mais evidentes, porque se estrutura justamente na consequência mais nefasta da relação de exploração do trabalho, que

é a pobreza e a privação de recursos básicos para a sobrevivência, como a alimentação. Assim,

> [...] a assistência social sofre pelos mesmos motivos que justificam sua existência, pois é colocada como responsável por responder a uma desigualdade estrutural do sistema nos limites do próprio sistema. Ou seja, a razão de ser da assistência, qual seja a condição de pobreza e miséria da população, é condição estrutural de funcionamento do modo de produção capitalista (DANTAS, 2013, p. 80).

Entendemos, portanto, que as políticas sociais devem ser compreendidas a partir de uma perspectiva de classe. No contexto brasileiro, além disso, pensá-las abrange refletir sua relação intrínseca com a classe trabalhadora pauperizada, direcionando-as à população que necessita do auxílio do Estado para conseguir condições mínimas de sobrevivência, sob a função de minimizar as sequelas da questão social no modo de produção capitalista (OLIVEIRA; COSTA, 2018).

PSICOLOGIA PARA QUÊ (QUEM)?

A Psicologia se constitui enquanto ciência em um contexto no qual a burguesia já está consolidada como classe dominante, e o discurso sobre o ser humano por ela apresentado coaduna com a concepção de indivíduo necessária a essa forma de organização social, visto que as diferentes correntes psicológicas da época têm em comum "[…] a negação do homem como ser histórico" (TULESKI, 2012, p. 112), por meio de concepções que naturalizam

diferenças individuais, contribuindo também para a naturalização da divisão social do trabalho:

> A psicologia burguesa, por seu caráter a-histórico, estabelece ou generaliza, por um lado, ao conjunto da sociedade, as características psicológicas de uma determinada classe (a burguesa), estabelecendo estágios de desenvolvimento (motores, afetivos, cognitivos) que independem da origem social ou cultural dos indivíduos e, por outro, psicologiza as diferenças originárias das diferenças de classe, por meio da ideologia dos talentos e inclinações naturais que justificam, entre outras coisas, a própria divisão do trabalho e as possibilidades de ascensão dos indivíduos na hierarquia social (TULESKI, 2012, p. 112).

Em relação às especificidades do desenvolvimento da Psicologia no Brasil, estudos, como os de Antunes (2012) e Bock (1999; 2015), explicam como essa ciência, desde a inserção de elementos iniciais do conhecimento acerca do fenômeno psicológico, ainda no período colonial, aparece vinculada ao saber médico, assumindo uma função higienista e racista, correspondendo à necessidade de um cenário de modernização e industrialização do país, o qual torna necessário um "novo homem, adequado aos novos tempos" (ANTUNES, 2012, p. 53).

Em síntese, a leitura de estudos sobre a gênese da Psicologia brasileira deixa claro que a profissão, essencialmente, é direcionada à elite, focada no indivíduo singular e no discurso médico, caracterizando-se, prioritariamente, como profissão liberal autônoma. Acrescentamos ainda que sua regulamentação ocorreu em um cenário nacional de supressão dos direitos fundamentais, sob um período autocrático-burguês da ditadura militar, com forte influência

da Medicina, arraigada de ideias rotulantes e patologizantes, traço que permeia a profissão atualmente, conforme afirmam I. F. Oliveira e Paiva (2016).

Para as autoras acima referenciadas, a instituição da Psicologia associada ao saber médico e clínico possibilitou, inclusive, a sustentação de ideias reacionárias que, pautadas em concepções individualistas e subjetivistas, ofereciam base teórica para o projeto desenvolvimentista do governo militar, contribuindo para a estigmatização daqueles que eram contra o regime vigente, por meio da categorização de perfis psicológicos:

> A face mais perversa desse modelo é que a Psicologia se desenvolve, portanto, como ideologia – no sentido de consciência falsa, equivocada da realidade (Marx; Engels, 1846/2007) – e responsabiliza os sujeitos pelos seus problemas (materiais, existenciais, psíquicos), cabendo aos mesmos a tarefa para sua superação. Perde-se o contexto histórico, a dinâmica societária, as contradições de classe. O modelo empreendido pela Psicologia voltava-se, portanto, para a elite brasileira, e mesmo para ela, defendia seu condicionamento, sua colonização, renegando a capacidade crucial dos indivíduos de serem agentes reflexivos (OLIVEIRA; PAIVA, 2016, p. 226-227).

As transformações socioeconômicas e políticas ocorridas nas últimas décadas do século XX, somadas às discussões acadêmicas e à politização da profissão, conduziram o psicólogo para o campo das políticas sociais e, assim, seu objeto de intervenção ultrapassa os limites do indivíduo da clínica tradicional, tornando necessária a reflexão sobre os fenômenos que expressam a desigualdade de classes, como a miséria, a violência e as diversas violações de direitos:

> Os psicólogos lidam agora com processos, contextos e fenômenos complexos e multidimensionais, e mais, essencialmente diferentes daqueles sob os quais se erigiu a profissão no Brasil. Seus "clientes" são grupos espoliados e pauperizados e não mais a classe média que podia pagar por sessões de psicoterapia em consultórios privados. Novas profissionalidades são exigidas ao mesmo tempo que uma leitura da realidade passa a ser requisito para o trabalho (OLIVEIRA; PAIVA, 2016, p. 229).

Ressalta-se que a atuação do psicólogo em equipamentos de Assistência Social precede a formalização de sua entrada por meio de mecanismos legais, sendo, portanto, um campo significativo de inserção profissional que pode ser caracterizado como lugar de embate e de conflitos, que exigem a reflexão sobre sua prática, buscando desafios e possibilidades, principalmente por se caracterizar como lugar onde o psicólogo atua diretamente nas manifestações extremas da desigualdade de classe (OLIVEIRA; PAIVA, 2016).

Sob essa ótica, e considerando o processo de desenvolvimento da Psicologia brasileira e latino-americana, que desde a década de 1970 questiona o papel da profissão, criticando seu caráter elitista e exigindo o chamado compromisso social, é que pretendemos verificar o que vem sendo discutido no campo acadêmico acerca da inserção do psicólogo no SUAS.

REFLEXÕES ACERCA DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

No estudo aqui descrito almejamos articular pesquisa e análise na relação dinâmica com o processo histórico da profissão e

das políticas sociais brasileiras, buscando tornar "[...] conscientes os seus *fundamentos*, os seus *condicionamentos* e os seus limites – ao mesmo tempo que se faz a verificação dos conteúdos desses conhecimentos a partir dos processos históricos reais" (PAULO NETTO, 2011, p. 18, destaque nosso).

Por meio dos descritores "Psicologia e Assistência Social; Psicologia e CRAS; Psicologia e CREAS; Psicologia e Proteção Social e Psicologia e Sistema Único de Assistência Social", realizamos buscas por dissertações e teses nos bancos de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), delimitando como recorte temporal os anos entre 2004 e 2015, por corresponder ao período da primeira década do SUAS, já que foi a partir de sua implantação que o psicólogo passou a ser profissional requisitado, por meio de lei, como membro da equipe mínima dos serviços oferecidos pelo Sistema Único de Assistência Social. Após delimitação por idioma e por trabalhos que focassem apenas na política social de Assistência Social, seguimos com a análise de 06 teses e 21 dissertações.

Abordagens e campos teóricos da Psicologia

Sobre as abordagens e campos teóricos da Psicologia, constatamos que, dentre as teses, duas (URNAU, 2013; MACEDO, 2014), tinham como base a Psicologia Histórico-Cultural; e uma (DANTAS, 2013), orientou-se pelo Materialismo Histórico-Dialético na Psicologia Social Comunitária. A Psicologia Social Comunitária também aparece como campo teórico no trabalho de Senra (2009), embasado por autores como Martin-Baró, Ana Bock e Pedro Guareschi. Souza (2011) embasou-se na Psicologia Social Crítica a partir do conceito de identidade de Antônio Carlos Ciampa,

e Motta (2015) afirmou base na Psicologia Social, referenciando-se nas contribuições de autores como Silvia Lane e Pedro Guareschi.

Entre as dissertações, em quatro estudos (MACEDO, 2007; DIETTMANN, 2013; QUINTÃO, 2015; OLIVEIRA. 2015) encontramos referência a Deleuze e Guattari, pautados no pensamento de Foucault. Um trabalho (SILVA, 2012a) pautou-se nos preceitos de Eric Erickson, e dois (SUSIN, 2012; MARIANO, 2011) discutiram as possíveis contribuições da Psicanálise de Freud e Lacan. Mens (2012) defendeu a Psicologia Histórico-Cultural como referencial, e Mello (2011) pautou-se na teoria da Psicologia Social do Trabalho, de Yves Clot, relacionando-a com contribuições de Vigotski. Nas demais produções encontram-se a defesa da Psicologia Social Comunitária e da Psicologia Social Crítica, baseadas principalmente no pensamento de Ana Bock e Silvia Lane, e o chamado "Compromisso Social da Psicologia", além da teoria da Libertação, de Martín-Baró, e a Pedagogia de Paulo Freire.

Referenciadas pelo pensamento desses autores, pesquisas como as de Janieke, (2012); Moreira (2014) e Senra (2009) trazem críticas ao caráter individualizante das práticas psicológicas, afirmando que eram direcionadas para as classes ricas e que desconsideravam os fatores sociais dos problemas dos indivíduos, denunciando que a Psicologia tradicional funcionava como aparato de repressão e controle social, reforçando, portanto, o sistema de produção capitalista.

A leitura das pesquisas apresentou um importante aspecto sobre a temática estudada, demonstrando que a maior parte dos estudos defende uma Psicologia comprometida com a compreensão e a necessidade de transformação da realidade, por meio de linhas teóricas que se opõem à dicotomização e à naturalização do indivíduo. Porém, os dados por elas discutidos, ao apresentarem exemplos de práticas de psicólogos, evidenciaram uma dissociação entre o desenvolvimento do arcabouço teórico da Psicologia

brasileira e aquilo que os profissionais vêm de fato realizando em seu cotidiano profissional.

A formação em psicologia

Em relação à formação profissional na graduação em Psicologia, a leitura dos estudos, como exemplo o de Frare (2013), indica que o curso ainda mantém uma perspectiva individual e clínica, não oferecendo formação adequada para que os psicólogos possam atuar de forma crítica no âmbito do SUAS. Araújo (2014) também salienta o fato de que, embora tenha havido uma ampliação no campo de atuação dos psicólogos, direcionando-o às camadas mais pobres, pouco se alterou nos currículos dos cursos de graduação, pois os modelos teórico-metodológicos que distanciam indivíduo e sociedade ainda estão cristalizados no processo de formação. A discussão sobre a formação subjetivista da Psicologia também é apresentada por Silva (2012b), que afirma:

> A maneira como se dá a formação em nosso país sobre a representação social da profissão e a população que se insere nos cursos de Psicologia no Brasil, indicam que os cursos de Psicologia desprivilegiam aspectos que determinam a prática e a realidade em que o Psicólogo atua. Sem considerar a importância dos conhecimentos sociais, históricos, políticos e ideológicos, o papel do profissional se esvazia. A psicologia ensinada nos cursos de graduação está marcada pela ideologia dominante e conservadora das relações sociais e reproduz um modelo hegemônico de atuação profissional, baseado no clínico liberal privatista (p. 49).

Refletindo sobre a questão da formação do psicólogo apresentada nos trabalhos, compreendemos que tal dificuldade no processo de inserção na Assistência Social relaciona-se com outros pontos dificultadores, como a despolitização da Psicologia e a predominância de práticas orientadas pelo modelo clínico, evidenciada nos estudos. Percebemos que a crítica a esse modelo é predominante no conjunto das produções, mas, nos dados obtidos nas pesquisas empíricas, é justamente o que aparece enraizado, tanto nas descrições de prática profissional quanto na visão de usuários entrevistados, conforme evidenciaram Urnau (2013) e Dantas (2013).

Destacamos, como exemplo, Urnau (2013), que a partir da Psicologia Histórico-Cultural analisou, dentre outros elementos, os sentidos que os usuários da Assistência Social, em uma região de garimpo na Amazônia, atribuíam à prática do psicólogo, demonstrando que os sentidos que permeiam a profissão relacionam-se prioritariamente à solução de conflitos pessoais ou familiares ou dificuldades de aprendizagem, com foco na patologização do aluno ou na alteração de problemas comportamentais. Alguns trechos de seu trabalho exemplificam o exposto:

> O relato de Marli demonstra a intervenção do psicólogo pautada na adaptação/ajustamento dos alunos às perspectivas e normas escolares, tal como esperado por seus agentes, mantendo os padrões de responsabilização individual da criança e de sua família. O foco de atendimento foi de orientação da mãe de acordo com esquemas de reforço ou punição de condutas tidas como adequadas ou não ao bom desempenho escolar do aluno (URNAU, 2013, p. 227).

Ao analisar os sentidos atribuídos por outro entrevistado, Urnau, (2013) realça seu conteúdo adaptacionista, trazendo a transcrição de sua fala, quando questionado sobre qual seria a demanda pelo psicólogo em seu território:

> Gerson: É a pessoa que estuda a natureza do cidadão, né? Para observar se ele tem problema mental, como se diz, se ele é uma pessoa da mente bem elevada, e daí por diante. Isso aí por causa das perguntas que foram feitas para mim há anos atrás. Quando existia trabalho em algum departamento, era obrigado a passar por entrevistas com psicólogos. Porque se você tinha uma falha mental, ou às vezes corporal, mesmo, não podia exercer trabalho em local alto. Foi o que passaram para mim (URNAU, 2013, p. 228).

Diante desses relatos, a autora chama a atenção para a prática direcionada à Psicologia como instrumento de seleção e adaptação, coadunado com o discurso do "homem certo para o lugar certo", demonstrando também que o sentido atribuído pelo sujeito da pesquisa acerca da prática do psicólogo relaciona-se com a Psicologia hegemônica.

Referente à transposição de práticas tradicionais ao campo social, asseveramos, ainda de acordo com Yamamoto (2012), a necessidade de reflexão sobre a dimensão política da Psicologia, para além da questão técnica. Lembramos, assim, da discussão realizada anteriormente sobre a constituição da Psicologia como ciência nas condições concretas do modo de produção capitalista, considerando que o principal desafio é uma atuação orientada para a transformação social, por meio do fortalecimento de perspectiva crítica e política.

A partir desse entendimento, pensamos que se a Psicologia adentrar o campo da Assistência Social embasando-se em paradigmas psicológicos hegemônicos, centrados no indivíduo e no discurso médico, desconsiderando os aspectos históricos e culturais que constituem o ser humano, é possível que apenas reforce a lógica atual, resultando na patologização da pobreza e na culpabilização de indivíduos e famílias.

Isso posto, é plausível chegar à conclusão de que, embora a Psicologia já tenha desenvolvido, ao longo de sua história, vasto arcabouço teórico para embasar a crítica sobre seu caráter clínico e patologizante, o que se torna aparente é justamente a aplicação de um saber que acaba, por fim, oferecendo bases teóricas para a perpetuação da desigualdade de classes e da exploração do trabalhador, à medida que, ao lidar com a expressão da pobreza, a justifica com discursos centrados no indivíduo e em suas famílias como problema.

Assim, é indispensável ao psicólogo que busca compreender o fenômeno da Psicologia na Assistência Social o questionamento sobre qual função social esse profissional vem desempenhando nesse campo de atuação – a quem, afinal, está servindo?

PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL: ALGUMAS DIFICULDADES A SEREM SUPERADAS

O processo de realização do trabalho descrito trouxe à tona a necessidade de retomar a reflexão sobre as limitações históricas da Psicologia como ciência e profissão, evidenciando ser imperativa uma perspectiva que compreenda a constituição material e histórica do sujeito humano e seu caráter de classe. Além disso, evidenciou ser fundamental entender as limitações estruturais da Assistência

Social como política social, ou seja, como instrumento de um Estado que é essencialmente capitalista.

Nessa perspectiva, entendemos que o Estado, por meio de formas específicas, possibilita a continuidade do modo de produção capitalista, legitimando a essencial relação de trabalho baseado na exploração e no valor de troca da mercadoria, garantindo o direito subjetivo e universal de vender e comprar a mercadoria força de trabalho. Ainda que também responda, em menor proporção, às demandas da classe trabalhadora, a maneira como isso se manifesta transforma-se de acordo com as condições concretas, que envolvem os ciclos de crise inerentes ao capitalismo e ao caráter da luta de classes de cada tempo (MASCARO, 2013).

Dessa forma, esse mesmo Estado possibilita tanto as expressões de governos de extrema direita, nas quais os direitos do trabalhador são reduzidos ao limite, bem como de governos mais progressistas, que investem mais em direitos sociais e em demandas da classe proletária. Assim, contraditoriamente, pode manifestar-se como um espaço de liberdade e de representação, porém é essencialmente um espaço de bloqueio de lutas, no qual a ação revolucionária, que ultrapassa a forma jurídica e política, é interditada (MASCARO, 2013).

É preciso, pois, pensar para além dos limites do Estado, compreendendo que não é ele a estrutura da sociedade, mas o oposto, que é nas relações de produção entre os homens que estão as suas raízes. Sendo assim, torna-se possível e fundamental superar os limites da luta pela democracia burguesa (TONET, 2018).

Essa afirmação não significa deixar de lutar pela democracia, posto que é até então a forma mais desenvolvida de sociabilidade humana e sua perda, a não ser que seja pela substituição por uma forma de relação de trabalho sem exploração, resulta em danos para a classe trabalhadora, como é possível evidenciar analisando o

acirramento da exploração e da opressão do trabalhador nos últimos anos (TONET, 2018).

Ao contrário, é preciso posicionarmo-nos contra qualquer redução de direitos, mas conscientes do limite dessa luta, principalmente porque estamos vivenciando um longo período de aviltamento do trabalhador e do aumento de sua exploração e miséria, no qual a fragilidade da democracia é cada vez mais explícita, conforme sintetiza Tonet (2018):

> O mundo saiu dos trinta "anos dourados" do Estado de Bem-Estar Social em que, pelo menos nos países mais desenvolvidos, o sistema político democrático funcionava de maneira bastante satisfatória, embora sem as ilusões frequentemente divulgadas, para um período em que em todas as latitudes do mundo, esse sistema está em franco retrocesso. Embora apenas paradoxalmente esteja havendo avanços em termos de direitos específicos (racismo, homofobia, violência doméstica, minorias, etc.), é visível, a olho nu, que, de modo geral, o direito da força está se sobrepondo à força do Direito, tanto nas relações internacionais quanto nas relações nacionais. Não há necessidade de enumerar exemplos, tantos e tão patentes são eles. Também é claramente visível que as instituições políticas democráticas, os direitos da cidadania e os valores e normas próprios desse sistema são cada vez mais atropelados e vilipendiados (TONET, 2018, p. 02).

Fica claro, portanto, que não se trata de negar a importância da democracia e a necessidade urgente de defendê-la, compreendendo as conquistas possíveis à classe trabalhadora ao longo da história por causa dela, mas entender que sua origem e sua

essência são intrínsecas à lógica exploratória capitalista, dentro da qual não haverá real liberdade (TONET, 2018).

Sendo assim, concluímos que o acesso a políticas sociais, mesmo que fundamental na atualidade, não deve ser posto como objetivo final de uma transformação social. Limitar-se à defesa da garantia de direitos individuais como ponto de chegada, significa reiterar a compreensão de que a desigualdade social é inerente à natureza humana e de que as relações materiais de produção são inalteráveis (TONET, 2007; 2016).

Desse mesmo modo, em relação à Psicologia, é sob essa lógica, inserida na dinâmica da divisão social do trabalho, que devemos contextualizar a profissão, compreendendo suas limitações, sem perder de vista que qualquer ação profissional envolve uma dimensão política, que nos direciona à necessidade de práticas efetivamente novas. Contudo, essas não serão suficientes para uma transformação real, pois limitam-se à esfera do Estado e da emancipação política, sendo impossível atingir a emancipação humana em uma sociedade fundamentada na exploração do trabalho.

Cabe então ao psicólogo estar ciente das condições que impedem o desenvolvimento livre do indivíduo em sua relação com o gênero humano e, dessa forma, não se limitar às possibilidades do âmbito de um Estado melhorado, mas orientar-se pela perspectiva da emancipação humana (LACERDA, 2015).

É essencial que esteja ciente dessa limitação inerente ao sistema produtivo atual, mas sem deixar de refletir para qual horizonte sua prática se direciona – se atuará de maneira conservadora ou de forma a superar compreensões ideologizadas e reducionistas das pessoas e dos fenômenos com os quais trabalha, principalmente em uma área na qual as consequências da desigualdade de classes apresentam-se de forma escancarada, como a Assistência Social.

CONCLUINDO

A partir do exposto, entendemos que superar concepções ideologizadas, com direcionamento à emancipação humana, significa defender uma Psicologia que difere das tuteladas pela Psicologia hegemônica, pois compreende de que maneira a realidade social na qual o indivíduo está inserido (uma sociedade fundada na exploração de uma classe sobre outra) não só influencia, mas constitui a subjetividade das pessoas. Logo, compreender o indivíduo com o qual nos deparamos na atuação profissional, implica, imprescindivelmente, compreender seu papel nessa sociedade de classes e suas singularidades.

Desse modo, consideramos mister uma Psicologia que parta de uma perspectiva materialista, histórico-dialética, que busque contribuir com o objetivo de superar explicações baseadas apenas no conteúdo aparente dos fenômenos com os quais trabalha, tanto no que se refere à compreensão da constituição dos indivíduos quanto dos fenômenos próprios – como a miséria, a pobreza, a dificuldade de acesso a serviços públicos e às diversas violências presentes nesse cotidiano –, fenômenos relacionados à temática do estudo aqui apresentado, a política de Assistência Social.

Cabe, pois, ao psicólogo, o pensamento dialético, que visa a compreensão da realidade concreta da "coisa em si" (KOSIK, 2002, p. 13), ou seja, ao estudar o sujeito psicológico atuando na Assistência Social, o profissional da Psicologia deve ir além daquilo que está imediatamente posto sobre a forma fenomênica, analisando sua historicidade e sua constituição processual, buscando aquilo que há de essencial em seu objeto de estudo. Deve atentar-se para a relação entre essência e aparência, uma vez que a realidade se constitui na relação e na unidade entre fenômeno e essência. Nessa

relação, é preciso uma Psicologia que se oriente pela desnaturalização dos fenômenos, superando o pensamento comum.

Essa posição diante dos fenômenos do cotidiano profissional, consiste na diferença entre as chamadas práxis utilitária e revolucionária. A primeira pauta-se no pensamento comum, na experiência imediata com o fenômeno e em sua forma empírica; a segunda compreende a primeira, mas desvela seus aspectos secundários e capta sua estrutura processual e histórica, trazendo à tona sua essência. Dessa forma, é revolucionária, porque demonstra a possibilidade de transformação da realidade social, uma vez que é produzida pelo homem e, por isso, passível de mudança (KOSIK, 2002).

O psicólogo, portanto, ao compreender o indivíduo como sujeito concreto, analisando as relações sociais, deve compreender os processos que dificultam a apropriação da produção humana, afastando os indivíduos de sua humanização. Entendemos que a Psicologia Histórico-Cultural, fundamentada nos pressupostos da ontologia do ser social marxiana, pode contribuir para esse processo de superação, tendo como princípio norteador não apenas a emancipação política, mas a emancipação humana.

Esta superação está sustentada na dinâmica defendida pela Psicologia Histórico-Cultural sobre a constituição social e histórica da consciência humana, logo não se pode compreender o homem sem entender a sociedade que o constitui – uma sociedade alicerçada sobre a exploração de uma classe sobre a outra, sobre o distanciamento entre a riqueza produzida pela classe trabalhadora e o acesso que tem à esta produção, conforme apresentam Vygotsky (2004), ao abordar a constituição de um homem socialista e Leontiev (1978), ao tratar do desenvolvimento do psiquismo, balizado pela processo de alienação vivenciado na sociedade capitalista. Lembramos, porém, que historicamente a Psicologia se constitui como teoria que sustenta e naturaliza essa relação, mas a limitação

dessa visão pseudo concreta do ser humano já vem sendo denunciada e criticada nas últimas décadas, com indiscutível contribuição da Psicologia Histórico-Cultural. Para perspectiva, é na realidade social já constituída que nascem os homens, que deverão apropriar-se dos elementos dessa realidade para humanizarem-se, pois o indivíduo se constitui enquanto ser humano:

> […] somente através do, e devido ao, fato de que ele se apropria, incorpora em sua vida e atividade (em maior ou menor extensão) habilidades, carências, formas de comportamento, ideias etc., que foram criadas e objetivadas por outros indivíduos de gerações anteriores ou contemporâneos a ele. Assim, o indivíduo humano, em sua personalidade concreta, é, ainda que tomado isoladamente, um produto das relações históricas e socais (MÁRKUS, 2015, p. 53).

Dessa forma, ao concluir o presente estudo, entendemos que o Materialismo Histórico-Dialético tem mito a contribuir teoricamente para a construção de uma Psicologia orientada para a emancipação humana, porque compreende as consequências da sociedade de classes na constituição do indivíduo e defende a necessidade de apropriação daquilo que foi produzido por ele e pelo gênero humano para sua humanização e liberdade real. Sendo assim, são necessárias práticas que promovam ações reflexivas, críticas e questionadoras da realidade, compreendendo que esta está em constante transformação e que se transforma pela ação dos homens.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. A. M. “A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições”. **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 32, 2012.

ARAÚJO, M. E. **A atuação do psicólogo no VRAS e o enfrentamento da vulnerabilidade social** (Dissertação de Mestrado em Psicologia Social). São Paulo: USP, 2014.

BOCK, A. M. A. "Psicologia a caminho de um novo século: Identidade profissional e compromisso social". **Estudos de Psicologia**, vol. 4, n. 2, 1999.

BOCK, A. M. B. "A Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia". *In*: BOCK, A. M. B. *et al.* (orgs.). **A Psicologia Sócio-Histórica**: uma perspectiva crítica em Psicologia. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

COSTA, A. L. F. **A produção científica de Psicologia e o debate sobre política social** (Tese de Doutorado em Psicologia). Natal: UFRN, 2014.

DANTAS, C. M. B. **A ação da Psicologia na Assistência Social**: "Interiorização da profissão" e combate à pobreza (Tese de Doutorado em Psicologia). Natal: UFRN, 2013.

DETTMANN, A. P. S. **Psicologia, Política e Ética**: histórias e personagens da política pública de Assistência Social (Dissertação de Mestrado em Psicologia Institucional). Vitória: UFES, 2013.

FRARE, E. **A atuação do psicólogo na Assistência Social na região da Foz do Rio Itajaí do Estado de Santa Catarina – SC** (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Florianópolis: UFSC, 2013.

JANIAKE, E. **Psicologia e Assistência Social**: Reflexões sobre atuação no "Terceiro setor" à luz da Psicologia Crítica (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Campinas: PUC-Campinas, 2012.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

LACERDA, F. "Podem as políticas públicas emancipar?". *In*: LIMA, A. F. *et al.* (orgs.). **A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2015.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Editora Livros Horizonte, 1974.

MACEDO, J. P. **O psicólogo no campo do Bem-Estar**: cartografias de práticas na saúde e assistência social (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Natal: UFRN, 2007.

MACÊDO, O. **A atuação dos profissionais de Psicologia nas políticas públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social** (Tese de Doutorado em Psicologia). João Pessoa: UFPB, 2014.

MARIANO, L. H. S. M. **O praticante de psicanálise no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CRAS)**: A intervenção retificadora e outras questões (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Belo Horizonte: PUC-MG, 2011.

MÁRKUS, G. **Marxismo e Antropologia**: O conceito de "Essência Humana" na filosofia de Marx. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Editora Boitempo, 1989.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

MELO, E. P. **E vamos à luta**: o fazer de psicólogos (as) no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Fortaleza: UFC, 2011.

MENZ, D. M. **Práticas desenvolvidas pelos psicólogos que atuam em Centros de Referência de Assistência Social**: interface com a formação acadêmica. Dissertação (Mestrado) em Psicologia. Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2012.

MOREIRA, T. A. S. **O psicólogo e o serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes** (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Natal: UFRN, 2014.

MOTTA, R. F. **O trabalho das (dos) psicólogas (os) no SUAS**: materializando a Assistência Social enquanto política pública (Tese de Doutorado em Psicologia). Porto Alegre: PUC-RS.

PAULO NETTO, J. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

OLIVEIRA, I. F.; COSTA, A. L. F. "Psicologia e Política Social: história e debate". *In*: CORDEIRO *et al.* (Orgs). **Psicologia na Assistência Social**: um campo de saberes e práticas. São Paulo: Editora da USP, 2018.

OLIVEIRA, I. F.; PAIVA, I. L. "A atualidade do marxismo e sua contribuição para o debate sobre a formação e a atuação do profissional de Psicologia". *In*: OLIVEIRA, I. F *et al.* (orgs.). **Marx hoje**: pesquisa e transformação social. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2016.

OLIVEIRA, I. R. R. **Juventude "pobre" e políticas públicas**: a experiência profissional no campo da Assistência Social (Dissertação de Mestrado em Psicologia). São Cristóvão: UFS, 2015.

OLIVEIRA, N. L. A.; OLIVEIRA, I. F. “Os psicólogos na Assistência Social: indícios de sua presença pré-SUAS”. **Estudos e Pesquisas em Psicologia,** vol. 16, n. 2, 2016.

QUINTÃO, V. Z. **Uma análise do discurso de direitos humanos que produz práticas profissionais de psicólogas (os) na política de Assistência Social em Juiz de Fora – MG** (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Juiz de Fora: UFJF, 2015.

SENRA, C. M. **Psicólogos sociais em uma instituição pública de Assistência Social**: analisando estratégias de enfrentamento (Tese de Doutorado em Psicologia). Campinas: PUC-Campinas, 2009.

SILVA, A. C. S. **Desenvolvimento humano**: a identidade do psicólogo que atua junto a famílias em contexto de vulnerabilidade social (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Humano). Taubaté: UNITAU, 2012a.

SILVA, C. A. **As políticas sociais na formação graduada do psicólogo no Piauí**: Análise curricular (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Natal: UFRN, 2012b.

SILVA, C. A.; YAMAMOTO, O. H. “As políticas sociais na formação graduada do psicólogo no Piauí”. **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 33, n. 4, 2013.

SOUZA, R. F. **Psicologia e Políticas Públicas de Assistência Social**: Práxis Emancipatórias ou Administração Social? (Tese de Doutorado em Psicologia Social). São Paulo: PUC-SP, 2011.

SUSIN, C. M. **O mal-estar na cultura e suas incidências na clínica em contexto de exclusão** (Dissertação de Mestrado em Psicologia Social). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

TONET, I. “Democracia ou liberdade”. **Ivo Tonet** [2007]. Disponível em: <www.ivotonet.xp3.biz>. Acesso em: 10/09/2023.

TONET, I. “Educação e Ontologia marxiana”. **Revista HISTEDBR**, vol. 11, n. 41, 2011.

TONET, I. “O fim da democracia burguesa”. **Novos Rumos**, vol. 5, n. 2, 2018.

TONET, I. “Qual política social para qual emancipação?”. **Ser Social**, vol. 17, n. 37, 2016.

TONET, I. **Método Científico**: Uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TULESKI, S. C. “Reflexões sobre a gênese da Psicologia Científica”. *In*: DUARTE, N. (org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Editora Autores Associados, 2012.

URNAU, L. C. **Psicologia e Proteção Social na Amazônia**: diálogos com famílias de um garimpo (Tese de Doutorado em Psicologia). São Paulo: UNESP, 2013.

VIGOTSKI, L. S. **A transformação socialista do homem**. URSS: Varnitso, 2004.

YAMAMOTO, O. H. “50 Anos De profissão: Responsabilidade Social ou Projeto Ético-Político?”. **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 32, 2012.

YAMAMOTO, O. H. “Políticas Sociais, ‘Terceiro Setor’ e ‘Compromisso Social’: Perspectivas e limites do trabalho do Psicólogo”. **Psicologia e Sociedade**, vol. 19, n. 1, 2007.

CAPÍTULO 7

Patologização da Alienação Parental e Síndrome de Alienação Parental

PATOLOGIZAÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL E SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL

Caroline Cavalcante da Silva

Flávia Cristina Silveira Lemos

Fernanda Cristine Santos Bengio

Lucivaldo da Silva Araújo

A psicologia jurídica no Brasil é uma área recente, teve seu reconhecimento da década de 1960 e hoje compõe um espaço cada vez mais abrangente. Uma das áreas que tem ganhado destaque nessa atuação é o Direito Civil. Nesse contexto, o psicólogo possui demandas específicas, como a avaliação de sujeitos envolvidos em processos e a elaboração de documentos psicológicos e multiprofissionais. O documento emitido pelo psicólogo jurídico serve de subsídio para decisão do magistrado (LAGO *et al*., 2009).

Nas Varas Cíveis, de Infância e Juventude e a da Família, tem-se presentificado questões voltadas a Alienação Parental e Síndrome de Alienação Parental (SOMA *et al*., 2016). Essas terminologias foram difundidas através publicações realizadas pelo psiquiatra norte-americano Richard Gardner na década de 80, o qual descreveu que em processos de separação ocorre a Síndrome da Alienação Parental –SAP (FIGUEIREDO, 2017).

No cenário de disputas de guarda e custódia dos filhos, a SAP é descrita como distúrbio psicológico em decorrência da ação parental alienante, promovida pela campanha difamatória de um genitor em detrimento do outro, o que resultaria na interferência negativa na vida da criança, pois modifica seu modo de agir e pensar (GARDNER, 2001).

A síndrome aconteceria quando as crianças são obcecadas em depreciar e criticar um dos pais, difamando-o de maneira injustificada e/ou exagerada. Tais comportamentos seriam explicados por meio de uma programação sistemática e consciente de um dos responsáveis, e, fatores subconscientes e inconscientes. O psiquiatra complementa seu conceito apresentando surgem fatores que contribuem para o desenvolvimento da síndrome na criança (GARDNER, 1985).

De acordo com as publicações de Gardner (2001), a SAP estaria presente em aproximadamente 90% dos casos envolvendo disputa de guarda litigiosa e as mães seriam as principais alienadoras, correspondendo também a 90% dos casos observados por ele em 1980. Porém o autor não apresenta dados que fundamentem e embasem esses números, nem sequer, pesquisas relacionadas a SAP.

Acredita-se que a Alienação Parental ocorre quando há uma campanha de um adulto que vise fragilização do laço afetivo entre a criança e os cônjuges/familiares, para isso, o alienador, que é a pessoa que promove a alienação, utiliza-se de comportamentos que causem prejuízos no estabelecimento e manutenção do vínculo entre a criança e o alienado, que corresponde ao sujeito que tem o vínculo fragilizado por conta de terceiros (DIAS, 2017).

No Brasil foi criada a Lei nº 12.318/2010, conhecida como Lei da Alienação Parental. A lei não reconhece a síndrome de alienação parental, mas expõe sete tipos de atos denominados como alienação parental, a constar: a) desqualificar a conduta do genitor no que condiz o exercício da paternidade ou maternidade; b) dificultar, o exercício da autoridade parental; c) dificultar o contato; d) dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar; e) omitir informações pessoais relevantes dos infantes; f) apresentar falsa denúncia com o objetivo de criar impedimentos ou

dificultar o convívio. Por fim, g) mudar-se para local distante com a intenção de dificultar a convivência (BRASIL, 2010).

A lei reconhece como autores dessa prática pessoas que detenham a criança ou adolescente sob sua responsabilidade, como os genitores e avós, e que promovem prejuízos ao vínculo familiar (BRASIL, 2010). Apesar das críticas e o não reconhecimento científico, a alienação parental está presente na avaliação psicológica pericial, no discurso dos genitores, nos argumentos e atividades dos operadores do direito (OLIVEIRA, 2019).

Evidencia-se que fora o Brasil, não há registro de outros países que tenham lei similar sobre Alienação Parental (CFP, 2022). Identifica-se que mesmo sem estudos e comprovações científicas suficientes, o Brasil adotou uma postura de total credibilidade à alienação parental, sendo o primeiro país a formular uma lei que vincule tal terminologia.

Na lei não há qualquer menção a Gardner ou a seus postulados. Entretanto, a lei brasileira elaborou seis formas distintas de comportamentos que optaram por chamar de atos de alienação parental, mesmo sem respaldo científico afirmado que tal fenômeno existe ou que maneira pode ser avaliado. Porém a Lei nº 12.318/2010 expõe que o juiz pode determinar a realização de perícia psicológica ou biopsicossocial ao ter indícios de práticas de AP (BRASIL, 2010). Sobre isso, apresenta que:

> § 1º O laudo pericial terá base em ampla avaliação psicológica ou biopsicossocial, conforme o caso, compreendendo, inclusive, entrevista pessoal com as partes, exame de documentos dos autos, histórico do relacionamento do casal e da separação, cronologia de incidentes, avaliação da personalidade dos envolvidos e exame da forma como a criança ou

> adolescente se manifesta acerca de eventual acusação contra genitor.
>
> § 2º A perícia será realizada por profissional ou equipe multidisciplinar habilitados, exigido, em qualquer caso, aptidão comprovada por histórico profissional ou acadêmico para diagnosticar atos de alienação parental (grifo nosso).

Nesse sentido, ao apresentar que o profissional pode vir a diagnosticar atos de alienação parental, compreende-se há o reconhecimento de uma patologia. Segundo Olivera (2019, p. 41) "entende-se que as condições de possibilidades de criação, difusão e legitimidade da AP e da SAP têm, ao menos, três nuances: a patologização, a judicialização e a medicalização". A demanda familiar passa a ter novos sentidos e perspectivas, reformulando sua existência a partir de critérios jurídicos, psicológicos e médicos que embasam uma abordagem que os reduz e os normatiza dentro desses dois conceitos (OLIVEIRA, 2019).

PATOLOGIZAÇÃO

De acordo com Gardner (2001, p. 10), além dos atos praticados pelo alienador, a própria criança também possui um papel ativo que contribui para difamar o genitor alienado. O psiquiatra conceitua que a síndrome da alienação parental possui oito sintomas que acometem a criança, como:

1) Campanha de difamação;
2) Racionalizações fracas, frívolas ou absurdas para a depreciação;

3) Falta de ambivalência;
4) O fenômeno do "Pensador Independente";
5) Apoio reflexivo do genitor alienante no conflito parental;
6) Ausência de culpa pela crueldade e/ou exploração do genitor alienado;
7) Presença de cenários emprestados;
8) Propagação da animosidade para a família e amigos do familiar alienado.

O autor evidencia que nos casos moderados e graves, a criança apresenta quase todos ou todos os sintomas descritos por ele (GARDNER, 2001). Os artigos *Recent Trends in Divorce and Custody Litigation* (1985) e *Parental Alienation Syndrome* (PAS): *Sixteen Years Later* (2001), elaborados pelo médico não evidenciam quais elementos, métodos de pesquisa e avaliação são utilizados por ele para caracterizar o que ele chamou de síndrome de alienação parental. Divulga que a partir de seu trabalho com famílias conseguiu e evidenciar sua teoria, sendo considerada por ele como uma síndrome pura na psiquiatria, mas não esboça sobre o que seria isso. Na publicação de 2001 citada, o psiquiatra apresenta apenas um referencial teórico em seu artigo, citando o conceito de síndrome e os três níveis de categorização descritos pela psiquiatria segundo o Dicionário de Psiquiatria de Campbells de 1969.

Richard Gardner expõe que os médicos identificam sintomas de forma isolada e ao ter um agrupamento de sintomas específicos, pode ser caraterizado uma síndrome, justificando que os artigos sobre a suposta síndrome serviriam para chamar atenção dos médicos, mesmo evidenciando poucos casos. O próprio autor diz que a psiquiatria tende a mudar o termo síndrome para transtorno depois

de realizar estudos repetidos que confirmem a existência da doença (GARDNER, 2001).

Ressalta-se que a Organização Mundial de Saúde, Associação Psiquiatria Americana, Associação Médica Americana, Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais e pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, reconhecem que a SAP não tem validade científica e, portanto, não é reconhecida como doença. A jurisprudência norte-americana avaliou legalmente a questão dos postulados de Gardner e concluiu que a utilização da SAP é inadmissível perante casos de disputa de guarda, violência sexual e violência doméstica (SOTTOMAYOR, 2011).

Diversos projetos de lei pedem a alteração ou a revogação da Lei de Alienação Parental. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Nacional de Saúde e o Conselho Nacional dos Direitos Humanos possuem ressalvas no que tange esse tema (CFP, 2022). O Conselho Nacional de Justiça, reconheceu que as denúncias de alienação parental têm sido utilizadas por homens para enfraquecer a denúncias das mulheres vítimas de violência doméstica e que tem por objetivo a reaproximação e/ou guarda unilateral dos filhos (CNJ, 2022).

A patologização da síndrome de alienação parental tem sob foco colocar as questões familiares em uma dicotomia entre saúde e doença, normal e patológico, o que é considerado saudável e o que não é. Nessa perspectiva, Maria Moysés e Cecília Collares (2013), apontam que as dificuldades ou problemas do cotidiano recebem a conotação de doença e deixa-se de observar as influências sociais, históricas, econômicas e políticas do desenvolvimento humano, focando em questões individuais. Surgem então, “novos critérios, novos nomes, novas formas de avaliação, novas formas de punição” (MOYSÉS; COLLARES, 2013, p. 12).

A psicologia muitas vezes é convocada para designar condutas identificadas como adequadas e as desviantes, seja no sentido de psicopatologias ou de violências. Para isso, correlaciona condutas ditas patológicas e sua potencial ameaça com outros problemas de demanda emocional e assim, adota condutas que previnam esse resultado (Oliveira, 2019). Ao acreditar em condutas de AP ou SAP, os sujeitos envolvidos passam a ser reconhecidos como:

> a) "alienadores, manipuladores, doentios e, em última instância, vítimas ou culpados. Reproduz-se, então, a crescente judicialização, patologização e medicalização de tudo que é dificuldade, sofrimento, excesso ou falta no sujeito. Observa-se, portanto, que esses três eixos sustentam a abordagem normativa e reducionista dada aos conflitos familiares, traduzidos em termos de AP e SAP" (OLIVEIRA, 2019; p. 42).

Analicia Sousa (2009) aponta que ao ter o foco em questões individuais e de cunho patológico, perde-se a análise da problemática a nível macro, o que resulta no desvio de discussões sociais sobre a parentalidade de genitores separados. A discussão em torno da SAP, possibilita compreender a banalização em torno do conceito de síndrome, assim como, a aparente indissociabilidade entre guarda e atos de alienação parental no contexto jurídico.

JUDICIALIZAÇÃO

Na década de 1970 e 1980, as estruturas familiares estavam passando por modificações nos Estados Unidos, em que os pais, começaram a requerer a guarda de seus filhos, pois antes a guarda

era em muitos casos, colocada para a mãe (CALÇADA, 2019). Destaca-se que na sociedade capitalista e patriarcal a mulher sempre foi a cuidadora dos filhos, então nessa lógica, o meio jurídico apenas perpetuou e legitimou a continuidade desse lugar, passando a guarda quase que a automaticamente para a mãe com a separação do casal.

A medida que o desejo dos homens se modificou e quiseram participar mais ativamente da vida dos filhos, os conflitos judiciais se ampliaram, sendo então, discutido a questão da guarda. Em 2008 foi implementada a Lei nº11.698, criando a possibilidade de guarda compartilhada, em que ambos os genitores têm responsabilidade para com o filho, exercendo direitos e deveres que independem de coabitação e estabelece períodos de convivência com cada um (BRASIL, 2008).

A discussão aqui é de que apenas quando os homens e pais decidiram por querer ter papel diferente na vida dos filhos é que o sistema de justiça se modificou. A mulher, passa mais uma vez a ter sua vida decida por terceiros e tendo que se adaptar as mudanças. Porém, quando a criança esboça não querer ter essa aproximação com o genitor, explicações de cunho pseudopsicológico são logo divulgadas como alienação parental e síndrome de alienação parental. O fato dessas terminologias terem sido objeto de investigação e publicação de um homem traz a discussão a própria implicação de Gardner com a pesquisa, utilizando suas justificações totalmente parciais ao tratar sobre esse tema de modo sexista e podendo ser visto enquanto um aliado para os genitores, o que contribuiu para a judicialização do conflito.

A judicialização é compreendida por Camilla Oliveira e Leila Brito (2013), como "o movimento de regulação normativa e legal do viver, do qual os sujeitos se apropriam para a resolução dos conflitos cotidianos" fazendo com que as questões individuais perpassem a esfera política social e sejam atravessadas pelo poder judiciário que opera no controle, julgamento e punição de comportamentos.

O Direito de Família contempla relações afetivas e sociais intensas, ligadas a estrutura e funcionamento da dinâmica familiar. O litígio que envolve a guarda e regulamentação de visitas de crianças e adolescentes, pode ser permeado por conflitos, violências e resistência ao contato parental (SERAFIM; SAFFI, 2019). A procura da Justiça para avaliar e determinar os moldes de convivência e regulamentação de guarda, ocorre por conta dos conflitos decorrentes do rompimento conjugal, em que são apresentados dificuldades e/ou interesses distintos entre os adultos responsáveis sobre as decisões que envolvem a guarda e cuidado dos filhos (SHINE; FERNANDES, 2020; OLIVEIRA; BRITO, 2013).

Andreia Calçada (2019), publica que a judicialização decorre pela dificuldade do seio familiar em lidar com seus conflitos de forma madura e então, buscam no sistema jurídico a resolução da problemática. A autora aborda que a avaliação, quando feita de forma ampla e ética, tende a somar e atenuar conflitos, protegendo os infantes. Quando a alienação parental é levada ao Judiciário, o juiz ao ter indícios de práticas alienantes dentro de um processo pode determinar a perícia psicológica ou biopsicossocial (BRASIL, 2010), essa avaliação deve considerar as fragilidades parentais de ambos os genitores, características e recursos pessoais dos filhos e interações da família (REFOSCO; FERNANDES, 2018).

As demandas de avaliação psicológica em casos de guarda exigem do psicólogo constante aprimoramento profissional para desempenhar uma avaliação de qualidade (LAGO *et al*., 2008). A perícia psicológica é um meio de prova elaborada por um especialista e que permite a inserção nos autos de informações técnicas que ultrapassam o conhecimento do juízo (ROVINSKI, 2013).

O psicólogo forense possui demandas específicas, dentre elas, a elaboração de documentos psicológicos e multiprofissionais e servem de subsídio para decisão do magistrado. No documento, o

psicólogo pode concluir, sugerir e/ou indicar possibilidades de solução da questão apresentada pelo litígio judicial (LAGO *et al*., 2009). Na perícia, o psicólogo deve compreender a dinâmica familiar, os motivos da separação e as justificativas sobre o que contribuiu para os responsáveis disputarem judicialmente os filhos (LAGO *et al*., 2008).

A investigação nesses casos, deve ser minuciosa e compreender o contexto, pessoas envolvidas e dinâmica familiar, identificando os fatos que resultam nesse possível distanciamento e se isso é explicado via alienação parental ou não, visto que "nem sempre a resistência ao contato com um dos genitores decorre de um processo ativo por parte de um adulto que busca promover esse afastamento" (RAMIRES, 2020, p. 230).

Pelo fato ter a lei de alienação parental, ao ter menção de alguma conduta que vincule a uma resistência ao contato parental com um dos genitores, vincula-se quase que automaticamente a uma possibilidade de atos de alienação parental, como se apenas existisse essa explicação e justificativa para o afastamento da criança. A compreensão da resistência ao contato parental acaba sendo compreendida como atos que sequer, competem a ela, ou seja, explicações que estão "fora da criança", como um comportamento não natural, mas sim, uma conduta programada da criança por via da manipulação de um adulto, culpando o outro responsável pelo afastamento do infante.

O psiquiatra norte-americano, utiliza expressões como lavagem cerebral e programação (GARDNER, 2001) em seus escritos, atribuindo que a criança seria meramente uma reprodutora de respostas e atitudes, dessa forma, mesmo diante de ideias e lembranças conflitantes, a criança apenas iria apresentar o que lhe foi programado. Pouco se fala sobre a postura do genitor que está sendo "alienado" e como era a relação desse genitor com o filho antes e depois da separação.

Os conflitos familiares são judicializados ao conceituar atos de alienação parental em forma de lei e solicitar a avaliação de tais condutas perante o judiciário. Não há como negar a presença de conflitos nesse âmbito, porém é de se questionar se a resposta a essa questão é apenas pela via judicial, e se essa conduta está de fato contribuindo para uma mudança efetiva no quesito familiar ou não, assim como, quem está sendo beneficiado com essa prática.

Justificativas para o afastamento

O enfoque em descobrir atos de AP pode fazer com que os profissionais realizem suas investigações sob um olhar limitado, apenas tentando confirmar ou não uma única possibilidade, que seria o afastamento providenciado por um adulto de referência da criança. Porém e se o genitor que a criança tem resistência ao contato, tenha condutas que justifique e promova seu próprio afastamento, pode-se falar de autoalienação parental?

O abandono afetivo, pode ser evidenciado quando o genitor se distância da prole de forma emocional, mesmo estando fisicamente presente (DAMIANI, COLOSSI; 2015). O abandono afetivo também se configura como o descaso, negligência, ausência cuidado e omissão em atender as necessidades afetivas dos filhos (DAMIANI; COLOSSI, 2015; DANTAS; JABLONSKI; FÉRES-CARNEIRO, 2004).

O próprio responsável pode praticar atos que contribuam para promover o afastamento do filho (MADALENO; MADALENO, 2018). Esse afastamento pode ser justificado quando o genitor tem a perspectiva de manter contato e controle sobre a ex-companheira e utiliza-se os filhos como pretexto para interagir ou punir esse outro, assim como, vivências relacionadas a negligência

ou violência, sentimentos de falta de segurança, cuidado e amparo referentes ao genitor (RAMIRES, 2020). Ser testemunha de violência também pode contribuir para o afastamento, visto que em 59,66% dos casos de violência doméstica contra a mulher, os filhos presenciam as agressões e 21,64% dos casos os filhos sofreram violência também (IPEA, 2015).

Um dos atos caraterizados como alienação parental é emitir uma falsa denúncia. Há uma forte vinculação com denúncias de abuso sexual infantojuvenil sendo colocadas em questionamento, cuja justificativa para tal acusação seria explicado como atos de AP ou SAP. Segundo o Relatório do Disque Direitos Humanos (2019), do quantitativo de casos reportados de abuso sexual infantojuvenil, 49% correspondem aos membros família como autores dessa violação (pai: 19%, padrasto: 21% e tio: 9%).

Segundo um outro estudo foram constatados que de 551 notificações de abuso sexual infantil, apenas 14 (ou seja, 2,5%) detinham um relato errôneo e somente 1,5% da amostra constataram que a acusação foi realizada sob manipulação de um dos pais (OATES *et al*., 2000). A falsa denúncia é uma realidade, porém pouco observada e incomum. Entretanto, genitores e seus advogados tem-se utilizado da falsa acusação de alienação parental como estratégia para ocultar a violência sexual.

Os estudos de Gardner, alegam que se a mãe denúncia um abuso, é mentira. Os casos verdadeiros seriam aqueles que não são denunciados pelas mães, ou seja, é presumido uma falsa alegação pelo fato da mãe tentar proteger seu filho (SOTTOMAYOR, 2011). Consuelo Barea (2009), exemplifica que a SAP se opõe as conquistas dos direitos das mulheres, assumindo um caráter machista e misógino. A ideologia que permeia a dita síndrome, se difundiu de maneira não acidental, visto que o homem possui privilégios e poder, ainda colocado como o sujeito que ocupa

posição central e de domínio sobre mulheres e crianças, sendo esses últimos, seus objetos dentro da lógica patriarcal.

Na tentativa de não perder o domínio, utilizam de meios para regredir avanços de direitos das mulheres e desacreditar relatos de abuso. Os agressores se apresentam de forma vitimista e que estão sofrendo por denúncias falsas. Nessa lógica a mãe se utiliza de manipulação e astúcia para colocar os filhos contra o paterno (BAREA, 2009).

Os itens vinculados nesse tópico justificam o afastamento do filho voltado as próprias condutas do genitor. A análise da problemática no contexto de guarda não deve ser reduzida a apenas atos de alienação parental, pois, nem todos os casos em que ocorre a resistência ao contato parental são explicados pela manipulação de terceiros para esse fim. É necessário trazer ao debate o papel e responsabilidade do genitor frente suas próprias condutas para com filho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de atender demandas de pais de requerem a guarda dos filhos, o psiquiatra Richard Gardner cria a Síndrome de Alienação Parental, que resultou na culpabilização de mulheres e mães frente a recusa da criança a conviver com o genitor, negando os desejos do infante e explicando a renúncia da criança a um dos genitores sob um único viés, que é o da alienação parental, resultando na patologização e responsabilização de terceiros.

O enfoque sobre os escritos do médico chama atenção por sua amplitude e disseminação, onde mesmo não apresentando nenhum dado científico que comprove seus postulados, tem aceitação e menção até os dias atuais pelo sistema de justiça. A

magnitude de suas terminologias resultou com que o Brasil criasse a conhecida como lei de alienação parental (AP), a qual caracteriza seis atos de AP.

No sistema jurídico brasileiro, juízes, advogados, promotores, defensores, analistas judiciários como psicólogos, assistentes sociais e pedagogos utilizam as terminologias de Alienação Parental e Síndrome da Alienação Parental. Até o ano de 2023, ainda não há estudos que comprovem a síndrome da alienação parental ou a alienação parental em si. Assim como, a comunidade científica ainda não reconhece tais conceitos. Porém é possível identificar, presumir ou inferir, os atos de alienação parental conforme descritos na lei. Nesse sentido, a psicologia em específico, tem realizado avaliações psicológicas e produzindo materiais como artigos e livros que abordam sobre a temática. Os materiais identificados no capítulo, são alguns que observam a alienação parental de maneira crítica e questionando sua legitimidade.

Uma das possibilidades pouco difundidas é a que o genitor pode causar o próprio afastamento do filho, isso é, por próprias condutas do pai ou até mesmo a sua falta, o infante se afasta do genitor, como nos casos que o pai não oferta atenção e cuidados para o filho, abandonando-o afetivamente, ou quando comete violências como o abuso sexual ou violência doméstica contra a mulher.

A autora não tem a pretensão de negar totalmente a existe da AP, visto que práticas alienantes podem ser identificadas tendo como base a Lei de AP. Porém, é necessário compreender que nem todos os casos que podem ser vinculados a práticas de alienação parental. Identifica-se que cada vez mais, a psicologia vem sendo utilizada para expandir um discurso que patologiza, medicaliza e juridicializa, modos de viver e existência. Deve-se focar em perspectivas de abordem o contexto político, histórico, social e econômico dentro das teorias e práticas profissionais.

REFERÊNCIAS

BAREA, C. P. "Backlash: resistência a la igualdad". **Aequalitas Revista Jurídica de Igualdad de Oportunidades Entre Mujeres y Hombres**, n. 25, 2009.

BRASIL. **Lei n. 11.698, de 13 de junho de 2008**. Brasília: Planalto, 2008. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30/06/2023.

BRASIL. **Lei n. 12.318, de 26 de agosto de 2010**. Brasília: Planalto, 2010. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30/06/2023.

CALÇADA, A. "A Genealogia do Conceito de Alienação Parental: Historicização do conceito de Síndrome de Alienação Parental". *In*: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (org.). **Debatendo sobre alienação parental**: diferentes perspectivas. Brasília: CFP, 2019.

CFP - Conselho Federal de Psicologia. **Nota técnica sobre os impactos da lei n. 12.318/2010 na atuação das psicólogas e dos psicólogos**. Brasília: CFP, 2022. Disponível em: <www.cfp.org.br>. Acesso em: 30/06/2023.

CNJ- Conselho Nacional de Justiça. **Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero**. Brasília: CNJ, 2021. Disponível em: <www.cnj.gov.br>. Acesso em: 30/06/2023.

DAMIANI, C. C.; COLOSSI, P. M. "A ausência física e afetiva do pai na percepção dos filhos adultos". **Revista Pensando Famílias**, vol. 19, n. 2, 2015.

DANTAS, C.; JABLONSKI, B.; FÉRES-CARNEIRO, T. "Paternidade: Considerações sobre a relação pais-filhos após a separação conjugal". **Cadernos de Psicologia e Educação**, vol. 29, n. 14, 2004.

DIAS, M. B. **Incesto e Alienação Parental**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

FIGUEIREDO, C. R. L. V. "A ira dos anjos: uma análise psicológica e jurídica da alienação parental". **Revista da Faculdade de Direito**, n. 2, 2017.

GARDNER, R. "Parental Alienation Syndrome (PAS): Sixteen Years Later". **American Academy of Psychoanalysis**, vol. 45, n. 1, 2001.

GARDNER, R. "Recent Trends in Divorce and Custody Litigation". **Academy Forum**, vol. 29, n. 2, 1985.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A violência contra a mulher**. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 30/06/2023.

LAGO, V. M. *et al*. "Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação". **Estudos de Psicologia**, vol. 26, n. 4, 2009.

LAGO, V. M.; BANDEIRA, D. R. "As práticas em avaliação psicológica envolvendo disputa de guarda no Brasil". **Avaliação Psicológica**, vol. 7, n. 2, 2008.

MADALENO, A. C. C.; MADALENO, R. **Síndrome da Alienação Parental**: importância da detecção aspectos legais e processuais. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2018.

MOYSÉS, M. A.; COLLARES, C. A. L. "Controle e medicalização da infância". **Desidades**, vol. 1, n. 1, 2013.

OATES, K. *et al*. "Preocupações errôneas sobre abuso sexual infantil". **Abuso e Negligência Infantil**, vol. 24, n. 1, 2000.

OLIVEIRA, C. F. B. "Patologizando condutas, judicializando conflitos e medicalizando existências: considerações sobre a (síndrome de) alienação parental". *In*: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. (org.). **Debatendo sobre alienação parental**: diferentes perspectivas. Brasília: CFP, 2019.

OLIVEIRA, C. F. B.; BRITO, L. M. T. "Judicialização da vida na contemporaneidade". **Psicologia: Ciência e Profissão**, n. 33, 2013.

RAMIRES, V. "Avaliação Psicológica de crianças que resistem ao contato parental". *In*: HUTZ, C. S. *et al.* (orgs.). **Avaliação psicológica no contexto forense**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2020.

REFOSCO, H. C.; FERNANDES, M. M. G. "Entre o afeto e a sanção: uma crítica à abordagem punitiva da alienação parental". **Revista de Direito GV**, vol. 14 n. 1, 2018

ROVINSKI, S. L. R. **Fundamentos da Perícia Psicológica Forense**. São Paulo: Editora Vetor, 2013.

SERAFIM, A. P.; SAFFI, F. **Psicologia e práticas Forenses**. Barueri: Editora Manole, 2019.

SHINE, S.; FERNANDES, M. "Avaliações em situações de regulamentação de guarda e direito de convivência". *In*: HUTZ, C. S. *et al.* (orgs.). **Avaliação psicológica no contexto forense**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2020.

SOMA, S. M. P. *et al*. "Parental alienation in Brazil: a review of scientific publications". **Psicologia em Estudo**, vol. 21, n. 3, 2016

SOTTOMAYOR, M. C. "Uma análise crítica da síndrome de alienação parental e os riscos da sua utilização nos tribunais de família". **Revista Julgar**, n. 13, 2011.

SOUSA, A. M. **Síndrome da alienação parental**: análise de um tema em evidência (Dissertação de Mestrado em Psicologia Social). Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

CAPÍTULO 8

Inteligências Multiplas e Vida Profissional Segundo Gardner: Relato de Experiência

INTELIGÊNCIAS MULTIPLAS E VIDA PROFISSIONAL SEGUNDO GARDNER: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ronaldo Ferreira Pinheiro

Jéssica Lanne de Souza Silva Ikuma

> [...] mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende.
>
> *Guimarães Rosa (1994, p. 436)*

Apresentamos aqui uma o resultado de uma experiencia em sala de aula que buscou respostas para a indagação sobre os tipos de inteligências e como elas podem repercutir na vida de um estudante que será um futuro profissional inserido no mercado de trabalho. A grande indagação que permeou este relato de experiência foi a busca por uma relação entre a manifestada inteligência do aluno e a sua relação com a escolhida carreira profissional.

Tal relato de experiência se torna muito importante e justificável, pois quando conseguimos relacionar as habilidades e competências naturais dos alunos com a sua perspectiva profissional se oferece ao aluno a possibilidade de analisar a relação de suas habilidades alinhando-as com suas escolhas profissionais podendo facilitar a escolha de uma profissão baseada nas habilidades obtendo maiores resultado nas escolhas profissionais.

As principais lacunas que este relato de experiência pode apresentar se situam no âmbito de que os alunos podem ter marcado itens que não correspondiam a sua real percepção podendo ter comprometido o resultado do teste que tinha por finalidade

apresentar sua inteligência. Também precisamos ter em mente que o aluno, por ser muito jovem, podendo mudar posteriormente a escolha da carreira profissional, o que significa que as informações analisadas neste relato de experiência não têm a pretensão de prever o futuro destes alunos, mas de apresentar uma metodologia que se aplicada pode ajudar na escolha da carreira profissional.

A metodologia utilizada neste relato de experiência é uma revisão de literatura para fundamentar a aplicação de testes com os alunos e uma análise de pesquisas realizadas por eles. Na sequência foram tabuladas todas as informações para a realização de uma análise comparativa.

O objetivo principal deste trabalho consistiu na aplicação do "teste de identificação das inteligências múltiplas" e verificar como elas podem contribuir no processo formativo dentro do componente Curricular Projeto de Vida desenvolvida com os alunos do nono ano do ensino fundamental.

MÉTODOS

O trabalho com os alunos do ensino fundamental tem passados por ressignificação diante de novas abordagens inseridas a partir da aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foram estabelecidas as dez competências gerais da base nacional comum curricular. Conforme Brasil (2018), em 14 de dezembro de 2018, o ministro da Educação, Rossieli Soares, homologou o documento da Base Nacional Comum.

Dentre as inúmeras mudanças, entre críticas e resistências, a BNCC trouxe as dez competências, aqui focaremos na sexta competência que abordou sobre o Projeto de Vida. A citar:

> Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BRASIL, 2018, p. 09).

Dentro desta perspectiva adaptando-se as mudanças foi inserido na grande do Ensino Fundamental Anos Finais o componente Curricular Projeto de Vida. O documento orientador denominado de Documento Referencial Curricular do Sistema Municipal de Tucuruí/Pará apresenta o Componente Curricular Projeto de Vida conforme Tucuruí (2022, p. 39) com o objetivo de valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências. Alinhado a ideia de que o aluno possa entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas à cidadania e ao seu projeto de vida com liberdade, autonomia, consciência, criticidade e responsabilidade.

Diante dessa perspectiva a aplicação do componente curricular se deu em todas os anos do Ensino Fundamental, mas fora escolhido para aplicação desta análise somente uma turma do nono ano, pois é a única turma em que se conseguiu conciliar com a lotação do professor em questão.

A turma apresenta um quantitativo de trinta e cinco alunos, mas destes somente dezesseis se voluntariaram para participação desta experiência que culminou neste trabalho.

O LOCAL

A Experiencia concentrou-se no município de Tucuruí PA na Escola Municipal de Ensino Fundamental Governador Telles de

Menezes, localizada a Avenida Brasil nº 900 no Bairro do Jardim Colorado no município de Tucuruí, Estado do Pará. A escola tem como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Tucurui através da Secretaria Municipal de Educação.

A Escola foi inaugurada em 1978, sendo que precisamente iniciou suas atividades profissionais em1979. Localizado a Avenida Brasil nº 900 Bairro Jardim colorado. A criação da escola foi regulamentada em 16 de junho de 2003, sob a Resolução de Nº 293, com o nome de Escola Municipal de Ensino Fundamental Governador Telles de Menezes.

REFERENCIAL TEÓRICO

O relato de experiência aqui apresentado tem como base epistemológica as construções teóricas do Psicólogo Howard Gardner a quem segundo Bessa (2008, p. 141) trouxe inovações ao olhar para aquilo que denominamos de inteligência. As teorias das Inteligência múltiplas é nossa principal base teórica para a experiência citada.

Howard Gardner

Uma das principais teorias do processo de aprendizagem atualmente está fundamentado nas teorias do Psicólogo Howard Gardner, segundo Bessa (2008, p. 141), Howard Gardner é psicólogo e atua na área de desenvolvimento humano. A grande proposta de seus estudos se refere a uma teoria a respeito da natureza da inteligência humana, que contraria algumas concepções que pensam

a inteligência como algo que pode ser mensurado, medido através de testes psicométricos, como os testes de Quociente Intelectual (QI).

A atuação profissional de Gardner se deu na Universidade de Harvard e da Universidade de Boston, onde atuou como professor lecionando disciplinas no campo da Neurologia, da Cognição e da Educação. Segundo Bessa (2008, p. 141) Além disso, integra o grupo de pesquisa em cognição humana, conhecido como Projeto Zero, financiado pela Universidade de Harvard.

Sua contribuição no campo da Educação concentra-se no fato de ter alertado os educadores para a existência de diferentes habilidades na constituição do sujeito que devem ser valorizadas no interior das salas de aula.

A vida de Gardner se mostrou voltada para o processo de reflexão sobre a mente humana.

Como ele mesmo afirma, Gardner (2007, p. 11) "há várias décadas, como pesquisador da psicologia, venho refletindo sobre a mente humana. Estudei com se desenvolve, como se organiza, como é formada em toda sua amplitude".

Howard Gardner, é um proeminente psicólogo cognitivo e educacional dos Estados Unidos, amplamente reconhecido por sua notável teoria das inteligências múltiplas. Nascido em Scranton, Pensilvânia, em 11 de julho de 1943, Gardner possui vínculo acadêmico com a renomada Universidade de Harvard. Seus destacados méritos acadêmicos foram agraciados em 1981 com o prêmio da MacArthur Foundation, e posteriormente, em 2011, com o prestigioso Prêmio Príncipe das Astúrias das Ciências Sociais.

Gardner ocupa a posição de docente em Cognição e Educação na Universidade de Harvard, além de desempenhar um papel importante como professor adjunto de Neurologia na Universidade de Boston.

A trajetória biográfica de Gardner é permeada por eventos significativos tanto em sua esfera pessoal quanto acadêmica. Remonta a 1938 o episódio em que seus pais, compelidos a fugir da perseguição aos judeus na Alemanha nazista, refugiaram-se nos Estados Unidos. Aos treze anos de idade, já se destacava como um exímio pianista, indicativo de seu talento musical.

O ingresso de Gardner na Universidade de Harvard, em 1961, originou-se do intento de empreender uma formação em história. Todavia, sob a influência intelectual de Erik Erikson, seus interesses redirecionaram-se para as complexas relações sociais, constituindo um campo multidisciplinar que abarca a psicologia, a sociologia e a antropologia, suscitando especial interesse pela psicologia clínica. Ainda mais significativa foi a influência subsequente do psicólogo cognitivo Jerome Bruner e das obras do notável epistemólogo Jean Piaget, que fomentaram uma mudança adicional em seu escopo de interesse acadêmico.

Segundo dados do site do Projeto Zero (2022, s. p.) a titulação de doutorado de Gardner se deu em Harvard, em 1971, com uma dissertação abordando a sensibilidade ao estilo em crianças, ele optou por permanecer atuante nessa instituição, onde estabeleceu, em parceria com Nelson Goodman, um grupo de pesquisa em educação pela arte, reconhecido como Project Zero. Fundado em 1967, tal empreendimento concentra-se na análise sistemática do pensamento artístico e da criatividade nas artes, bem como em outras disciplinas humanas e científicas, em níveis tanto individual quanto institucional.

Inteligências Múltiplas

O pensador Gardner contribuiu de inúmeras maneiras, mas a sua grande contribuição, e a que nos deteremos, se dá na Teoria das Inteligências Múltiplas. Quando falamos das inteligências múltiplas,

e sobre essa teoria mencionamos que o primeiro teste de sucesso escolar foi concebido e desenvolvido pelo psicólogo Alfred Binet em 1900, com o propósito de diagnosticar crianças com deficiência mental e aquelas consideradas normais. Posteriormente, após a Primeira Guerra Mundial, o referido teste foi empregado para avaliar a inteligência dos soldados.

Essa aplicação disseminada do teste levou a uma crença generalizada de que a inteligência poderia ser quantitativamente mensurada. Entretanto, o psicólogo Howard Gardner, autor da teoria das Inteligências Múltiplas, oferece uma perspectiva diferente sobre a inteligência, rompendo com a definição clássica de inteligência definida anteriormente como "a capacidade de responder a itens em testes de inteligência". Segundo Bessa (2008, p. 25) numa visão tradicional, a inteligência, definida operacionalmente como a capacidade de responder a itens em testes de inteligência, é um atributo ou faculdade inata do indivíduo.

Os testes psicométricos, por sua vez, adotam a concepção de uma inteligência geral, denominada "G", que supostamente varia entre os indivíduos e pode ser quantificada por meio da análise estatística dos resultados dos testes. É relevante ressaltar que essa visão da inteligência ainda persiste no senso comum e, inclusive, em certos círculos acadêmicos. Segundo Bessa (2008, p. 25) na opinião do pesquisador, sua teoria se contrapõe a esse modo de pensar a inteligência, porque pluraliza o conceito tradicional. Isso dá efetivamente ao apresentar múltiplas inteligências.

Reafirma Bessa (2008, p. 25) que para Gardner e seus colaboradores, uma inteligência implica na capacidade de criar, resolver problemas ou elaborar produtos que são importantes num determinado ambiente ou comunidade cultural. A capacidade de resolver problemas permite à pessoa abordar uma situação em que um objetivo deve ser atingido e localizar a rota adequada para esse produto. Os problemas a serem resolvidos variam desde teorias

científica até composições musicais para campanhas políticas de sucesso. Ou seja, são inúmeros os tipos de inteligências, são múltiplas.

O seu livro mais famoso de Gardner é provavelmente a obra "Estruturas da Mente", de 1983, onde ele descreve sete dimensões da inteligência (inteligência visual/espacial, inteligência musical, inteligência verbal, inteligência lógica/matemática, inteligência interpessoal, inteligência intrapessoal e inteligência corporal/cinestética). Desde a publicação de Estruturas da Mente, Gardner propôs duas novas dimensões de inteligência: a inteligência naturalista e a inteligência existencialista.

Os testes tradicionais de inteligência só levam em consideração a inteligência verbal e a inteligência lógica/matemática. Essa nova teoria tornou-se conhecida como teoria das inteligências múltiplas. Segundo Bessa (2008, p. 26) de fato, ao apresentar o modelo que pensou para inteligência, Gardner afirma acreditar que a competência cognitiva humana seja mais bem descrita em termos de um conjunto de capacidades, talentos ou habilidades mentais que podem ser genericamente chamadas de "inteligências".

Conforme Bessa (2008, p. 27) ao se analisar as obras de Gardner:

> notamos que seu núcleo central não está no número de competências que podem ser associadas à inteligência, mas sim, fundamentalmente, no caráter múltiplo que a inteligência apresenta e na possibilidade de podermos olhar para as manifestações da inteligência não mais sob a perspectiva de uma grandeza a ser medida ou como um conjunto de habilidades isoladas, mas como uma teia de relações que se tece entre todas as dimensões

> que se estabelecem nas possibilidades de manifestação da inteligência.

Citamos as manifestações de inteligências definidas por Gardner: a Inteligência Linguística - *Linguistic Intelligence*, a Inteligência Musical - *Musical Intelligence*, a Inteligência Lógica/Matemática - *Logical-Mathematical Intelligence*, a Inteligência Visual/Espacial - *Spatial Intelligence*, a Inteligência Corporal/Cinestésica - *Bodily-Kinesthetic Intelligence*, a Inteligência Interpessoal - *Interpersonal Intelligence*, a Inteligência Intrapessoal - *Intrapersonal Intelligence* e a Inteligência Naturalista - *Naturalist Intelligence*. Posteriormente apresentou duas outras manifestações de inteligências as quais citaremos aqui neste trabalho, mas elas nãos fizeram parte dos testes aplicados. São elas a Inteligência Espiritual - *Spiritual Intelligence* e a Inteligência Existencial - *Existential Intelligence*.

Abordaremos um pouco sobre as manifestações de inteligências definidas por Gardner. A nossa base teórica será a obra de Gardner "Frames of Mind: The theory of multiple intelligences" Gardner (1993, s. p.) traduzida por Estruturas da Mente: A teoria das inteligências múltiplas, publicada pela editora Penso; na sua segunda edição em 1994.

Incialmente, segundo Gardner (1993, s. p.) abordamos sobre a inteligência linguística, conhecida como "habilidade com palavras', abrange a competência na linguagem falada e escrita, possibilitando a eficaz expressão e compreensão de ideias, incluindo o uso de vocabulários complexos e palavras incomuns. Tal inteligência é comum em escritores, oradores, estudantes e professores de línguas, além de estar associada à resolução de problemas acadêmicos e ao raciocínio abstrato. Aqueles com alta pontuação nessa inteligência têm interesse em palavras cruzadas, leitura, escrita e jogos de palavras.

A inteligência musical, também denominada “inteligência sonora”, para Gardner (1993, s. p.) refere-se à capacidade de distinguir e apreciar os diversos elementos presentes na música, como vocalizações, habilidades musicais de instrumentistas, composições e regência. Indivíduos com alta aptidão nessa forma de inteligência costumam ser ouvintes atentos e se destacam por sua habilidade em criar, reter e discernir padrões musicais, incluindo melodias, ritmos e canções. É comum encontrar pessoas com elevada inteligência musical cantarolando, tocando instrumentos de percussão ou entoando músicas para si mesmas. Além disso, muitos aprendem de forma mais eficiente quando expostos a métodos de ensino que incorporam rimas, batidas ou elementos musicais.

A inteligência lógico-matemática, também conhecida como ‘inteligência com números” ou “inteligência de raciocínio”, segundo Gardner (1993, s. p.) refere-se à habilidade de lidar de forma proficiente com números, conceitos complexos e ideias científicas. Essa forma de inteligência engloba o cálculo, quantificação, formulação de hipóteses, pensamento abstrato em contextos matemáticos, raciocínio sequencial, bem como pensamento indutivo e dedutivo. Indivíduos com alta pontuação nessa inteligência geralmente demonstram interesse em padrões sequenciais, conexões lógicas, quebra-cabeças, jogos estratégicos, experimentos e atividades que envolvem números, como o Sudoku. A inteligência lógico-matemática é comumente observada em matemáticos, detetives e cientistas.

A inteligência espacial-visual, também conhecida como “perito em imagem”, para Gardner (1993, s. p.) diz respeito à capacidade de pensar em relações espaciais e imagens. Indivíduos com alta pontuação nessa característica geralmente se destacam em áreas associadas a habilidades artísticas, manipulação de imagens mentais, imaginação pictórica e análise espacial. Essa forma de inteligência é frequentemente encontrada em profissionais como

fotógrafos, pintores, designers de interiores, designers gráficos, navegadores, arquitetos, e em outras ocupações onde o pensamento visual é valorizado. Aqueles que possuem perícia em imagens frequentemente se envolvem em atividades como rabiscar ou desenhar; são proficientes em distinguir e combinar cores, interpretar ilustrações visuais e identificar padrões em imagens e dados visuais.

A inteligência cinestésica corporal, também conhecida como "inteligência corporal", segundo Gardner (1993, s. p.) envolve a capacidade de usar o corpo para se comunicar, resolver problemas e processar informações através de movimentos, gestos e expressões faciais. Está relacionada à destreza, flexibilidade, coordenação e outras habilidades somático-motoras. Dançarinos, atletas, escultores, carpinteiros e cirurgiões são exemplos de indivíduos com alta inteligência corporal. Aprender por meio do movimento, interação física com os outros e possuir boa memória muscular são características comuns desse tipo de inteligência. Além disso, demonstram habilidades destacadas no manuseio de ferramentas.

A inteligência interpessoal, também designada como "inteligência com pessoas", segundo Gardner (1993, s. p.) diz respeito à capacidade de interagir e compreender as outras pessoas de maneira eficaz. Indivíduos com elevada pontuação nessa característica são frequentemente reconhecidos por suas habilidades avançadas de comunicação, empatia e capacidade de discernir corretamente os sentimentos e intenções alheios. Ademais, costumam ser proficientes em resolver conflitos e estabelecer relações interpessoais positivas ao seu redor. Essa forma de inteligência é comumente identificada em profissionais como psicólogos, educadores, políticos, assistentes sociais e aqueles que atuam em vendas

A inteligência intrapessoal, também conhecida como "autoconfiança", segundo Gardner (1993, s. p.) refere-se à

habilidade de compreender a si mesmo e utilizar esse conhecimento na tomada de decisões e no planejamento. Indivíduos com elevada pontuação nessa característica geralmente possuem um profundo entendimento de seus pensamentos, sentimentos, fraquezas, pontos fortes e motivações. Ademais, são propensos a introspecções enriquecedoras e gratificantes, desfrutando de uma análise profunda de suas experiências. Essas pessoas expressam seus sentimentos de maneira criativa e são maduros em termos de autoconsciência, o que as torna confortáveis para os outros ao redor. Essa forma de inteligência é comumente observada em profissionais como psicólogos, escritores, teóricos, filósofos, cientistas e líderes espirituais.

A inteligência naturalística, também denominada "inteligência da natureza", para Gardner (1993, s. p.) refere-se à capacidade de sintonizar-se com o mundo natural e discernir os padrões que governam sua ecologia. Indivíduos com alta pontuação nessa característica demonstram interesse em aprofundar seus conhecimentos sobre a natureza, explorar e preservar o meio ambiente, além de nutrir a vida ao seu redor. Essas pessoas são habilidosas em identificar relacionamentos, diferenças e padrões presentes na natureza. Aqueles que apreciam a natureza costumam desfrutar de atividades ao ar livre, como caminhadas, acampamentos, jardinagem e outras práticas afins. Essa inteligência é comumente observada em profissionais como fazendeiros, biólogos, engenheiros florestais, geólogos, criadores, horticultores e treinadores de animais.

Com relação as inteligências Espiritual e Existência não abordaremos nessa explicação pois não faz parte do nosso foco nessa apresentação das experiências, pois elas não fizeram parte do que foi trabalhado. Desta forma, conhecer as inteligências poderá promover avanços significativos no processo de ensino e aprendizagem.

Olhando sob essa ótica, podemos perceber um aspecto que Gardner irá defender em todo o seu estudo, qual seja, as inteligências, ou competências, segundo Smole (2000, p. 29) embora possuam cada uma seus próprios mecanismos de ordenação e expressão e mereçam ser consideradas individualmente como um domínio autônomo, possuem muitas interfaces estabelecidas entre si. Ao examinar as relações entre as diversas competências em sua obra Estruturas da Mente Gardner (1993, s. p.) afirma que analogias podem ser encontradas entre quaisquer duas inteligências e que, de fato, um dos grandes prazeres em qualquer área intelectual se deve a uma exploração do seu relacionamento com outras esferas da inteligência.

Desta forma, segundo Bessa (2008, p. 141) cada inteligência é relativamente independente das outras e dos talentos intelectuais de um indivíduo. São novas ideias que hoje influenciam a área educacional para a realização das tarefas a serem executadas de acordo com as suas mudanças.

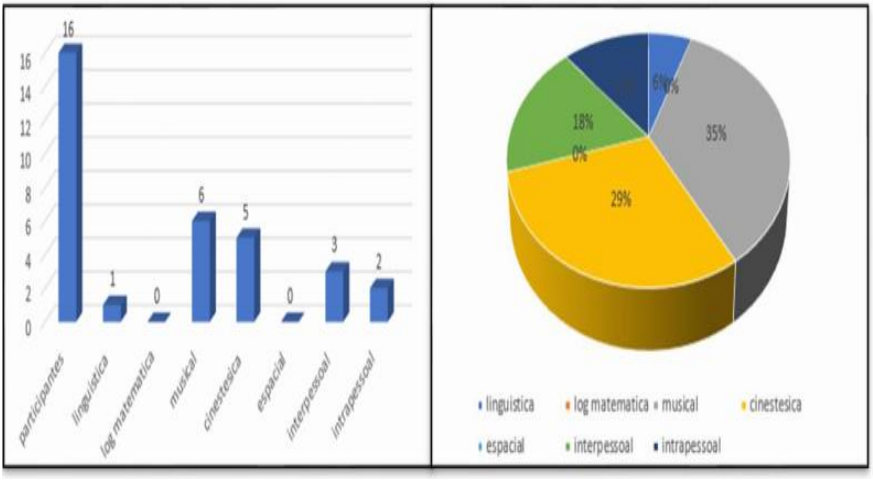
MARCO ANALÍTICO

Para deliberar sobre relação entre teoria e prática como proposta de relato de experiência analisamos uma turma de turma de 35 alunos, destes alunos da turma somente 16 resolveram fazer o teste aplicado. Para esta turma foi aplicado um teste sobre as inteligências múltiplas elaborado com base nas teorias de Howard Gardner, principalmente com base na sua obra *Frames of Mind: The theory of multiple intelligences* de 1993. O teste está disponível online e foi disponibilizado aos alunos da turma de nono ano que fizeram o teste e disponibilizaram o resultado.

Com base no que foi observado, temos uma turma de 35 alunos, destes no dia estavam presentes 16 alunos que durante uma aula de Projeto de Pida se dispuseram a realizar o teste como sendo uma atividade da componente curricular para análise de aptidão das profissões.

De posse do resultado dos testes dos alunos, cada um deles também entregou ao professor de Projeto de Vida uma pesquisa de projeção futura de atuação profissional sobre a profissão que almejam seguir. Então como professor do componente curricular fiz uma análise comparativa entre os resultados do teste sobre os tipos de inteligência e o resultado da proposta de profissão e o rendimento escolar de cada um.

Gráfico 1 – Tipos de Inteligência



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Pesquisa de campo.

Conforme podemos observar no Gráfico de um total de 35 alunos apenas os 16 que se fizeram presentes no dia e participaram

da aula. Destes tivemos um aluno que aprestou habilidade a Inteligência Linguística, representando um percentual de 6% do total. Quanto a Inteligência Lógica/Matemática não teve nenhum aluno. Já para a Inteligência Musical percebemos uma grande parcela da turma, um total de 6 alunos, o que corres ponde 35% dos participantes. Já para a Inteligência Cinestésica tivemos um quantitativo de 5 alunos, o que representa um percentual de 29%, o que também representa uma parcela significativa de alunos dentre os participantes. Para a Inteligência espacial não se obteve nenhum aluno. Para a Inteligência Interpessoal o resultado do teste mostrou três alunos, o que mostra um percentual de 18%. E por último a Inteligência Intrapessoal apresentou dois alunos, o que representa um quantitativo de 12%.

De acordo com os trabalhos de pesquisa entregues pelos alunos obtivemos um total de 9 profissões diferentes. Dentre elas temos: Policial, Médico, Advogado, Agrônomo, Biólogo, Técnico em Elétrica, Enfermeiro, Veterinário e Professor. Ficando a distribuição da seguinte maneira.

A profissão que mais despertou interesse foi a de policial com um percentual de 32% dos alunos, ou seja, cinco de dezesseis. Para Médico tivemos um percentual de 19%, ou seja, três alunos, para a profissão de Advogado tivemos um percentual de 13%, o que denota um total de dois de dezesseis alunos. Para as profissões de Agrônomo, Biólogo, Técnico em Elétrica, Enfermeiro, Veterinário e Professor tiveram apenas um aluno para cada opção sendo que ambas totalizaram um percentual de 6% do total.

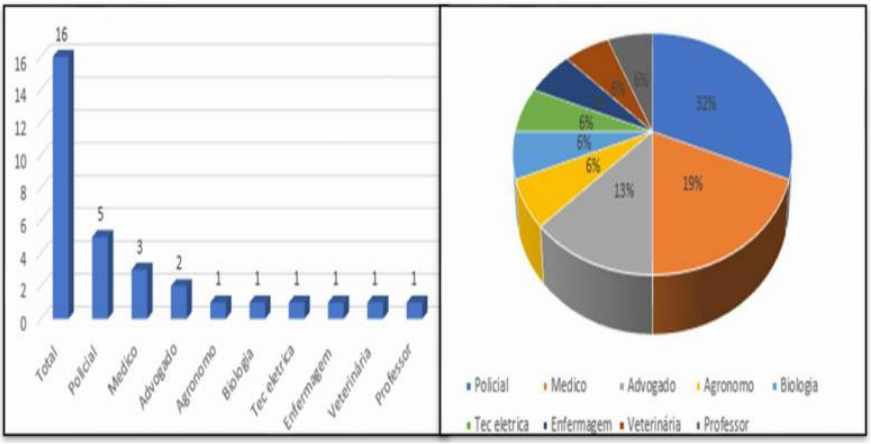
Agora nos pautaremos em comparar as inteligências ao rendimento dos alunos dentro da sala de aula representado pelas notas dos alunos com base no material fornecido pela secretaria da escola. Sendo assim temos oito alunos com maior rendimento em artes, destes, temos seis alunos que demonstraram inteligência musical. Assim temos uma coerência muito interessante entre a

inteligência musical o maior rendimento no componente curricular de Artes.

Analisando mais detalhadamente podemos observar que dos cinco alunos que demonstraram inteligência cinestésica e destes dois apresentaram um rendimento de destaque na no componente curricular de educação Física e outros três em Artes.

Uma observação interessante é que nenhum dos alunos apresentou habilidade para inteligência Lógico Matemática, mas na primeira avaliação três alunos apresentaram destaque no rendimento e no segundo bimestre nenhum aluno apresentou destaque no componente curricular de Matemática.

Gráfico 2 – Tipos de Profissões



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Pesquisa de campo.

Com relação a inteligência interpessoal três alunos apresentaram destaque e podemos observar que destes todos apresentaram rendimento de destaque no componente curricular de

História, demonstrando grande relação com aptidão da inteligência Interpessoal e a área de conhecimento citada.

Para a inteligência Intrapessoal dois alunos apresentaram destaque com rendimento aprimorado no componente curricular de História. Desta forma, podemos perceber que existe uma coerência de aptidão na relação entre a inteligência específica o componente curricular que apresentou rendimento.

É importante observamos também a relação entre as profissões pretendidas e as inteligências em destaque para cada aluno. Dos cinco alunos que optaram pela profissão de militar podemos observar que destes três apresentaram inteligência Cinestésica, o que destaca grande alinhamento, pois segundo informações do próprio teste essa inteligência está alinhada com essa profissão. Outros dois alunos apresentaram inteligência Interpessoal, o que não corresponde com a profissão pretendida, assim podemos observar que a profissão de Policial não condiz com a inteligência Interpessoal.

Com relação aos alunos que pretendem seguir a carreira de médicos curiosamente ambos apresentaram a inteligência Musical. Não encontrei nenhuma correspondência de ligação entre ambos.

Para os dois alunos de dezesseis que optaram por planejar uma vida de carreira jurídica tivemos diferentes características diferentes quanto a inteligência apresentada no resultado dos testes destes alunos. Um deles apresentou a inteligência Cinestésica, o que não corresponde a princípio com a profissão pretendida, a não ser que se olhe pelo lado performático. Mas o outro aluno apresentou a inteligência Linguística que condiz perfeitamente com a profissão pretendida. Assim podemos mais uma vez perceber a coerência entre o tipo de inteligência revelado nos testes e a profissão pretendida.

Para a profissão de Agronomia obtivemos apenas um dos alunos que apresentaram esta opção como futura pretensão

profissional. E este mesmo aluno, conforme se observou nos dados apresenta inteligência Intrapessoal. No entanto esta inteligência está relacionada aos que são auto-conscientes e envolvidos nos processos de mudança de pensamentos pessoais. Não percebemos uma relação direta entre a profissão e a Inteligência.

Para profissão de Bióloga apenas um aluno escolheu tal profissão, mas este mesmo aluno teve como resultado de seu teste a inteligência Musical. Aqui novamente não encontramos nenhuma correlação entre ambos os casos, pois as pessoas com inteligência musical tendem a ser os músicos, cantores, compositores, protutores musicais e outros afins.

Ao aluno que apto pela profissão de técnico em eletromecânica observamos que o mesmo também obteve a inteligência Musical como resultado e novamente não percebemos nenhuma correlação entre a profissão pretendida e a inteligência.

Ao aluno que optou pela profissão de enfermeiro também apresentou como resultado no teste a inteligência musical. Novamente não percebemos nenhuma correlação entre a inteligência e a profissão pretendida.

Ao aluno que escolheu a profissão de médico veterinário percebemos em seu teste um resultado voltado para a inteligência Interpessoal. Essa inteligência está voltada para profissionais que lidam com seres humanos, no entanto abrange a medicina, desta forma percebemos aqui uma relação entre a inteligência demonstrada e o teste pretendido.

Apenas um dos alunos apresentou como opção de profissão a carreira do magistério, no entanto esse aluno apresentou como característica de inteligência a capacidade Cinestésica Corporal. Essa inteligência está voltada para dançarinos, atores, esportistas e performáticos e afins, mas como a docência é uma área muito ampla podemos perceber uma correlação caso a atuação de docência seja

em algumas dessas áreas, ou até mesmo o professor de Educação Física.

Desta forma podemos perceber que dentre as nove profissões pretendidas pelos alunos nem todas estão correlacionadas com a inteligência apresentada pelo aluno por meio de teste aplicado a inteligência pretendida foram Policial, Médico, Advogado, Agrônomo, Biólogo, Técnico em eletromecânica, médico veterinária e Professor.

Quanto as inteligências, conforme o resultado dos testes aplicados por meio de uma página online, temos sete opções de inteligências sugeridas no teste e destas tivemos duas inteligências que não obteve nenhum resultado, sendo a Espacial e Lógico-Matemática. Mas as outras inteligências, a citar Linguística, Musical, Cenestésica, Interpessoal e Intrapessoal. Destacando que a inteligência Musical apresentou maioria sendo seguido pela inteligência Cinestésica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, relacionando as profissões e as inteligências demonstradas temos do total de nove profissões cinco não apresentaram relação entre a profissão e a inteligência apresentada, sendo elas Medicina, Agronomia, Biologia, Tecnologia em Eletromecânica e Enfermagem totalizando sete alunos dos dezesseis, conforme a opção de cada um. Mas para as outras quatro profissões, sendo elas Policial, Advogado, Médico Veterinário e Professor totalizando um quantitativo de nove alunos. Assim, mesmo que por uma diferença pequena tivemos uma comparação em que nove alunos apresentaram uma correlação entre a inteligência apresentada e a profissão pretendida e por outro lado sete alunos não

apresentaram correlação entre a inteligência apresentada e a profissão pretendida.

Contudo, em relação aos alunos que não foi estabelecida uma intima relação entre a profissão e a inteligência mencionamos a importância da figura do professor neste momento com a ação de orientar o aluno a rever a sua profissão pretendida e realizar uma nova pesquisa, pois com o alinhamento entre a inteligência e a profissão o futuro profissional pode ser mais leve e tranquilo, tendo mesmo desgaste, estabelecendo primícias para um profissional realizado.

REFERÊNCIAS

BESSA , D. H. **Teorias da Aprendizagem**. Curitiba: IESDE Brasil, 2008.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponivel em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 20/09/2023.

GARDNER, H. "Abordagens disciplinadas". *In*: HOWARD, G. V**erdadeiro, o belo e o bom**: os princípios básicos para uma nova educação. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1999.

GARDNER, H. "Para cada pessoa, um tipo de educação". **Youtube** [2009]. Disponivel em: <www.youtube.com>. Acesso em: 23/09/2019.

GARDNER, H. **Cinco mentes para o futuro**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2007.

GARDNER, H. **Frames of Mind**: The theory of multiple intelligences. New York: Basic Books, 1993.

HINGEL, S. A.; PINHEIRO, R. "Humanização e motivação: por uma aprendizagem significativa". *In*: NEVES, ; ANDRADE, A. D. L. P. D. **Educação**: possibilidades de diálogos interdisciplinares. Belém: Editora do IFPA, 2021.

ROSA, G. **Grande Sertão**: Veredas. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

SMOLE, K. C. S. "A teoria das inteligências". *In*: SMOLE, K. C. S. **A matemática na educação infantil**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul, 2000.

TUCURUI. **Documento referencial curricular do sistema municipal de Tucuruí/Pará**. Tucuruí: Secretaria Municipal de Educação, 2022. Disponivel em: <www.tucurui.pa.gov.br>. Acesso em: 20/09/2023.

CAPÍTULO 9

Visita Domiciliar e o Judiciário:
Uma Perspectiva sobre Cuidado e Controle Social

VISITA DOMICILIAR E O JUDICIÁRIO: UMA PERSPECTIVA SOBRE CUIDADO E CONTROLE SOCIAL

Caroline Carmona Vasques Mata
Fernanda Bottari Lobão dos Santos
Hebe Signorini Gonçalves

Um objeto de estudo não emerge em um solo apartado. Na verdade, ele é cercado por diversos outros atores que contribuem para sua insurgência ou invenção. Ao debruçar-se sobre ele acabamos por encontrar um emaranhado de saberes tensionados e em relação que surgiram em uma mesma época ou em épocas diferentes, com compatibilidades e incompatibilidades que regularizam e individualizam formações discursivas sobre esse objeto em análise (MACHADO, 1979). Junto a esses saberes, fora dos espaços institucionais, também nos deparamos com o que há de extradiscursivo e das práticas sociais. Tem-se, assim, um desenho geral de uma arqueologia do objeto que gostaríamos de repensar: a visita domiciliar. A saúde, a higiene, a assistência, o suporte à precariedade social, a justiça, a demanda, o controle, a vigilância inscrevem a visita no campo dos saberes e no jogo das relações de poder que se articulam e se desarticulam. A família, o domicílio, o espaço privado, por outro lado registram a visita no campo da subjetividade e da intimidade do seio familiar. Adentrar nesse espaço é, de certo modo, um convite a se deparar com o que há de inusitado e singular.

A visita domiciliar, como pensada hoje, tem base nas políticas públicas do SUS e SUAS e funciona como importante dispositivo de trabalho que viabiliza o cuidado e a atenção básica às famílias. Contudo, o uso da visita domiciliar organizado em torno da

perspectiva de compreensão do viver em família e da prática profissional em saúde e assistência social nem sempre foi assim (CENTA; STEFANELLI; TULIO, 2000). O aparecimento das visitas domiciliares está intrinsecamente relacionado com a conservação do cuidado à saúde na família burguesa enquanto preocupação e controle social e, com o nascimento da enfermagem.

Donzelot (1980), ao debruçar-se sobre as práticas educativas da infância no século XVIII, expõe uma organização das práticas de cuidado em torno da família a partir do contato com a medicina. Com as altas taxas de mortalidade infantil, a presença de hospícios para menores abandonados, a criação de filhos por amas de leite e presença de nutrizes, as práticas de cuidado passaram a ser questionadas. Acreditava-se, por exemplo, que os *vícios*, *baixezas* e *maldades* eram transmitidos para crianças ricas, cujos cuidados e a amamentação eram exercidos por mulheres pobres. Desse modo, a fim de contar com a retirada do convívio de seus filhos da influência serviçal, a família burguesa deixa adentrar no convívio familiar a figura do médico. Em uma espécie de constituição privilegiada com a mãe, o médico propõe o ensinamento da enfermagem doméstica. A mãe burguesa passa a ser quem executa a prescrição medicinal e é a única capaz de nutrir e proteger a prole dentro do ambiente familiar. A ela ainda é incumbida a tarefa dos cuidados cotidianos, tendo que sacrificar-se em prol de sua prole e ganhando quase que um lugar sagrado como a rainha do lar (BADINTER, 1980).

Junto a figura da mãe como "aliada de plantão", surge como suporte às visitas médicas a figura das visitadoras sanitárias. Especificamente em Londres, entre os anos de 1854 e 1856, essa prática social era tarefa incumbida às mulheres da comunidade, sem instrução e contratadas pelo Estado com o intuito de educar as famílias carentes sobre os cuidados com a saúde. As então chamadas *visitadoras sanitárias* ganharam corpo na Europa industrial, criando condições para que os dirigentes dos distritos sanitários investissem

na criação de ensinos superiores para mulheres como parteiras, enfermeiras e médicas, otimizando de algum modo o que se considerava à época assistência aos pobres (ROSEN, 1994 *apud* LOPES; SAUPE; MASSAROLI, 2008). É nesse enlaçar que a medicina social e a higiene pública passam a ocupar as práticas de controle governamentais, investir sobre o corpo, a saúde, as formas de se alimentar e de morar, as condições de vida ou os espaços completos da existência.

No Brasil, não foi diferente. Com os crescentes surtos de tuberculose e varíola pelo país, a melhor solução coube para promover a melhoria de condições de saúde à população. Dentre as medidas tomadas, destacam-se no Rio de Janeiro o Decreto nº 791 de 1890, formalizando a criação da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras e em 1918, pelo então diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, Carlos Chagas, a oferta de cursos e escolas como as Enfermeiras Visitadoras. Este é o marco da inclusão da visita domiciliar como atividade de saúde pública no Brasil, priorizando-se a profilaxia da tuberculose e os cuidados da saúde da criança por meio de aspectos educativos de higiene e cuidados de pessoas doentes (LOPES; SAUPE; MASSAROLI, 2008). É interessante registrar ainda que nos primórdios do serviço social, anos mais tarde, tal prática é adotada como estratégia de adequação do indivíduo à ordem vigente, quando assistentes sociais atuavam junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais (GARCIA E TEIXEIRA, 2009).

Na mesma direção em que a família e a infância burguesa tornam-se o modelo da sociedade moderna, progressivamente o modelo da mãe protetora, cuidadosa e extremamente preocupada com sua prole se torna a norma. Para existir uma norma, contudo, é preciso que haja o desvio, ocupado então por aqueles que se utilizam de outros signos de cuidado e proteção não considerados, portanto, como tais. A intervenção nas famílias pobres, destarte, passa por

outros canais que não pela aproximação entre a medicina, família e maternidade. Apesar de a preocupação aparentar se tratar à época de garantir a conservação das crianças, ou hoje em prol da proteção integral, a natureza das operações em jogo é totalmente distinta, tendo em vista a economia social e a produção de efeitos completamente opostos.

A extensão da visita médica se inscrevera sob a égide do controle e da inspeção. O que se quis produzir era uma mão de obra alimentada e bem cuidada suficientemente boa para servir como força de trabalho. Ao invés de mãe, a mulher pobre era então nutriz, aos moldes do modelo de nutrizes mandatadas pelo Estado e, consequentemente, o vínculo que construiria com sua prole "permaneceria, por muito tempo, suspeito de desmazelo, de abandono, de interesse egoísta, de incompetência irremediável: herança de um confronto entre a mulher popular e a assistência do Estado" (DONZELOT, 1980, p. 33). Ao invés do cuidado e atenção à saúde, a visita médica no registro da família pobre estava inscrita como um modo de inspeção, verificação e esquadrinhamento dos modos de vida e controle dos corpos, o que Foucault (1987) denominou como disciplina.

O então embrião do que seria mais tarde as visitas domiciliares engendra-se com a higiene pública, a medicina social e práticas de cuidado e controle de comportamento limpeza, saúde, educação - produzindo um saber sobre os indivíduos e os corrigindo. De algum modo, ainda há muitos resquícios dessa velha prática nas visitas domiciliares, que nos exige a todo momento um olhar atento e em constante estranhamento com a ordem vigente e o trabalho que está sendo executado.

Os questionamentos acerca das condições de surgimento da visita domiciliar, da atuação dos diversos saberes e práticas discursivas e de uma reflexão crítica acerca desse instrumento se delinearam a partir de reflexões propostas pelo Projeto de Extensão

"Direitos da infância: as redes em foco" do Instituto de Psicologia da UFRJ em parceria com uma Vara da Infância, da Juventude e do Idoso (VIJI/TJ-RJ). Com as atividades desenvolvidas junto a equipe técnica da Vara e o acompanhamento de casos processuais, o projeto permite colocar em exame o grande tema dos direitos da infância e da juventude, no que diz respeito à demanda que se apresenta nas Varas de Justiça, ao formato de seu acolhimento e ao modo como as instituições sociais, em conexão com os aparelhos jurídicos operam a assistência a essa demanda.

Do ponto de vista do impacto social, as ações da extensão visam a justiça social, buscando articular os atores responsáveis pela implementação das políticas públicas no âmbito do município. Nesse sentido, a visita domiciliar, como uma das ferramentas de trabalho da prática profissional da Psicologia, surge como um tema relevante que atua junto aos dispositivos jurídicos, à assistência e às políticas públicas. Diversas foram as vezes que discussões sobre a demanda da realização de visitas impostas pelo Judiciário, o modo de execução e o papel ético e crítico envolvendo o saber psicológico permearam nossos debates em ambientes de supervisão e junto à equipe técnica da Vara. Um incômodo diante da naturalização da demanda jurídica ao local de especialista, cada vez mais comum nos autos processuais, passou a ser colocado em voga e a nos constranger enquanto um coletivo de profissionais em atuação.

Assim, como metodologia de análise e reflexão, utilizamos durante o projeto a feitura e o uso dos diários de campo, pensados junto a noção de implicação descrita por Lourau (1993), a partir da visão da equipe técnica da Vara de Justiça e das nossas próprias experiências neste local. Ainda segundo Lourau, os diários de campo nos permitem reconstituir a história subjetiva do pesquisador, as recusas, o aprendizado e a angústia advinda de todo o processo, funcionando como um disparador de grande valia diante dos incômodos que surgiam com o tema. Com os diários, o

conhecimento da vida cotidiana de campo não se perde e ressalta a contradição entre a temporalidade da produção pessoal e a institucional/burocrática do ambiente jurídico, que nos importuna e, paradoxalmente, desacomoda, como podemos observar no relato a seguir:

> Deparo-me com um tipo de processo que tenho pouco contato no ambiente da VIJI e algo, particularmente me chama a atenção. Seria a minha primeira saída do ambiente do Tribunal para a realização de uma Visita Domiciliar. Segundo mensagem escrita no DISQUE 100 DIREITOS HUMANOS, existiam cerca de 40 idosos mantidos em uma Instituição, vítimas de violência institucional e negligenciados pela cuidadora e técnica de enfermagem e pelo presidente da Instituição. Dentre as acusações, a denúncia ressalta, segundo as palavras do Ministério Público "o modo hostil como os idosos eram tratados durante os momentos de troca de fralda, permanecendo por um longo período de tempo com as mesmas, não sendo levados para o banho de sol diário, mantidos em local fechado, pouco ventilado e sentindo-se acuados e amedrontados para expor aos familiares todos os ocorridos, elementos característicos de abandono e maus tratos" (*sic*). O MP ainda acrescenta no processo que nenhum órgão de proteção à pessoa idosa foi acionado até o momento, e solicita um Estudo Multidisciplinar, requerendo a determinação da realização de visita domiciliar por parte da equipe técnica do juízo (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

No trecho presente em um processo judicial, tem-se a descrição de um dos inúmeros casos colocados em debate. Nele, é possível identificar que o processo se trata de um caso envolvendo idosos, público com menor enfoque na prática profissional das

autoras que se dedicam ao tema dos direitos da infância e adolescência. Contudo, o conteúdo da tarefa solicitada e esperada pelo Ministério Público é o que mais nos interessa: um estudo multidisciplinar, cuja averiguação da situação no local possa auxiliar na apuração dos fatos ali ocorridos, através da determinação da realização de visita domiciliar.

> Após alguns entremeios no nosso transporte à instituição, as técnicas responsáveis pelo estudo falam que a visita trata-se de um tipo de "fiscalização" da Instituição, de seu funcionamento e dos cuidados prestados aos moradores do local, já que seu presidente e uma técnica de enfermagem foram acusados de maus tratos (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

O plano de ação girou em torno da realização, então, de uma visita domiciliar ao local, que segundo o diário de campo iria tratar-se de um tipo de fiscalização da instituição. Seria papel da equipe técnica, formada por psicólogos e assistentes sociais, realizar um trabalho pautado na vigilância, inspeção e verificação do cuidado prestado aos idosos? Seria parte do trabalho de manejo do modelo assistencial de atenção baseado na promoção, proteção, diagnóstico precoce, tratamento e recuperação da saúde apurar os fatos, constatar a veracidade da denúncia ou gerir a situação com um tom investigativo e policialesco? As visitas domiciliares têm como pauta tais diretrizes?

Nesse sentido, procuramos suscitar discussões no que concerne à visita domiciliar em relação a seu aparecimento - como já salientado - sua localização no cenário das políticas públicas de saúde e atenção básica, as legislações existentes que delimitam o tema e a percepção ética da utilização desse dispositivo enquanto

mediador no processo de compreensão da situação estudada e na construção dos respectivos estudos técnicos. Pensar e problematizar o uso da visita domiciliar quando deslocado do ambiente de cuidado à saúde e assistência social para uma demanda dos aparatos jurídicos é relacionar diferentes saberes e práticas com outras relações de poder e, consequentemente, produzir efeitos no exercício profissional psi.

VISITA DOMICILIAR COMO ESTRATÉGIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA À FAMÍLIA

A Constituição Federal de 1988 instaurada no país inaugurou um sistema político pautado nos princípios democráticos e no exercício à cidadania. Junto a ela, por conseguinte, novas diretrizes em relação à saúde são incorporadas. A Conferência de Saúde instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil por meio da Lei Orgânica de Saúde (LOAS), que "garante a todos os cidadãos a universalização do direito à saúde e o atendimento integral, atribuindo prioridade às atividades preventivas – sem prejuízo dos serviços assistenciais" (GARCIA; TEIXEIRA, 2009, p. 166). Normas e portarias também são criadas com o intuito de permitir a implementação do novo sistema. É o caso das Normas Operacionais Básicas (NOBs) e as Normas Operacionais da Assistência à Saúde (NOAS), que atuam na ênfase da descentralização, da autonomia dos municípios e estados, dos repasses financeiros, e da previsão de incentivos por meio do Piso de Atenção Básica (PAB), além de delimitar o papel municipal, estadual e federal na organização estratégica do SUS. Assegurada pelo Estado, a saúde passa a ser vista como um Direito Fundamental, produzindo formas dignas de vida, acesso universal e igualitário às ações e serviços da promoção, prevenção e recuperação da saúde (OLIVEIRA *et al*., 2018).

A Estratégia da Saúde da Família e a Política Nacional de Atenção Básica (2007) trouxeram consigo normas - curtas e com diretrizes - e políticas - detalhadas e embasadas em estudos e pesquisas que fizeram circular enunciados acerca da Atenção Domiciliar. Com a portaria nº 189, a visita domiciliar organizou-se como ferramenta realizada por profissionais na área de Saúde Mental, cujo foco encontrava-se na necessidade de melhorar a "qualidade da atenção às pessoas portadoras de transtornos mentais; de diversificação dos métodos e técnicas terapêuticas, visando à integralidade da atenção a esse grupo; e finalmente a necessidade de compatibilizar os procedimentos das ações de saúde mental com o modelo assistencial proposto" (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p. 237). Ela ainda estava incluída como atividade necessária feita pelo Hospital Dia a portadores de HIV, pelo Programa Nacional de DST/Aids; mais tarde como assistência a promoção e proteção à saúde a pacientes que realizam diálise peritoneal; e como ação para atender a saúde da família.

Em 1993, a Lei nº 8.742 promulga a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que, em suma, preconiza a universalização do direito à assistência social e ações de enfrentamento da pobreza, atendimento à família, às crianças e adolescentes, aos idosos, às gestantes, às pessoas com deficiência e aos que se encontram desempregados ou desprovidos de renda. Em 2004 o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS) é criado e em 2005 o SUAS (Sistema Único de Assistência Social, com o compromisso de romper com a lógica assistencialista e a fragmentação das políticas no âmbito da seguridade social. Instituído com a lei em 2001, o SUAS trabalha em prol da universalidade, na proteção social distributiva e matricialidade sociofamiliar, ou seja, trabalho com famílias, sujeitos e grupos sociais. Tanto no que tange ao trabalho na Proteção Social Básica, como na Proteção Social Especial, a visita domiciliar também faz parte do trabalho e

historicamente, tornou-se uma marca do trabalho do assistente social.

Oliveira *et al*. (2018) ao discutir sobre a instauração de tais políticas e normas refletem sobre a inserção da visita domiciliar em uma estratégia biopolítica. Defendem que além de ser uma oferta de tratamento não só por medicamentos, averiguação, envolvendo outros equipamentos, a visita permite inserir o domicílio como um dos espaços adentráveis por profissionais da saúde, assistentes sociais e agentes comunitários, imbuindo um como agir, como conduzir as condutas das famílias e seus indivíduos, normatizando suas ações, constituídas e justificadas pelo saber das ciências em saúde e pelo saber pedagógico em populações específicas. Em outras palavras, com a intenção governamental de produzir uma vida saudável e homogeneizada, as visitas domiciliares permitem que o Estado governe as condutas dos indivíduos, policiando famílias e a coletividade, tornando-se possível adentrar no privado.

> A correta disposição dos sujeitos em suas casas, escolas e locais de trabalho, o modo de relação com suas necessidades biológicas e o efeito de conjunto representado pela vida em sociedade entra, portanto, na pauta do saber médico que, em suas práticas de intervenção, procede ao mesmo tempo enquanto poder sobre todos e cada um (OLIVEIRA *et al*., 2018, p. 17).

Delimitaremos assim, que com base nessa perspectiva de uma prática profissional investigativa e policialesca as visitas domiciliares funcionam como uma espécie de vistoria, produzindo um conhecimento sobre a população por meio do controle social. Em detrimento de um processo coletivo e político que colocaria o exercício a cidadania em pauta, a visita domiciliar por esse registro

se insere em um caráter biologizante e individual de adequação, culpabilizando e punindo as famílias pela sua realidade social e se assemelhando as práticas que remontam às visitas médicas narradas por Donzelot no século XIX, como na passagem a seguir:

> Apesar de a visita ser rápida saio de lá surpresa com os meus olhos sem torção e ainda focados no espaço, nos cômodos, na organização e na higiene e com a percepção de que a priori não há sinais de maus tratos físicos ou psíquicos no local (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

O documento Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2016) discorre sobre o assunto, destacando os cuidados necessários ao utilizar-se desse dispositivo:

> As visitas domiciliares, como o próprio nome indica, são as aproximações realizadas com as famílias em suas próprias residências visando conhecer melhor suas condições de vida (residência, território) e os aspectos do cotidiano das relações desses sujeitos, que geralmente escapam às entrevistas de gabinete. Tendo em vista que as visitas domiciliares têm proeminência em práticas e caráter policialesco e disciplinador, não é demais reafirmar que a utilização desse instrumento, na proposta da PNAS/SUAS, requer cuidados concernentes a seus aspectos éticos. Dentre tais aspectos destaca-se a questão da preservação da privacidade e do respeito às referências técnicas para atuação de psicólogas(os) no CRAS/SUAS 126 individualidade e aos modos de vida das famílias. Isso implica consentimento dos

> grupos familiares para realização das visitas domiciliares e também agendamento prévio com as famílias, sempre que possível (BRASIL, 2016, p. 32).

Por outro lado, a visita domiciliar como descrita pelos manuais de normas de saúde e assistência social também permite o atendimento integral do usuário através de suporte ético e tecnológico. Seus aspectos vinculados ao cuidado também estão aí presentes, rompendo com intervenções centradas apenas na doença, no profissional médico e na consideração especialmente pelo aspecto biológico. Com a continuidade da assistência, os profissionais se aproximam dos cenários nos quais os usuários estão inseridos, conhecendo o cotidiano dos núcleos familiares, possibilitando identificar outros problemas que precisam de intervenção estatal.

Pela Estratégia da Saúde da Família (ESF) – que marca o uso da visita domiciliar como instrumento de trabalho – há dois pilares cruciais para entendermos essa ferramenta: a família e o domicílio. À família compete o compartilhamento de vivências de intimidade, de afeição e de conflito; um lugar de formação e de preservação biológica dos indivíduos; um dos elementos centrais no processo de saúde, risco, doença, precariedade social; o locus privilegiado de atuação. O domicílio corresponde ao território onde as relações familiares, as condições sanitárias e os cuidados com a saúde podem ser sensivelmente observados e passa a ser o espaço físico de intervenção (SAKATA *et al*., 2007). Nesse registro, diremos que a visita se constrói como um acompanhamento das famílias, considerando a realidade e as necessidades locais do território, bem como a participação popular.

No uso da visita domiciliar pelo psicólogo que trabalha junto ao SUAS, o CREPOP (2013 *apud* CREPOP, 2021) ainda explicita um trabalho pautado no resgate das condições de cidadania e para a acolhida da família na rede socioassistencial:

> uma das estratégias de aprofundamento do acompanhamento psicossocial. Uma forma de atenção com o objetivo de favorecer maior compreensão a respeito da família, de sua dinâmica, valores, potencialidades e demandas, orientações, encaminhamentos, assim como de estabelecimento de vínculos fortalecedores do processo de acompanhamento. [...] deve pautar-se no respeito. Privacidade da família, tendo seu foco previamente definido, sendo utilizada sempre que houver a compreensão de sua necessidade. Por ser um momento de atenção individualizada, permite visualizar a família e sua dinâmica em seu espaço 127 Conselho Federal de Psicologia de convivência e socialização, além de aproximar-se de sua realidade (p. 71).

Nesse sentido, parte-se do entendimento que a ida ao território coloca como possibilidade o conhecimento do local, onde os sujeitos e famílias vivem, entendendo a possibilidade ou impossibilidade de acesso aos serviços e bens, aos direitos sociais básicos e de conhecimento desse espaço sócio relacional e cultural.

Contudo, diante das exigências dos dispositivos judiciários e do local que nos é demandado, como não perder de vista os princípios ético políticos da visita domiciliar pautados no SUS/SUAS? Fiquei tentando recuperar o que deixei passar e me questionando o que seria função e papel do psicólogo e assistente social durante uma visita domiciliar em um processo criminal de acusação por maus tratos (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

O USUÁRIO DO SUS, SUAS E O JURISDICIONADO DAS VIJIS

Para construir esse desenho precisamos de antemão nos certificar que enquanto profissionais que atuam junto ao poder judiciário somos vistos pela população atendida – e alvo dos processos – sob a égide da autoridade:

> Eu preciso aqui dizer sobre o incômodo do lugar que o especialista produz em quem atendemos. Quando E. e S., o casal de habilitandos para adoção entra na sala de atendimento da Vara é nítido o nervosismo e o incômodo: primeiro pela própria arquitetura do espaço, extremamente apertada, mal cabem eu, as técnicas e os habilitandos. O ambiente é pequeno e tensiona ainda mais as relações de poder ali; segundo pela própria fala de E., "nossa, estou nervoso, sentindo que estou passando por um teste". Essa fala já não é a primeira que escuto e não vem apenas de casais habilitandos à adoção. Algumas vezes já escutei de mães que estão afastadas de seus filhos, colocadas naquela sala apertada e sentindo-se testadas, avaliadas. Tentando mostrar serem bons pais e boas mães para a equipe, ocupamos (psicólogos) quase que um lugar de inimigos, especialistas que podem impedir que casais ou famílias consigam adotar ou que recuperar seus filhos. Fico pensando em quem e a quais interesses atendemos: os habilitandos, as mães e os pais que perdem a guarda, as crianças acolhidas ou somos o braço direito do juiz? (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

O trecho revela dois aspectos de suma importância para a compreensão dos diferentes atores envolvidos no ambiente

judiciário e no SUS/SUAS: as relações de poder e o local do papel do saber do especialista no discurso. Em *A ordem do discurso* (2012), Foucault explicita o que está em jogo nessa arquitetura espacial descrita no diário de campo, ao enunciar sobre a produção discursiva, feita de maneira não aleatória e obedecendo aos interesses das instâncias e das relações de poder que a produz.

Instâncias como o Ministério Público, o juiz e as formas jurídicas, ao solicitar um pedido de visita domiciliar, inserem em seus discursos algo que se materializa nas práticas sociais dos sujeitos e neles produzem efeitos. Profissionais da equipe técnica são incumbidos de respaldar uma demanda específica de como se deve atuar.

Nesse élan, o saber jurídico que funciona sob a lógica do certo e errado, falso e verdadeiro impõe sua vontade de verdade sobre a ferramenta mais adequada de um saber que se utiliza de uma lógica outra, sobre um saber outro que não o saber jurídico. Essa vontade de verdade, segundo Foucault (2012), é atravessada por um aparelho institucional - no caso o judiciário - sendo ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por um conjunto de práticas. O autor ainda ressalta que o modo como o saber é valorizado, aplicado ou distribuído em uma sociedade reconduz mais profundamente o desejo por essa vontade de verdade, manifestada aqui, pelo uso da visita domiciliar como vistoria.

> A produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2013, p. 09).

Com essa afirmação, Foucault nos mostra que os discursos passam por uma produção que é controlada por aqueles "habilitados" para fazê-lo, podem ainda ser percebidos como práticas discursivas definidas pelos status do sujeito que fala, a partir dos lugares em que este fala, considerando as posições que assume quando fala. O filósofo assevera ainda que as interdições que cercam a produção dos discursos denotam sua ligação com o poder e com o desejo.

Podemos apreender ainda do trecho do diário de campo exposto acima outra face da ordem do discurso, agora em relação a equipe técnica e a população atendida e que demarca contrapontos em relação a visita domiciliar na perspectiva da saúde da família. Enquanto nesta última há um entendimento de que o cidadão é um usuário do sistema único de saúde e assistência social, sendo assim, é dever do órgão levar assistência a essa população, as visitas domiciliares nas Varas ocorrem mediante demanda processual para serem realizadas. A equipe técnica do judiciário é convocada a averiguar a situação do ambiente doméstico, como ocorre no processo que trouxemos de exemplo. O profissional da VIJI não foi convidado a entrar nesse espaço, mas há uma ordem judicial que impõe o cidadão de abrir as portas de sua casa. Aqui, o usuário do sistema de saúde se atrela a um processo jurídico que determina a utilização da visita como instrumento de trabalho da equipe técnica. A população assistida passa de usuária a jurisdicionada e a visita domiciliar de facultativa a imposta, o que facilita que a prática profissional, se apenas vista como cumprimento da demanda, tome o caminho das velhas práticas da visita médica e de um trabalho investigativo de controle social.

Nesse sentido, apesar da visita domiciliar no ambiente jurídico ter como base o trabalho realizado no território pelo SUS E SUAS, no judiciário o objetivo é diferente. Se, em tese, a função do trabalho nas Varas de Infância, da Juventude do Idoso é garantir que os direitos estejam sendo cumpridos e a visita é um instrumento para

tal, na prática não é isso que ocorre. Enquanto na Estratégia da Família, o trabalho tem como diretriz básica o interesse da família e do usuário atendido, nas Varas os direitos não estão sempre a favor de quem é o alvo da visita. Os jurisdicionados, como no trecho salientado, muitas vezes sentem-se testados e entendem a equipe técnica como uma possível inimiga, que avaliará suas falas, gestos, posturas e comportamentos. A equipe não necessariamente está levando a assistência e o trabalho final da visita domiciliar resultará na feitura de um relatório.

Pode ser assim que a decisão tomada pelo juiz e a equipe técnica não vá ao encontro do interesse da família. Vale ressaltar ainda que mesmo quando realizamos o levantamento bibliográfico da visita domiciliar no SUS e SUAS, percebemos uma discrepância no discurso sob a perspectiva da Psicologia e da Assistência Social. Geralmente os artigos que comentam sobre a visita domiciliar atrelada à Saúde da Família levantam aspectos referentes a essa visão integral, multidisciplinar e de horizontalidade entre usuário e profissional, construindo também uma abordagem crítica e levantando aspectos importantes sobre o perigo de uma perspectiva da visita que recaia na fiscalização, controle e biopolítica (OLIVEIRA *et al*., 2018), e dos resquícios de seu nascimento atrelado a medicina social e a higiene pública (GARCIA; TEIXEIRA, 2009). Entretanto, os artigos que vinculam a visita domiciliar à assistência social levantam questões relativas à demanda do poder judiciário sob os órgãos da rede de assistência social em realizar a visita domiciliar. No artigo de Adão, Borges e Delgado (2019), os autores explicitam um levantamento dessas demandas realizado em 2016 e 2017 expedidos para os equipamentos de Assistência Social de Niterói. No total foram 476 ofícios, sendo que em 93% as solicitações demandavam a realização de visitas domiciliares. Nele, além da precariedade de profissionais da rede, condições de trabalho adversas e falta de verba, os autores ressaltam a conflitualidade entre as demandas do judiciário, nem

sempre condizentes com a missão da política de assistência, seus serviços e programas.

> Tal fragilização a que se refere Ribeiro (2010) diz respeito a usar a visita como um instrumento de poder, ou seja, tornar a prática profissional punitiva, "permeada por dogmas morais instituídos socialmente". A aplicação do instrumento técnico operativo não se encerra apenas na objetividade das respostas destinadas ao Judiciário, este identificado como o maior demandante, muito pelo contrário, convoca os profissionais a depreenderem a realidade cotidiana dos usuários atendidos e suas relações sociais a fim de, através da sua intervenção, lhes atribuir outros significados quando assim se fizer necessário (ADÃO, BORGES, DELGADO, 2019, p. 06).

Nesse sentido, a questão levantada pelo artigo se assemelha à demanda determinada pelo Ministério Público ao Juizado e, consequentemente, à equipe técnica. Tendo sempre em mente os princípios éticos e políticos que apoiam o trabalho integrado, horizontal e que considera a realidade socioeconômica local na realização das visitas domiciliares, o perigo de se deflagrar com uma prática que remonta às antigas práticas das visitadoras sanitárias (GARCIA; TEIXEIRA, 2009) e que se engendraram com a higiene pública, a medicina social e práticas de cuidado, controle de comportamento e condução de condutas - limpeza, saúde, educação (LOPES; SAUPE; MASSAROLI, 2008) é sempre iminente.

> Acho que tanto eu como as técnicas estávamos esperando um local insalubre, idosos em condições sociais debilitadas, com sinais

> de maus tratos, aparência física cabisbaixa e insatisfeita. Porém, para nossa surpresa, nos deparamos logo na fachada com um muro e flores bem cuidadas. Agora, escrevendo esse diário, me pego pensando que cheguei ao local com uma visão investigativa, de depurar algum sinal físico ou geográfico desagradáveis que de algum modo corroboraria com a denúncia anônima. Uma visão um tanto quanto preconceituosa e que não cabe ao papel da psicologia, de investigar, de fiscalizar à instituição no que concerne ao espaço. Bem, continuemos (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Ao mesmo tempo em que a visita domiciliar pode aliar-se a uma prática da biopolítica e de tensão entre os saberes, pode servir como uma estratégia importante de equilíbrio sobre as relações de poder aí envolvidas, ainda sob a ótica do que preconiza o SUS/SUAS. Nesse sentido, ela se distancia de uma visão da vistoria e estaria mais atrelada a um acompanhamento de cuidado às famílias. Ao transpor a equipe da Vara, ou seja, do seu território de trabalho usual para o território do jurisdicionado, alteramos o território simbólico: de um ambiente confortável em que o outro chega e precisa entender o espaço, passamos nós a ser esse outro. Tornamo-nos os intrusos de um espaço que é próprio de quem atendemos e, assim há uma maior abertura para que a subjetividade apareça, algo que no ambiente Judiciário pode não surgir.

Temos aqui um dos lugares possíveis que a visita domiciliar pode ocupar como instrumento de trabalho e quem tem bases na política pública do SUS e SUAS. Se pela via da saúde a visita funciona como um instrumento formado por um conjunto de ações

sistematizadas para viabilizar o cuidado a pessoas e famílias com algum nível de alteração de saúde ou para realizar atividades ligadas aos programas de saúde (BRASIL, 2003), pela assistência

social, sob a perspectiva de prover os benefícios e serviços básicos à população, os profissionais recorrem à visita domiciliar para a seleção, a adesão e inserção de indivíduos em programas sociais. Por essa via, o profissional está mais próximo do cotidiano das famílias, permitindo que nesse espaço possa vir a conhecê-las, interpretar e vivenciar o meio onde vivem, auxiliando nas diversas demandas que afetam sua realização (CENTA; STEFANELLI; TULIO, 2000).

A visita conduzida à instituição de acolhimento de idosos do diário de campo, como exemplo, poderia pautar-se em uma melhor interação entre a equipe e a comunidade, proporcionando aos sujeitos que ali residem e aos cuidadores o conhecimento no seu próprio ambiente, atentando-se a dinâmica familiar as relações afetivas e sociais, o auxílio na adaptação e planejamento dos moradores conforme seus próprios recursos, orientações acerca dos serviços da rede de seu território etc.

Mesmo sem a equipe ser convidada a entrar nesses lares, estaremos, desse modo, preservando a intimidade do espaço privado, proporcionando-lhes maior liberdade para que agora eles possam contar sua história e explorar seus problemas, antes de serem, de antemão, indagados ou testados. Ainda mesmo que entendamos que o lugar de especialista e detentores de um saber está colocado na sala de jantar, a relação e o vínculo entre profissional usuário/jurisdicionado pode ser mais horizontal flexível e amistosa, através do estabelecimento de confiança com a família, que, por conseguinte, sentindo-se mais segura com as ações e o diálogo menos verticalizado solicite suporte, explicite dúvidas e articule junto a equipe, conferindo certa autonomia segundo os valores, crenças, experiências, vivências e culturas familiares.

Nessa perspectiva, podemos traçar um paralelo com o que Amaro (2003) denomina enquanto tecnologia leve, a visita domiciliar enquanto produtora de relações de interação e que se dão no espaço de interseção entre profissionais e usuários. Conhecer as

condições de vida e habitação das famílias e as relações que estabelecem no ambiente doméstico tornam-se práticas imprescindíveis sob essa ótica e, consequentemente, "podem facilitar o planejamento e o direcionamento das ações visando a promoção da saúde e o fortalecimento do autocuidado" (CUNHA; SÁ, 2013, p. 67). Segundo as autoras, o estabelecimento de vínculos entre usuário e profissional, a horizontalidade da relação, a ampliação da autonomia na produção da própria saúde e do autocuidado do usuário são práticas que caminham no sentido da integralidade e da continuidade da atenção, numa perspectiva mais intercessora do cuidado, na contramão de uma prática puramente medicalizante ou assistencialista.

Ao mesmo tempo, a visita domiciliar permite o atendimento integral do usuário através de suporte ético e tecnológico. Seus aspectos vinculados ao cuidado também estão aí presentes, rompendo com intervenções centradas apenas na doença, no profissional médico e na consideração especialmente pelo aspecto biológico. Com a continuidade da assistência, os profissionais se aproximam dos cenários nos quais os usuários estão inseridos, conhecendo o cotidiano dos núcleos familiares, possibilitando identificar outros problemas que precisam de intervenção estatal. Discussões no campo do serviço social já repensam, por exemplo, um nome mais adequado para o instrumento técnico. Ao invés de *visita domiciliar*, que expressa uma prática pautada na invasão da vida intrafamiliar, "verificação/constatação de organização e higiene do ambiente e observação das atitudes e comportamentos da família" (CFESS, 2022, p. 115), o Conselho Federal de Serviço Social sugere o uso do termo *entrevista no território/ no domicílio*, que infere um respeito aos direitos familiares, as condições de existência, aos seus modos de vida e uma "apreensão dos vários determinantes sociais que fazem parte daquela realidade social" (*ibidem*).

UM CONVITE PARA ADENTRAR AO DOMICÍLIO

O que, de fato, deve ser levado em conta é a qual modalidade de cuidado a visita domiciliar [entrevista no território] atende. Pela via da vigilância à saúde e das condições de vida, o plano de atenção recai no rastreamento de doenças ou dos riscos e perigos que possam criminalizar e punir famílias. Por meio da verificação das condições de moradia, de educação e trabalho, responsabilizando apenas o usuário pelo contexto inserido, governa-se os ditos saudáveis, um modo de vida saudável, um modo de vida homogêneo. Sem a corresponsabilização e o compromisso estatal, a visita domiciliar interfere diretamente na arquitetura do território onde se insere aquela família, aquele idoso, aquele profissional de saúde, àquele indivíduo. Institucionaliza-se, desse modo, o território para que se possa intervir, desenhar, esquadrinhar, classificar e estabelecer regularidades. A população beneficiada e atendida segundo os seus direitos também agrega um cuidado: como cuidar do próprio corpo, um cuidado normalizador, internalizando a vigilância estatal. Pela via do cuidado e do acompanhamento, a visita domiciliar [entrevista no território] respeita e considera as às diferentes realidades, crenças, experiências, vivências e culturas dos usuários e jurisdicionados.

Os profissionais, ao adentrarem a casa e a privacidade das famílias, precisam saber interagir com elas, considerando suas histórias de vida, seus sentimentos e emoções. Cabe aqui entendê-la como uma continuidade da atenção à saúde e do enfrentamento à precariedade social, atendendo as famílias de maneira individualizada, de acordo com suas especificidades, articulando a rede de serviços do território e coadunando com o que preconiza o Código de Ética Profissional do Psicólogo e de uma prática crítica que repensa os modos de contingência e das demandas que chegam até nós.

É preciso pensar em outros modos de fazer o cuidado no espaço domiciliar. Os modos como os profissionais da saúde se constituem diante dos discursos produzidos pelas políticas de saúde e pelas práticas interferem diretamente na modalidade de cuidado atendida. Nas Varas de Justiça não seria diferente. Com a demanda do judiciário para que se ateste as condições de moradia, averiguação ou fiscalização através do uso da visita [entrevista no território], pensá-la como um dispositivo que pode "irromper com territórios cristalizados e verdades instituídas é escapar dos saberes constituídos para produzir saberes constituintes e produzindo conexões entre o cotidiano da vida familiar" (RIBEIRO, 2010, p. 218).

Apesar de não sermos convidados a entrar nesse recinto, talvez seja preciso sentar-se à mesa e dar boas-vindas ao que se tem de incontrolável ou não cognoscível. Pensar a visita. Entendendo, desse modo, que o segundo termo atende melhor os interesses da proposta crítica desse artigo, propusemos tal mudança ao expor modos outros de adentrar no domicílio. De qualquer modo, estaremos diante de uma demanda sem diagnósticos, com necessidades desconhecidas, em contato com o inusitado, o estranhamento e o olhar do outro. Invadiremos, sem a mediação da sala do consultório ou da Vara um domicílio que nos coloca de frente com as angústias, fantasias e uma realidade adversa, às vezes, impossibilitada de mudanças, como é o caso de muitas famílias atendidas pela Vara de Infância e Juventude. Nesse local, o sentimento de impotência está sentado conosco no sofá da sala e nos relembrando que esse é um espaço não controlado e sem planejamentos, onde os saberes tecnicistas e instrumentalizados são insuficientes. Contudo, é nesse mesmo espaço que ao produzir desconfortos e incômodos nos coloca mais horizontalmente ao lado das famílias, sendo possível compor alternativas à organização do cuidado, implicando os atores do território e dos próprios membros familiares a se colocarem em cena de outro modo. Uma

compreensão da visita [entrevista no território] por sua dimensão simbólica, condicionado os enfrentamentos das violações de direitos por meio da possibilidade de enfrentá-los em conjunto e com autonomia.

REFERÊNCIAS

ADÃO, A. C.; BORGES, C. S. J.; DELGADO, D. "Visita Domiciliar na Assistência Social: velhas demandas, novas respostas". **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília: CBAS, 2019.

AMARO, S. **Visita Domiciliar**: Guia para uma abordagem complexa. Porto Alegre: Editora AGE 2003.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. São Paulo: Editora Círculo do Livro, 1980.

BRASIL. **Caderno de Orientações**: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Articulação necessária na Proteção Social Básica. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2016. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 24/09/2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 24/09/2023.

BRASIL. **Lei n. 8080, de 19 de setembro de 1990**. Brasília: Planalto, 1990. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 24/09/2023.

BRASIL. **Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Brasília: Planalto, 1993. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 24/09/2023.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 24/09/2023.

CENTA, M. L.; STEFANELLI, M. C.; TULIO, E. C. "Vivenciando a Visita Domiciliar apesar de tudo". **Família**, **Saúde** e **Desenvolvimento**, vol. 2, n. 2, 2000.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Produção de documentos e emissão de opinião técnica em serviço social**. Brasília: CFESS, 2022. Disponível em: <www.cfess.org.br>. Acesso em: 24/09/2023.

CFP - Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) no CRAS/SUAS**. Brasília: CFP, 2O21. Disponível em: <www.cfp.org.br>. Acesso em: 24/09/2023.

CUNHA, M. S. SÁ, M. C. "A visita domiciliar na estratégia de saúde da família: os desafios de se mover no território". **Interface**, vol. 17, n. 44, 2013.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1980.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Editora Loyola, 2012.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GARCIA, I. F. S.; TEIXEIRA, C. P. "Visita domiciliar: um instrumento de intervenção". **Sociedade Em Debate**, vol. 15, n. 1, 2009.

LOPES, W. O.; SAUPE, R.; MASSAROLI, A. "Visita domiciliar: tecnologia para o cuidado, o ensino e a pesquisa". **Ciência, Cuidado e Saúde**, vol. 7, n. 2, 2008.

LOURAU, R. **René Lourau na UERJ**: Análise Institucional e práticas de pesquisa. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1993.

MACHADO, R. "Por uma genealogia do poder". *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Editora Paz e terra, 1979.

OLIVEIRA, G. S. *et al.* "Visita domiciliar no Sistema Único de Saúde: estratégia da biopolítica". **Revista Uruguaya de Enfermería**, vol. 13, n. 1, 2018.

RIBEIRO, C. J. "Problematizando o instrumento da visita domiciliar". **Sociedade em Debate**, vol. 16, n. 1, 2010.

SAKATA, K. N. *et al*. "Concepções da equipe de saúde da família sobre as visitas domiciliares". **Revista Brasileira de Enfermagem**, vol. 60, n. 6, 2007.

CAPÍTULO 10

Patrimonialismo na Administração:
Nepotismo Revigorado em Atos de
Nomeação de Secretários Municipais e Estaduais

PATRIMONIALISMO NA ADMINISTRAÇÃO: NEPOTISMO REVIGORADO EM ATOS DE NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

Jorge Leal Hanai

Magnus Luiz Emmendoerfer

Nina Rosa da Silveira Cunha

> A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal (SÚMULA VINCULANTE 13. 21 de agosto de 2008)

Há tempos, o Brasil adotou a forma federativa de divisão territorial de governo. No desenrolar da história, o país conviveu com variedade de arranjos federativos e experimentou períodos de autoritarismo (AZEVEDO; ROBERTSON, 2022) e de regime democrático (SOUZA, 2005). No plano administrativo, a transitoriedade da lógica patrimonial à burocrática e ao posterior gerencialismo liberal marcaram períodos de profundas discussões sobre o sistema e os subsistemas subjacentes à gestão de pessoas no setor público (BRESSER-PEREIRA, 1996; GELBS; KNIGHT; SABOT, 1991). Durante a vigência das sete constituições que

regeram as instituições brasileiras após a República, as regras relativas ao federalismo fizeram parte integrante do corpo constitucional - daí a importância de se estudar o federalismo brasileiro em associado ao tema do constitucionalismo (SOUZA, 2005) transformador (VON BOGDANDY e UREÑA, 2021). Pela interseção entre as regras que regem o federalismo e sua constitucionalização, torna-se importante atender à convocação de Jhon Dearlove sobre trazer o estudo do constitucionalismo sob a lente do federalismo e em associado à Ciência Política. A teoria constitucional busca respostas para questões políticas fundamentais que afetam os entes constitutivos da federação, tais como "quem governa, como se governa e quem deveria governar" (EVANS, 2001).

Observar litígios que envolvem a nomeação de agentes aos cargos de chefia, direção e assessoramento, bem como os de comissão, confiança e até mesmo as funções gratificadas importa para a análise subnacional da prática do nepotismo na administração pública (RAGAUSKAS; VALEŠKAITĖ, 2020). Em 2008 a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) por meio da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADI) n.12, questionou a resolução n. 07 de 18 de outubro de 2005 do Conselho Nacional de Justiça no Supremo Tribunal Federal (STF) em relação à "disciplina do exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros de magistrados investidos em cargos de direção e assessoramento no âmbito do poder judiciário" (BRASIL, 2008, p. 01).

Na ocasião emergiu dúvida de se a ausência do termo "chefia" na resolução 07/2005 do CNJ implicaria em assimetria não só aos princípios republicanos insculpidos no artigo 37 da constituição federal de 1988, mas ao princípio federativo, que ambos, por seu turno, vigoram para todos os poderes estatais. Como desdobramento, a ação é declarada procedente, sendo a ausência do

termo na resolução razão insuficiente para o declarar a inconstitucionalidade do dispositivo, pois o nepotismo, em emprego hermenêutico, é vedado sob qualquer forma. No entanto, por efeito tem-se não só a inclusão do termo chefia, como também o gestar da Súmula Vinculante nº 13 para assegurar padrão interpretativo das controvérsias semânticas (de ordem constitucional) em órbita ao nepotismo.

Em matéria de nepotismo na administração pública, importa questionar como as decisões emanadas pelo poder Judiciário têm sido interpretadas pelos entes subnacionais. Como esse padrão interpretativo tem sido alcançado? O entendimento sobre o tema tem sido pacífico, ou há significativas reclamações de ordem bottom-up de iniciativa dos munícipios e Estados brasileiros? O presente capítulo tem por objetivo analisar o entendimento sobre o nepotismo em atos discricionários em nomeações para os cargos de secretários governamentais, percorrendo, inerentemente, os seguintes esforços: descritivo do processo e contexto de elaboração da Súmula Vinculante nº 13 e o levantamento dos entendimentos quando da aplicação da súmula vinculante por cada ente subnacional.

DO FEDERALISMO IMPORTADO AOS TRAÇOS RESIDUAIS DO PATRIMONIALISMO

Em consonância com a teoria clássica do federalismo, cuja gênese remonta ao histórico desenvolvimentista imperial estadunidense, especialmente dos escritos de James Madison (SZAKONYI, 2019), a União, Estados, Municípios e o Distrito Federal gozam de poderes políticos fundamentados – dentre outros aspectos – na autonomia administrativa expressa na Constituição Federal de 1988. Com efeito, a referida autonomia administrativa se consubstancia de acordo com a estrutura federativa ora delineada,

com o exercício da atuação de natureza político-administrativa, que passa a ser dividida e operada, dentro do Poder Executivo, em mandatos de Presidente da República, na União, de Governadores, nos Estados e Distrito Federal, e de Prefeitos no âmbito municipal (ABRUCIO; FRANZESE, 2005).

Entender *quem* controla (autonomia) e *como* se controla (com ou sem o compartilhamento de autoridade) é, para Pierson (1995), tarefa analítica complexa em países federais, a exemplo do Brasil. No entanto, se de um lado a carta Magna demarca não só o *como*, mas o *por quem* esse poder deveria ser exercido, – fixando para tanto os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, publicidade e da eficiência – por outro, assegura o exercício discricionário de atos administrativos a se praticar não só pelo presidente, governador e prefeito, mas também pelos burocratas em certos termos (BRASIL, 1988). No entanto, ao estudar em profundidade o contexto sócio-histórico brasileiro, Aguiar (2000) sinaliza que quando essa estruturação é corrompida, não há explicações mais robustas do que recorrer ao processo de desenvolvimento do Estado patrimonial, que a grosso modo, aponta que independente de desenhos institucionais, ou melhor, constitucionais, as funções político-administrativas foram postos de dominação exclusivas daqueles detentores de terras, e que isso tende a se perpetuar de certo modo, no tempo. Após a profusão dos ideais gerenciais de Osborne e Gaebler, bem como o prosperar de seus pressupostos em modelos de gestão, convencionou-se reconhecer a persistência de *traços residuais* (convenção semântica, inclusive, expressa no título do nosso capítulo) de práticas patrimoniais, sendo o nepotismo a mais estrelar.

O Estado, em sua base empírica ou ex post, tem se assentado, portanto, sob pilares personalíssimos, cuja sobreposição do interesse privado prevalece sobre o público (FAORO, 2012; HARRIS *et al*., 2022), prosperando assim práticas nepotistas quando da nomeação

de parentes para os cargos de Secretário municipal e Estadual (FISMAN; GOLDEN, 2017; RAGAUSKAS; VALEŠKAITĖ, 2020). É na contramão desse fenômeno que a Controladoria Geral da União (CGU) tem fincado sua atuação, por entender sobretudo, que quando determinada autoridade nomeia seu próprio parente, além de configurar nepotismo, viola o princípio da impessoalidade administrativa (BRASIL, 2019), instituto esse considerado por Faoro (2012) nada mais do que a invasão de civis e militares na direção da esfera econômica, política e financeira do Estado.

O autor ressalta ainda que é infrutífero se demarcar grau de parentesco como mecanismo inibidor do nepotismo, pois [...] ainda que essa classe dirigente não esteja necessariamente unida por laços familiares, é razoável concluir que utiliza o setor público em benefício próprio [...]" (p. 92) de outras formas. Na pesquisa acadêmica, o problema se torna ainda maior quando dificilmente se consegue coletar dados a fundamentar análises mais robustas. O frame do sobrenome é uma das estratégias analíticas possíveis (ALLESINA, 2011; GAGLIARDUCCI; MANACORDA 2016; FAFCHAMPS; LABONNE, 2017; GEYS, 2017; LEHNE, SHAPIRO; VANDEN EYNDE, 2018; SZAKONYI, 2019), porém limitadas na visão de Ragauskas e Valeškaitė (2020). Por outro lado, a CGU entende vigiar também o chamado nepotismo cruzado, definido quando "[...] o agente público nomeia pessoa ligada a outro agente público, enquanto a segunda autoridade nomeia uma pessoa ligada por vínculos de parentescos ao primeiro agente, como troca de favores, também entendido como designações recíprocas" (BRASIL, 2019).

Contudo, Faoro (2012) observa que é tendência não só nos municípios, mas também nos Estados, que quando possível, as elites dirigentes se fecham "[...] na sua perpetuidade hereditária, ao eleger os filhos e genros, com o mínimo de concessões ao sangue novo" (FAORO, 2012, p. 92), ou em caso contrário, adota à prática do

nepotismo cruzado. Argumento esse que reforça a ideia de Stock (1992, p. 70) de que as nomeações de caráter discricionário são em grande medida, a porta de entrada para o serviço público desmoralizado, sobre quando corre "[...] pela via do contrato sem concurso, sem aferição prévia da capacitação" (STOCK, 1992, p. 70).

Estudar a administração é estudar os meios administrativos para se atingir objetivos previamente conhecidos e deliberados (SOUSA; ROCHA, JULIASSE; SANTOS, 2022). Tais meios no modelo patrimonialista de administração, eram para Campante (1998), psicossocialmente aceitos, sendo, contudo, central observar os princípios que repousam na validade da legitimidade das relações ora estabelecidas, quando se delega funções administrativas.

Nesse sentido, Weber asseverou três princípios básicos em Ensaios de Sociologia (1982), a saber: burocrático-legal; o tradicional e o carismático. Ao burocrático-legal se credita o princípio da legalidade propriamente dito, que ainda que não expresso, resvala ao status de adjetivo inerente aquele que exerce autoridade e ao mesmo tempo, dominação conforme os ritos legais, sendo a via para se exercer o poder de modo legítimo (CAMPANTE, 2003). Já o modo de dominação tradicional encontra substância no próprio contexto sócio-histórico do Brasil, em que a vontade do detentor do poder manifesta-se de modo pessoal e amplamente subjetivo, sendo o exercício intenso dessa pessoalidade, caracterizado como o poder dominador carismático, ou também conhecimento como poder político-populista (CAMPANTE, 2003).

Contudo, para Campante (2003) o patrimonialismo explica o porquê e como a comunidade política se organiza e se legitima, sendo mister o entendimento de que se a arbitrariedade impera, o patrimonialismo puro prospera e se perpetua ao longo do tempo. Por outro lado, se assim não o for, o patrimonialismo não deixa de se manifestar, pois encontra outras bases de operacionalização, como

no patrimonialismo estamental ou descentralizado, onde há relações estáveis entre o político e o corpo administrativo. A título de exemplificação da perpetuidade aclamada por Campante (2003), o estudo de Oliveira (2007 p. 02) assevera que as múltiplas conexões entre o poder econômico, poder político e estruturas de parentesco estão sempre sendo renovadas e estão em constante movimento, cujo "[...] controle do poder executivo estadual, com a família Requião de Mello e Silva, e do poder executivo municipal de Curitiba, com a família Richa, revela dimensões atuais de um processo historicamente marcado pelo nepotismo, pelo tráfico de influências, pelo poder econômico e pela impunidade". Já para Oliveira (2017) a perpetuidade nepotista viola em profundidade os princípios republicanos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência bem como a própria democracia brasileira.

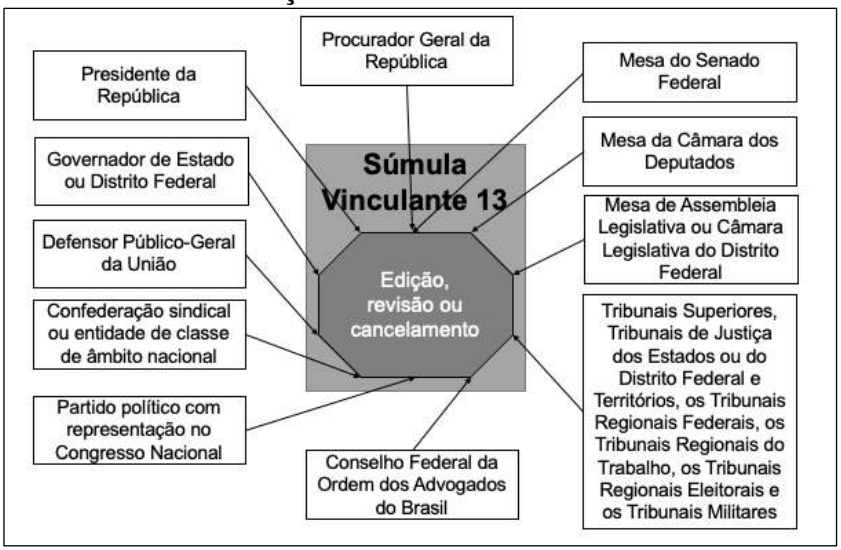
INDISPENSABILIDADE DA HERMENÊUTICA E A MUTABILIDADE CONSTITUCIONAL

Para além dos níveis de governo, a anatomia federalista e constitucionalista incorpora "também a atividade legislativa, o papel do Judiciário e dos partidos políticos, a alocação de recursos tributários e de competências e as garantias constitucionais dos entes que compõem a federação" (SOUZA, 2019, p. 02). Em face da multiplicidade de *stakeholders* (sejam mais pessoalizados ou percebidos na sua forma institucional e organizacional) (ABRANCHES, 1988; ABRÚCIO, 1998; ABRÚCIO; COSTA, 1998), invariavelmente o federalismo brasileiro gerou conflitos de competência e divergências que desaguam no imperativo da governabilidade e da segurança jurídica. "Uns concluíram que a federação era dominada por interesses estaduais, pelo poder informal que poderia ser exercido pelos governadores sobre os parlamentares

de seus estados no Congresso Nacional" (SOUZA, 2019, p. 02). Em função da emergente atividade hermenêutica a eleger significados padronizados sobre os conflitos de competência e validade dos atos administrativos, especialmente os discricionários analisados extraordinariamente, central se torna o chamado reino *daímon* representado na atuação guardiã da Suprema Corte constitucional.

A despeito das dinâmicas pendulares do jogo hermenêutico e de sua inerente logosofia, cujo resultado mais aparente foi a redução da autonomia de governadores e prefeitos, eles (dentre outros *stakeholders*) não se tornaram atores passivos porque detêm autoridade para determinar questões sensíveis da federação (SOUZA, 2019), a incluir a manutenção de entendimentos sumulados. Ver Figura 1.

Figura 1 - *Stakeholders* atuantes na manutenção da Súmula Vinculante 13



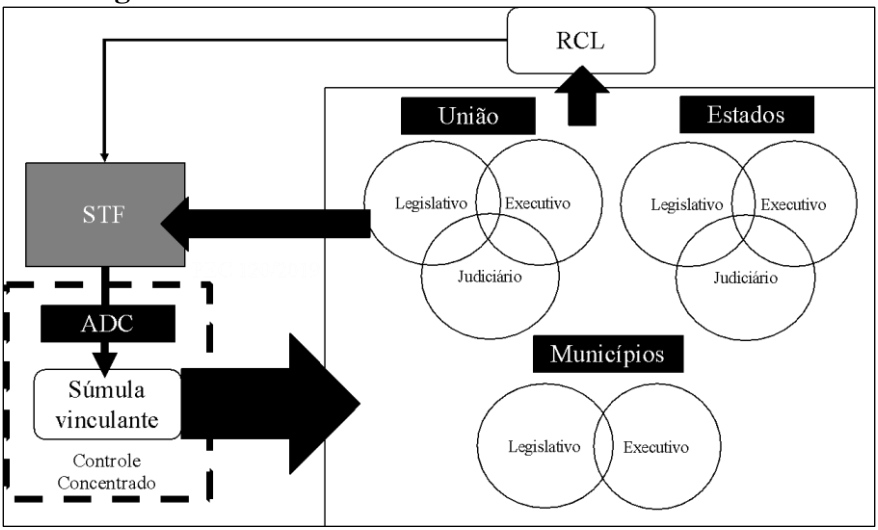
Fonte: Elaboração própria.

A mutabilidade constitucional pode conformar constituições com traços distintos. Fixa, imutável, transitoriamente imutável, flexível, transitoriamente flexível, rígida e semirrígida são alguns exemplos desses traços. A constituição de ordem rígida é considerada a em vigor no Brasil redemocratizado (BARROSO, 2015). Em termos práticos, isso significa que o processo previsto para que se altere seus ditos, é de pronto, complexo, sobretudo ao observar que tal esforço compete privativamente ao Poder Legislativo federal. Ou seja, quando se intenciona elaborar projeto de emenda constitucional, este o é, em regra, submetido aos ritos do processo legislativo federal (MASSON, 2018). Também é possível ajuizar *Reclamação* (RCL) para garantir a autoridade das súmulas vinculantes: uma súmula vinculante depois de editada pelo Plenário do STF tem seu comando vinculado ou subordinado a todas as autoridades judiciárias e administrativas do país. Caso haja seu descumprimento, a parte prejudicada, se no âmbito da União, pode ajuizar Reclamação diretamente ao STF. A medida não se aplica, porém, para as súmulas convencionais da jurisprudência dominante do STF. O fito é o seguinte: o controle, embora difuso, quando feito pelo STF (Pleno) tem força para vincular os demais órgãos do Poder Judiciário, assemelhando-se, nesta eficácia, ao controle concentrado de constitucionalidade" (DIDIER JR., 2008, p. 267).

Considerando o argumento de polos políticos autônomos e auto funcionais proporcionado pelo poder descentralizado no federalismo político, relações de coordenação interfederativa (ARRETCHE, 2004) são induzidas, de modo alargado, em controvérsias quando da aplicação de entendimento sumular. Na prática, pressupostos organizacionais e de ordem processual administrativas são dadas como irrenunciáveis. Os munícipios, conforme interpretação da Figura 2, são, no marco zero, os entes mais "órfãos" e que necessitam estabelecer vínculos coordenativos com outros entes da federação para superar quaisquer fantasmas do abandono ou isolamento político (quer pela pujança econômica

circunscrita, conforme demarca Ragauskas e Valeškaitė (2020), quer por contingências político-eleitorais), de tal sorte a acumular expressividade na manutenção de normas vinculantes.

Figura 2 - Dinâmica coordenativa dos entes federados em gestos reclamadores dos entendimentos sumulados



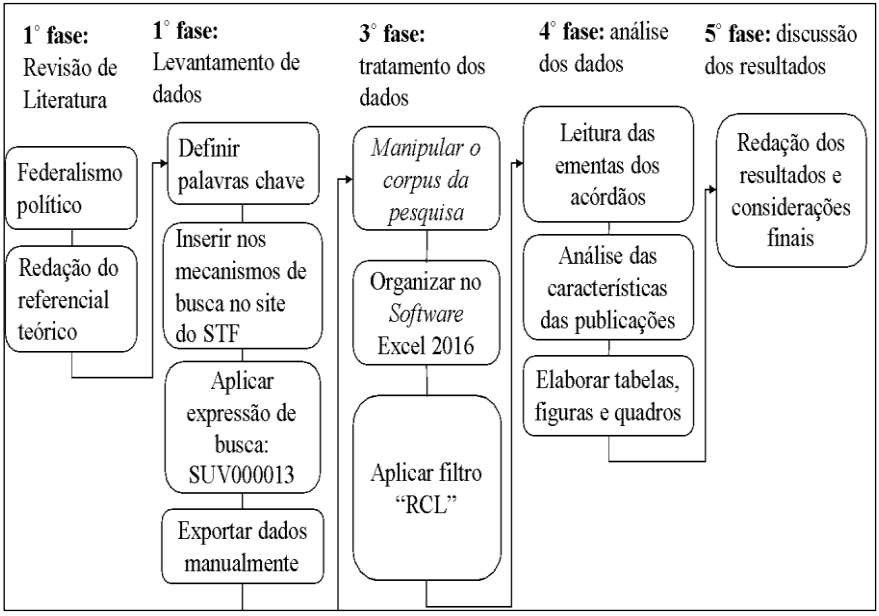
Fonte: Elaboração própria.

DESENHO DE PESQUISA E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

O *frame* do sobrenome é uma das estratégias analíticas possíveis no rastreamento do nepotismo (ALLESINA, 2011; GAGLIARDUCCI; MANACORDA 2016; FAFCHAMPS; LABONNE, 2017; GEYS, 2017; LEHNE, SHAPIRO; VANDEN EYNDE, 2018; SZAKONYI, 2019), porém limitadas na visão de Ragauskas e Valeškaitė (2020). Isto posto, incorporamos as

sugestões dos autores sobre considerar o tamanho dos Municípios e Estados como vetores de presença do nepotismo. A hipótese dos autores é que quanto menor for o ente federado, maior será os casos de nepotismo. Ragauskas e Valeškaitė (2020) avançam com outras hipóteses, a exemplo de que o nepotismo será maior em entes com menos oportunidades econômicas e localizados em regiões com menor responsabilidade democrática. Seguindo a mesma estrutura analítico-argumentativa, nosso pressuposto foi alargado para: quanto menor for o ente, maior será o número de reclamações. Para tanto, coletamos dados do IBGE e do STF para desafiar supracitado pressuposto. Outras etapas fundamentais da pesquisa documental (SILVA; EMMENDOERFER; CUNHA, 2020) foram condensadas na Figura 3.

Figura 3 - Etapas da pesquisa documental



Fonte: Elaboração própria.

Seguindo política de dados abertos, organizamos os dados coletados em três formatos: docx., PDF e txt. (com codificação UTF-8) e os publicamos no repositório de dados Harvard Dataverse (HANAI, 2022). Essa codificação serviu para operamos lexicometria de acordo com Scholz (2019). Visando preservar a codificação e leitura mais completa do corpus textual das RCLs (tais como caracteres especiais e acentuações da língua portuguesa), os arquivos inseridos no *software* AntConc foram aqueles no formato txt. De modo complementar, ressaltamos que não consideramos julgados em sede de Recurso Extraordinário (RE). Elegemos o instituto das Reclamações porque nesta via processual não se admite o uso de forma preventiva. Em regra, admite-se apenas casos ex post de nomeações já prosperadas cujos efeitos adquirem status de controvérsia e sujeitos ao exercício hermenêutico constitucional. Importa lembrar que a reclamação não serve como paradigma na SV nº 13 para provocar o exame per saltum da regularidade dos atos no STF. Não objetivamos apontar que a ordem dos atos administrativos não obedece à lógica organizacional e institucional. Porque o banco de dados não nos oferece panorama exaustivo da realidade das RCLS, haja visto a política de dados abertos da administração pública judiciária. Portanto, como recorte temporal, selecionamos RCLs de acesso aberto publicizadas entre 2008 e 2019. A string utilizada na fase de levantamento foi "SUV000013", sendo percebida por nós como a melhor por retornar resultados homogêneos, reduzindo, por fim, os momentos de aplicação do filtro "RCL"(da fase de tratamento dos dados. Ver Figura 3). Informamos que ao longo da redação da seção de discussão dos resultados empregamos a expressão " SV nº 13".

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Pré contexto da Súmula vinculante SV nº 13: Compreendendo a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº12

Importante lembrar que a SV nº 13 não emergiu sem motivos determinantes, se fundamentando, portanto, em discussões levantadas a partir da ADC nº 12, de modo a se conhecer entendimentos e decisões emanadas por ministros do STF. Nessa esteira, convém sintetizar que o Ministro relator Carlos Britto defendeu que do termo "direção", se poderia deduzir o exercício da função de chefia, levando dessa forma, à votação no tribunal, a declaração da constitucionalidade dessa questão na resolução nº 07 do CNJ. Nesse sentido, elaborou-se em síntese o julgamento da referida ADC no Quadro 1.

Mister foi assimilar que o ato normativo discutido pode ser editado pelo CNJ bem como não viola o princípio federativo e a separação dos poderes estatais, isto por imperar entendimento de que os princípios constitucionais expressos no artigo 37 da Constituição Federal de 1988 se aplicam às controvérsias do nepotismo, imediatamente, independentemente de atos normativos próprios. No entanto, como principal desdobramento se destaca a positivação da SV nº 13 do STF quando esta postula que:

A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos

Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal (BRASIL, 2008).

Quadro 1 - Julgamento da Ação Direta de Constitucionalidade nº 12

Ministro/a	Entendimento sobre o termo "chefia"	Decisão	Autoaplicação dos princípios da CFRB/1988
Carlos Britto	Deduzir do termo "direção", o termo "chefia"	Relator	Sim, enfatizando a Impessoalidade e moralidade
Gilmar Mendes	Acompanhou a integralidade do exarado pelo relator		
Menezes Direito	Os princípios constitucionais têm eficácia própria, e cabe ao CNJ discipliná-los. É desnecessário interpelar pela interpretação do texto da resolução, pois é implícito que quando se fala em cargo de direção e assessoramento, se fala também no de chefia.	Ação procedente	Não se invocou princípios da CFRB de 1988
Carmen Lúcia	A direção já inclui a chefia.	Ação procedente	Sim, enfatizando a Impessoalidade e moralidade
Ricardo Lewandowski	Está subentendido	Ação procedente	Sim, Impessoalidade, moralidade e eficiência
Eros Grau	Acompanhou a integralidade do exarado pelo relator		
Cezar Peluso	Os incisos III e IV do artigo 2º da Resolução falam apenas em "servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento". Penso que seria bom que constasse "de direção, chefia ou assessoramento"	Ação procedente	CFRB de 1988
Celso Antônio de Mello	indiferente	Ação procedente	Sim, com ênfase à impessoalidade e moralidade

Fonte: Elaboração própria.

Com efeito, os ditos sumulados geraram vinculação a todos os entes federados, reafirmando a constitucionalidade da SV aplicada e o ímpeto do artigo 37. Correntemente, entendimentos diversos se consubstanciaram em reclamações (RCLs) por parte dos entes federados mesmo após a vigência da unânime súmula (após 2008). Vejamos as Reclamações do corpus de pesquisa no Quadro 2.

Quadro 2 - Reclamações do corpus de pesquisa situada no contexto pós Súmula vinculante SV nº 13

Número. da RCL	Ministro relator	Ano	Ente federado	Breve contexto	Entendimento da Súmula vinculante 13 (SV nº 13)
15.451	Dias Tofolli	2014	Município Guapimirim (RJ)	Ação civil pública movida pelo Parquet do Estado do Rio de Janeiro em face do Município de Guapimirim. O objetivo foi " desconstituir os atos administrativos de nomeação de cargo e provimento em comissão ou de função gratificada, no âmbito do Poder Executivo, Legislativo e demais entidades da administração pública direta e indireta do Município de Guapimirim, dos cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, do Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito Municipal, dos Secretários	"Não cabe reclamação contra ato futuro indeterminado. A reclamação pressupõe a prática de ato específico para que possa ser conhecida" (Rcl nº 3.982/ES, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, Tribunal Pleno, DJ de 14/12/2007)

				Municipais, dos Vereadores e dos Dirigentes/Presidentes de órgãos municipais	
32.589 Agr	Alexandre de Moraes	2019	Estado de São Paulo	Nomeações para cargos de chefia com vínculos **cruzados** de parentesco entre nomeante e nomeado	Há ajuste de favores para burlar a regra do nepotismo, mediante reciprocidade nas nomeações ou designações, o que é expressamente vedado pela SV nº 13
32284 Agr	Cármen Lúcia	2019	Estado do Rio Grande do Sul	Impetrante alegou que a nomeação estava de acordo com a CF	Multa de 1% por mover o judiciário e nomeação ofende a CF
29317 Agr	Gilmar Mendes	2019	Município de Queimado (RJ)	Procuradoria do Estado questiona Nomeação do vice-prefeito para o cargo de Secretaria municipal	Reclamação sem cabimento, não viola a SV nº 13
30466 Agr	Alexandre de Moraes	2018	Estado de São Paulo	Procuradoria questiona se cargos de Secretário estadual e municipal	Inaplicabilidade da SV nº 13, salvo comprovado fraude na nomeação
22339 Agrs	Edson Fachin	2018	Estado de São Paulo	Nomeação de cônjuge de Prefeita em município do Estado	Inaplicabilidade da SV nº 13, pois os cargos políticos do executivo, são de livre nomeação e exoneração.
23875 Agr	Alexandre de Moraes	2018	Estado de São Paulo	Procuradoria alega que nomeação de parente para cargo político, viola CF	Não viola
23515 Agr	Dias Toffoli	2018	Estado de Roraima	solucionar controvérsia acerca da existência de "fraude à lei" ou eventual troca de favores entre os envolvidos, alcançando, nessa medida, matéria que não possui aderência estrita com a SV nº 13	"Não se impugna o fundamento por que assentei a inadmissibilidade de reclamação para questionar, com paradigma na SV nº 13, ato de nomeação para cargo político"(Voz de

					Dias Tofolli, p.5 da RCL 23515 Agr)
27075 Agr	Roberto Barroso	2018	Município de Cabo Frio (RJ)	Ministério público recomenda impugnar ato de exoneração de servidor ocupante de cargo em comissão sob alegação de não conflitar com a SV nº 13	Conflita com a SV nº 13, mantém-se decisão do STJ
28024 Agr	Roberto Barroso	2018	Município de Araci (BA)	Prefeito nomeia parente para Secretaria Municipal	Não viola a SV nº 13, ressalvado os casos de inequívoca falta de razoabilidade, por manifesta ausência de qualificação técnica ou inidoneidade moral
28449 Agr	Gilmar Mendes	2018	Município de Mairiporã (SP)	Prefeito nomeia filho e esposa para Secretários Municipais	Não viola SV nº 13, salvo comprovada falta de qualificação técnica
28292 Agr	Alexandre de Moraes	2018	Estado de São Paulo	Procuradoria denuncia negligência à aplicação da SUV13 em nomeação do TJ-SP	É preciso que se comprove o grau de parentesco entre a autoridade nomeante e nomeada
28681 Agr	Alexandre de Moraes	2017	Município de Porangatu (GO)	Prefeito nomeia esposa para Secretária	Não viola SV nº 13, pois não se aplica à cargo político
23131Agr	Luiz Fux	2017	Estado de Santa Catarina	Tribunal de Contas denuncia prática de nepotismo cruzado	Ausência de provas concretas. Nego provimento
19529 Agr	Dias Toffoli	2016	Estado do Rio Grande do Sul	Tribunal de Justiça do Estado anula nomeação sob alegação de nepotismo.	Na elaboração da SV nº 13, não se pretendeu esgotar todas as possibilidades de configuração do nepotismo na administração pública. Não se aplica à cargo político

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: STF (jurisprudência).

Sobre a hipótese de quanto menor for o ente federado, maior será os casos de nepotismo (RAGAUSKAS; VALEŠKAITĖ, 2020), e no caso do nosso estudo, maior o número de reclamações, destacamos o caso do Estado de Roraima que é o menos populoso do país (Ver Tabela 1).

Tabela 1 - Tamanho dos entes subnacionais em número absoluto de habitantes

Ente subnacional	Número de habitantes/ Ano do Censo
Guapimirim (RJ)	61.388 (2020)
Estado de São Paulo	46,6 milhões (2021)
Estado do Rio Grande do Sul	11.466.630 (2021)
Queimado (RJ)	151.335 (2020)
Estado do Amazonas	4.207.714 (2020)
Estado de Roraima	652.713 (2021)
Cabo Frio (RJ)	234.077 (2021)
Araci (Bahia)	54.379 (2020)
Mairiporã (SP)	101.937 (2020)
Porangatu (GO)	45.866 (2021)
Estado do Rio Grande do Norte	3.560.903 (2021)
Estado de Santa Catarina	7.338.473 (2021)

Fonte: IBGE.

Embora sua frequência no corpus seja reduzida (apenas um caso), o caso (RCL 23.515) nos traz importante questão: a dificuldade, e até mesmo a inadequação da via reclamatória, de se comprovar "eventual troca de favores entre os envolvidos". Comum foi encontrar no corpo do texto de voto dos ministros, instruções para que se procure resolver a controvérsia pelos meios ordinários e em

seus respectivos graus. Não conseguimos testar a hipótese por meio do número de reclamações, haja visto seu tímido retorno no banco de dados: apenas quinze ocorrências. Em números absolutos de RCLS, é verdade, o número foi reduzido. Porém em número de palavras processadas pelo AntCon., 39.280 *word tokens* compuseram o *corpus* de pesquisa. Esse resultado nos sugere a densidade das discussões em cada RCL do nosso banco de dados (HANAI, 2022), cuja relatoria se provou detalhista e atenta aos ditos exarados em tribunais inferiores e também ao resgate de julgados afeitos ao caso reclamado.

Entretanto, com exceção do Estado de São Paulo e do Município de Cabo Frio (RJ), notamos que 100.000 mil e 12 milhões de habitantes, são, respectivamente, os limites em números absolutos do quão populosos são municípios e Estados com maior aderência ao nepotismo em atos administrativos para nomeação dos cargos de secretários em pastas governamentais-setoriais.

Recuperando o impositivo da perpetuidade nepotista violar em profundidade os princípios republicanos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência bem como a própria democracia brasileira (OLIVEIRA, 2017), contrastamos "democrático" e "democracia" como termos raramente usados (apenas duas vezes do total de 39.280 palavras do corpus de pesquisa) nas reclamações. Referente dado nos alerta para a centralidade das reclamações ao moralismo e impessoalidade nas controvérsias. Sejam elas suscitadas pelas procuradorias de respectivo nível federativo ou pelo Ministério Público Estadual e Federal.

Tabela 2 – Frequencia dos princípios constitucionais

Princípio constitucional	Frequência
Legalidade	4
Impessoalidade	24
Moralidade	29
Publicidade	0
Eficiência	15
Democracia	2

Fonte: Elaboração própria.

Partindo da frequência (29) com que o princípio da moralidade é invocado nas argumentações presentes nas RCLs, razoável inferir que Stock (1992, p. 70), ao afirmar que a porta de entrada para o serviço público desmoralizado ganha volume "[...] pela via do contrato sem concurso, sem aferição prévia da capacitação" (STOCK, 1992, p. 70), se faz necessário discutir sobre critérios objetivos a balizar o preenchimento de cargos de natureza política e vultuosa discricionariedade de seus atos pregressos. Por critérios objetivos, compreende-se a incorporação de métricas de desempenho a qualificar a competência do ethos daquele que bem faz. Central é essa incorporação que na dermatologia, por exemplo, há, de acordo com Mosallaei, Murrell e Grant-Kels (2023), o uso de pontuações do conselho, publicações e status Alpha Omega para fortalecer a confiança dos atos de nomeação e do bem comum de cargos centralmente experienciais. Supracitada exemplificação amplia nosso conhecimento sobre os remédios organizacionais recém aplicados ao combate do nepotismo. Especialmente considerando o aumento em curso relatado por Gürpinar (2023) dos chamados políticos intelectuais e da conformação da política enquanto tecnologia. Outra característica comum das reclamações foi o objetivo de desconstituir a nomeação (ou tornar os atos

administrativos subjacentes sem efeito) supostamente nepotista. Pela análise do frequenciador (*Word List*), há quatorze repetições de termos com esse sentido. Variando, pela análise do concordanciador (Figura 4) entre "desconstituir", "desconstituído", "desconstituição" e "desconformidade" em distintas RCLs (identificadas na Figura 4 na terceira coluna denominada "file").

Figura 4 - Concordanciador do léxico "descon*"



Fonte: Elaboração própria. Dados da pesquisa.

A instruir o princípio da eficiência (fazer mais com menos), impõe-se não só o ideal gerencial inscrito na competência do bem economizar os recursos púbicos, como também a descoberta do trade-off entre nomear parentes como recursividade de governança (VU; PLIMMER; BERMAN; NGOC, 2022) e o gerar resultados (o que Gürpinar (2023) chama de nepotismo estratégico), ainda que a reputação institucional se encontre perfurada (ou em perfuração).

Figura 5 - Nepotismo cruzado



Concordance Hits 25

Hit	KWIC		File
1	de fraude à lei ou de nepotismo	cruzado, circunstâncias em que a nomeação de parente	22.339_SP.txt
2	de fraude à lei ou de nepotismo	cruzado, circunstâncias em que a nomeação de parente	23.131_SC.txt
3	de fraude à lei ou de nepotismo	cruzado, circunstâncias em que a nomeação de parente	28.449_SP.txt
4	de fraude à lei ou de nepotismo	cruzado, circunstâncias em que a nomeação de parente	28.681_GO.tx
5	de fraude à lei ou de nepotismo	cruzado, circunstâncias em que a nomeação de parente	29.317_RJ.txt
6	de fraude à lei ou de nepotismo	cruzado, circunstâncias em que a nomeação de parente	32.284_RS.txt
7	VINCULANTE 13. INOBSERVÂNCIA. NEPOTISMO	CRUZADO. DEMONSTRAÇÃO. AUSÊNCIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEIT	23.131_SC.txt
8	, o que se convencionou chamar de "nepotismo	cruzado". Em um dos precedentes plenários desta Supr	15451_RJ.txt
9	argos políticos, com exceção do chamado nepotismo	cruzado, hipótese em que há troca de favores	22.339_SP.txt
10	que faço se tratasse do chamado 'favor	cruzado', isto é, que o prefeito tivesse nomeado,	15451_RJ.txt
11	, Prefeito de Itatiba, teriam praticado nepotismo	cruzado, na medida em que a requerida Célia	32.589_SP.txt
12	sob o fundamento de que "o nepotismo	cruzado não se presume, devendo ser enfrentado, caso	32.589_SP.txt
13	Carta da República. No tocante ao nepotismo	cruzado, o Conselho Nacional de Justiça, ao editar	32.589_SP.txt
14	não se comprovou a ocorrência de nepotismo	cruzado ou ausência de qualificação técnica do nomeado	22.339_SP.txt
15	sa interpretação apenas as hipóteses de nepotismo	cruzado ou de flagrante fraude à lei. Na	22.339_SP.txt
16	se verificar a eventual ocorrência de "nepotismo	cruzado" ou outra modalidade de fraude à lei	23.131_SC.txt
17	. 4. Fraude à lei ou hipótese de nepotismo	cruzado por designações recíprocas. Inocorrência. Precede	22.339_SP.txt
18	fraude à lei ou hipótese de nepotismo	cruzado por designações recíprocas, o que, se acaso	22.339_SP.txt
19	que não se trata do chamado nepotismo	cruzado, porque a troca de favores não se	23.131_SC.txt
20	sim, característica típica do chamado 'nepotismo	cruzado', que me parece alcançado pela regra da	15451_RJ.txt
21	unciante não demonstrou a existência de nepotismo	cruzado, que seria única forma de nepotismo indireto	23.131_SC.txt
22	ilho e sobrinho), caracterizando nítido nepotismo	cruzado". Ressalte-se, ainda, que os nomeantes pert	32.589_SP.txt
23	nº 13, embora não se trate de nepotismo	cruzado. Ressalto o teor da Súmula Vinculante nº 13,	23.131_SC.txt
24	possibilidade de se ter configurado o nepotismo	cruzado tendo como parâmetro, inclusive, a nomeação para	15451_RJ.txt
25	alvada a hipótese excepcional de "nepotismo	cruzado", transgrediriam o conteúdo da Súmula Vinculante	22.339_SP.txt

Fonte: Elaboração própria. Dados da pesquisa.

A subsunção entre teoria e empiria nos permitiu assegurar que o chamado nepotismo revigorado na sua forma cruzada adquire coro na construção argumentativa inerente ao reclamar ao longo das diferentes seções dos documentos analisados (votos em separado, voto do relator, ementa da RCL etc.), havendo em nossas leituras individuais realce para a RCL 22.339 do Estado de São Paulo, conforme Figura 5. Chama atenção no caso do Estado de São Paulo - exceção das hipóteses de Ragauskas e Valeškaitė (2020) -, a equivalência semântica do excerto "designações recíprocas", presente no texto da SV nº 13, ao postulado da teoria do nepotismo cruzado. Argumentamos haver na esteira do rush hermenêutico, termos (como "transgressão", "circunstância", "hipótese", "troca de favores" e "designações recíprocas") a assumir o papel de léxicos conectores cabais para se compreender a relação entre as RCLs, o nepotismo e o federalismo político e constitucional. Em que pese nosso recorte qualitativo, concordamos com Harris *et al*. (2022) sobre a resultante da transgressão naturalizada dos atos administrativos ser a construção da identidade e incentivos, a

exemplo da progressão da carreira, anômalas aos ideais de justiça laboral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstramos que a controvérsia semântica da resolução nº 07 do CNJ acerca do termo "chefia" não se limitou ao controle dos atos discricionários quando da nomeação de parentes em cargos de livre nomeação e exoneração do poder judiciário (Como a RCL 28292 Agr), mas abarcando também os cargos de secretários governamentais nos poderes executivo Municipal e Estadual, foco do nosso estudo.

O enfoque ao texto constitucional e ao processamento lexicométrico, ambos cernes do nosso esforço, não constitui fator limitante. Pelo contrário, inovamos metodologicamente quando coletamos criativamente dados da Suprema Corte sobre a classe processual das Reclamações, que em linha reta de pensamento, são utilizadas em sua grande maioria por operadores do Direito e por docentes da área com objetivos funcionalistas. Avançamos com esse utilitarismo explorando o potencial fatídico inscrito (pois de acordo com Ronald Barthes, "isto foi", "os documentos foram", "os atos foram tomados como certo em alguma instância do processo administrativo. Daí o exame per saltum ser invocado) nesses documentos institucionais.

Este estudo documental e discursivo amplia nossa compreensão sobre o retrato micro situado do nepotismo em sede de controvérsia na suprema corte constitucional, demonstrando que mesmo casos como o Estado de São Paulo, o maior do país, há invocares hermenêuticos a colocar sob suspensão nomeações de Secretários Estaduais. Representações protagonizadas por

defensores e idealizadores da objetividade dos atos discricionários, comumente o Ministério Público e as procuradorias de respectivo nível federativo, se viram discursivamente comofidicadas pela natureza da via reclamatória ser insuficiente à reforma dos atos administrativos originários, ou até mesmo incapazes de provocar a reforma das decisões exaradas por tribunais inferiores. O fático da "letra seca" da norma já prever essa insuficiência não nos desencorajou a seguir com as análises, haja visto que tentativas de assim se proceder foram identificadas.

Reconhecemos que se para o marketing as imagens têm sido pouco exploradas devido à complexidade de tradução objetiva aos imperativos organizacionais, para a administração pública, em sua disciplina do Direito Público, os atos administrativos reclamados também têm sido pouco explorados. Como sugestão para estudos futuros, recomendamos o teste de hipótese a relacionar o tamanho dos municípios com os atos administrativos presentes em Reclamações e também em Recursos Extraordinários. Encorajamos recorte para essa última classe processual em função do maior número de documentos presentes no banco de dados. Alargando as possibilidades, sugerimos explorar variáveis como "competição política" e "salários médios" com o objetivo de identificar oscilações de práticas nepotistas para além, inclusive das nomeações de cargos de confiança. Conforme cunhado por Souza (2019) a pesquisa comparada também pode ajudar a superar como a governança subnacional se conformou após 2008, marco legal do entendimento sumulado sobre o tema do nepotismo.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. "Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro". **Revista de Ciências Sociais**, vol. 31, 1988.

ABRUCIO, F. L.; FRANZESE, C. “Federalismo e Políticas Públicas: O Impacto das Relações Intergovernamentais no Brasil”. *In*: ARAÚJO, M. I. F.; BEIRA, L. (orgs.). **Tópicos de Economia Paulista para Gestores Públicos**. São Paulo: FUNDAP, 2005.

AGUIAR, N. “Patriarcado, sociedade e patrimonialismo”. **Sociedade e Estado**, vol. 15, n. 2, 2000.

ALLESINA, S. “Measuring Nepotism through Shared Last Names: The Case of Italian Academia”. **PLoS ONE**, vol. 6, 2011.

ARRETCHE, M. “Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de autonomia e coordenação”. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 18, n. 2, 2004.

AZEVEDO, M. L. N.; ROBERTSON, S. L. “Authoritarian populism in Brazil: Bolsonaro’s Caesarism, ‘counter-transformism’ and reactionary education politics”. **Globalisation, Societies and Education**, vol. 20, 2022.

BARROSO, L. R. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

BRASIL. **Saiba o que é nepotismo direto e cruzado**. Brasília: Controladoria Geral da União, 2019. Disponível em: <www.cgu.gov.br> Acesso em: 10/09/2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Declaratória de Constitucionalidade n. 12**. Relator: Ministro Carlos Britto. Data: 20/08/2008. Brasília: STF, 2008. Disponível em: <www.stf.jus.br> Acesso em: 08/09/2023.

BRESSER PEREIRA, L. C. “Da administração pública burocrática à gerencial”. **Revista do Serviço Público**, vol. 47, n. 1, 2015.

DIDIER JR., F. “O recurso extraordinário e a transformação do controle difuso de constitucionalidade no direito brasileiro”. *In*: NOVELINO, M. (org.). **Leituras complementares de direito constitucional**: controle de constitucionalidade e hermenêutica constitucional. Salvador: Editora Juspodivm, 2008.

EVANS, M. “Studying the New Constitutionalism: Bringing Political Science Back”. **British Journal of Politics and International Relations**, vol. 3, n. 3, 2001.

FAFCHAMPS, M.; LABONNE, J. “Do Politicians’ Relatives Get Better Jobs? Evidence from Municipal Elections”. **The Journal of Law, Economics and Organization**, vol. 33, n. 2, 2017.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Editora Globo, 2012.

FISMAN, R.; GOLDEN, M. A. **Corruption**: What Everyone Needs to Know. New York: Oxford University Press, 2017.

GAGLIARDUCCI, S.; M. MANACORDA. “Politics in the Family Nepotism and the Hiring Decisions of Italian Firms”. **IDEAS Working Paper** [2016]. Disponível em: <www.ideas.repec.org>. Acesso em: 23/09/2023.

GELBS, A., KNIGHT, J.; SABOT, R. “Public Sector Employment, Rent Seeking and Economic Growth”. **The Economic Journal**, vol. 101, n. 408, 1991.

GEYS, B. “Political Dynasties, Electoral Institutions and Politicians’ Human Capital”. **The Economic Journal**, vol. 127, n. 605, 2017.

GÜRPINAR, D. “The Rise of Politico Intellectuals: Think Tanks and the Operators of Political Technology”. *In*: GÜRPINAR, D. **Apparatchiks and Ideologues in Islamist Turkey**. London: Palgrave Macmillan, 2023.

HANAI, J. L. “Replication Data for: article Traços residuais do patrimonialismo: nepotismo revigorado em atos de nomeação de secretários municipais e estaduais”. **Harvard Dataverse** [2022]. Disponível em: <www.dataverse.havard.edu>. Acesso em: 23/09/2023.

HARRIS, A. S. *et al*. “Varieties of connections, varieties of corruption: Evidence from bureaucrats in five countries”. **Research Gate** [2022]. Disponível em: <www.researchgate.net>. Acesso em: 23/09/2023.

LEHNE, J.; SHAPIRO, J. N.; VANDEN EYNDE, O. “Building Connections: Political Corruption and Road Construction in India”. **Journal of Development Economics**, vol. 131, 2018.

MASSON, N. **Manual de Direito Constitucional**. Salvador: Editora Juspodivm, 2018.

OLIVEIRA, R. C. “Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007”. **Sociologias**, n. 18, 2007.

PIERSON, P. “Fragmented welfare states: federal institutions and the development of social policy”. **Governance**, vol. 8, 1995.

RAGAUSKAS, R.; VALEŠKAITĖ, I. “Nepotism, political competition and overemployment”. **Political Research Exchange**, vol. 2, n. 1, 2020.

SCHOLZ, R. **Quantifying Approaches to Discourse for Social Scientists**. London: Palgrave Macmillan, 2019.

SOUSA; G. O. *et al*. “Uma análise da gestão dos processos e da implementação das parcerias público-privadas no campus pinheiral do instituto federal do Rio de Janeiro”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 9, n. 26, 2022.

SOUZA, C. “Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988”. **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, 2005.

SOUZA, M. C. “Coordenação, uniformidade e autonomia na formulação de políticas públicas: experiências federativas no cenário internacional e nacional”. **Cadernos de Saúde Pública,** vol. 35, n. 2, 2019.

STOCK, V. S. “A reforma administrativa do governo Collor”. **Revista de Administração Pública**, vol. 27, n. 3, 1992.

SZAKONYI, D. “Princelings in the Private Sector: The Value of Nepotism”. **Quarterly Journal of Political Science**, vol. 14, n. 4, 2019.

VON BOGDANDY, A.; UREÑA, R. “Constitucionalismo transformador internacional na América Latina”. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, vol. 11, n. 2, 2021.

VU, T. *et al*. “Performance management in the Vietnam public sector: The role of institution, traditional culture and leadership. **International Journal of Public Administration**, vol. 45, 2022.

CAPÍTULO 11

Crer e Existir: Uma Etnografia Sobre Ocupacões Religiosas de Ribeirinhos às Margens do Rio Tocantins

CRER E EXISTIR: UMA ETNOGRAFIA SOBRE OCUPACÕES RELIGIOSAS DE RIBEIRINHOS ÀS MARGENS DO RIO TOCANTINS

Hélida Caroline Marinho Dutra

Hilda Eleticia Silva e Silva

Lucivaldo da Silva Araújo

Ingrid Bergma da Silva Oliveira

Os povos e comunidades tradicionais amazônicas são grupos culturalmente diferenciados pela sua organização social, território em que habitam, modo como exploram os recursos naturais, entre outros fatores que garantem a sobrevivência, manutenção e transmissão de uma tradição cultural, econômica, religiosa, ancestral e social de geração em geração (BRASIL, 2007).

Desses povos, representados pelos açorianos, babaçueiros, caiçaras, caipiras/sitiantes, campeiros (pastoreio), jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praieiros, quilombolas, sertanejos/vaqueiros, varjeiros (ribeirinhos não amazônicos) e indígenas (DIEGUES; ARRUDA, 2001), destacamos os Ribeirinhos Amazônicos, que vivem em espaços situados em áreas de floresta nativa, próximas aos rios e seus afluentes e estabelecem com a natureza e seus ciclos uma relação complexa, usando seus recursos naturais de maneira sustentável para a própria subsistência, da família e da comunidade (CHAVES, SIMONETTI, LIMA, 2008).

A origem dessas populações acontece a partir do processo miscigenatório entre índios e negros, foragidos das colônias de dominação portuguesa na Amazônia, com imigrantes nordestinos e portugueses, o que resultou em uma cultura bastante diversa e em

um modo de vida singular estruturado em conformidade com o ambiente em que habitam, seus valores e crenças Além disso, suas rotinas são estruturadas não por um padrão de horário cronológico, mas a partir do ciclo de marés que determinam suas ocupações diárias voltadas à sobrevivência, automanutenção e satisfação pessoal (GONÇALVES, 2010; SILVA, 2006).

Figura 1 – A vida no rio



Fonte: Acervo próprio.

O dissenso em torno de uma noção de ocupação nos impõe a necessidade de circunscrever o horizonte conceitual utilizado neste capítulo. Nessa direção, ao falarmos em ocupação referimo-nos a tudo que as pessoas querem, precisam ou devem fazer, seja de ordem física, mental, social, espiritual, sexual ou política, incluindo sono e descanso (WILCOCK; TOWNSEND, 2014). Trata-se de uma experiência subjetiva, construída individualmente e não repetível, que acontece em uma dimensão de espaço, tempo e condições sociais e culturais específicas (PIERCE, 2003).

Segundo a Association Occupational Therapy American (AOTA, 2020), as ocupações possuem um propósito, significado e utilidade para o sujeito e podem ser observadas por outras pessoas ou percebidas apenas pela pessoa que as realiza. São atividades cotidianas nas quais indivíduos, grupos ou populações participam, e podem ser categorizadas como Atividades de Vida Diária (AVDs), Atividades Instrumentais de Vida Diária (AIVDs), Gestão de Saúde, Descanso e sono, Educação, Trabalho, Brincar/Jogar, Lazer e Participação Social.

Ao conjunto de ocupações nas quais uma pessoa se envolve em um determinado contexto e momento da sua vida chamamos de Repertório Ocupacional. Trata-se de um grupamento de fazeres que sofrem mudanças de acordo com o desenvolvimento humano, seu contexto social e cultural, por vezes, expandindo-se e outras vezes, retraindo-se, apesar da expectativa de que se desenvolva conforme a etapa do ciclo vital ao longo da vida (NJELESANI *et al*., 2017; FOLHA; DELLA BARBA, 2020).

As ocupações religiosas costumam ser parte integrante do repertório ocupacional de populações ribeirinhas que habitualmente dedicam parte do seu tempo e energia ao envolvimento em suas expressões religiosas. Essas ocupações podem estruturar ou desestruturar o cotidiano uma vez que são atividades vinculadas a um determinado sistema organizado de crenças, permeadas por símbolos, mitos e figuras deíficas. São selecionadas a partir do repertório ocupacional, possuem propósitos e funções específicas na dinâmica da vida e refletem direta ou indiretamente no engajamento social e ocupacional dessas pessoas (OLIVEIRA, 2017).

As ocupações religiosas podem ser realizadas individualmente ou em comunidade e geralmente envolvem o exercício de uma crença específica. Como exemplos de ocupações religiosas individuais têm-se oração (de terços, de novenas, vocais, mentais, meditativa), meditação, reflexão, leitura de livros religiosos

(Bíblia - Cristianismo, Alcorão – Islamismo, Livro dos Espíritos-Espiritismo, Torá – Judaísmo) etc. Já as ocupações religiosas coletivas referem-se à participação em cultos, missas e outras celebrações, realização de serviço pastoral, de assistência, serviço em alguma entidade religiosa onde se coloque no papel de pessoa religiosa na composição de um grupo religioso etc. (OLIVEIRA, 2017).

As tradições religiosas marcam fortemente as comunidades ribeirinhas (OLIVEIRA, 2009). Em muitas dessas comunidades a religião é um "elemento articulador fundamental para a organização social" (OLIVEIRA, 2008, p. 05) já que a história da formação de muitas cidades e lugarejos da Amazônia está totalmente relacionada à religiosidade dos autóctones ou de seus colonizadores (LOBATO, 2000).

Sobre esse aspecto é importante frisar que a trajetória cristã católica na Amazônia Brasileira, especialmente a paraense, surge como resultado da catequização forçada dos nativos pelos colonizadores no período do Brasil colônia, fenômeno que demarca uma característica importante da religiosidade dos ribeirinhos dessa região (SOUZA, 2011). Como consequência, na contemporaneidade, as celebrações e festas religiosas católicas costumam ser muito valorizadas nessas comunidades. Em muitas delas, a existência de um calendário religioso católico anual, envolvendo vários segmentos da vida em comunidade, é uma mostra do amálgama étnico-cultural-religioso que atravessa e história e repercute na rotina diária desses povos (OLIVEIRA, 2008; SOUZA, 2011).

Além do catolicismo, a crescente presença de igrejas evangélicas nas comunidades ribeirinhas, assim como a evidência de sistemas religiosos de matriz africana, igualmente tem influenciado o modo de viver dos ribeirinhos e suas práticas religiosas que podem

reunir aspectos da mestiçagem, do sincretismo e do ecumenismo (OLIVEIRA, 2008; SOUZA, 2011).

Neste capítulo apresentamos a narrativa acerca de uma pesquisa que partiu da indagação sobre a forma com que as ocupações religiosas compõem o repertório ocupacional de uma população tradicional ribeirinha amazônica. Nesse sentido, o objetivo principal deste estudo foi caracterizar as ocupações religiosas e o repertório ocupacional de ribeirinhos da Vila de Carapajó-Pa, a partir de uma perspectiva etnográfica e ocupacional. Além disso, buscou-se compreender sentidos e significados atribuídos às ocupações religiosas e descrever o modo como essas ocupações integram o modo de viver dessas pessoas.

MÉTODO

Trata-se de um estudo qualitativo e etnográfico, uma modalidade de pesquisa flexível e dinâmica cujos recursos necessários para a obtenção dos dados podem ir modificando-se na medida em que o pesquisador se vê inserido no campo de pesquisa (CAPRARA; LANDIM, 2008). Também a análise e interpretação dos dados podem sofrer ajustes por parte do pesquisador que nem sempre são possíveis de serem previstos, considerando a necessidade e complexidade dos dados, fato frequente em estudos etnográficos (ROSALDO, 1993).

Por método etnográfico entende-se:

> [...] um método específico ou um conjunto de métodos. Em sua forma mais característica, envolve a participação total ou parcial do etnógrafo na vida cotidiana das pessoas ou do grupo pesquisado por um

> período de tempo, observando as situações, ouvindo o que é dito, fazendo perguntas, enfim, coletando qualquer tipo de dado que esteja disponível para iluminar as questões do foco da pesquisa (HAMMERSLEY; ATKINSON, 1995, p. 01).

A observação participante ocupa um lugar central no método de investigação etnográfica. Malinowski (1986) sugere alguns princípios e procedimentos que o etnógrafo deve adotar na realização de uma pesquisa etnográfica: 1) conviver intimamente com os nativos; 2) reunir informações diversificadas sobre um mesmo fato; 3) reunir muitos dados sobre fatos diferentes e 4) sistematizá-los em quadros sinópticos a fim de torná-los compreensíveis para todos.

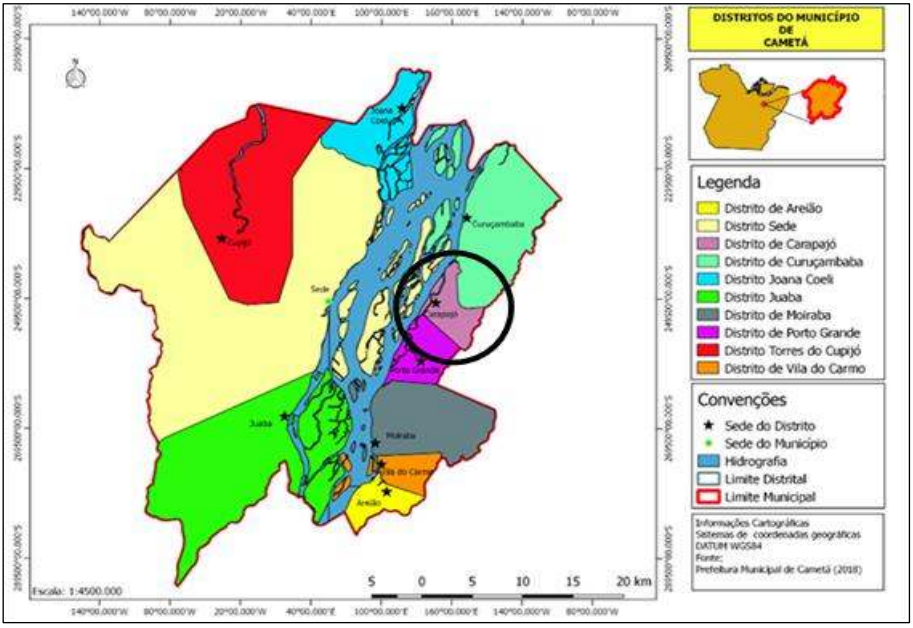
Seguindo a premissa de que o saber teórico se constrói conjuntamente à coleta dos dados (PIZZA, 2005), a observação participante é utilizada pelos etnógrafos para reunirem dados básicos para a pesquisa que podem ser complementados com entrevistas, análise de textos e de outros documentos. A partir da observação do contexto, o etnógrafo poderá apreender o que está ocorrendo, como está ocorrendo e o porquê (SILVERMAN, 1993; HAMMERSLEY; ATKINSON, 1995).

A etnografia, além de um método, se constitui como um processo que precisa ser conduzido com sensibilidade reflexiva (GEERTZ, 1989). A etnografia faz com que os "horizontes semânticos em confronto (o do pesquisador e o do nativo) abram-se um ao outro, de maneira a transformar tal confronto em um verdadeiro "encontro etnográfico" (OLIVEIRA, 2000, p. 24). Portanto, o trabalho do etnógrafo consiste em olhar, ouvir e escrever.

O Campo

O estudo foi realizado na vila de Carapajó, pertencente ao município de Cametá no Pará. O município faz parte da microrregião do Baixo Tocantins tendo uma área de abrangência de 36.024, 20 Km² e sendo composta por onze municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. A vila de Carapajó (Figura 2) encontra-se à margem direita do rio Tocantins, tendo ao norte a delimitação com a vila de Curuçambaba e ao sul a vila do Porto Grande, ficando a 156 km de Belém, capital do Estado do Pará (IBGE, 2010).

Figura 2 - Mapa da localização do Distrito de Carapajó-PA



Fonte: Martinez e Júnior (2019).

A vila corresponde à parte urbana do distrito de Carapajó e possui 1.985 habitantes. Na zona rural (povoados e as ilhas), são 8.187 habitantes, perfazendo um total de 10.172 habitantes (IBGE, 2010).

ESTRATÉGIAS PARA A OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES

O desenvolvimento do estudo etnográfico envolveu duas etapas principais. A primeira consistiu em uma incursão de uma semana no campo de pesquisa, período em que as pesquisadoras estiveram imersas no contexto cotidiano da comunidade em questão. A estada no lócus de pesquisa constituiu-se de uma "experiência etnográfica de primeira impressão" (MAGNANI, 2009, p. 149), não roteirizada. Ocorreu de forma "descontínua e imprevista" (MAGNANI, 2009, p. 136) de modo que permitiu a vivência das situações cotidianas conforme elas se apresentaram. A incursão em campo atendeu ao propósito de se conhecer e vivenciar o modo de vida ribeirinho e entrar em contato com a dinâmica da comunidade em uma tentativa de "sair com um modelo novo de entendimento ou ao menos com uma pista nova, não prevista anteriormente" (MAGNANI, 2009, p. 85), antes da imersão em campo, que representa a principal fonte de informações.

Durante o primeiro contato foram visitadas três casas localizadas na região das ilhas, Mapeuá e Tabatinga. A interação e diálogo com os nativos ocorreu com a ajuda de interlocutores autóctones. De acordo com Uriarte (2012, p. 06), em uma pesquisa etnográfica não é possível falar em informantes ou entrevistados, mas interlocutores, "porque a palavra cedida se dá em um contexto de diálogo, numa relação dialógica, e é nesse diálogo que os dados se fazem para o pesquisador". Igualmente, não é possível determinar previamente o número desses interlocutores, suas características ou

critérios de seleção. Contudo, para delimitação desta trajetória metodológica, conjugamos duas formas amplas de seleção não probabilística: a escolha por conveniência e por "bola de neve".

A segunda etapa consistiu em uma imersão em campo, isto é, a "prática etnográfica" (MAGNANI, 2009, p. 149) que se desenvolveu durante todo o mês de janeiro de 2020, e na qual lançou-se mão de observação participante, registro em diário de campo, entrevistas semidirigidas, registros fotográficos e gravações (áudio e/ou vídeo). Vale destacar que o uso das fotografias e gravações (áudio e/ou vídeo) dos participantes da pesquisa foi concedido por meio da assinatura do termo de autorização de uso da imagem.

Durante essa etapa da pesquisa foram entrevistadas três pessoas da vila e três da região das ilhas. Os entrevistados da região insular já haviam sido indicados, durante a etapa de incursão, por nativos da comunidade. Foram indicados adultos e idosos considerados pelos interlocutores indivíduos com vasto conhecimento e vivência da realidade ribeirinha.

A participação das pesquisadoras na dinâmica da comunidade envolveu, respectivamente: o cotidiano da vila, atividades religiosas comunitárias, entrevistas com nativos da vila, entrevistas com nativos das ilhas, observação participante em logradouros públicos como praça, feira, escolas, comércio, ruas e casas de nativos que se manifestaram espontaneamente solicitando a visita das pesquisadoras. O intuito da observação participante foi o de aprofundar os laços com o lugar e com os transeuntes de modo que, a partir do contato informal, outras informações pudessem ser desveladas.

O observador como participante de acordo com Junkers (*apud* BOURGUIGNON, 2009) é um observador que não é membro do grupo e está interessado em participar como uma forma de entender as atividades do grupamento social.

A análise das informações foi realizada de maneira simultânea à presença das pesquisadoras em campo, caracterizando-se como um processo cíclico e contínuo. O conjunto das informações provenientes das observações participante - diário de campo – somado às entrevistas semidirigidas, serão apresentadas em forma de narrativas etnográficas que se manifestam como um meio para "descrever, analisar e interpretar histórias" (COSTA; GUALDA, 2010, p. 934). Assim, as informações coletadas foram organizadas em forma de texto de modo a "pôr as coisas em ordem, por mais mínima que essa ordem seja" (URIARTE, 2012, p. 09).

Os interlocutores da pesquisa foram identificados por pseudônimos de modo a preservar seu anonimato. Os nomes utilizados possuem relação com a religiosidade de cada um deles. Assim temos: Celeste, Ezequiel, Carmela, Benjamin, Marta e José. No decorrer das narrativas etnográfica manteremos, na íntegra dos discursos, as gírias e construções linguísticas próprias do lugar.

NARRATIVAS ETNOGRÁFICAS

a) **Celeste**: [...] Se a gente ser humirde, se a gente ser doce, se a gente ser cumpridores dos deveres da gente, o que a gente tá fazendo... o Senhor ajuda, protege, livra e abençoa e guia os passos da gente. Pra onde a gente vai, Ele livra a gente.

Aposentada, 84 anos, casada, mãe de 6 filhos. Reside na vila de Carapajó com a filha mais velha e 2 bisnetos. Começou a trabalhar aos 12 anos "vigiando criança na beira da roça". Fora alfabetizada em uma época em que ainda não havia escolas na vila, sendo ensinada nas casas das professoras. Atualmente faz viagens à Belém para rever os demais filhos, esposo e netos, cuidar da saúde e

frequentar a igreja da qual é membro: Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias.



"Eu acordo cedo só que eu não levanto cedo [...]". Acorda antes das seis horas da manhã, toma seu remédio às oito horas e a partir das nove horas se levanta. Senta-se na rede, fecha os olhos e ora "humildemente com fé pedindo ao Senhor que proteja a gente, ajude e livre [...]". Levanta-se, pega toalha, escova de dente, sabonete e shampoo e caminha até o banheiro. O banho é com uma vasilha, um balde, água morna do chuveiro elétrico e a fria da torneira. Retorna para o quarto, veste-se. Primeiro o Garmet e em seguida os demais vestimentas.

Dirige-se até a cozinha, senta-se à mesa já posta: cevada, leite, adoçante e torrada. Segue para o quintal. Pega bacia, sabonete, suas roupas e no jirau passa n'água "nem esfrego! Só mesmo na mão". Estende. Retorna para a cozinha, enxuga louça e enche as garrafas. No pátio senta-se, com sua Liahona,"fico ali sentada apreciando as pessoas passar". Após um tempo pega a Liahona e

inicia a leitura, “eu gosto demais de ler! É o meu divertimento ler”. Quando termina, por volta de onze horas, levanta-se, guarda tudo e vai almoçar.

Finalizado o almoço, senta-se um pouco “pra deixar sentar o armoço”. Pouco depois, no quarto, põe a rede,“deito, não durmo. Se eu dormir, de noite fico vigiando”. Um tempo depois, pega a Bíblia, Livro de Mórmon e o Hinário. Sentada na rede e canta um hino “[...] que eu amo...168”. Fecha os olhos e ora :“Pai abençoe esta escritura que eu vou ler, abre minha memória que eu possa compreender os detalhes de tudo que eu vou ler. Me abençoe”. Agradece.

Inicia a leitura. Primeiro a Bíblia em seguida o Livro de Mórmon .“Eu leio um capítulo de cada [...] aí me dá vontade leio mais um capítulo”. Ao terminar levanta-se, já coloca mosquiteiro na rede, enrola e segue para o banheiro, tomar banho. No quarto veste-se e vai à cozinha “merendar”. Em seguida se encaminha para o pátio. Em dias não chuvosos visita as amigas, no fim da tarde ou final da manhã.

Às dezoito horas vai para o quarto da filha assistir televisão. Gosta de novela. Às segundas, por volta das dezenove horas têm a noite familiar, um momento de oração realizado na cozinha. “A gente canta um hino, depois faz oração, terceiro a gente lê as escrituras. Usamos a Bíblia e o livro de Mórmon. Depois alguém vai dá a mensagem e a oração”. Janta por volta das vinte horas e retorna para a televisão. Dessa vez, uma novela religiosa.

Terminada a novela vai ao banheiro escovar os dentes e em seguida para o quarto. Troca a roupa, senta-se à rede e ora. Depois deita-se, se embalando. Domingo “a gente não pode fazer muita coisa [...] é dia do senhor [...] a gente respeita muito o dia d’Ele porque nós temo seis dias que ele deu [...]. Então, nós temo que guardar.” Neste dia não há lavagem das roupas. Televisão assiste até onze horas do sábado, para programação não religiosa.

b) **Ezequiel**: [...] Deus me ajudou nessa parte que mermo vivendo na pobreza, mas eu tenho uma alegria anssim [...].



Divorciado, 62 anos, pai de 2 filhos, com quem vive na vila. Nativo de Tomé Açu, reside na vila de Carapajó há mais de vinte anos. Atualmente é aposentado, trabalhando também com venda de farinha e como carregador de mercadorias. Começou a trabalhar no campo aos 12 anos, estudou até a terceira série primária. Já foi Católico, mas atualmente é Adventista e congrega na igreja da Seringueira aos sábados pela manhã, ocasião em que consagra-se antes de ir em jejum.

"Quando dá 04hs, 5hs da manhã já tô acordado". Na cozinha ajoelha "na ponta da mesa" e ora "pedindo ao Senhor que me acompanhe durante o dia, que me dê um bom trabalho, que me

defenda do mal... das tentação, de fracasso, das intriga, das confusão, das discussão". Em seguida lava as vasilhas do jantar. Logo após "pulo pro jirau" e lava sua roupa e do filho, na bacia, "[...] 6hs já tô terminando de fazer". Na cozinha coloca a vasilha no fogo, faz o café. "Aí me perparo e vou lá pra feira começar a venda [...] passo sempre das 7hs até 11hs da manhã lá na feira. Vendo farinha, três frasco pra um, três pra outro [...]". Trabalha também carregando mercadorias para ribeirinhos dos comércios para as rabetas. No fim da manhã retorna para casa ,"venho perpará comida [...] num é todos os dia, porque eu compro pronta lá na rampa (porto onde ficam os ônibus/balsa)".

Não come porco, camarão, mapará e demais peixes de pele (sem escamas) "é Deus que recomenda [...]. Ele criou o limpo e o imundo". Após o almoço, lava a louça e deita-se na rede, mas não dorme. Após o descanso pega o terçado e caminha até o quintal "vú alimpar pra lá o açaizár". Outros dias por volta das catorze horas "pego a moto e vu pra casa da minha irmã, na colônia, irmão Nélio papear [...] conversar mais no evangelho". Retorna às dezesseis, dezessete horas "às vez tem casa pra varrer". Janta às dezenove ou vinte horas e logo após vai "ulhar o jornal nacional na casa da dona Fausta". A televisão da sua casa "deu bronca".

Ao retornar para casa, em algumas noites, pega o Brado, canta um hino, lê um versículo da Bíblia. Medita. Faz sua "recomendação" antes de dormir "agradecendo pelo dia [...] pedindo pra Deus que dê uma boa noite de sono e pedindo que o anjo do Senhor venha campar do nosso lado".

No sábado "manhece, cedo tomo banho, escovo dente, vô me trocar, me perparar... e vô lá pro Seringueira". Vai a sua igreja, leva consigo a Bíblia, Brado e a Lição. Neste dia só se alimenta após o meio-dia. É sua consagração. Antes de sair ora, pede por proteção. Ora em dois momentos: ao acordar e ao sair de casa. Agradecimento e proteção. A escola bíblica começa às nove horas e finaliza às onze

horas, almoça na casa dos "irmãos", descansa, sentado em uma cadeira. Conversa um pouco e retorna para casa às treze, treze e trinta. "No dia de sábado num pego no meu terçado, machado [...] vô me agasalhar, sentar, deitar... ou na casa de alguém conversar". Às dezessete horas toma banho, janta, assiste ao jornal e deita para dormir. No domingo a sua rotina ocupacional se assemelha com os demais dias da semana.

c) **Carmela**: [...] a hora que quiser estarei pronta (sobre morrer). Olha tu senta, reza quê tu ainda num rezou.



Casada, 56 anos, mãe de 4 filhos. Reside na vila de Carapajó com esposo, 2 filhos, genro e o neto. Estudou até a sétima série. Começou a trabalhar com 13 anos. Lavradora, atualmente trabalha com vendas de comidas típicas, tacacá, bolo de macaxeira e diferentes tipos de mingau, característicos da região do baixo Tocantins. Católica "até morrer, onde minha mãe botou, batizou e não vou negar o Espírito Santo". É membro do Apostolado de Oração e responsável pela Pastoral da Juventude. Devota de Nossa

Senhora do Carmo e São Benedito é dona de uma vasta coleção de livros religiosos que lhe auxiliam nas suas orações diárias.

"Olha, me acordo 5hs [...]". Antes de levantar-se da rede reza o Pai Nosso e Ave Maria. Levanta-se, dirige-se até a cozinha e prepara o "café simples com leite misturado e torrada". Às cinco e meia, toma banho no chuveiro ou utiliza o balde quando falta água, e escova os dentes. No quarto, veste-se. Às seis e meia inicia o preparo do mingau de arroz e do tacacá tendo a ajuda do esposo "[...] ele toma conta, aí eu venho cabar de rezar [...]". Começa pela oração da manhã, oferecimento do dia, leitura do dia (Liturgia) e dois Salmos. Logo após, vai até o quintal, bate o açaí e finaliza o preparo do mingau.

Segue para a feira entre sete e meia e oito e quinze. Termina a venda às dez e meia. Vai até a casa da sua mãe (já falecida), prepara açaí e faz a comida. Retorna para sua casa meio-dia. Almoça. Nos dias em que pela manhã não consegue realizar todas as suas orações e leituras, finaliza após o almoço.

Segundas, quartas e sextas, trabalha à tarde. Às terças e quintas, quando não há venda à tarde, descansa na sala, sentada na rede. Acompanhada pela televisão a novena ou o terço. Reza junto, com o terço em mãos. Logo depois do almoço põe a panela no fogo e prepara o tacacá. Às catorze horas vai vender em frente à casa de uma vizinha. Às quinze horas, lancha: café, leite e torrada.

Finalizada a venda retorna para casa. Às dezoito horas, segunda-feira, participa do Terço das mulheres "[...] a gente leva a comunhão pros doentes que não podem ir à igreja, aí a gente vai pra levar, aí a ministra vai". Nas noites de terça vai à igreja, participa da novena de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Nas quartas feiras é responsável pela Pastoral da Juventude. As Celebrações acontecem no salão ou igreja. Na quinta, às dezenove horas, participa da Adoração do Santíssimo Sacramento. Às vinte horas, retorna para

casa, janta: mingau de arroz ou de aveia com açaí. Há noites em que assiste televisão, novela. Depois reza, por vezes, com auxílio de livros de oração e vai dormir.

Sábado e domingo sua rotina ocupacional é parecida com os demais dias, também realiza a venda (manhã e tarde). No sábado inclui bolo de macaxeira e, domingo, mingau de crueira, milho e farinha. À noite no domingo vai à missa.

> d) **Bejamin**: A gente se sente mais feliz, mais alegre com a gente. Entende muitas coisas, clareia nossa mente, às vezes, a gente tem uma dúvida e, às vezes, a gente já fica com o coração mais agradecido.

Benjamin reside na Ilha de Tabatinga II, tem 32 anos, mora com a esposa, irmã, cunhado, mãe e sobrinhos. É pescador e agricultor. Católico, no passado tinha a função de ministro da palavra e coordenador do grupo da juventude da comunidade local. Atualmente, evangélico, membro da Igreja Evangélica da Paz, localizada na vila de Bom Jardim, é responsável por tocar violão e cantar nos cultos de sua igreja.

"A vida do interior é assim, acordar cedo". Levanta-se às quatro horas da manhã, caminha até o banheiro, toma banho, escova os dentes. Veste-se e segue para a cozinha. À mesa tem-se: bolacha, café e leite feitos pela esposa. Terminado o café "quando a maré tá boa" coloca malhadeira. Em outros dias seu destino é o sítio onde ajuda na roça. Na volta para casa limpa o açaizal "a gente tem que levar bota, luva, calça, chapéu [...] facão para retirada de bocó". A limpeza inicia às sete e meia, finalizando às dez horas. Chegando em casa toma banho no banheiro, veste-se. Embarca na rabeta e encaminha-se à vila para comprar comida. O açaí e farinha "é do local onde nós vive". Já em casa, descansa e espera o almoço.

Almoça ao meio-dia. Logo após vai para a sala, deita-se na rede para descansar, às vezes dorme. Às treze e trinta já de pé, toma banho e segue para terminar o serviço do açaizal na companhia do tio. Quando retorna toma banho, veste-se e vai para um "momento de lazer, jogo de bola na arena atrás da casa do sacola" que fica longe da sua casa, por isso vai de rabeta. O jogo termina às dezoito horas. Já em casa, toma mais um banho e segue até a cozinha para jantar. Terminada a janta sai com a irmã e o cunhado, vão visitar algumas casas ribeirinhas. Visitam duas casas por noite "o motivo é conversar com eles sobre é... a igreja que nós tamo, convidar eles para os cultos, e se aceitar uma reza, gente costuma fazer". Ficam por duas horas em cada casa. Leva consigo a Bíblia e Livro de Discipulado.

Chegando em casa fazem uma oração, em grupo, na sala. Em círculo e de mãos dadas agradecem "pelo dia que passamos, pelo trabalho, pelo alimento, pela saúde, pela família". A cada noite uma pessoa é responsável pela oração. Em algumas noites alguém canta ou ouvem um louvor no final da oração.

Finalizado esse momento dirige-se até sua rede, deita-se e dorme, por volta das vinte e duas horas. Acorda meia noite para sua oração individual "é o horário que tá mais silêncio aí sempre as pessoas dizem que a fila é menor". Ajoelha-se, fecha os olhos e debruça-se sob a rede: agradece pelo que viveu no dia que findou. Pede proteção pelo que ainda vai viver no dia que nasce. Este momento tem duração de duas horas e quarenta e cinco minutos. Tem consigo a Bíblia e um caderno "a gente vai fazendo as anotações, lendo a Bíblia e meditando e orando de joelhos". Oração. Leitura. Meditação. A cada mês escolhe um livro da Bíblia para meditar. Sua preferência é o evangelho "pra que aquilo que acontece no passado e ver hoje o que tá acontecendo com a realidade". Volta a dormir próximo das três horas.

Sábado acorda às seis horas. Pela manhã vai passear na casa da sogra na vila do Bom Jardim. Retorna às quinze horas, pega o

violão e toca seus hinos preferidos na companhia dos sobrinhos. Quando anoitece vai ao culto com a família. Leva o violão e a Bíblia. No culto é responsável pela música. Chega em casa vinte e três horas, janta e dorme. Domingo se levanta às sete horas, "a gente não tem o que fazer [...] fica assistindo televisão [...] canal de hinos, música gospel [...] consertando, tecendo malhadeira [...] até a hora do almoço". À tarde "a gente fica assistindo programa de entretenimento, eu gosto de assistir SBT". Ao final da tarde tem o jogo de bola (domingo e segunda) ou visita aos amigos e familiares. À noite janta, dorme e acorda meia noite para seu momento de oração individual.

> e) **Marta**: Antes de levantar da minha rede me recomendo a Deus [...]. Não tem livro nem terço [...] tá na cabeça, no pensamento mermo. Sentada [...] fecho o olho.

Pescadora aposentada, 55 anos, mãe de 2 filhos. Reside na ilha de Mapeuá I com os dois filhos e irmão. Estudou até os 16 anos. Começou a trabalhar aos 10 anos ajudando a mãe nas atividades domésticas, juntando azeite e ucuuba. Atualmente tem sua rotina organizada nas atividades de casa. Católica, participa das festas comunitárias do padroeiro Santo Antônio, localizada no Mapeuá II e não frequenta a igreja da comunidade.

"Antes de levantar da minha rede me recomendo a Deus". Acorda às seis horas, senta na rede e faz sua oração pedindo por proteção "faço minha oração que tem gente que faz encruzilhada, né?". Levanta-se, caminha até o banheiro e escova os dentes. Logo após, vai até a cozinha e faz o café "aqui na ilha mermo é difícil logo fazer a bóia, né? Só o simples ainda. Só o preto, café preto". Em seguida "vú dá remédio pro meu irmão, pra pressão, dou café pra ele". Então, desce para o "terreiro" e "alimenta os serimbabos".

A casa é varrida de dois em dois dias, sempre pela manhã, e o teto é espanado nos meses de julho e novembro. Um dia no mês queima todo lixo que é produzido. A lavagem das roupas ocorre de três em três dias, até as sete horas, na ponte próxima ao rio. Atualmente é "na mão porque minha máquina ta bandalhada". Na companhia do filho mais novo desce novamente para o "terreiro" e apanham açaí. Debulha, coloca de molho e bate na batedeira quando há energia elétrica "quando num tem energia eu... eu boto dentro do balde, agora eu bato com a garrafa e coô na peneira".

Com o açaí já batido, segue até a cozinha e prepara a comida "é mais na lenha que eu perparo porque gasta menos gás. Tá caro o gás". Finalizado o preparo da comida vai para a ponte "vú tomar banho no rio, tem vez que eu tomo até 11hs quando o serviço muito atarefado. Mas o mais mermo é 9hs que eu tomo". Leva consigo shampoo e sabonete "o rio [...] é por causa que lá é mais confortávi (risos), dá pra nadar, pra se jugar água. Mais do que no chuveiro que é só aquela coisinha (risos)".

Veste-se e vai arrumar a mesa para o almoço. Lava a louça, "seca para agasalhar no lugar". Encaminha-se para a sala "vú pra rede, eu vú descansar. Só deito... num dormo". O descanso dura em torno de duas horas. Levanta-se, caminha até a cozinha e faz o café. Em seguida, retira as roupas estendidas. Senta-se na ponte "pegando um vento [...] sozinha" por umas duas horas. Retorna para casa para alimentar os serimbabos. Dobra e guarda as roupas.

Em alguns dias limpa o açaizal "carço a bota [...] com o terçado eu vú cortando o mato [...] a gente vem de lá aí vai tomar banho, lavar a roupa, a bota, no rio". Às dezenove horas janta, lava a louça. Assiste televisão à noite, novela, geralmente aos sábados e domingo. Dorme na rede, na sala, por volta das vinte e três horas. Antes de deitar-se desliga as lâmpadas, liga o freezer, ora. Sábado e Domingo sua rotina é parecida aos outros dias. O diferencial consiste

na manhã de domingo em que às seis horas “eu ligo a televisão pra assistir a missa de domingo”.

> f) **José**: Deus tá pronto a nós livrar em qualquer parte, mas também a gente tem que ter o cuidado com a vida da gente porque se a gente não ter o cuidado com a vida da gente... é meia bronca, né?.

Viúvo, 77 anos, pai de 5 filhos, aposentado. Reside na ilha de Tabatinga I. Mora sozinho e recebe visitas dos filhos e netos diariamente. É pescador, começou a trabalhar aos 08 anos descascando mandioca para ajudar ao pai no sustento da família. Colhia ucuuba, azeite, apanhava açaí, trabalhou em roça, fazia camboa e tapagem para “arranjar a bóia”. Estudou dos 05 aos 10 anos. O professor era pago por seu pai para “desemburrar” o filho, pois não havia escolas. Atualmente possui açaizal e ajuda o filho na roça.

“Olha, eu me acordo, às vezes, às três horas [...]”. Acorda, fica deitado na rede. Levanta-se por volta das seis horas. Anda pela casa, abre janelas para refrescar. Segue para o rio onde toma banho e escova os dentes. Quando vai à comunidade ou à vila de Carapajó, aos fins de semana, o banho ocorre às seis horas. Nos demais dias, às oito horas. Terminado o banho veste-se e caminha para a cozinha, prepara o café, toma com bolacha e, às vezes, toma mingau. Em seguida “[...] vou dá de comer pro meus porcos, de lá eu vou procurar amolar o terçado, machado pra ir tratar do meu serviço [...]”. Antes de sair, na porta da casa, reza e pede por proteção e um bom trabalho “em nome do pai, do filho e Espírito Santo”.

Às vezes, vai acompanhado de outros trabalhadores que paga para ajudar no serviço. Limpa os açaizeiros, cacaueiro, cupuaçuzeiro, limoeiro, abacateiro, seringueira e outras plantações.

Apanha açaí "num vô dizer que eu vú apanhar muito assim [...] uns frasco, uma quarta ou seis frasco [...], uma rasa inda dú conta, graças a Deus". Para a refeição do almoço, coloca a malhadeira, pesca mapará, camarão "[...] é o que tiver". Quando não consegue malhar, pede para seus filhos comprarem carne, frango, mortadela ou ovos em Carapajó. Volta para a casa, toma banho e almoça por volta de onze horas/meio-dia. Todo dia na refeição está presente o açaí, às vezes, acompanhado de arroz ou macarrão.

Após o almoço descansa um pouco, põe uma toalha no chão da sala e deita-se "[...] a gente fica deitado pra descansar mais o corpo". Volta para o trabalho e finaliza às dezesseis ou dezessete horas. Às vezes, sai para "[...] bater papo lá pra casa da Maria (filha) porque a gente larga quatro hora". Retorna para casa, alimenta as criações. Às dezessete horas, toma banho no rio. Em dias mais quentes seu banho ocorre às dezoito horas "[...] às vezes, a gente está de cueca [...] tá de carção, mas o carção tá sujo, [...]. É tomar banho com tudo, pula n'agua com tudo". Esfrega a cabeça, as mãos, os pés, o corpo com sabão, escova ou as próprias mãos. Escova os dentes, veste-se. Em casa, janta às dezoito horas, assiste na televisão, o Chaves, novela, jornal, missa "[...] Mas é... eu só olho um pouco e pronto [...] e eu vu mé embora [...]". Deita-se na rede, reza ou faz o sinal da cruz e dorme.

Sábado acorda no mesmo horário dos outros dias. Segue na rabeta para comprar comida na vila de Carapajó. Os alimentos comprados são para sábado e domingo. Tem o hábito de ouvir rádio, nas manhãs de sábado e, às vezes, na segunda. Ouve músicas religiosas "pra mim quarquer cântico é aquele... que canta lá na comunidade, tudo é bão. Basta que seje aquele, dé Deus, que seje próprio pra louvar a Deus". Também reserva este dia para lavar suas roupas e rede, na ponte, na mão. Há dias que lava pela manhã em outros à tarde.

Aos domingos, acorda às quatro horas faz o sinal da cruz e reza "[...] peço ajuda pra Deus, pro nosso Senhor Jesus Cristo, pro nosso divino Espírito Santo, a nossa virgem mãe santíssima que nós livre, nós defenda, nós dá aí um dia bonito com muita felicidade e tudo dé bom e vù procurar dé trabalhar". Levanta-se mais cedo, prepara o café, dá comida para os porcos e às seis horas toma banho. Segue na rabeta para a igreja do Carapajó ou da comunidade Santa Rita. Quando tem "uma vagazinha" lê a Bíblia ,"dé dois em dois dia, às vezes dia dé domingo quase eu levo o dia inteiro quase, lendo a Bíblia aí". No domingo, final da tarde, vai à casa dos filhos ou eles vêm até sua casa "Devardo traz carne em dia dé domingo e aí gente leva bater papo aqui em casa". Uns ficam sentados na cadeira, outros deitados no assoalho, deitam-se para olhar a televisão. Às dezessete horas vão embora. Toma banho, assiste televisão e dorme às dezenove horas.

FORMAS DE CRER E EXISTIR DE RIBEIRINHOS

As ocupações enquanto atividades significativas que o ser humano desempenha no seu cotidiano (POLATAJKO, 2007) são compostas por tarefas e atividades diárias propositais e possuem um significado ou valor pessoal e subjetivo para as pessoas que as realizam. A formação cultural, os interesses e aspectos da vida que são significativos para cada indivíduo organizam essas ações (KRAMER; HINOJOSA; ROYEEN, 2003).

Para Polatajko e Davis (2005) o processo de compreensão dos aspectos relacionados ao gênero, religião, escolaridade, condições socioeconômicas, entre outros, perpassa pela busca da caracterização das ocupações das pessoas. O ato de caracterizar essas ocupações permite ainda identificar padrões ocupacionais em um período; conhecer características específicas de ocupações

desempenhadas em um determinado contexto físico, social e cultural; diferenças entre grupos distintos; efeitos sobre mudanças temporais no envolvimento com as ocupações etc. (PEREIRA et al., 2018). Alguns estudos têm buscado aprofundar os conhecimentos acerca dos variados aspectos que constituem e influenciam as ocupações humanas (PEREIRA *et al*., 2018).

Nesse sentido, a caracterização dos participantes da pesquisa é um fator importante que não pode ser desconsiderado. De modo geral, os colaboradores apresentam como características sociais e demográficas a baixa escolaridade, renda mensal oriunda de aposentadoria rural (um salário-mínimo) tendo um acréscimo eventual na renda com as atividades extrativistas (venda de açaí, venda de animais criados/capturados no ambiente ribeirinho – peixe, aves, porcos, camarão entre outros). A atividade profissional é de caráter rural, centrada na produção familiar de subsistência. Possuem moradia própria, coabitam com cônjuge, filhos, noras, netos e bisnetos, constituindo sistemas familiares que corroboram com os resultados de estudos anteriores (SILVA *et al*., 2011).

As ocupações que compõem o repertório ocupacional dos ribeirinhos participantes da pesquisa são: AVD, AIVD, trabalho, descanso e sono, lazer e participação social. Identificamos uma outra ocupação que categorizamos como ócio no qual os participantes da pesquisa dedicam à introspecção, isto é, uma experiência solitária e passiva onde ficam a refletir e contemplar o contexto a sua volta. Para Rhoden (2008) a introspecção, a intimidade consigo mesmo ou a reflexão profunda são experiências passíveis de ócio. Marta, por exemplo, dedica pelo menos duas horas da sua tarde para sentar-se à ponte olhando para o rio. Olhar para o rio proporciona calmaria, reflexão e está diretamente ligado ao bem-estar psicológico dos moradores (RIBEIRO, 2012).

As AVDs e AIVDs são desempenhadas ao longo do dia por indivíduos de ambos os sexos e estruturam o cotidiano dos

ribeirinhos. O estado civil de Ezequiel (divorciado) e José (viúvo) influência nas ocupações que compõem seu repertório ocupacional visto que desempenham algumas AIVDs (lavar louça e roupa, varrer casa, cozinhar, cuidar e educar os filhos) que tradicionalmente, no contexto de comunidades rurais, são ocupações na qual as mulheres possuem maior envolvimento (BRUMER, 2004) devido ao estereótipo instaurado acerca dos papéis de gênero e a expectativa do que homem e mulher devem fazer (WHITEFORD, 2010).

O trabalho envolve atividades de subsistência e vendas. São essencialmente agricultores, extrativistas e pescadores. Descanso e sono são realizados na rede, na sala. Celeste é a única que utiliza o quarto. A participação social é caracterizada por idas à igreja, visita à casa de familiares, amigos e vizinhos. O lazer, no decorrer da semana, consiste em assistir televisão e conversas na frente de casa (moradores da vila). Nos fins de semana são passeios em outras localidades e jogo de futebol. O engajamento dos ribeirinhos moradores das ilhas em ocupações de participação social é menor. Pereira *et al*. (2018) relacionam tal fato à dificuldade de acesso às comunidades vizinhas devido às condições de acessibilidade e locomoção pelo ambiente da floresta, já que o rio atua como um obstáculo, restringindo as possibilidades de interação entre moradores, além das poucas áreas de convivência comunitária.

Celeste e José possuem perdas ocupacionais (trabalho, participação social e lazer) devido às limitações físicas. Nascimento *et al*. (2016, p. 435) pontuam que "o cotidiano ribeirinho está intensamente condicionado à força física e resistência corporal por conta de uma vida de longos deslocamentos e de trabalho para a subsistência familiar, diferentemente do contexto ecológico urbano". O ribeirinho começa a trabalhar muito cedo, ainda na infância, às vezes, em condições insalubres. A sobrecarga sofrida pelo corpo ao longo da vida gera, no processo de envelhecimento, o desenvolvimento de doenças que lhes trazem repercussão funcional

e social, havendo limitações na deambulação, perda de força e perdas funcionais cotidianas e ocupacionais (NASCIMENTO *et al*., 2016).

Notamos que existe uma diferença entre os ribeirinhos da vila e os da região das ilhas referente ao rio e ao desempenho de ocupações. Celeste, Carmela e Ezequiel, moradores da Vila, ainda que residam próximo ou à beira do rio, não desempenham nenhuma das suas ocupações nesse espaço. Uma explicação para esse fato pode ser a introdução de novos modelos de produção e inovações tecnológicas trazidos pela presença da estrada que chega à vila o que garante maior rapidez e acessibilidade, trazendo consigo modificação de hábitos e da percepção de mundo por parte dos nativos (TRINDADE; SILVA; AMARAL, 2008). A vila, tendo a presença de elementos urbanos, serve de suporte para localidades menores (ilhas e povoados vizinhos), contudo, seus moradores também buscam serviços em cidades maiores (LOMBA; NOBRE-JÚNIOR, 2013). Assim, há um hibridismo de conteúdos urbanos e rural no qual coexistem os antigos e novos modos de vida influenciando nas ocupações desempenhadas pelos ribeirinhos em questão (LOMBA; NOBRE-JÚNIOR, 2013).

Bejamin, residindo em uma ilha mais próxima da vila, parece sofrer mais influências do modo de vida presente na vila em relação à José e Marta, que residem em localidades mais afastadas e vivem de maneira mais tradicional. Para os dois últimos "o rio não é meramente espaço físico, móvel, mutante, é lugar de trabalho, de sobrevivência, e sobre o qual dispõem de grandes conhecimentos acumulados" (FRAXE, 2004 p. 48). Nesse sentido, o rio é elemento constituinte da rotina dos moradores das ilhas fazendo-se presente nas ações diárias como tomar banho, lavar roupa e locomover-se. O rio é local de trabalho, lazer, meio de comunicação e contemplação. Faz parte do processo de formação da subjetividade do povo de Carapajó desde a infância até a fase adulta. O viver desses

ribeirinhos não se limita a morar na beira do rio, eles vivenciam o rio (RIBEIRO, 2012).

As ocupações religiosas estão presentes no repertório ocupacional de todos os participantes da pesquisa e são desempenhadas ao longo do dia. As atividades religiosas na rotina de Celeste (Mórmon), Bejamin (Evangélico) e Carmela (Católica) estão presentes em todos os dias da semana, sendo estruturantes do cotidiano e requerendo grande engajamento e uso de tempo. As atividades religiosas para Gonçalves e Bervique (2011) possuem um propósito, utilidade ou necessidade e relevância na vida do sujeito e influenciam as demais ocupações. As ocupações religiosas realizadas individualmente são: leitura de livros religiosos, meditação, reflexão, orações/rezas ao acordar e antes de dormir. E as realizadas coletivamente: participação em cultos, missas, novenas, escola bíblica, realização de serviço pastoral, oração do terço, oração em família. Utilizam a Bíblia, a Liahona, Livro de Mórmon, Brado/Hinário, Liturgia, Caderno de Discipulado/Lições, terços, livros de orações.

Oliveira (2017) pontua que as doutrinas religiosas dos indivíduos modificam relações interpessoais, a maneira de lidar com o outro, os valores e costumes empregados no dia a dia. Amaro (2014) e Vieira (2014) complementam que as ocupações religiosas permitem construir princípios e normas relevantes para o sujeito, interferindo nas escolhas e rotinas ocupacionais (AOTA, 2020). Dalgalarrondo et al., (2004) assinalam que o sujeito, ao aderir a uma doutrina religiosa e se envolver em padrões de religiosidade, está aderindo a valores, símbolos, comportamento e práticas sociais. Nesse sentido, a exemplo da expressão religiosa de Celeste e Ezequiel, se manifesta e influencia na escolha da: a) alimentação – Celeste: cevada e Ezequiel: não come porco, peixe de pele, frutos do mar; b) vestimenta – Celeste: Garmet e roupas cobrindo colo e joelhos e Ezequiel: calça comprida e camisas meia manga; c)

escolhas ocupacionais (lazer e participação social) e nas suas relações pessoais.

Na vivência religiosa de Celeste aparece o sincretismo que se manifesta através da sua participação em algumas atividades religiosas da igreja católica, em casa, como novena, terços e festa do Marierrê. Para Ezequiel, sua relação com o catolicismo presente na vila envolve muitas tensões, tendo repercussões na sua participação social e lazer, uma vez que as duas categorias de ocupação têm íntima ligação com as atividades da igreja católica para os moradores da vila. Assim, os espaços que frequenta na vila, bem como as pessoas com quem se relaciona são determinados por suas crenças religiosas. Nesse sentido, Carmela (católica) apresenta melhor engajamento em participação social haja vista que sua experiência religiosa influencia suas escolhas ocupacionais e suas formas de ser, agir e se relacionar com o mundo.

Marta vivencia sua religiosidade a sua maneira. Não é frequente a presença de ocupações religiosas na sua rotina. Sua religiosidade se apresenta "mais em pensamento" e através de passagens bíblicas pela casa, nas embarcações. No repertório de José as ocupações religiosas também não aparecem com frequência. Para Oliveira (2012), a expressão da religiosidade do ribeirinho perpassa pela crença em um Deus que transcende o mundo físico, desse modo, o acompanha em quaisquer momentos da vida (perigo, peste, problema, tempestade, cheia, seca, doenças entre outros). Deus não tem princípio nem fim, sendo eterno, presente em todos os lugares e representado por santo de devoção, padre, pastor, nas lendas entre outros. A fé, a confiança em um santo protetor, na oração, na Bíblia lhes garante obter respostas e proteção. No imaginário ribeirinho, Deus pode tornar-se qualquer coisa. Esse pensamento repercute e influencia no seu cotidiano. Desse modo, é corriqueiro na vila e nas ilhas visitadas, a presença de pinturas, quadros, cartazes e imagens de santos pelas casas e nas ruas; de passagens bíblicas nas casas e

em embarcações. Assim, para Marta e José a sua religiosidade pode estar vinculada à vivência do cotidiano. A maneira de agir, de se relacionar, de praticar atividades corriqueiras podem ser tentativas de praticar suas crenças, sua fé (ESCRIVÁ, 1999).

Para Geertz (1989) o homem é incapaz de viver em um mundo que não faça sentido, sendo assim a humanidade, na necessidade de preencher a busca de sentido, faz uso da arte, música, ciência, religião entre outros. O autor complementa que a religião nas diferentes culturas é uma tentativa de fornecer significados gerais para que cada indivíduo intérprete sua experiência e organize sua conduta. A religião produz valores pelos quais todos devem se guiar uma vez que seus símbolos sagrados dão sentido normativo (forma de ver o mundo) e coercitivo (como se comportar), organizando a vida prática (AQUINO *et al*., 2009). A vontade de sentido é inerente à condição humana e constitui-se na sua motivação primária. É incondicional, pessoal e situacional, isto é, muda de pessoa para pessoa, de situação para situação na relação homem-mundo. A religiosidade pode ou não ajudar o homem no encontro de um sentido na vida (FRANKL, 1992).

Diante disso, as ocupações religiosas desempenhadas ao longo do dia pelos participantes da pesquisa possuem sentidos e significados diferentes. De modo geral, pela manhã observou-se que as ocupações religiosas possuem um sentido de proteção. Naquelas realizadas à tarde e noite busca-se refletir/meditar além de agradecer. Sendo assim, a leitura da Bíblia e outros livros religiosos para Ezequiel, Bejamin e Celeste significa reflexão/meditação. Para Marta significa alívio, busca de respostas. Carmela obtém tais benesses através das idas à igreja, orações (de terço), novenas, mudando assim seu estado de humor. Celeste tem alívio, extravasa suas tristezas por meio do cantar dos seus hinos, enquanto para Benjamin e José a música religiosa significa a expressão da alegria.

Celeste, Carmela e Bejamin com maior engajamento em ocupações religiosas parecem possuir maior realização existencial, manifestada pelo encontro de sentidos na vida, na relação sujeito-mundo. Essas pessoas possuem também uma visão mais otimista do seu existir, visto que a sua religiosidade proporciona sentido para suas existências, uma missão. Frankl (1992) afirma que a religião tem por objetivo salvar a alma e não a curar, contudo Aquino et al., (2009) pontuam que por "efeito colateral" a religião pode proporcionar bem-estar psicológico, (observado em todos os participantes da pesquisa), visto que o indivíduo religioso ancora sua existência no Absoluto. Os autores ainda complementam que a religiosidade significa a busca por proteção do vazio existencial e do desespero existencial. Carmela, Celeste e Ezequiel, nas suas histórias de vida relataram vivências de situações limites que os fizeram recorrer à religiosidade buscando amparo, sentido existencial e bem-estar psíquico. Todavia, o sujeito pode também encontrar sentido existencial e bem-estar psíquico através do envolvimento em música, arte e ciência, não somente no engajamento em ocupações religiosas (FRANKL, 1991), que aparecem como um fator de proteção ou de enfrentamento diante das adversidades do cotidiano, aspecto expressado pelos colaboradores da pesquisa. Desse modo, proporciona ao indivíduo uma cosmovisão otimista que lhe ajuda a dar e descobrir sentidos na vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Experienciar os modos de viver de ribeirinhos em diferentes contextos nos permitiu acessar e compreender seus costumes, crenças, visão de mundo, formas de se relacionar entre si e com o meio em que habitam. Imergimos no seu cotidiano, compartilhamos

rotinas e compreendemos que a vivência ribeirinha é guiada por suas experiências místicas, religiosas, bem como pela natureza e seus ciclos. Através deste estudo etnográfico foi possível identificar e caracterizar o repertório ocupacional e as ocupações que os compõem, dentre elas, as ocupações religiosas. Conhecemos as diferentes formas que os ribeirinhos desempenham suas ocupações, os locais e o período do dia em que as realizam. Compreendemos os sentidos e significados atribuídos às ocupações religiosas que, transpostas às AVDs e AIVDs, mostraram ser estruturantes do cotidiano dos informantes da pesquisa. A participação social e o lazer figuraram entre as ocupações mais frequentes no repertório ocupacional dos ribeirinhos que seguem a doutrina Católica visto que as atividades vinculadas ao catolicismo exercem maior influência na vida social dos nativos de Carapajó-Pa. A partir desse horizonte é possível inferir que a religiosidade manifestada pelo engajamento em expressões religiosas influencia os modos de ser-no-mundo dos ribeirinhos, suas escolhas ocupacionais, alimentação, vestimenta, relação com o outro e com o ambiente em que vivem. O engajamento em ocupações religiosas apresentou sentidos e significados diferentes como proteção, meditação, agradecimento entre outros. Portanto, depreende-se que as ocupações religiosas, para os participantes da pesquisa, proporcionam sentido existencial, bem-estar, equilíbrio psicológico e assumem lugar de destaque entre as ocupações que estruturam a rotina diária dessas pessoas. Os resultados obtidos neste estudo podem contribuir para subsidiar a prática profissional de Terapeutas Ocupacionais e de profissionais de outras áreas, nos diferentes níveis de atenção junto a essa população, a partir do senso de proximidade e imersão em um modo de vida particularmente rico em seus simbolismos, sentidos e relações interpessoais e com o contexto mais amplo.

REFERÊNCIAS

AMARO, L. S. **Resiliência, religiosidade e sentido de vida em mulheres com câncer de mama** (Dissertação de Mestrado em Ciência das Religiões). João Pessoa: UFPB, 2014.

AOTA - American Occupational Therapy Association. "Occupational therapy practice framework: Domain and process". **American Journal of Occupational Therapy**, vol. 74, 2020.

AQUINO, T. A. A. *et al*. "Actitud religiosa y sentido de la vida: un estudio correlativo". **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 29, n. 2, 2009.

BOURGUIGNON, J. A. **Pesquisa social**: reflexões teóricas e metodológicas. Ponta Grossa: Editora Toda Palavra, 2009.

BRASIL. **Decreto n. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Brasília: Planalto, 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/09/2023.

BRUMER, A. "Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul". **Revista Estudos Feministas**, vol. 12, 2004.

CAPRARA, A.; LANDIM, L. P. "Etnografia: uso, potencialidades e limites na pesquisa em saúde". **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, vol. 12, 2008.

CHAVES, M. P.; SIMONETTI, S. R.; LIMA, M. S. "Pueblos ribereños de la Amazonía: haberes y habilidades". **Interações**, vol. 9, 2008.

COSTA, G. M. C; GUALDA, D. M. R. "Antropologia, etnografia e narrativa: caminhos que se cruzam na compreensão do processo saúde–doença". **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, vol. 17, n. 4, 2010.

DALGALARRONDO, P. *et al*. "Religião e uso de drogas por adolescentes". **Brazilian Journal of Psychiatry**, vol. 26, 2004.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

ESCRIVÁ, J. M. **Caminho**. São Paulo: Editora Quadrante, 1999.

FOLHA, D. R. S. C.; DELLA BARBA, P. C. S. "Produção de conhecimento sobre Terapia Ocupacional e ocupações infantis: uma revisão de literatura". **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, vol. 28, n. 1, 2020.

FRANKL, V. E. **A presença ignorada de Deus**. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.

FRANKL, V. E. **A psicoterapia na prática**. São Paulo: Editora Papirus, 1991.

FRAXE, T. J. P. **Cultura cabocla-ribeirinha**: mitos, lendas e transculturalidade. São Paulo: Editora Annablume, 2004.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1989.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

GONÇALVES, S. O.; BERVIQUE, J. A. “Influências da relação entre ciência e fé na qualidade de vida”. **FAEF–Revistas Científicas Eletrônicas**, vol. 16, 2011.

HAMMERSLEY, M.; ATKINSON, P. **Ethnography**: principles in practice. London: Routledge, 1995.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KRAMER, P.; HINOJOSA, J.; ROYEEN, C. B. (eds.). **Perspectivas na ocupação humana**: participação na vida. New York: Lippincott Williams e Wilkins, 2003.

LOBATO, E. **Centenário da Festa de Nazaré e Maiauatá**. Igarapé-Miri: Editora do Autor, 2000.

LOMBA, R. M.; NOBRE-JÚNIOR, B. B. “A relação rural-urbano a partir das cidades ribeirinhas: O papel do comércio popular (feiras) na cidade de Afuá (PA)”. **Revista Franco-Brasilera de Geografia**, n. 18, 2013.

MAGNANI, J. G. C. “Etnografia como prática e experiência”. **Horizontes Antropológicos**, vol. 15, 2009.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1996.

MARTINEZ, B. J. F. S.; MELO JÚNIOR, J. G. M. “Percepção ambiental do uso de sistemas agroflorestais na recuperação de reservas legais em Cametá, Pará”. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, vol. 14, n. 2, 2019.

NASCIMENTO, R. G. *et al*. "Percepção de idosos ribeirinhos amazônicos sobre o processo de envelhecimento: o saber empírico que vem dos rios". **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, vol. 19, 2016.

NJELESANI, J. *et al*. "Test Construction of the Occupational Repertoire Development Measure–Parent (ORDM–P)". **American Journal of Occupational Therapy**, vol. 71, n. 4, 2017.

OLIVEIRA, I. A. **Caderno de atividades pedagógicas em educação popular**: relatos de pesquisas e de experiências dos grupos de estudos e trabalhos. Belém: Editora da UEPA, 2009.

OLIVEIRA, I. A. **Cartografias de saberes**: representações sobre religiosidade em práticas educativas populares. Belém: Editora da UEPA, 2008.

OLIVEIRA, L. C. *et al*. **Vida religiosa ribeirinha**: um estudo sobre a Igreja Católica e Evangélica no Amazonas (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Manaus: UFAM, 2012.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Editora Paralelo 15, 2000.

OLIVEIRA, T. P. **Partilha do Sensível**: Ocupações religiosas, religiosidade e o sentido de vida para pessoas em situação de rua (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Terapia Ocupacional). Belém: UEPA, 2017.

PEREIRA, L. T. *et al*. "Caracterización de las ocupaciones de los residentes de una comunidad ribereña en la Amazonia brasileña". **Revista Ocupación Humana**, vol. 18, n. 2, 2018.

PIERCE, D. “Desembaraçando ocupação e atividade”. **Revista do Centro de Estudos de Terapia Ocupacional**, vol. 8, n. 11, 2003.

PIZZA, G. **Antropologia médica**: saperi, pratiche e politichedel corpo. Roma: Carocci, 2005.

POLATAJKO, H. J. *et al*. “Human occupation in contexto”. *In*: TOWNSEND, E. A.; POLATAJKO, H. J. (eds.). **Enabling occupation II**: Advancing an occupational therapy vision for health, well-being, & justice through occupation. Ottawa: Caot Publications Ace, 2007.

POLATAJKO, H.; DAVIS, J. “Methods of inquiry: The study of human occupation”. *In*: CHRISTIANSEN, C. H.; BAUM, C. M.; BASS-HAUGEN, J. (eds.). **Occupational Therapy**: performance, participation and well-being. Thorofare: Slack, Incorporated, 2005.

RHODEN, I. “Ócio construtivo e desenvolvimento humano”. *In*: CUENCA CABEZA, M.; MARTINS, J. C. (orgs.). **Ócio para viver no século XXI**. Fortaleza: Editora As Musas, 2008.

RIBEIRO, M. A. *et al.* “O rio como elemento da vida em comunidades ribeirinhas”. **Revista de Geografia**, vol. 29, n. 2, 2012.

ROSALDO, R. **Culture and truth**: the remaking of social analysis: with a new introduction. New York: Beacon Press, 1993.

SILVA, S. D. B. **Diferenças de gênero na interação entre irmãos em uma comunidade ribeirinha amazônica** (Dissertação de Mestrado em Teoria e Pesquisa do Comportamento). Belém: UFPA, 2006.

SILVA, S. S. C *et al*.” Qualidade conjugal: estudo de caso de ribeirinhos na Amazônia”. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, vol. 4, n. 1, 2011.

SILVERMAN, D. **Interpretating qualitative data**: methods for analysing talk, textand interaction. London: Sage, 1993.

SOUZA, D. V. S. **Currículo e saberes culturais das comunidades dos discentes ribeirinhos do curso de Pedagogia das Águas de Abaetetuba-Pará** (Dissertação de Mestrado em Educação). Belém: UFPA, 2011.

TRINDADE JR, S. C.; SILVA, M. A. P.; AMARAL, M. D. B. "Das 'janelas' às 'portas' para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia". *In*: TRINDADE JR, S. C.; SILVA, M. A. P.; AMARAL, M. D. B. (eds.). **Cidades Ribeirinhas da Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: Editora da UFPA, 2008.

URIARTE, U. M. "O que é fazer etnografia para os antropólogos. Ponto Urbe". **Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP**, n. 11, 2012.

VIEIRA, D. C. R. **A velhice em uma dimensão existencial**: perspectivas entre sentido de vida, religiosidade, vitalidade e temporalidade (Dissertação de Mestrado em Ciência das Religiões). João Pessoa: UFPB, 2014.

WHITEFORD, G. "Occupational deprivation: understanding limited participation". *In*: CHRISTIANSEN, C.; TOWNSEND, E. **Introduction to occupation**: the art and science of living; new multidisciplinary perspectives for understanding human occupation as a central feature of individual experience and social organization. Upper Saddle River: Pearson, 2010.

WILCOCK, A. A.; TOWNSEND, E. A. "Occupational justice". *In*: CHELL, B. A. B.; GILLEN, G.; SCAFFA, M, (eds.). **Willard and Spackman's occupational therapy**. Philadelphia: Lippincott Williams and Wilkins, 2014.

CAPÍTULO 12

O Contributo de Ritos de Iniciação Feminino na Emancipação da Mulher nas Sociedades Macua no Distrito de Nampula- Mocambique

O CONTRIBUTO DE RITOS DE INICIAÇÃO FEMININO NA EMANCIPAÇÃO DA MULHER NAS SOCIEDADES MACUA NO DISTRITO DE NAMPULA- MOCAMBIQUE

AmarildoTaquidir de Gussule

Alice Gonçalo Assis Fernando

O presente estudo tem como tema: Contributo de ritos de iniciação feminino na emancipação da Mulher nas sociedades Macua no Distrito de Nampula- Moçambique, o trabalho tem como objectivo geral: Compreender a emancipação da Mulher da sociedade Macua através dos ritos de iniciação feminino e Para concretização o objectivo geral terá que se: i) Descrever os preceitos ensinados nos ritos de iniciação feminino da sociedade Macua; Apresentar o tratamento legado à mulher da sociedade macua submetida aos ritos de iniciação feminino e; iii) Destacar a relevância da prática de ritos de iniciação feminino da sociedade macua e iv) Sugerir estratégias conducentes à melhoria dos procedimentos na abordagem dos ritos de iniciação. A pesquisa partiu do levantamento do seguinte problema: que papel desempenha os ritos de iniciação feminina na emancipação da Mulher nas sociedades Macua, em Moçambique? Tendo sido colocadas as seguintes Questões de Pesquisa: Em que momento os preceitos ensinados nos ritos de iniciação feminino condicionam a emancipação da mulher na sociedade macua? Qual é o tratamento legado à mulher da sociedade macua submetida aos ritos de iniciação feminino? Que relevância tem a prática de ritos de iniciação feminino? Quanto a metodologia de pesquisa o estudo foi do campo com carácter descritivo, qualitativa, visto que, a análise e interpretação de dados foi de forma indutiva, teve como técnicas

observação directa, entrevistas semiestruturadas e baseou-se na fonte bibliográfica, em termos de amostra o estudo envolveu 18 indivíduos distribuídos da seguinte forma: 1 (um) Régulo do Bairro Muatala; 3 (três) mestres-de-cerimónias de ritos de iniciação femininos; 4 (Quatro) mães e/ou encarregadas que levaram suas filhas aos ritos de iniciação e 10 (dez) jovens iniciadas. Tendo como resultados, o reconhecimento de que os ritos de iniciação para a sociedade macua desempenham um papel preponderante pois por meio deles, a iniciada faz as coisas como uma pessoa adulta, com direitos e deveres a todas actividades da sociedade. Enquanto a não iniciada faz as coisas como uma criança com uma limitação das actividades da sociedade, a iniciada participa em actividades pelas quais eram vedadas antes de ser submetidas aos rituais e mantém respeito na comunidade para com todos.

Na zona Norte de Moçambique, desde os tempos mais remotos praticou-se diversas modalidades de cerimónias tradicionais com o objectivo de educar e ensinar os indivíduos mais jovens. Estas cerimónias vulgarmente conhecidas por ritos de passagem, nas quais se destacam os ritos de iniciação, objecto de estudo desta pesquisa, têm como intenção, preparar as meninas a ser “mulheres”, ou seja, as crianças são transmitidas conhecimentos para que enfrentem desde aquele momento a vida adulta.

O processo de inserção à sociedade macua na parte da mulher, é verificado após a submissão da mesma aos ritos de iniciação feminino ou seja, é considerada “mulher activa” depois de passar aos rituais. Para submissão aos ritos de iniciação feminino depende das tradições locais, em outras regiões, a rapariga é submetida após o seu primeiro ciclo menstrual.

A questão de contributo de ritos de iniciação para emancipação da mulher, é um assunto que remete a um estendido debate, visto que, há décadas atrás, antes do conceito “emancipação da mulher” vir átona, os aconselhamentos que emergiam era de, a

Mulher ser submissa ao seu marido e o seu papel social era de ficar em casa. Portanto, com a globalização, varias concepções e devido o acesso fácil a educação, condicionou a revisão das instruções ou aconselhamentos às iniciandas.

No entanto, inserção do conceito de emancipação da mulher está em processo de evolução nos ritos de iniciação feminino na sociedade macua, que quer dizer, ainda não é efectivo. Há certas Mestres ou comunidades que ainda não conhecido ou aprovado o conceito "emancipação da mulher" nas comunidades Macua, em geral.

Como é sabido, que esta emancipação da mulher é um assunto que está em debate no continente africano, mesmo os países letrados, logo que, o ensinamento de direitos iguais nos ritos de iniciação femininos na sociedade macua não é abrangente, é assunto parcelado ou seja, é uma matéria abordada abaixo tom.

REVISÃO DA LITERATURA

Conceitos

A forma como se percebe e se orienta o raciocínio depende em grande parte dos conceitos que se tem dos termos que norteiam o assunto em análise, daí a razão deste subcapítulo. De entre os termos considerados chaves no trabalho foram definidos os seguintes: ritos, iniciação, emancipação, ritos de passagem, ritos de iniciação e cultura.

Ritos

São várias as formas de definir o conceito de ritos pois o termo depende do contexto em que ela é empregada daí a vastidão do seu campo de aplicação. No contexto religioso, "os ritos são conjuntos de cerimónias, diferentemente reguladas, segundo as diversas comunhões ou em diversas sociedades e no contexto político, rituais são as manifestações culturais concernentes ao embaçamento duma personalidade pública, como por exemplo: o presidente da República" (BIROU, 1982, p. 51).

Para CIPIRE (1996), no contexto social:

> O rito é qualquer momento de passagem de uma fase da vida para outra preparando desta forma o adolescente a encarar os problemas que lhes esperam nesse outro estado da vida. No seu conjunto, são actos formalizados, expressivos, portadores de uma dimensão simbólica. São caracterizados por uma configuração de espaço temporal- especifica, recorrem a uma série de objectos, sistemas de linguagens e comportamentos específico, signos emblemáticos cujo sentido codificado constitui um dos bens comuns do grupo (p. 34).

Iniciação

Em todas as sociedades, os mais velhos são os responsáveis de transmitir as normas, condutas, comportamentos, hábitos, tradições, experiências e modos de convivência às novas gerações com vista a lhes munir com competências que os tornem membros

activos daquela comunidade. A transmissão dessas competências que pode ser formal ou informal tem a designação de iniciação.

Na perspectiva de BERNARDI (2007):

> A iniciação não é um acto único, mas sim uma serie de estádios. Entre os elementos componentes da iniciação há quase constantemente, uma prova física, uma mutilação de género: a extracção ou incisão dos dentes, a depilação, a tatuagem, a incisão da fronte, a circuncisão, etc. […]. A partir destas provas, espera-se que o candidato saiba aguentar o sofrimento físico, pois a maturidade física deve corresponder a maturidade de carácter, demonstrando poder enfrentar, como adulto, as vivencias e dores da vida. Os efeitos da iniciação são de ordem psicológica e de ordem estrutural. O jovem quando sai da iniciação leva arreigado no seu espírito o sentido de dignidade que o separa dos outros rapazes, e o seu comportamento reflecte esta consciência como se fosse um homem novo. Juntamente com a iniciação são muitos outros acontecimentos que causam uma mudança de condição social, de lugar e de posição (p.107-108).

Emancipação da Mulher

A emancipação da Mulher é um movimento em que há uma luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres e pela libertação dos preconceitos e da opressão ainda existentes na sociedade (SILVA *et al.*, 2005, p. 64).

Por sua vez o autor conclui que, a emancipação feminina é uma ferramenta de combate à desigualdade de género.

Segundo revela o autor, os primeiros movimentos de emancipação das mulheres surgiram por volta do século XIX e ganharam mais força no século XX, especialmente a partir da luta das mulheres pelo direito ao voto. Portanto, a emancipação da Mulher é a luta do movimento feminista por igualdade de tratamento (igualdade de género) e pelo reconhecimento de todos os direitos das mulheres.

Em Moçambique, a emancipação da mulher não é um acto de caridade, não resulta duma posição humanitária ou de compaixão. A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da Revolução, uma garantia da sua continuidade, uma condição do seu triunfo (SILVA *et al*., 2005).

O autor credita que, a Revolução tem por objectivo essencial a destruição do sistema de exploração, a construção duma nova sociedade libertadora das potencialidades do ser humano e que o reconcilia com o trabalho, com a natureza. É dentro deste contexto que surge a questão da emancipação da mulher.

O contributo dos ritos iniciação feminino na emancipação da mulher na sociedade macua

Com relação à emancipação da mulher na sociedade macua há poucas literaturas que abordam o assunto. Ora, é necessários começar do princípio ou observação o que Viegas, (2012, p. 05) narra:

> Os ritos de iniciação masculinos ou femininos fazem parte fundamental da educação tradicional macua. Quem não passa por estes ritos é considerado criança e, por isso não lhe permitem ver cadáver de uma

> pessoa, tomar parte das realizações de funerais, ou saber como acontece o nascimento de um bebe.

Nesta frase narrada pelo autor acima citado, chega-se à dedução que para uma mulher passar a ser considerada é necessário passar uma transformação por meio de transmissão de saberes locais, de modo a ser uma mulher apta e activa.

Portanto é difícil separar a sociedade macua das práticas dos ritos de iniciação pois essa sociedade trata de maneira especial a vida nas suas múltiplas vertentes com uma projecção para a vida adulta: o casamento; a paternidade e maternidade; a morte e o estado do ser humano após a vida terrena.

Cultura

Bronislawi e Malinowski *apud* Rivière (2000, p. 52) definiu a cultura como sendo o "aparelho instrumental que permite ao homem resolver da melhor maneira os problemas concretos e específicos que deve enfrentar no seu meio, quando tem de satisfazer às suas necessidades".

Na perspectiva de Martinez (2009):

> Cultura é um modo de vida total e não apenas um conjunto espacial e superficial de uso e costumes. Ela condiciona em grande parte o sentimento, o comportamento e forma de ver do homem à medida que se adapta ao seu mundo. Ela é dinâmica pois está em constante transformação, obedecendo os seguintes aspectos: lei de vida: a cultura muda, como um ser vivo (exemplo do corpo…), as mudanças podem ser pequenas ou grandes, despercebidas ou

> violentas; mudanças despercebidas a própria natureza da aprendizagem que lhe determina (p. 37).

E para Taylor (1871, p. 16), "Cultura é um conjunto complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e várias outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. Inclui, pois, todo o comportamento humano". As definições de Cultura formuladas por Martinez & Taylor, são as que se consideram como sendo as mais adequadas ao contexto desta pesquisa por tomar a questão de conjunto complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, aptidões, valores, hábitos partilhados e aceites pelo homem como membro de uma comunidade, sabres estes que a autora deste projecto pretende evidenciar.

Na perspectiva da autora da pesquisa, a cultura representa o conjunto de tradições, crenças e costumes de determinado grupo social. Por sua vez repassada através da comunicação ou imitação às gerações seguintes. Ou seja, a cultura engloba religião, comida, o que vestimos, como vestimos, nossa língua, casamento, música e é diferente em todo o mundo.

Os Ritos de Iniciação na Sociedade Macua

Na sociedade macua, os ritos de iniciação constituem uma festa que envolve toda a comunidade de uma dada aldeia e os espíritos dos ente queridos dos respectivos membros, tendo como principal função, moldar a personalidade dos jovens integrando-os como membros activos dessa sociedade.

Segundo Martinez (2009):

> A importância e o significado dos ritos de iniciação não se limitam à operação da circuncisão. Seria limitar o seu verdadeiro significado e empobrecer o seu valor, dando como resultado uma caricatura, que esconderia o sentido global de todo o processo de iniciação […]. Pelos ritos de separação, o indivíduo afasta-se da massa anónima dos não iniciados, desenvolve a sua personalidade e agrega-se a um determinado grupo social, no qual lhes são reconhecidos as suas características e o seu estado social. É um método de diferenciação colectiva definido (p. 95-96).

Historial dos Ritos de Iniciação na Sociedade Macua

Segundo rezam as tradições orais, os ritos de iniciação na sociedade macua remontam há vários anos, sob propósito de que foi no período chuvoso que as mulheres tinham saído à procura de cogumelos e a mulher do régulo Ntupo, ao longo da recolha dos cogumelos separou-se das outras sob condução dos espíritos e de forma inconsciente e sob sons de tambores junto de um muro de muche. Chegado ao local encontrou batuques em pleno som cujas pessoas que os tocavam e dançavam eram invisíveis. A separação para com as outras levou-a a permanecer dias no mato, ainda sob condução de espíritos, tendo culminado com a aprendizagem.

De volta à casa não entrou directamente na sua residência. Parou na extremidade do pátio e pediu a presença dos anciãos da zona (reis), para assistir e ouvir a informação que ela trazia dos espíritos. De entre muitos recados disse: poder-se construir uma casota para a conservação dos batuques que trazia consigo junto aos espíritos; aquisição de galinhas e farinha de mapira para fins de alimentação dos espíritos (tanto as galinhas como a farinha sumiram de forma misteriosa sem ninguém as ter visto). Tomada a refeição,

os espíritos tocaram um apito como forma de chamamento da senhora para lhes despedir e orientar o que devia ficar a se fazer à volta dos ritos. Eis alguns recados: recolha de pelo menos iniciando/as (vulgo erupo em língua local); corte de cabelos destes/as e dos seus ou suas respectivos/as padrinhos ou madrinhas estando marcado o inicio do evento para a sexta- feira próxima.

Os espíritos voltaram na tarde daquela sexta-feira marcada e porque só e só aquela senhora é quem a via disseram-lhe que informasse aos presentes que fossem ao mato. Chegados ao mato a senhora foi instruída para participar apenas em dois rituais e daí passar ao marido que se chamava de Makuva, a tomar conta dos trabalhos. Ao longo do trabalho os espíritos estavam presentes mas invisíveis. Concluído o trabalho, saíram para casa e os espíritos despediram-se da senhora e pediram 15 galinhas como pagamento dos ensinamentos do acto. Aliás deixaram a seguinte orientação: este trabalho tinha de ter lugar de três em três anos para permitir o crescimento dos iniciados, mas devido ao aumento populacional, tal tempo foi reduzido para dois em dois anos (Muamina Camasse, mestre de cerimónias, entrevistado no dia 24/11/2021).

Bhoojedhur e Isbel (2019) a igualdade de género está consagrada na Constituição de Moçambique e é promovida através da sua participação em convenções e tratados internacionais assim como na sua Lei de Família de 2004, o qual requer igualdade na propriedade e legislação familiar, incluindo a partilha dos bens no casamento.

O autor salienta que durante o lançamento de um Plano Nacional de Acção para as Mulheres, Paz e Segurança em Junho de 2018, o Ministro do Género, Criança e Acção Social reiterou o compromisso do governo para a promoção da igualdade de género, enfatizando que a participação equitativa de homens e mulheres em todas as esferas da sociedade é um pré- requisito para o desenvolvimento sustentável.

Nas funções de liderança, as mulheres moçambicanas estão melhor representadas do que as mulheres em muitos outros países africanos: 40% do Parlamento moçambicano é composto por mulheres (BANCO MUNDIAL, 2018).

METODOLOGIA

Para Rocha, Carvalho, Neto e Verri (2020) A Metodologia é o conjunto de técnicas que o pesquisador utiliza para realizar seu trabalho. Para expor a metodologia, primeiramente é necessário esclarecer qual é o tipo de pesquisa que será feito: bibliográfica, documental, estudo de caso, empírico-analítica, experimental, pesquisa de campo, entre outras (p. 12).

Este estudo foram usados os seguintes métodos.

Tipo da Pesquisa

a) Quanto à forma de bordagem

A pesquisa foi possível desenvolver na base de uso do método indutivo, aquele que parte de análises singulares e a partir destas, indutivamente, chega a conclusões plurais.

Segundo revelam Cervo e Bervian (1978) o método indutivo "é o raciocínio que, após considerar um número suficiente de casos particulares, conclui uma verdade geral" (p. 65).

b) Quanto aos Objectivos

No que toca ao objectivo da presente pesquisa, é descritiva.

Segundo explica o TRIVIÑOS (1987), "Exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenómenos de determinada realidade" (p. 23).

c) Quanto aos procedimentos

Os procedimentos metodológicos que tornaram possível a realização da pesquisa foi essencialmente a observação directa, pelo contacto com a população-alvo; entrevista semiestruturada e a revisão bibliográfica.

MÉTODO DE PESQUISA

A presente pesquisa é de carácter qualitativo, no qual não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um determinado fenómeno social, buscando aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais MINAYO (2001).

Técnica/instrumento de recolha de dado

Conforme a pesquisa, recorreu-se a duas técnicas para a recolha de dados (1) pesquisa bibliográfica, que resumiu-se na

identificação, leitura e análise de documentos tais como, livros, monografias e artigos científicos, permitindo uma percepção aprimorada sobre o tema, sobre os conceitos, assim como saber o que outros estudiosos já escreveram sobre o tema, GIL (2010); (2) entrevistas semiestruturadas, pelo facto de se instaurarem numa verdadeira troca, durante a qual o interlocutor exprime as suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências Quivy e Campenhoudt (1998).

Universo e amostra

A pesquisa teve como universo a população do bairro de Muatala que é de 61.712, segundo INE (2017) do qual foi seleccionada uma amostra aleatória de 18 indivíduos distribuídos da seguinte forma: 1 (um) Régulo do Bairro Muatala; 3 (três) mestres-de-cerimónias de ritos de iniciação femininos; 4 (Quatro) mães e/ou encarregadas que levaram suas filhas aos ritos de iniciação e 10 (dez) jovens iniciadas.

Tabela 1 - Amostra

Descrição	Amostra dos participantes	Representatividade (%)
Régulo do Bairro Muatala	1	5,6%
Mestres-de-cerimónias de ritos de iniciação Femininos	3	16,7%
Mães e/ou encarregadas de educação	4	22,1%
Jovens iniciadas	10	55,6%
Total	**18**	**100%**

Fonte: Elaboração própria.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Pratica dos ritos de iniciação feminina no Bairro de Muatala

Segundo os dados colhidos por intermédio da resposta do régulo do bairro de Muatala, naquele bairro em estudo realiza-se ritos de iniciação feminino, ora, é do conhecimento dos líderes comunitários.

Periodicidade das práticas de ritos de iniciação feminino

Colocada a questão com que periocidade se realizam os ritos de iniciação feminino, contou com 14 participantes, onde 77% responderam que, os ritos de iniciação realizam-se anualmente e 22% responderam que realizam-se Bienalmente.

Nesta pesquisa não foram achadas fontes que discutem a periodicidade de realização dos ritos de iniciação feminino, mas Martinez (2009) Avanca que:

> o tempo mais indicado para a realização dos ritos é o inverno, que na região […] coincide com os meses de Julho, Agosto e Setembro, tempo fio e seco. Este tempo corresponde ao período de descanso e férias, pois a maior parte das colheitas estão feitas e ainda não é o tempo de preparar os campos para a nova temporada. É de facto o tempo que, tradicionalmente, é mais propício às festas de iniciação, por que há milho nos celeiros e as famílias têm dinheiro, adquirido na venda dos produtos do campo; é também o tempo de caça, o que favorece muito às festas; e,

> por último, há muito tempo a disposição para a realização dos ritos, porque ainda não começaram os trabalhos nos campos (p. 96).

Portanto, os dados colhidos indicam a realização dos ritos de iniciação anualmente podendo em algum momento variar bienalmente mas nunca se ultrapassa este período sem que esta prática aconteça no bairro de Muatala.

Critério usado para a escolha das iniciandas e Mestres

Nesta linha a questão foi respondida por todos participantes a 100%, que os pais e as Mestres é que escolhem as iniciandas após observar-se a necessidade das mesmas à uma instrução adulta.

Portanto, Viega (2012, p. 05) Os ritos de iniciação na sociedade macua […] envolvem toda a comunidade duma determinada área geográfica, tendo como principais responsáveis: as autoridades tradicionais, os pais e encarregados das crianças e/ou jovens, os mestres das cerimónias e as próprias crianças e/ou jovens.

Todavia, os dados condizem que o critério de escolha está sub tutela dos pais e as Mestres.

Finalidade da prática de ritos de iniciação feminino

Conforme os dados revelam, a finalidade dos ritos iniciação feminino é de preparar ou formar as raparigas a uma expedição adulta. Dado este que constitui verdade para sociedade macua.

Com relação a finalidade da prática de ritos de iniciação feminino Viega (2012) fundamenta que as instruções, para além de iniciarem as jovens na vida sexual, educam-nas e preparam- nas para a vida familiar e social. São-lhes explicadas as várias tarefas da vida de casa; os trabalhos próprios da que mulher no cultivo dos campos, especialmente o que diz respeito a sementeira; o trabalho feminino na construção de uma casa (reboco e pintura das paredes); a etiqueta social; os vários ritos e festas da sociedade; o comportamento nas viagens e a participação nos funerais.

Estadia nos locais de iniciação

Em quanto tempo fica a jovem nos locais de iniciação, os entrevistados responderam que a jovem fica dois a sete dias.

Portanto, os dados apontam 2 dias, em caso de adversos, estende-se para 7 dias no limite. Ora, estes dias são suficientes para assimilação do aconselhamento ou instruções transmitidas.

Ensinamentos transmitidos às iniciandas

Com a questão, que ensinamento pretende-se transmitir às iniciandas? Os entrevistados re4sponderam que pretende-se transmitir aspectos positivos e suas vantagens na sociedade e actos importantes relacionados com a vida adulta. Portanto, esta resposta pode-se relacionar com o que Martinez (2009) explica:

> As instruções, para além de iniciarem as jovens na vida sexual, educam-nas e preparam-nas para a vida familiar e social. São-lhes explicadas as várias tarefas da vida de casa; os trabalhos próprios da mulher no

> cultivo dos campos, especialmente o que diz respeito a sementeira; o trabalho feminino na construção de uma casa (reboco e pintura das paredes); a etiqueta social; os vários ritos e festas da sociedade; o comportamento nas viagens e a participação nos funerais (p. 120).

O mesmo autor reforça que os ensinamentos consistem, fundamentalmente, no seguinte:

> Explicação sobre o facto fisiológico da menstruação e sobre os cuidados higiénico que a jovem deve ter de então para a frente; como se deve comportar com as outras pessoas da comunidade: durante a menstruação não podendo falar com os homens; deve respeitar todos os adultos e, de modo muito particular, as mestres da iniciação; deve sentar-se, caminhar e comportar-se em público com muito recato porque está a viver um período especial de segregação e marginalização na sua vida; deve falar sempre em voz baixa e com a cabeça um pouco inclinada. A forma de vestir: durante este tempo, a rapariga não deve usar a roupa de todos os dias e muito menos dos dias de festa, também não se pode embelezar nem pentear; usará roupa velha; se tiver de sair de casa, colocará um lenço na cabeça e uma capulana. A alimentação: deve abster- se de certos alimentos, como o ovo e o peixe barba. A proibição de relações sexuais tratando-se de uma rapariga já casada ficam proibidas as relações sexuais durante o tempo da iniciação.

As jovens e o cumprimento dos ensinamentos transmitidos

Segundo os dados apresentados, os 17 participantes responderam positivamente que, as jovens cumprem com os ensinamentos transmitido, Respondente dessa forma a 100%.

Portanto, se as jovens cumprem com os ensinamentos transmitido, Essas instruções as ajudará a corrigir os seus comportamentos negativos cometidos na fase de criancice e passar a tomar decisões e agir correctamente.

O contributo dos ritos de iniciação feminino na vida sociocultural e na emancipação da mulher

Nesta secção foram levantadas duas questões (Qual é o contributo desses ritos de iniciação na vida sociocultural da comunidade? e Quê contributo têm os ritos de iniciação para emancipação da mulher macua?)

A primeira questão, os dados indicam que os ritos de iniciação na vida sociocultura na comunidade, tem um significativo contributo. Por tanto uma jovem iniciada participa em actividades nas quais eram vedadas antes de serem submetidas aos rituais e obtêm respeito na comunidade para com todos.

A segunda questão, conforme os dados percentuais indicam que o contributo de ritos de iniciação na emancipação da Mulher, a iniciação proporciona as iniciandas a não depender do homem para o seu sustento.

CONCLUSÃO

Objectivo da pesquisa foi de Compreender a emancipação da Mulher da sociedade Macua através dos ritos de iniciação feminino, portanto, por intermédio da literatura e dos resultados obtidos no terreno, constatou-se que, os ritos de iniciação feminino na sociedade macua de certa forma, mesmo não bem estruturado ou

cientificamente considerado estes (os ritos), lutam em prol emancipação da mulher ou seja tratamentos iguais.

Os ritos de iniciação para a sociedade macua desempenham um papel preponderante pois por meio deles, a iniciada faz as coisas como uma pessoa adulta, com direitos e deveres a todas actividades da sociedade. Enquanto a não iniciada faz as coisas como uma criança com uma limitação das actividades da sociedade, a iniciada participa em actividades pelas quais eram vedadas antes de ser submetidas aos rituais e mantém respeito na comunidade para com todos.

Os diferentes rituais submetidas as jovens durante a iniciação transformam-se em saberes de como encarar a vida sociocultural e económica no seio da comunidade onde estarão inseridas. Estes preservam tais saberes locais, servindo-lhes de ferramentas para a preservação da identidade macua.

Portanto, está-se perante a uma realidade demonstrativa de que não existem sociedades sem cultura ou que não organize o seu sistema curricular, por mais que não seja escrito, que lhes permite transmitir os saberes locais às novas gerações.

Quanto as questões específicas, as mesmas puderam ser respondidas de maneira conclusiva, começando primeiro com a questão:

Em que momento os preceitos ensinados nos ritos de iniciação feminino condicionam a emancipação da mulher na sociedade macua?

Resumidamente, pelo que os dados produziram, pode responder-se à esta questão que em momento em que elas entram na fase de instruções, da segunda fase onde as jovens são iniciadas na sabedoria popular, na tradição, na história do povo e nas leis e normas. Com relação a isso, Martinez (2009, p. 102) explica que

“neste momento aprendem a comportar-se como pessoas adultas com direitos e deveres […]. Por tanto, após elas aprenderem isto passam a conhecer os seus direitos e deveres na sociedade e em comparação ao homem.

Qual é o tratamento legado à mulher da sociedade macua submetida aos ritos de iniciação feminino?

Com forme se referiu na justificava da pesquisa, na sociedade macua é considerado mulher activa a que tenha passado aos ritos de iniciação (instruções para o preparo da vida adulta). Portanto, após a passagem, é que considerada de adulta e capaz de exercer actividades meramente consideradas praticáveis por mulheres maduras.

Que relevância tem a prática de ritos de iniciação feminino?

Os ritos de iniciação femininos para a sociedade macua tem uma grande relevância, são os mesmos, porque a transição vital da infância ao estado adulto, da maneira como é vivida na sociedade macua, não é somente um fenómeno fisiológico, mas representa, fundamentalmente uma transição que abrange todas as dimensões da vida do indivíduo.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Propotion of seats held by women in national parliaments (%)**. Washington: Banco Mundial, 2018. Disponível em: <www.wordbanc.org>. Acesso em: 18/08/2023.

BERNARDI, B. **Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos**. Lisboa: Edições 70, 2007.

BHOOJEDHUR, S. S.; ISABEL, T. I. "Limites de igualdade de género: os moçambicanos pobres e com menos escolaridade têm probabilidade de ver melhorias". **Afrobarometro**, n. 29, 2019.

BIROU, A. **Dicionário das Ciências Sociai**. Lisboa: Dom Quixote, 1982.

BROWN, J. K. "A cross-cultural study of female initiation rites". **Anthropologist América**, vol. 65, 1963.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. São Paulo: McGraw-Hill, 1978.

CIPIRE, F. **A Educação Tradicional em Moçambique**. Maputo: EMEDIL, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projectos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MARTINEZ, F. L. **O Povo Macua e sua cultura**. Maputo: Editora Paulinas, 2009.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

RIVIÈRE, C. **Introdução à Antropologia**. Lisboa: Editora Edições 70, 2000.

ROCHA, A. A. *et al*. **Metodologia de investigação**. Anápolis: Editora da UFG, 2020.

SILVA, G. C. C. *et al*. "A mulher e a sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais". **Revista da SBPH**, vol. 8, n. 2, 2005.

TAYLOR, C. **Primitive Culture**. London: Sage, 1871.

VIEGA, A. **Educação Tradicional Macua**. Nampula: Centro Caquéctico Paulo VI, 2012.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES

Alessandro Carneiro da Silva é graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Área de interesse de pesquisa: Atenção a Saúde Primária. E-mail para contato: alessandrocs343@gmail.com

Alice Gonçalo Assis Fernando é licenciada em Ensino de Geografia pela Universidade Pedagógica de Nampula, Moçambique. Funcionária da Direcção Provincial do Género Criança e Acção Social. E-mail para contato: alicesaguatefernando@gmail.com

Aline Beckmann Menezes é professora da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail para contato: alinebcm@gmail.com

Amarildo Taquidir de Gussule é professor e pesquisador da Universidade Mussa Bin Bique (UMB). Colaborador na Academia Militar Marechal Samora Machel, Moçambique. E-mail para contato: agussule88@gmail.com

Ana Maria Ricci Molina é professora da Faculdade Anhanguera. Mestre em Psicologia. Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail para contato: amrm1amrm@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Anne Victoria Castro de Moura Cavalcante é graduada em Psicologia. Mestranda em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail para contato: annevicmoura@gmail.com

Caroline Carmona Vasques Mata é graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Áreas de interesse na pesquisa: Psicologia Clínica e Psicologia Jurídica.E-mail para contato: flaviacslemos@gmail.com

Caroline Cavalcante da Silva é psicóloga. Especialista em Psicologia Jurídica. Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail para contato: caroline.cavalcantepsicologia@gmail.com

Elói Martins Senhoras é docente da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e pesquisador do *think tank* IOLEs. Graduado em Economia, Política e em Geografia. Doutor em Ciências. E-mail para contato: eloisenhoras@gmail.com

Fabiola Colombani é professora da Universidade de Marília (UNIMAR). Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail para contato: fabicolombani@hotmail.com

SOBRE OS AUTORES

Fernanda Bottari Lobão dos Santos é professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail para contato: fernandablobao@gmail.com

Flávia Cristina Silveira Lemos é professora da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail para contato: flaviacslemos@gmail.com

Francielle da Silva Brito é graduanda em Psicologia pela Faculdade Anhanguera. Áreas de interesse de pesquisa: Psicologia Clínica; e, Psicologia Comportamental. E-mail para contato: flaviacslemos@gmail.com

Genylton Odilon Rêgo da Rocha é professor da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Educação. Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: genylton@gmail.com

Hebe Signorini Gonçalves (*in memoriam*) é professora da Universidade Federal do Rio de janeiro (UFRJ). Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail para contato: hebe@globo.com

SOBRE OS AUTORES

Hélida Caroline Marinho Dutra é graduada em Terapia Ocupacional pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Área de interesse de pesquisa: Saúde da Criança e do Adolescente. E-mail para contato: helidacaroline90@gmail.com

Hilda Eleticia Silva e Silva é graduada em Terapia Ocupacional pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Área de interesse de pesquisa: Saúde da Família. E-mail para contato: hildaufpa@hotmail.com

Ingrid Bergma da Silva Oliveira é professora da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail para contato: ingrid.oliveira@uepa.br

Jeovani de Jesus Couto é pedagoga. Mestre em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares. Doutoranda em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail para contato: gilcouto2010@hotmail.com

Jéssica Lanne de Souza Silva Ikuma é graduada em Psicologia pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Coordernadora do Curso de Psicologia da Faculdade UNINORTE Tucuruí. E-mail para contato: flaviacslemos@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Jorge Leal Hanai é professor substituto do Instituto Federal de São Paulo (IFSP). Doutorando em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). E-mail para contato: hanai.jorge@ifsp.edu.br

Kássya Christinna Oliveira Rodrigues é professora da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Doutoranda em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail para contato: kassyaor@gmail.com

Lucas Perlotti Baptista é graduanda em Psicologia pela Faculdade Anhanguera. Áreas de interesse de pesquisa: Psicologia; Psicologia Clínica; e, Psicologia Social. E-mail para contato: flaviacslemos@gmail.com

Lucivaldo da Silva Araújo é professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Doutor em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail para contato: lucivaldoaraujo@uepa.br

Marilda Gonçalves Dias Facci é professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail para contato: marildafacci@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Mizhane Mendes Dantas de Oliveira é graduada em Psicologia pelo Centro Universitário de Barra Mansa (UBM). Áreas de pesquisa: Psicologia; e, Psicologia Clínica. E-mail para contato: mizhane_dantas@id.uff.br

Mônica dos Santos de Oliveira é professora do Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão (UniFacema). Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail para contato: monikasantos82@gmail.com

Natália Serafim da Silva é psicóloga. Mestre em Educação Profissional em Saúde. Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail para contato: nataliaserafim@id.uff.br

Nayara Chaves de Lima é graduada em Pedagogia. Mestra em Currículo e Gestão da Escola Básica pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Área de interesse de pesquisa: Formação de Professores. E-mail para contato: naychaveslima@gmail.com

Nayra Borges de Almeida é psicóloga. Especialista em Teoria Histórico-Cultural. Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail para contato: nayrapsi@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Ronaldo Ferreira Pinheiro é professor na Educação Básica. Graduado em Pedagogia. Mestre em Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS). E-mail para contato: ronadofpinho@gmail.com

Teresa Christina da Cruz Bezerra é terapeuta ocupacional. Mestre em Gerontologia Social. Doutoranda em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail para contato: cruzbezerrat@gmail.com

Winthney Paula Souza Oliveira é professora do Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão (UniFacema). Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail para contato: winthnew00@hotmail.com

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2023

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2023